UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**Vilas do planalto paulista: a criação de municípios
na porção meridional da América Portuguesa
(séc. XVI-XVIII)**

Fernando V. Aguiar Ribeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências (Área de Concentração: História Econômica).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer

[VERSÃO CORRIGIDA]

São Paulo
2015

Agradecimentos

Agradeço à Universidade de São Paulo pela formação, tanto na graduação como no mestrado, e que permitiu, através do Programa de Pós-Graduação em História Econômica, a realização dessa tese de doutoramento.

Pesquisa essa que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para as atividades no Brasil e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a realização de etapa de doutorado-sanduiche em Portugal. Nesse país, agradeço ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) pela vinculação durante o período.

À banca de qualificação, composta por Prof^a Dr^a Inez Garbuiro Peralta e Prof. Dr. Rodrigo M. Ricupero, agradeço a leitura, críticas e encaminhamentos de pesquisa.

A presente pesquisa somente foi possível graças ao apoio das instituições, principalmente pelos funcionários cujas atividades são imprescindíveis para os pesquisadores. Sou grato às bibliotecas da Faculdade de Filosofia, do Instituto de Estudos Brasileiros, do Museu Paulista, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo.

Agradeço à Cátedra Jaime Cortesão, na pessoa da Prof^a Dr^a Vera Lucia Amaral Ferlini, a acolhida como pesquisador da instituição.

Também registro o apoio do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na cidade de São Paulo, e à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Uma tese que pretende uma análise internacional da História depende da consulta a acervos de vários países. Agradeço à Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional de Espanha, Institut Geogràfic i Geologic de Catalunya, bibliotecas do ISCTE-IUL e da Universidade de Lisboa, ao Arquivo Histórico Ultramarino e ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No continente americano, registro o agradecimento à Biblioteca Nacional del Paraguay, à Academia Paraguaya de la Historia, ao Museo Etnográfico Dr. Andrés Barbero, à Biblioteca del Congreso de la Nación Argentina, e à Biblioteca Nacional de la República Argentina.

Agradeço à Prof^ª Dr^a Marcia M. Menendes Motta pelo diálogo privilegiado e pela indicação da bolsa-sanduíche, fato esse fundamental para os encaminhamentos da pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. José Vicente Serrão pela orientação durante a estada em Portugal e aos estímulos que influenciaram as reflexões sobre internacionalização da História.

Agradeço aos professores Alberto Luiz Schneider, Alida C. Metcalf, Ana Paula Torres Megiani, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, António Manuel Hespanha, Carmen M. Oliveira Alveal, Graciela Chamorro Argüello, Íris Kantor, Joaquim A. Romero Magalhães, Julio Cesar Bentivoglio, Laura de Melo e Souza, Marina Monteiro Machado, Maximiliano Mac Menz, Miguel Soares Palmeira, Nauk Maria de Jesus, Nestor Goulart Reis Filho, Oldimar Pontes Cardoso, Tiago Luís Gil, Rafael Chambouleyron, Ricardo Hernán Medrano e Stuart B. Schwarz.

Agradeço a Adalberto Coutinho, Adalberto Graciano, Adriane Baldin, Amália dos Santos, Arnaldo Marques, Carlos Rovaron, Diogo Leite, Eduardo Carneiro, Gisele Almeida, João Paulo Streapco, José Roberto Baldin, Lorena Leite, Maria Angela Raus, Magno Nascimento, Marly Spachachieri, Natalia Salla, Patrícia São Miguel, Rebeca Enke, Rosa Udaeta, Sandra Perez, Solange Aragão, Tathiane Gerbovic, Verônica Aguiar, Viviane Domingos e Zueleide Casagrande.

Ao Thiago Lima Nicodemo agradeço as conversas sobre historiografia e os debates sobre a obra e pensamento de Sérgio Buarque de Holanda.

Agradeço a Adriano Toledo, Alessandra Costa, Dannylo Azevedo, Eduardo Ramos, Érika Mainart, Fabrício Rodrigues, Guido Litjens, Idelma Novais, Maíra Etzel, Mário Simões, Nao Obata, Natasha Friaça, Roberta Azambuja, Ronaldo Pauletto, Sarita Mota, Steffi Gersdorf, Thalita Castro e Thaysa Audujas pelo apoio em Portugal.

Agradeço a Breno Ferreira, Carlos Suárez, Eduardo Peruzzo, Eliel Cardoso, Elisangela Silva, Esdras Arraes, Ivana Pansera, Joana Monteleone, Joaquim Xavier Jr., Juliana Henrique, Leonardo Rolim, Leonardo Saad, Lucas Jannoni, Luis Otávio Tasso, Luiz Alberto Rezende, Marcos Antonio Veiga, Marília Ariza, Natalia Tammone, Pablo Mont Serrathe, Patrícia Machado, Patrícia Valim, Renata Freitas, Renato Bastos, Rogério Beier, Sylvia Brito, Tatiana Bina, Tathianni Silva, Thiago Dias, Valter Lenine Fernandes e Victor Hugo Abril.

Aos amigos Daniel Gonzales, Heloisa Turek, Juliana Batista, Marianne Schaeffer, Paula Coelho e Victor Delboni agradeço o apoio e a compreensão pelas constantes ausências.

Agradeço à Prof^a Dr^a Raquel Glezer a orientação, o apoio à pesquisa e o exemplo de docência e pesquisador. Poucas linhas seriam injustas para demonstrar a gratidão pela confiança e suporte por quase uma década de convívio.

Por fim, e não menos importante, agradeço à minha família, Olga, José Carlos, Fabíola, Carolina e Artur pelo apoio incondicional, condição imprescindível para conclusão dessa pesquisa.

Resumo

A tese tem como objetivo compreender o fenômeno da criação de municípios no planalto de São Paulo entre o início da colonização e 1765. Nessa data o Morgado de Mateus, governador da capitania, empreende uma política de defesa e desenvolvimento econômico através da criação de vilas nos sertões.

Procuramos analisar como se deu a criação das vilas na ausência de uma política da Coroa ou do donatário e o papel que as elites políticas tiveram no processo.

Buscamos também, em uma perspectiva que intenta ultrapassar as fronteiras dos Impérios, compreender as elites políticas locais dentro de um contexto espacial mais alargado.

Palavras-chave: poderes locais, municípios, colonização, urbanização, São Paulo

Abstract

The aim of this thesis is to understand the phenomenon regarding the foundation of towns in upland São Paulo between the beginning of colonization and 1765. In this year, Morgado de Mateus, governor of the Captaincy, establishes a policy for security and economic development through the foundation of villages in the wilderness of São Paulo. We mean to analyze how the creation of villages took place in the absence of a Crown's Policy or a governor's purpose and the role the political elites played in this process.

Adopting an approach that intends to surpass the Empires' borders, we seek to comprehend the local political elites within a more extended geographical context.

Keywords: local authorities, municipalities, colonization, urbanization, São Paulo

Resumen

La tesis pretende comprender el fenómeno de la creación de municipios en la meseta de São Paulo entre lo inicio de la colonización y 1765. En esa fecha el Morgado de Mateus, gobernador de la capitanía, emprende una política de defensa y el desarrollo económico a través de la creación de pueblos en el hinterland .

Tratamos de analizar como se hizo el desarrollo de los pueblos, en ausencia de una política de la Corona o del donatario y el papel que tenían las élites políticas en el proceso.

También buscamos, en una perspectiva que intenta traspasar las fronteras de los imperios, entender las élites políticas locales en un contexto espacial más amplio.

Palabras-clave: autoridades locales, municipios, colonización, urbanización, São Paulo

Índice de Ilustrações

Mapa 1 – Itinerário de viagem de Cabeza de Vaca ao Paraguai	52
Mapa 2 – Itinerário de viagem de Ulrico Schmidl	61
Mapa 3 – Roteiro da viagem de D. Luís de Céspedes Xeria	70
Mapa 4 – Mappa da capitania de S. Paulo...	73
Mapa 4A – Detalhe do Mappa da capitania de S. Paulo	74
Mapa 5 – <i>A new and accurate map of Paraguay</i>	75
Mapa 5A – Detalhe do <i>A new and accurate map of Paraguay</i>	76
Mapa 6 – Densidade populacional por comarca – Portugal (c. 1527)	191
Mapa 7 – Densidade populacional por comarca – Portugal (c. 1700)	192
Mapa 8 – Vilas criadas no planalto entre 1560 e 1765	231

Sumário

Introdução	1
Parte I – Os sertões de São Paulo: a construção do espaço	16
Capítulo 1 – Sertões de São Paulo como espaço fluido	17
A criação do espaço: discussão sobre as espacialidades na América Portuguesa	17
Historiografia sobre sertões	26
A fronteira na historiografia sobre a ocupação do planalto	34
Capítulo 2 – Caminhos na porção meridional da América	46
Viajantes nos sertões americanos	46
O roteiro da expedição de Céspedes Xeria	65
Espacialização dos caminhos nos sertões	72
Capítulo 3 – Uma história platina da colonização americana	82
Uma história da Bacia do Prata: problemáticas	82
História platina do Vice-reino do Peru (Paraguai e Buenos Aires)	86
História da capitania de São Vicente	98
Guairá: região de disputa e integração	106
Parte II – Poderes locais no Império Português	115
Capítulo 4 – História global: uma abordagem para a América Portuguesa	116
História dos Impérios	116
História global	126
América Portuguesa através de uma abordagem global	135
Capítulo 5 – Municípios no Império Português: discussões historiográficas	143
Historiografia sobre poderes locais em Portugal	143
Historiografia sobre poderes locais no Brasil	156

Capítulo 6 – Poderes locais no Império Português	171
O “engrandecimento do poder real”	171
O poder real nas múltiplas geografias do Império	184
 Parte III – Poderes locais nos sertões de São Paulo	 198
 Capítulo 7 – Circulação de experiências de povoamento no Novo Mundo	 199
Circulação de ideias	199
Cidades castelhanas na América	203
Cidades portuguesas na América	210
Contribuições indígenas	215
 Capítulo 8 – Fundação de vilas no planalto de São Paulo	 230
Narrativas de fundações de municípios no planalto	230
Criadores de municípios	249
 Capítulo 9 – A construção de um modelo vicentino para criação de municípios	 262
Sociedade mestiça	262
Integração dos modelos políticos português e indígena	274
Fim do modelo	283
 Considerações Finais	 292
 Referências bibliográficas	 296
 Apêndice – Atas da Câmara de São Paulo: relação de cargos ocupados	 312

Introdução

Mal sentado, porque a cadeira de palhinha era muito mais baixa que o trono, o rei estava a procurar a melhor maneira de acomodar as pernas, ora encolhendo-as ora estendendo-as para os lados, enquanto o homem que queria um barco esperava com paciência a pergunta que se seguiria, E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou quando finalmente se deu por instalado, com sofrível comodidade, na cadeira da mulher da limpeza, Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada, A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida, E vieste aqui para me pedires um barco, Sim, vim aqui para pedir-te um barco, E tu quem és, para que eu to dê, E tu quem és, para que não mo dês, Sou o rei deste reino, e os barcos do reino pertencem-me todos, Mais lhes pertencerás tu a eles do que eles a ti, Que queres dizer, perguntou o rei, inquieto, Que tu, sem eles, és nada, e que eles, sem ti, poderão sempre navegar, Às minhas ordens, com os meus pilotos e os meus marinheiros, Não te peço marinheiros nem piloto, só te peço um barco, E essa ilha desconhecida, se a encontrares, será para mim, A ti, rei, só te interessam as ilhas conhecidas, Também me interessam as desconhecidas quando deixam de o ser, Talvez esta não se deixe conhecer, Então não te dou o barco, Darás.

José Saramago¹

¹ José Saramago. *O conto da ilha desconhecida*. Lisboa: Caminho, 1999, [1ª edição, 1997], p. 3-4.

Para povoar o Novo Mundo, a primeira iniciativa da Coroa portuguesa foi conceder as novas terras como capitanias. Isso ocorreu, de acordo com Florestan Fernandes, por ser a “Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos, [que] procura apoio nos vassalos, vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial”².

Com isso, a Coroa delegou aos donatários extensas faixas do território americano para que esses ocupassem, povoassem e desenvolvessem as capitanias economicamente.

O modelo não foi extinto com a criação do governo geral em 1548 pois as capitanias eram objeto de doação régia. A incorporação desses territórios à Coroa somente poderia ser efetivado através da compra ou da renúncia por parte do donatário³.

O longo processo de incorporação das capitanias da América portuguesa somente seria efetivado em meados do século XVIII. A esse respeito, Antônio Vasconcelos de Saldanha aponta que

a administração do Rei D. João V preside, em relação às capitanias, uma só preocupação: a tentativa da sua absorção, atingida em vários pontos com sucesso – Sto. Amaro (1709), Pernambuco (1716) e Espírito Santo (1718), todas no Brasil, e em 1736 algumas das capitanias remanescentes em Cabo Verde são também definitivamente incorporadas na Coroa e que, acrescentando ao processo natural do desinteresse ou falta de sucessão dos capitães-donatários, leva que o número dos senhorios ultramarinos vá substancialmente diminuído⁴.

Na capitania de São Vicente, o processo foi distinto das demais. Essa capitania, criada em 1531⁵, seria incorporado à Coroa em 1709, quando formou, juntamente com a de Itanhaém, a capitania de São Paulo e Minas de Ouro⁶.

Em 1765, a capitania de São Paulo seria restaurada e, no contexto da necessidade de defesa das minas de ouro, teria um governador nomeado pela Coroa.

² Florestan Fernandes. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 34.

³ Antônio Vasconcelos de Saldanha. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 387-403.

⁴ Antônio Vasconcelos de Saldanha. *op. cit.*, p. 23.

⁵ Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *História da capitania de São Vicente*. São Paulo: Melhoramentos, 1954, p. 66.

⁶ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biológicos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954, vol. I, p. 167-168.

Luís António de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, durante sua gestão entre 1765 e 1775, empreendeu uma política de povoamento, defesa e desenvolvimento econômico⁷.

Como ação fundamental para tais medidas, o governador criou diversas vilas ao longo do território da capitania, seguindo um projeto econômico⁸ e geopolítico.

Ou seja, desde o início da colonização até 1765 não houve política de criação de vilas por parte da Coroa ou donatários. Contudo, nesses mais de dois séculos, onze municípios foram criados no planalto⁹.

A proposta da tese é compreender o processo de criação de municípios no planalto da capitania no período anterior às políticas de povoamento da Coroa, verificando como o fenômeno ocorreu.

A ideia é que a criação de novas vilas, não partindo de uma ação do donatário ou da Coroa, representou a atuação dos agentes políticos locais. Os oficiais da Câmara, em uma dinâmica regional, fundaram municípios a fim de evitar conflitos políticos por conta do controle da administração municipal.

O equilíbrio na capitania, gestado nas décadas iniciais da colonização portuguesa na América, deve ser pensando em consonância com a prática política do colono, fruto desse da mistura étnica e cultural de elementos ibéricos e indígenas.

Essa perspectiva leva em conta valores políticos e espaciais híbridos e que, na ausência de uma política orientada pela administração central portuguesa, permitiu a construção de uma dinâmica de fragmentação política típica das sociedades indígenas do planalto vicentino.

Assim, a criação de vilas no planalto resulta na prática de elementos de matriz indígena, no que se refere à fragmentação política, e à concepção ibérica de manutenção de equilíbrio entre as elites locais.

Propomos, portanto, que o fenômeno de criação de vilas no planalto vicentino, desde os primórdios da colonização até a restauração da capitania em 1765, foi fruto

⁷ Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 39.

⁸ Para o projeto econômico do Morgado de Mateus ver Pablo Oller Mont Serrath. *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

⁹ No período entre 1532 e 1765, foram estabelecidos no planalto os municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiaí, Jacaréí, Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Curitiba. Para detalhes, Fernando V. Aguiar Ribeiro. *Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terra urbana em São Paulo (1560-1765)*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010, p. 169.

de ações políticas geradas na combinação de elementos ibéricos e indígenas. Isto é, uma prática política híbrida e que propiciou uma especificidade da capitania de São Vicente em relação às demais da América portuguesa.

A criação de municípios consiste em não somente ações de povoamento. Na verdade, um município corresponde a uma estrutura político-administrativa e garante ao grupo que ocupe cargos na administração figurar como elite política local.

Os municípios foram as primeiras estruturas administrativas a serem criadas por Portugal no Novo Mundo. Anos após os primeiros contatos com as novas conquistas, Martim Afonso de Sousa funda, em 1532, a vila de São Vicente¹⁰. Essa foi o primeiro município português na América e estabeleceu o início do povoamento e consolidação da posse portuguesa através da criação de vilas.

Com esta prática, a Coroa estendeu à América o estabelecimento de vilas, tal como havia praticado séculos antes durante a expansão portuguesa contra os mouros.

Os municípios portugueses, embora tenham origem na instituição romana, ao longo dos séculos, apresentam mutações.

Quando da sua aplicação no Novo Mundo, não houve tal como na colonização castelhana, a criação de uma legislação específica para novas conquistas.

Essa homogeneidade dos municípios no Império português ocorreu por conta das características jurídico-administrativas de Portugal. Enquanto que Castela criou uma legislação especial para seus domínios ultramarinos, as *Leyes de Indias*, Portugal estendeu suas *Ordenações* a todo o seu Império¹¹.

Por isso, tal qual os municípios do Reino, as novas instituições coloniais foram dotadas das mesmas estruturas, direitos e obrigações: eleição para compor a Câmara, obrigação de proteger a terra às suas custas e a propriedade e jurisdição de uma área de seis léguas ao redor da vila¹².

A câmara municipal, à época colonial, não respondia, como nos dias atuais, apenas às questões administrativas de âmbito local. Competia-lhe também proteger as conquistas do rei, garantir a justiça no plano local e arrecadar tributos à Coroa¹³.

As câmaras, conforme normatiza as *Ordenações*, eram compostas de juiz ordinário, vereadores, procurador do Concelho, almotacel e alcaide. Esses tinham, respectivamente, as funções de garantir a justiça, executar as leis e compor as posturas

¹⁰ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 250.

¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 96.

¹² *Ordenações Filipinas*, liv. I, tit. LXV e LXVI.

¹³ Edmundo Zenha. *O município no Brasil*. São Paulo: IPE, 1948, p. 31.

municipais, representar o Concelho fora desse, fiscalizar vendas conforme as posturas e garantir paz e tranquilidade na vila¹⁴.

Afonso Taunay, ao descrever a composição da câmara, apresenta que a vila de São Paulo “compreendia um juiz ordinário, dois vereadores e um procurador do concelho, assistidos de almotacel e alcaide”¹⁵.

Baseando-se no texto das *Ordenações Filipinas*, Taunay estabelece uma descrição sucinta das atribuições dos camaristas. Para os juízes ordinários, afirma que “competia-lhe superintender a polícia da vila a ele subordinando-se o alcaide e os ‘seus homens’”¹⁶, além de garantir a justiça e a paz no âmbito local. Tais atribuições eram, “pois, altamente prestigiosas e prestigiadas as funções de juiz ordinário”¹⁷.

Para os vereadores,

pertencia ter cargos de todo o regimento da terra (...). Fizessem sessão às quartas e sábados, multados em cem réis os remissos ausentes, procurassem ser os informadores dos juízes ordinários, cuidassem do patrimônio municipal, tomassem contas aos procuradores e tesoureiros do Concelho, controlassem empreitadas e avenças por jornais, tratassem de garantir o suprimento de carne e pão, pusessem em praça as rendas do Concelho e lhes fiscalizasse a arrecadação, superintendessem as obras dos caminhos; entradas e saídas; cuidassem dos aforamentos e fizessem concessões, zelassem pelo arquivo e benfeitorias públicas, provessem quanto às posturas e taxas, aos oficiais mecânicos, jornaleiros, mancebos, moços de soldada, louça e demais cousas que se comprassem e vendessem, segundo a disposição da terra e qualidade do tempo¹⁸.

Aos almotacés, “fiscais da época, tocava examinar as questões relativas aos problemas diários da existência, alfaiates, sapateiros e todos os outros oficiais’, para que ‘houvesse mantimentos em abundância, guardando-os as vereações e posturas do Concelho’”¹⁹.

As eleições dos almotacés ocorria mensalmente e “cabia aos juízes do ano transato almotaçarem no primeiro mês do novo período, no segundo os vereadores

¹⁴ António Manuel Hespanha. *História de Portugal moderno. Político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, p. 162-164.

¹⁵ Afonso Taunay. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 32.

¹⁶ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 34.

¹⁷ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 34.

¹⁸ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 34.

¹⁹ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 35.

mais antigos, no terceiro um vereador e o procurador. Depois serviam os escolhidos pela Câmara dentre os homens bons”²⁰.

O processo eleitoral dos oficiais da câmara, juiz ordinário, vereadores e procurador, seguia às disposições reguladas pelas *Ordenações do Reino*. O processo, seguido de descrições dos rituais praticados pode ser consultado na obra de Afonso Taunay, *São Paulo nos primeiros anos* e nas próprias *Ordenações*²¹. Optamos em não nos determos à descrição do processo justamente por acreditarmos que a composição da elite política local é mais relevante que práticas rituais.

A partir da descrição das funções camarárias, observamos que os três primeiros cargos (juiz ordinário, vereadores e procurador do Concelho) não eram remunerados, ao contrário dos demais. Eram cargos honorários, os quais deveriam ser ocupados pelos mais preeminentes da vida local²².

Por não serem remunerados, e por representarem os elementos mais destacados da sociedade, não é surpresa que considerassem essa situação, somada à natureza do cargo que ocupavam, como privilégios.

Esses privilégios levariam à indefinição entre público e privado na administração municipal. Isto é, não havia separação entre a propriedade pessoal dos oficiais da Câmara e o patrimônio dessa.

Conforme observamos em nossa dissertação de mestrado *Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo (1560-1765)*, as terras urbanas, propriedade pertencente ao município e situada dentro da área de sua jurisdição, eram, na maioria das vezes, concedidas para ocupantes de cargos na Câmara²³.

Ao analisarmos as concessões de terras urbanas na área do termo da vila de São Paulo observamos que “51,44% das solicitações de terras urbanas foram feitas por indivíduos que ocuparam cargos na administração municipal e 16,87% dos requerentes tinham vínculos familiares próximos com grupos políticos locais”²⁴.

As características das concessões e, principalmente, a relação entre as propriedades e a concepção dos requerentes nos fornecem base para apontarmos seu caráter patrimonialista.

²⁰ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 35.

²¹ Para a descrição do processo eleitoral dos municípios, ver *Ordenações Filipinas*, liv. I, tít. LXVII.

²² António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 164.

²³ Fernando V. Aguiar Ribeiro. *op. cit.*

²⁴ Fernando V. Aguiar Ribeiro. *op. cit.*, p. 192.

Segundo Max Weber, a principal característica da dominação do tipo patrimonial é a ausência da distinção entre a esfera “privada” e a “oficial” na atuação do funcionário. Afirma que “a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício e seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal aproveitável em forma de tributos e emolumentos”²⁵.

Tal ideia corrobora com a interpretação lançada em nossa dissertação de mestrado de que a propriedade da vila, isto é, as terras urbanas do termo do município, era concebida pelos oficiais da Câmara como propriedade pessoal.

A criação de novos municípios representa não somente o estabelecimento de novas estruturas político-administrativas. Ao dotar um grupo com o mando de uma Câmara, confere o acesso e, principalmente o controle, às propriedades urbanas.

Cabe destacar que ao seu proprietário, notadamente no período colonial, confere não somente relevância econômica, mas principalmente propicia a seu titular a distinção social tão relevante para essa sociedade.

Por isso o processo de criação de novos municípios representa mais que a expansão da área sob domínio da Coroa portuguesa. Diz despeito a um jogo de equilíbrio entre os diversos grupos políticos locais da capitania.

Novas abordagens para o estudo de municípios

A historiografia tradicional sobre poderes locais, notadamente a que trata da capitania de São Vicente, apresenta algumas características que são fundamentais para nosso debate.

Na obra *São Paulo nos primeiros anos*, de 1920, Afonso Taunay caracteriza a vila de São Paulo como uma transplantação de um município de Portugal.

Afirma, inclusive, que “constituía o Código Filipino o livro básico por onde se regia a sociedade paulistana quinhentista”²⁶. Ou seja, concebe a vida política de vila como totalmente definida pelos textos legais e ignora as práticas e ações que não correspondiam às leis.

Apesar de conceber as práticas políticas baseadas nas *Ordenações*, Taunay destaca uma suposta independência das câmaras vicentinas. Apresenta que, “por

²⁵ Max Weber. *Economia e sociedade*. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; EdUnB, 2003, vol. II, p. 253.

²⁶ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 32.

várias vezes notamos a atitude independente das câmaras paulistas quinhentistas. Ciosas de seus direitos e prerrogativas, frequentemente, no decorrer do século XVI, fizeram frente à prepotência de capitães-mores e ouvidores”²⁷.

Essa formulação ignora o papel periférico da capitania nos momentos iniciais de colonização da América e trata a situação de irrelevância como independência regional. Isso ocorre, justamente porque, no início do século XX, autores como Taunay representaram um esforço de justificar o papel de destaque econômico e político de São Paulo, através da construção de uma história exaltativa²⁸.

Edmundo Zenha, em *O município no Brasil*, de 1948, representa o esforço de associar o município colonial ao congênere no Reino. Para o autor, “a vila era a maneira mais fácil do português compreender a colonização, o que denunciou a tendência popular de que sempre esteve imbuído o povo que nos colonizou”²⁹.

Como justificativa, aponta que “não se criam municípios no Brasil para a realização de obras públicas. Os povos, quando os pedem, querem policiar a terra, implantar nela um organismo distribuidor de justiça, porque a del-rei era distante, demorada e cara”³⁰.

Para a formulação da história do município no Brasil, Zenha recorre às origens romanas, passando pelo medievo português. Essa análise denota o esforço do autor em associar o município brasileiro à tradição romana. É, pois, uma forma de ligar institucionalmente o Brasil a uma tradição clássica e trata-lo como um prolongamento da Europa no Novo Mundo.

Tais formulações, conjuntamente com as reflexões de Taunay, foram as bases de muitos estudos sobre poderes locais.

No entanto, devemos ponderar algumas questões. Além do que já apontamos, pautamos o estudo sobre as elites políticas locais nessas bases não nos permite compreendê-las em sua totalidade.

Associar o poder local, tanto à uma elaboração pautada em uma análise legalista como a uma visão europeizante da história, omite a possibilidade de contemplarmos a circulação de conhecimentos e práticas no Novo Mundo.

²⁷ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 78.

²⁸ Citamos, para o debate sobre a construção de uma identidade paulista baseada na figura do bandeirante, Katia M. Abud. *Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a contribuição de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, 1986. Tese de doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁹ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 23.

³⁰ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 31.

O processo de criação de vilas e de ajustes de práticas políticas já conhecidas corresponde à criação de novas formas de ação política condicionada por novos fatores.

A partir de tal afirmação, pretendemos, ao longo da tese, questionar como as ideias e experiências circularam na América e como os municípios, mais do que uma transplantação da instituição portuguesa, foi recriado no Novo Mundo a partir de novas práticas políticas.

Outra questão formulada é a tentativa que esboçamos em apresentar o continente de forma integrada, contemplando suas dinâmicas de integração em seus mais variados contextos.

Tal abordagem, em um diálogo com a história global e que trataremos melhor no Capítulo 4 não é uma novidade quando tratamos a história da colonização portuguesa na América.

Como trabalho pioneiro, podemos citar a tese de doutoramento de Alice P. Canabrava, *O comércio português no Rio da Prata*, de 1942.

Nessa obra, a escolha do recorte temático tem a ver com a área de especialização da autora, a Cadeira de História da Civilização Americana. Na perspectiva de elaborar também reflexões sobre o Brasil, Canabrava justifica que, na tese, “procuramos ventilar principalmente as questões econômicas suscitadas pela colonização espanhola na região platina, e apelamos para a História do Brasil apenas na medida em que poderia nos fornecer subsídios para o melhor esclarecimento daqueles problemas”³¹.

Assim, a partir dessa escolha, apresenta que “nosso trabalho procura mostrar a expansão comercial luso americana nos territórios espanhóis do vice-reino do Peru na época da união das coroas espanhola e portuguesa”³².

Em relação ao recorte temporal, Canabrava destaca que “a época que estudamos tem admirável unidade histórica: 1580 e 1640 enquadram o período da união das coroas de Portugal e de Castela, que pôs sob o mesmo cetro vastos territórios no novo mundo conquistados pelos povos ibéricos”³³.

E, “o ano de 1640, que assinala a data da restauração portuguesa, marcou a decadência daquele comércio na região platina, manifesta desde o início do segundo

³¹ Alice P. Canabrava. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1984, p. 17, [1ª edição, 1942].

³² Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 17.

³³ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 17.

quartel do século XVII”³⁴.

O estudo sobre o comércio português no Rio da Prata foi circunscrito ao período de união política das duas coroas ibéricas. Ou seja, embora a obra se destaque por conta de sua abordagem pioneira ao tratar a bacia do Rio da Prata de forma integrada, limitou-se às fronteiras dos Impérios como categorias estanques.

Para Canabrava, o contato comercial seria consequência de uma unidade política e seu fim, motivado pela separação de Portugal do Império espanhol.

Em 2004, Janice Theodoro e Rafael Ruiz retomam a abordagem de Alice Canabrava ao tratarem da posição estratégica de São Paulo no contexto da União Ibérica.

Afirmam que

no caso de São Paulo destaca-se o fato de a cidade seguir uma lógica em tudo diferente às outras cidades e vilas. Ao contrário destas, São Paulo situava-se de costas para o Atlântico, deixando que a própria natureza e geografia do terreno cortasse naturalmente a sua ligação não apenas com Portugal, mas com as cidades e vilas que iam sendo fundadas. Era uma lógica, portanto, que ligava São Paulo à visão e ao modo de vida indígena, para quem a borda do campo era o limite natural final, constituindo um lugar onde era inevitável o contato entre os portugueses e castelhanos.³⁵

Devido a essa posição estratégica de São Paulo na confluência de caminhos indígenas e voltada para o interior, o núcleo urbano seria um ponto de confluência de várias nacionalidades, destacando-se, além da portuguesa, os castelhanos. Assim

essa multinacionalidade da população de São Paulo será uma constante ao longo dos séculos XVI e XVII, caracterizando, nas palavras de Aracy Amaral³⁶, uma história comum, diferente das outras cidades brasileiras. Essa história dá conta de um estreito relacionamento, conseguido e realizado única e exclusivamente em

³⁴ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 17.

³⁵ Janice Theodoro e Rafael Ruiz. “São Paulo, de Vila a Cidade: a fundação, o poder público e a vida política” In Paula Porta. *História da cidade de São Paulo. Volume 1: A cidade colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 77.

³⁶ Aracy A. Amaral destaca a influência espanhola na arte e arquitetura de São Paulo colonial. Aponta que “a presença espanhola em São Paulo persistiria até fins do século XVII de maneira significativa, permanecendo depois através da integração de diversas famílias e seus descendentes, no planalto piratiningano”. Aracy A. Amaral. *A hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1980, p. 1.

São Paulo, com todo um interior demarcado pelos castelhanos. A Vila de Piratininga, desde os seus começos, era tanto um entroncamento como um ponto de partida e de chegada que unia as cidades espanholas do Guairá e, inclusive, as do altiplano boliviano. Uma história construída pela própria conveniência natural entre os mesmos, inseridos num ‘bem comum’ que, não necessariamente, era o mesmo que o pretendido pela Coroa.³⁷ (86)

Em pesquisa recente, José Carlos Vilardaga retoma o debate ao tratar do papel da vila de São Paulo no contexto da União Ibérica.

Na tese *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, procura “analisar os impactos diretos da realidade política peninsular na vila de São Paulo, bem como os eventuais processos de cunho local e regional dinamizados pela nova situação imposta pela soberania filipina sobre Portugal e suas colônias”³⁸.

Apresenta, como explicitado no título da tese, o recorte cronológico como limitado ao período da União Ibérica. A esse respeito, conceitua que “a questão fundamental que perpassa o trabalho é o processo político vivenciado na Península Ibérica, que reflete de maneira não linear e automática em São Paulo – como também em outras partes –, mas que, de todo modo, informa e demanda os posicionamentos e as reações nas mais diversas áreas do Império”³⁹.

Define, como tarefa principal da pesquisa, “tentar compreender como um determinado império, o filipino, herdeiro de outro império, conservando maior ou menor autonomia, e se fez sentir nas partes mais distantes, no caso específico, São Paulo”⁴⁰.

Essa abordagem, por mais que permita estabelecer relações entre áreas de colonização portuguesa e espanhola, por estar circunscrita pelo período de unidade política, torna a interpretação de integração regional restrita.

Ao separar o período de união política dos demais momentos históricos, a visão que se tem da colônia permanece na interpretação consolidada: de uma área moldada pelos impérios europeus e como um arquipélago de partes sem conexões entre si.

³⁷ Janice Theodoro e Rafael Ruiz. *op. cit.*, p. 86.

³⁸ José Carlos Vilardaga. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010, p. 14.

³⁹ José Carlos Vilardaga. *op. cit.*, p. 14.

⁴⁰ José Carlos Vilardaga. *op. cit.*, p. 17.

A premissa da unidade do Império por conta da União Ibérica explicita outras questões que pretendemos abordar na tese. A abordagem imperial, ou seja, a visão da conquista e colonização a partir dos centros metropolitanos, gera, muitas vezes, interpretações eurocêntricas e propiciam, em última instância, a manutenção de concepção colonialistas.

No artigo *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa desenvolvem algumas reflexões.

A principal discussão é a concepção de monarquia pluricontinental, ideia lançada em texto de Nuno Gonçalo Monteiro⁴¹. Apresentam que esse conceito

se tratava de uma chave cognitiva capaz de dar conta da dinâmica do império ultramarino português – na expressão de Charles Boxer – nele incluindo a concepção corporativa (autonomia dos corpos sociais), porém tendo clara a sua diferença com o conceito de monarquia compósita de J. H. Elliott aplicado para Espanha dos Áustrias⁴².

Define a monarquia pluricontinental como sendo

um só reino – o de Portugal –, uma só nobreza de solar, mas também diversas conquistas extra-europeias. Nela há um grande conjunto de leis, regras e corporações – concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos – que engendram aderência e significado às diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia⁴³.

E, “outro traço da monarquia pluricontinental, já diversas vezes sublinhado, é que nela a Coroa e a primeira nobreza viviam de recursos oriundos não tanto da Europa mas do ultramar, das conquistas do reino. Trata-se, portanto, de uma monarquia e nobreza que têm na periferia a sua centralidade material”⁴⁴.

A concepção tem relação direta com as formulações de Jack Greene sobre a

⁴¹ Nuno Gonçalo Monteiro. “A tragédia dos Távora. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII”. In João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (org.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴² João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, n. 27, 2009, p. 38.

⁴³ João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. *op. cit.*, p. 42.

⁴⁴ João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. *op. cit.*, p. 43.

Atlantic history..

Jack Greene e Philip Morgan definem que

Atlantic history is an analytic construct and an explicit category of historical analysis that historians have devised to help them organize the study of some of the most important developments of the early modern era: the emergence in the fifteenth century and the subsequent growth of the Atlantic basin as a site for demographic, economic, social, cultural, and other forms of exchange among and within the four continents surrounding the Atlantic Ocean – Europe, Africa, South America, and North America – and all the islands adjacent to those continents and in that ocean⁴⁵.

A principal crítica feita à *Atlantic history* baseia-se no fato dessa ser um desdobramento da história imperial. Essa, marcada por autores como Charles Boxer, tem como objetivo escrever uma história que valorize os feitos políticos, econômicos e sociais dos grandes impérios europeus.

Assume, pois, a postura de conceber a colonização a partir das capitais dos Impérios e adota uma visão eurocêntrica. A *Atlantic history*, como desdobramento norte-americano da história dos impérios, mantém a ideia de centralidade, agora na porção noroeste do Atlântico e a visão dos Estados Unidos como parâmetro principal de interpretação.

Como últimas questões a levantar, apontamos a necessidade, como síntese das demais apresentadas, de compreender o Império português como dinâmico e de forma a contemplar suas diversas geografias.

A discussão sobre centralização do Império, que se apresenta de forma contínua desde meados do século XX, perpassa essa concepção.

Como trataremos no Capítulo 6, devemos conceber o fenômeno do alargamento do poder levando em consideração as dinâmicas regionais das variadas partes do Império.

Um Império vasto, e que abrange vários continentes e que dialoga com poderes variados, não pode ser concebido como um bloco unitário e muito menos como uma atuação direta e centralizada em Lisboa.

A renovação da historiografia sobre o Império português passa pela incorporação da ideia de que um império é composto por múltiplas geografias e essas

⁴⁵ Jack P. Greene e Philip D. Morgan. *Atlantic history. A critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009, p. 3.

correspondem a dinâmicas regionais.

A visão de conjunto do Império somente será possível com o trabalho de análises regionais que contemplem a estruturação dos poderes políticos.

A empreitada da Coroa após 1640 de engrandecer seu poder correspondeu a uma ação que foi definida pelas estruturas regionais. Onde houve resistência, o poder real não avançou e onde essas estruturas eram frágeis e incipientes, a Coroa garantiu sua maior presença.

Soma-se a isso os fatores de interesse econômico e geopolítico. A Coroa, com recursos financeiros limitados, privilegiaria regiões estratégicas no Império. Assim ocorreu na Índia no século XVI e justificou a virada atlântica no século XVIII com a descoberta das minas de ouro no Brasil.

* * *

O trabalho de pesquisa teve início na problemática da criação de vilas no planalto e a relação dessas com a manutenção de um equilíbrio político na capitania. A partir dessa formulação, partimos para reflexões sobre a construção do poder político em Portugal, a circulação de ideias e práticas no contexto americano e a contribuição de elementos indígenas no processo de fragmentação das elites locais.

Com isso, a pesquisa partiu de um problema particular para um geral, indo da criação das vilas para um contexto europeu e sul-americano.

Na confecção do texto, por questões de organização lógica, partimos do contexto geral, isto é, a construção do espaço no Novo Mundo e seus caminhos, para o específico, através da proposta de um modelo vicentino para a criação de municípios.

Ao longo do texto optamos em manter a grafia original e não modernizar as citações dos autores. E, com o intuito de facilitar a leitura das referências de rodapé, optamos em recomençar a contagem das notas a cada parte do trabalho.

A tese se divide em três partes. Na primeira, intitulada *Os sertões de São Paulo: a construção do espaço* buscamos refletir sobre a elaboração das espacialidades no planalto.

Para tanto, abordamos o debate sobre a fronteira e sertões na historiografia brasileira, descrevemos os caminhos que, ao cruzarem o território, contribuiriam para sua construção e, nas relações políticas e sociais com as diversas partes da bacia do

rio da Prata, verificarmos as integrações e contatos entre os territórios americanos.

Na segunda parte, *Poderes locais no Império Português*, damos continuidade à primeira ao tratarmos do fenômeno político dos municípios nessa espacialidade construída.

Inicialmente desenvolveremos o debate sobre novas espacialidades através da conceituação da *história global* e a sua precursora *história dos impérios*. Com a abordagem do planalto em uma perspectiva global, discutimos os municípios, tanto em sua formulação teórica quanto em sua aplicação no contexto frente ao poder da Coroa.

Na terceira e última parte, *Poderes locais nos sertões de São Paulo* buscamos aplicar as formulações teóricas apresentadas anteriormente.

Iniciamos essa com a concepção de que as ideias e experiências políticas circulam além das fronteiras e, para o período inicial da conquista e colonização da América, a troca de conhecimentos aparece como elemento fundamental para a fixação e sobrevivência dos assentamentos europeus no Novo Mundo.

Prosseguimos com a narrativa das fundações dos municípios no planalto e com a relação dessas novas estruturas político-administrativas com a terra urbana e com o esgotamento de seu acesso.

Por fim, no último capítulo, discutimos a construção de um modelo vicentino para a criação de municípios através da mestiçagem, tanto étnica quanto cultural, que criou no planalto vicentino uma sociedade híbrida, com elementos europeus e indígenas, e que é a chave para compreender a sociedade colonial paulistanos seus primórdios.

Parte I

Os sertões de São Paulo: a construção do espaço

Una mañana, después de casi dos años de travesía, fueron los primeros mortales que vieron la vertiente occidental de la sierra. Desde la cumbre nublada contemplaron la inmensa llanura acuática de la ciénaga grande, explayada hasta el otro lado del mundo. Pero nunca encontraron el mar. Una noche, después de varios meses de andar perdida por entre los pantanos, lejos ya de los últimos indígenas que encontraron en el camino, acamparon a la orilla de un río pedregoso cuyas aguas parecían un torrente de vidrio helado. Años después, durante la segunda guerra civil, el coronel Aureliano Buendía trató de hacer aquella misma ruta para tomarse a Riohacha por sorpresa, ya los seis días de viaje comprendió que era una locura. Sin embargo, la noche que acamparon junto al río, las huestes de su padre tenían un aspecto de náufragos sin escapatoria, pero su número había aumentado durante la travesía y todos estaban dispuestos (y lo consiguieron) a morirse de viejos. José Arcadio Buendía soñó esa noche que en aquel lugar se levantaba una ciudad ruidosa con casas de paredes de espejo. Preguntó qué ciudad era aquella, y le contestaron con un nombre que nunca había oído, que no tenía significado alguno, pero que tuvo en el sueño una resonancia sobrenatural: Macondo. Al día siguiente convenció a sus hombres de que nunca encontrarían el mar. Les ordenó derribar los árboles para hacer un claro junto al río, en el lugar más fresco de la orilla, y allí fundaron la aldea.

Gabriel García Márquez⁴⁶

⁴⁶ Gabriel García Márquez. *Cien años de soledad*. Madrid: Debolsillo, 2013, p. 35-36.

Capítulo 1

Sertões de São Paulo como espaço fluido

A proposta desse capítulo é discutir as espacialidades da capitania de São Vicente a partir da ideia de que o espaço é uma construção social e não um dado posto pela natureza. Com isso, abordaremos a discussão sobre a definição e caracterização do sertão como espaço fluido e dinâmico. Por fim, a partir dessa caracterização de sertão, iremos tratar do debate sobre fronteira na porção sul da América Portuguesa.

A criação do espaço: discussão sobre as espacialidades na América Portuguesa

Para iniciarmos a discussão sobre os sertões da América portuguesa é necessário que tratemos, mesmo que brevemente, do espaço geográfico enquanto construção social.

Milton Santos, em *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, apresenta a ideia de que o espaço não é um dado natural, mas socialmente construído. Afirmar que “paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”⁴⁷.

Assim, para Milton Santos, “o espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única”⁴⁸. Enquanto que “cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos”⁴⁹.

Dessa forma, o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida, “as formas são importantes. Essa materialidade sobrevive aos modos de produção que lhe deram origem ou aos momentos desses modos de

⁴⁷ Milton Santos. *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 103.

⁴⁸ Milton Santos. *op. cit.*, p. 103.

⁴⁹ Milton Santos. *op. cit.*, p. 103.

produção”⁵⁰.

A partir dessa interpretação, Milton Santos define que “não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando”⁵¹.

Conclui que “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”⁵². Contudo, “a contradição principal é entre a sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo, que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas”⁵³.

Como exercício de compreensão do espaço como realidade socialmente construída, Milton Santos defende a necessidade da compreensão das espacialidades através de *redes*⁵⁴. Destaca que “a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentido, a rede é, na verdade uma mera abstração”⁵⁵, um recurso interpretativo do espaço.

Com isso,

uma visão atual das redes envolve o conhecimento das idades dos objetos (considerada aqui a idade ‘mundial’ da respectiva técnica) e de sua longevidade (a idade ‘local’ do respectivo objeto), e, também, da quantidade e da distribuição desses objetos, do uso que lhes é dado, nas relações que tais objetos mantêm com outros fora da área considerada, das modalidades de controle e regulação do seu funcionamento⁵⁶.

Afirma Milton Santos que “a existência das redes é inseparável da questão do poder”⁵⁷. Apresenta, portanto, que a compreensão das espacialidades passa pela interpretação das redes, pois como construção social, seus elementos de interação são

⁵⁰ Milton Santos. *op. cit.*, p. 105.

⁵¹ Milton Santos. *op. cit.*, p. 109.

⁵² Milton Santos. *op. cit.*, p. 109.

⁵³ Milton Santos. *op. cit.*, p. 109.

⁵⁴ A interpretação do espaço urbano através do recurso de redes teve como obra inicial o estudo “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, de Pierre Deffontaines, publicado em 1944. A obra de 1968 de Nestor Goulart Reis Filho, *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)* apresenta uma conceituação e aplicação à problemática da urbanização brasileira de maneira mais desenvolvida.

⁵⁵ Milton Santos. *op. cit.*, p. 262.

⁵⁶ Milton Santos. *op. cit.*, p. 263.

⁵⁷ Milton Santos. *op. cit.*, p. 270.

fundamentais para seu entendimento.

E, para sua compreensão enquanto fenômeno social, devemos considerar que

as redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de formas centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como forças centrífugas⁵⁸.

Assim, “mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros”⁵⁹. Compreende-se, portanto, “o fato de que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, [e isso] faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial”⁶⁰.

Em *A construção do espaço*, Sonia Barros apresenta o espaço como resultado de transformações sociais, o que inclui fatores políticos, econômicos e culturais. Assim, “o espaço socialmente transformado pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituídos em significações pelas práticas cultural-ideológicas”⁶¹.

Para Sonia Barros,

o espaço constituído é ao mesmo tempo um fato físico e um fato social, em seus atributos de propriedade, valor e símbolo. Entretanto, uma concepção estreita e de grande eficácia ideológica tem-se mostrado inclinada a identificar ambas as condições em algumas de suas implicações. No campo da prefiguração do espaço, as práticas fundadas nos critérios antes mencionados se orientaram para o tratamento técnico deste último, considerando que a modificação de certas características do meio natural traz consigo a solução de toda uma série de problemas sociais⁶².

⁵⁸ Milton Santos. *op. cit.*, p. 278.

⁵⁹ Milton Santos. *op. cit.*, p. 279.

⁶⁰ Milton Santos. *op. cit.*, p. 279.

⁶¹ Sonia Barros. “A produção do espaço” In Maria Adélia de Souza e Milton Santos (orgs). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 19.

⁶² Sonia Barros. *op. cit.*, p. 20.

No entanto,

cumprir acentuar que o espaço como manifestação social, ou seja, como forma de objetividade das relações que se estabeleceram entre os homens, constitui uma das múltiplas determinações que operam no interior da totalidade social, desempenhando o papel de seu reprodutor material. Em compensação, como elemento físico, ele condiciona as ações sociais, impondo restrições à sua realização⁶³.

Bernard Lepetit, em sua *Por uma nova história urbana*, aborda a construção do espaço a partir de uma abordagem interdisciplinar. Aponta, para tanto, que “a interdisciplinaridade inscreve-se num processo de evolução contínua do campo das ciências sociais. Esse processo é complexo na medida em que remete a lógicas e temporalidades que absolutamente não coincidem”⁶⁴.

Define que

toda pesquisa histórica nasce no fim provisório de uma série de pesquisas sucessivas: definem-se suas características e aprecia-se na sua pertinência também de acordo com as proposições das precedentes. Na diacronia, ela se inscreve, assim, numa tradição cuja origem se desloca com a evolução da disciplina. Na sincronia, todo livro de história toma lugar na organização atual das constelações disciplinares por ele, ao mesmo tempo, em sua escala, contribui para definir e modificar⁶⁵.

Dessa forma, “isso significa que ela depende também dos conteúdos próprios de cada uma das outras ciências humanas, que, como a história, mas em ritmos e segundo orientações não necessariamente semelhantes, estão em constante evolução”⁶⁶.

Para a discussão a respeito das espacialidades, além da interdisciplinaridade, Lepetit destaca a importância das escalas. Afirma que “não só é sensato escolher uma escala, como também é impossível apreender o real sem essa escolha”⁶⁷.

Para tanto, “a totalidade social constituía a finalidade última da pesquisa. Uma conduta analítica francamente cartesiana dava acesso a ela, empenhando-se em dividir

⁶³ Sonia Barros. *op. cit.*, p. 20.

⁶⁴ Bernard Lepetit. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 33.

⁶⁵ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 33.

⁶⁶ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 35.

⁶⁷ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 214.

cada objeto complexo em conjuntos de dimensão intermediária, para poder depois praticar a quantificação”⁶⁸.

Apresenta a escala essencialmente como relacionada com o objeto, mas adverte que “a variação da escala não é o apanágio do pesquisador nem sobretudo o produto do processo de construção da pesquisa”⁶⁹. A escala tem, portanto, “a função de identificar os sistemas de contextos em que se inscrevem os jogos sociais. A ambição dessa cartografia dinâmica é reconhecer e desenhar, em sua variedade, um conjunto de mapas que correspondem a igual número de territórios sociais”⁷⁰.

Para Lepetit, comumente, “em geografia ou em arquitetura, uma escala é uma linha dividida em partes iguais e colocada ao pé de um mapa, de um desenho ou de um projeto, para servir de medida comum a todas as partes de um edifício ou então a todas as distâncias e a todos os lugares de um mapa”⁷¹.

Assim, “desenhar um projeto é construir um modelo reduzido da realidade depois de haver selecionado uma dimensão dela (no caso, sua disposição no solo) e de haver renunciado às outras. Poderíamos destacar a perda (de detalhes, de complexidade, de informação) que tal operação envolve”⁷². Reforça, portanto, que “é mais justo destacar a escolha e a intenção que ela [a escala] supõe, pois a opinião precedente repousa na ideia preguiçosa de que o real se desvenda espontaneamente, em sua riqueza, antes de qualquer atividade de análise (necessariamente em déficit, por sua vez)”⁷³.

No entanto, ressalta que “as conclusões que resultam de uma análise conduzida numa escala particular não podem ser opostas às conclusões obtidas numa outra escala. Elas são cumuláveis apenas com a condição de que se levem em conta os níveis diversos em que foram estabelecidas”⁷⁴. Define, pois, que “escrever um livro de síntese, por exemplo, é sempre, em relação aos estudos particulares que existem, mudar de escala, portanto, de objeto e de problemática”⁷⁵.

Conclui Lepetit a reflexão do uso de escalas na interpretação das espacialidades com a seguinte metáfora: “uma cidade, uma campina, de longe são uma cidade e uma campina; mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores,

⁶⁸ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 197.

⁶⁹ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 206.

⁷⁰ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 207.

⁷¹ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 208.

⁷² Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 213.

⁷³ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 207-214.

⁷⁴ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 225.

⁷⁵ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 225.

telhas, grama, formigas, pernas de formigas, ao infinito. Tudo isso se reveste com o nome de campo”⁷⁶.

John B. Harley, em *La nueva naturaleza de los mapas*, apresenta, como forma de compreensão das espacialidades, o mapa como seu mais importante suporte. Afirma que, entre numerosos tipos de documentos sobre o espaço “que por lo general utilizan los historiadores, los mapas son muy conocidos; sin embargo, no son tan bien comprendidos”⁷⁷.

Comumente, “la percepción común de la naturaleza de los mapas es que son una imagen, una representación gráfica de algún aspecto del mundo real”⁷⁸. Com isso, “el resultado es que cuando los historiadores hacen una valoración de los mapas, sus estrategias interpretativas son determinadas por esta idea de lo que se dice que son los mapas”⁷⁹.

A partir dessa situação, Harley reflète que “sin embargo, hay una respuesta alternativa a la pregunta de qué es un mapa. Para los historiadores, una definición igualmente adecuada de un mapa es: *una construcción social del mundo expresada a través del medio de la cartografía*”⁸⁰.

Essa representação do espaço não se dá somente pela escala, discussão abordada por Bernard Lepetit, mas também pelo uso de signos para representar o mundo nos mapas, em um processo semelhante a dos textos. Assim, “cuando éstos son fijos en un género de mapas, los definimos como signos convencionales. Los mapas no tienen una gramática como el lenguaje escrito, pero igualmente son textos diseñados de manera deliberada y creados bajo la aplicación de principios y técnicas, y desarrollados como sistemas formales de comunicación”⁸¹.

Por conta da semelhança dos mapas com demais documentos textuais, Harley lembra que “la regla básica del método histórico es que sólo se pueden interpretar los documentos en su contexto”⁸². E, “esta norma se aplica igualmente a los mapas, que deben llevarse de regreso al pasado y situarse estrictamente en su propio periodo y lugar”⁸³.

Define como elemento central da interpretação da documentação cartográfica

⁷⁶ Bernard Lepetit. *op. cit.*, p. 236.

⁷⁷ J. B. Harley. *La nueva naturaleza de los mapas*. México: FCE, 2005, p. 59.

⁷⁸ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 60.

⁷⁹ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 60.

⁸⁰ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 61.

⁸¹ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 62.

⁸² J. B. Harley. *op. cit.*, p. 63.

⁸³ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 63-64.

o papel dos interesses políticos e econômicos envolvidos no processo de confecção dos mapas. Reforça que

la intención cartográfica casi nunca fue cuestión de capacitación, habilidad o disponibilidad de instrumentos de un individuo, o del momento y el dinero necesario para completar un trabajo adecuadamente. Los cartógrafos casi nunca podían tomar decisiones de manera independiente, ni estaban libres de limitaciones financieras, militares o políticas⁸⁴.

Portanto, “por encima del taller siempre hay una persona que encarga el mapa y, como consecuencia, el mapa está imbuido en dimensiones sociales además de técnicas”⁸⁵.

Como importante contribuição ao estudo da cartografia, Harley destaca o papel da toponímia⁸⁶ para a compreensão das relações do espaço. Ressalta que “al igual que los contornos, los nombres de lugares ofrecen una forma de construir genealogías y perfiles de origen para mapas que antes se encontraban dispersos”⁸⁷.

O estudo da toponímia nos leva a refletir sobre as trocas culturais entre europeus e as populações indígenas no processo de conquista e compreensão do espaço americano. A esse respeito Harley aponta que

en los periodos iniciales de la exploración, los europeos de distintas nacionalidades seguramente escuchaban nombres de boca de hablantes nativos norteamericanos de una variedad de lenguas y, también deben de haber tratado de registrarlos de acuerdo con su propio sistema de sonidos, además de una ortografía estandarizada. Incluso en los casos en que se aplicaron nombres europeos a la geografía norteamericana el proceso de traducirlos y editarlos estuvo viciado, resulta entonces que los nombres son producto de descuido, de una mala lectura o de un mal entendimiento de generaciones sucesivas de cartógrafos que no tenían conocimiento de primera mano de los logares o las lenguas en cuestión⁸⁸.

⁸⁴ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 66.

⁸⁵ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 67.

⁸⁶ Para uma discussão sobre os usos da toponímia ver Teodoro Sampaio. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: O Pensamento, 1914 e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. “A toponímia como meio de investigação linguística e antropocultural”. In: Aparecida Negri Isquardo (org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil – Portugal*. Campo Grande: EdUFMS, 2008, p. 215-231.

⁸⁷ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 70.

⁸⁸ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 70-71.

Conclui Harley que

los mapas nunca son imágenes carentes de valor; excepto en el sentido euclidiano más estricto; por sí mismos no son ciertos o falsos. Tanto en la selectividad de su contenido como en sus signos y estilos de representación, los mapas son una manera de concebir, articular el mundo humano que se inclina hacia, es promovido por y ejerce una influencia sobre grupos particulares de relaciones sociales⁸⁹.

Com isso, “la cartografía puede ser ‘una forma de conocimiento y de poder’”⁹⁰.

Isso porque “la historia de los mapas se encuentra inextricablemente vinculada al surgimiento del Estado-nación en el mundo moderno”⁹¹. Assim, a compreensão das espacialidades, nas interpretações de Harley passa, necessariamente, pela relação entre espaço e poder e concebe a representação espacial como uma linguagem, passível de análises e leituras.

Afirma, portanto, que “así como el reloj como símbolo gráfico de la autoridad política centralizada, trajo consigo la ‘disciplina del tiempo’ al ritmo de los trabajadores industriales, las líneas de los mapas, dictadoras de una nueva topografía agraria, introdujeron una dimensión de ‘disciplina del espacio’”⁹².

Fania Fridman, na Apresentação de *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história* retoma as considerações tecidas por Bernard Lepetit. Atenta que, lembrando o autor francês, “o território origina-se do conjunto das configurações, *presentificando os passados*, e as formas, por sua vez, registram antigas relações sociais e hábitos de grupos sociais enraizados em territórios”⁹³.

Thomas Calvo, no capítulo *Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)* da obra organizada por Fania Fridman, aborda os modelos de urbanização hispânicos para as Américas. Apresenta que “as regras e os modelos impostos pelos dominadores vão ser determinantes com o passar do tempo, mas de forma variada, conforme os preceitos, os espaços, os tempos”⁹⁴.

⁸⁹ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 80.

⁹⁰ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 82.

⁹¹ J. B. Harley. *op. cit.*, p. 87.

⁹² J. B. Harley. *op. cit.*, p. 90-91.

⁹³ Fania Fridman. “Apresentação”. In: Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013, p. 12.

⁹⁴ Thomas Calvo. “Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)” In Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013, p. 22.

O modelo de urbanização espanhol não vai se aplicar por completo pelo fato da América não ser um espaço vazio, desabitado. Para Calvo,

existe um claro contraste entre o traçado espanhol, em boa parte realizado a ‘compasso’, e a falta de ordenamento dos bairros indígenas circundante. Se isso acontece na capital, não se deve esperar algo melhor nas regiões afastadas, como revela o mapa de San Luís de Potosí de 1594, a mina real do norte da Nova Espanha. Este simples esboço opõe o assentamento hispânico, reticular, ao casario dos indígenas ao redor⁹⁵.

Assim, “a integração em um espaço remodelado e mudado sob normas hispânicas não era o essencial. Constituir-se numa verdadeira república de índios impunha outras exigências”⁹⁶. O que leva ao seguinte posicionamento: “como combinar as heranças locais com as exigências procedentes dos conquistadores”⁹⁷.

Uma possível resposta à questão de Thomas Calvo, nas linhas de Harley e Lepetit, seja a compreensão do processo de conquista e apreensão da espacialidade americana. Não podemos conceber os sertões americanos como território vazio, sem população e sem uma cultura política e relações espaciais já estabelecidas pelos indígenas.

A esse respeito, John Short em *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*, destaca que, na imagem consolidada pela historiografia sobre espacialidades, “there is the empty space that awaits the full unfolding of the colonial/imperial project. Even when the narratives contain descriptions of the indigenous people, the land is conceptualized as a blank page for colonial/imperial expansion”⁹⁸.

Defende, portanto, que os conhecimentos indígenas sobre a natureza e suas concepções de espacialidades foram fundamentais no processo de conquista e colonização do Novo Mundo. A partir da fusão de culturas indígenas e europeias, criou-se um pensamento próprio, com características americanas.

Para Short, apenas das visões dos sertões como espaço vazio, “there is the occupied space of an inhabited land with a due recognition of a humanized landscape

⁹⁵ Thomas Calvo. *op. cit.*, p. 27.

⁹⁶ Thomas Calvo. *op. cit.*, p. 28.

⁹⁷ Thomas Calvo. *op. cit.*, p. 28.

⁹⁸ John Short. *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*. Londres: Reaktion, 2009, p. 18.

full of people. The consequences and implications of a still settled space and its tensions with an empty space involve many responses from the geopolitical to the moral”⁹⁹.

Historiografia sobre sertões

Sertão é definido por Raphael Bluteau, em seu *Vocabulario portuguez e latino...*, como “*região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras*”¹⁰⁰. A proposta desse capítulo, mais que definir sertão, é problematizar o espaço que compreende o interior da América portuguesa como um território do desconhecido no qual os mitos europeus, em consonância com mitos das populações indígenas, impulsionaram a penetração dos europeus.

Na historiografia sobre a ocupação do sertões da capitania de S. Vicente, a concepção de interior era de um território vazio no qual a “civilização” deveria dominar. Afonso Taunay, em *São Paulo nos primeiros anos* de 1920, consolida essa imagem. Afirma que

alguns quilômetros do arraial paulistano começava o tenebroso sertão, mais ignoto e ameaçador do que a selva mato-grossense de hoje entre Madeira-Araguaia. Povoam-no monstros e abantesmas; fenômenos e prodígios: os corriqueamas com quinze pés de alto e os guaiazis, minúsculos, mas ferozes e inumeráveis; os matuius, homens de pés para trás e corredores agilíssimos; e os giboiuços, serpentes cujas carnes, putrefatas, durante as intermináveis e penosíssimas digestões, refaziam-se constantemente; toda esta fauna teratológica que tão pitorescamente nos descreve o velho cronista Simão de Vasconcelos e à porfia referem os copiadores uns após os outros, dando-se ares de contar coisas originais¹⁰¹.

Define, como característica principal da vila de São Paulo no século XVI, o fato de estar inserida em meio ao sertão e, para tanto, “urgia manter rigorosa disciplina naquele posto avançado da civilização, perdido entre as selvas, que era São Paulo e essa disciplina, entendia-o a Câmara, precisava basear-se sobretudo no

⁹⁹ John Short. *op. cit.*, p. 18.

¹⁰⁰ “Sertão”. Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes, 1712, v. 7, p. 613.

¹⁰¹ Afonso Taunay. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 20.

respeito à autoridade”¹⁰².

Na *História geral das bandeiras paulistas*, obra monumental de Afonso Taunay publicada entre 1924 e 1950, apresenta o sertão como um território desconhecido, não delimitado. Aponta que

‘esta terra é da Coroa de Portugal e do Senhor Conde de Monsanto’ afirmavam os bandeirantes de Antonio Raposo Tavares em unísono com a homeinada [sic] seu cabo de tropa. Assim nos contam varios depoimentos jesuíticos hespanhoes ao se refirem á resposta dada pelos paulistas aos ignacianos que lhe verberavam assolar terras e povos sujeitos á Coroa de Hespanha. E realmente como que havia entre os sertanistas a percepção confusa de que a linha demarcadora das terras das duas coroas devia passar mais a oeste do que pretendiam os hespanhoes, a saber, entrando no Brasil em Cananea, senão mesmo em S. Vicente. Não nos esqueçamos ainda quanto lhes era tal doutrina favorável ás pretensões¹⁰³.

A essa delimitação não precisa entre os domínios das duas Coroas na América soma-se o fato que, durante 80 anos, Portugal e Espanha estavam unidos sob o mesmo monarca. A esse respeito, Taunay destaca que “em 1580 reuniram-se sobre a mesma cabeça as coroas de Portugal e Hespanha, o que na América só devia trazer vantagens. Desde então os dois povos, alheios a quaisquer rivalidades coloniaes, puderam dedicar-se ás tarefas que lhes pareceram mais urgente e proveitosa solução”¹⁰⁴, como, por exemplo, devassar os sertões em busca de metais preciosos e, por outro lado, defender o litoral de incursões de franceses e holandeses.

Washington Luís, na obra *Na capitania de São Vicente* de 1956, corrobora as interpretações de Afonso Taunay sobre os sertões e a dificuldade no processo de conquista e colonização. Aponta que, nos anos subsequentes à conquista da América portuguesa “só o oriente interessava, então, mas com a declinação do seu comércio, a situação econômica e financeira do reino também declinava assustadoramente”¹⁰⁵.

A solução para essa situação seria a busca por metais preciosos no continente americano. Vale ressaltar que a riqueza das civilizações asteca e inca e a descoberta das minas de prata de Potosí direcionam a ambição europeia da Ásia para o Novo

¹⁰² Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 121.

¹⁰³ Afonso Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1928, v. 4, p. 130.

¹⁰⁴ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 121, v. 4, p. 134.

¹⁰⁵ Washington Luís Pereira de Sousa. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 46.

Mundo.

Contudo, “delicada era, pois, a situação de Portugal, e difícilima, pois, a colonização do Brasil. Mas, segundo Frei Luís de Sousa, nos seus Anais, o Brasil, que ainda nada tinha dado e estava em bruto, prometia grandes maravilhas”¹⁰⁶.

Assim, “as lendas sobre riquíssimas minas de ouro alucinavam os europeus ávidos em toda a parte da velha Europa. Ninguém podia distinguir o que de real haveria nas ficções criadas e amplificadas por imaginações desvairadas”¹⁰⁷.

Destaca Washington Luís a posição estratégica da vila de São Paulo em relação à rede de caminhos terrestres e fluviais que cruzavam o sertão. Dessa forma,

São Paulo, com a força de um destino, transformou os vicentinos e os forasteiros em paulistas e o nome de S. Paulo, numa igreja em pequeníssimo povoado, passou para a vila, passou depois para cidade, passou para a capitania e mais tarde para todo o território sertanejo, desde as altas e recônditas cabeceiras dos regatos, que afluem para o Paraguai e para o Paraná até formar o rio da Prata, como passou até para o norte, até as que constituem a bacia sul do Amazonas e para a bacia do São Francisco, no sertão¹⁰⁸.

A essa posição estratégica soma-se ao impulso gerado pelos mitos e promessas de riquezas. A esse respeito, Washington Luís afirma que

mais que a curiosidade aventureira e ávida, a necessidade imprescindível de, pela ocupação efetiva, pela posse, assegurar os descobrimentos feitos, iriam impulsionar com ardor insaciável as expedições audacíssimas através dos desertos selvagens ou inimigos. Os navegadores temerários e tenazes seriam substituídos pelos sertanistas atrevidos; as bandeiras iriam ocupar na atenção da História o lugar das frotas. Era natural, lógico, fatal, pois, o esquadrinhamento do interior dessas terras, e as entradas ao sertão teriam que aparecer. O ciclo das navegações seria substituído pelo ciclo das bandeiras em Portugal¹⁰⁹.

Em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda em 1957 apresenta o processo de penetração e conquista do interior do Brasil. Define que “durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e

¹⁰⁶ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 48.

¹⁰⁷ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 48.

¹⁰⁸ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 140.

¹⁰⁹ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 223.

ao índio, não passam, geralmente, de manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independentes dela. Acomodando-se à arribada de navios mais do que ao acesso do interior, esses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do oceano¹¹⁰.

Sérgio Buarque evidencia a importância da posição geográfica de São Paulo e das redes de caminhos no sertão. Afirmar que

alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa. Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica. Recordam-nos, entretanto, a singular importância dessas estradas para a região de Piratininga, cujos destinos aparecem assim representados como em um panorama simbólico¹¹¹.

A compreensão da realidade americana pelo europeu se deu, de acordo com Sérgio Buarque, pela assimilação dos conhecimentos e práticas dos indígenas. Assim, “neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra”¹¹².

Isso porque eram os paulistas “donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos”¹¹³.

A importância do sertão para a compreensão do Brasil é reforçada na tese de cátedra *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, defendida e publicada em 1958. Ao destacar as motivações míticas para a penetração do interior, Sérgio Buarque altera a concepção do sertão, de vazio passa a ponto de atração por sua lendas e possibilidades de riquezas.

Mitos carregados de sentido religioso, localizava em local incerto o Éden, o paraíso terrestre. Buarque de Holanda aponta que

a ideia de que existiu na Terra, com efeito, algum sítio de bem-

¹¹⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957, p. 5.

¹¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 15.

¹¹² Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 15.

¹¹³ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 15.

aventurança, só acessível aos moradores através de mil perigos e penas, manifestos, ora sob a aparência de uma região tenebrosa, ora de colunas ígneas que nos impedem de alcançá-lo, ou então de demônios ou pavorosos monstros, pode prevalecer, porém, independentemente das tradições clássicas ou das escolásticas sutis¹¹⁴.

Essa concepção de recompensa após toda sorte de desafios encontrou terreno fértil na América. As matas desconhecidas, a geografia fantástica e os riscos das explorações corroboram com a ideia cristã de gratificação após sacrifícios.

Dessa forma, “era de esperar, depois das desvairadas especulações de Colombo e outros navegantes, que também a fonte de Juventa, constante apêndice do Paraíso Terreal, achasse algum meio de introduzir-se na geografia visionária do Novo Mundo”¹¹⁵.

A busca pelo paraíso foi substituído pelos mitos de reinos abundantes em ouro e prata. Nas palavras de Buarque de Holanda, “à imagem ou não do Dourado propriamente dito – o dos Omáguas e de Manoa – e também do Dourado de Meta, isto é, dos Chilocha, foram reportados aqui e ali muitos outros reinos áureos ou argênteos, não menos lisonjeiros para a desordenada cobiça dos soldados”¹¹⁶.

Esses mitos de ouro e prata encontraram importante reforço quando do contato e conquista das civilizações asteca e inca. As minas de prata do Alto Peru, notadamente o mítico Potosí, tiveram destacado papel de motivar a cobiça de portugueses e direcionar a penetração nos sertões a oeste. Isso porque,

fosse qual fosse o verdadeiro quinhão de Portugal no Novo Mundo, um fato se impunha aqui fora de toda dúvida, e era a perfeita continuidade, de todos reconhecida, entre o Brasil lusitano e as partes de melhor proveito nas Índias de Castela, que com ele confinavam pelo poente. Esta última consideração não era de pouca monta, sempre que se tratasse de decidir sobre a primazia em matéria de riquezas de toda sorte, e não apenas minerais, pois que uma opinião acreditada na época só poderia contribuir neste caso para dar-se a palma ao Brasil. Propínquo ao opulento Peru e sob as mesmas latitudes, porém a leste, nele seriam encontrados, por força, os mesmos produtos que se davam naquela província castelhana, e do mesmo e melhor toque¹¹⁷.

¹¹⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 59.

¹¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 60.

¹¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 79.

¹¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e*

Ao concluir a reflexão sobre o papel dos mitos no processo de colonização e construção do Brasil, Sérgio Buarque afirma que “é possível, desta excursão já demorada à volta dos mitos geográficos já difundidos na era dos grandes descobrimentos marítimos, tirarem-se conclusões válidas para um relance sobre a formação brasileira, especialmente durante o período colonial?”¹¹⁸.

Assim, como resposta a esse questionamento, “tentou-se mostrar, ao longo destas páginas, como os descobridores, povoadores, aventureiros, o que muitas vezes vêm buscar, e não raro acabam encontrando nas ilhas e terra firme do Mar Oceano, é uma espécie de cenário, ideal, feito de suas experiências, metodologias ou nostalgias ancestrais”¹¹⁹.

Corroborando com a interpretação tradicional de sertão como espaço vazio, Alida C. Metcalf, em *Vila, reino e sertão no São Paulo colonial*, de 1996, apresenta-o como “desconhecido, a imensa vastidão”¹²⁰.

Para a autora, “nos mapas, o sertão especificava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoamentos portugueses e entre eles”¹²¹.

Apresenta uma oposição entre sertão e reino ao afirmar que “se o reino representava um polo de um *continuum* que se estendia do Velho Mundo, o sertão sintetizava o oposto: a América em seu estado natural”¹²². A partir dessa concepção, “para os portugueses, o sertão pedia para ser colonizado, explorado e transformado”¹²³.

Portanto, o processo de colonização da América portuguesa é vista como “uma evolução gradativa das características do ‘sertão’ para as do ‘reino’”¹²⁴.

Em 1999, A. J. R. Russel-Wood, em *Fronteiras no Brasil colonial*, publicado na Revista Oceanos, aborda o sertão da América portuguesa como espaço de interação entre as culturas europeias e indígenas. Afirma que “este ensaio adopta, relativamente

colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 153.

¹¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 443.

¹¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 443.

¹²⁰ Alida C. Metcalf. “Vila, reino e sertão no São Paulo colonial” In Francisca L. Nogueira de Azevedo e John Manuel Monteiro (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1996, p. 420.

¹²¹ Alida C. Metcalf. *op. cit.*, p. 420.

¹²² Alida C. Metcalf. *op. cit.*, p. 420.

¹²³ Alida C. Metcalf. *op. cit.*, p. 421.

¹²⁴ Alida C. Metcalf. *op. cit.*, p. 421.

à fronteira, uma abordagem diferente: considera a fronteira como uma metáfora, vendo no termo ‘fronteira’ uma área de interação entre diferentes culturas”¹²⁵.

O sertão, área de fugitivos da justiça ou para aventureiros, é visto por Russell-Wood, como uma zona de fronteira. E, assim, “a palavra ‘fronteira’ é entendida no contexto de um limite entre culturas”¹²⁶ e “esta abordagem é mais reveladora, e mais conforme com a mistura única de culturas, parte inerente do desenvolvimento histórico no período colonial, sendo um fenómeno em curso e não menos evidente no período de hoje”¹²⁷.

Glória Kok, em *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*, de 2004, desenvolve as concepções da América como local do imaginário e dos mitos. Aponta que “não é novidade afirmar que muitos europeus fomentaram visões idílicas do sertão da América portuguesa”¹²⁸.

Esse espaço do desconhecido, território composto de lendas e mitos é controlado quando a conquista e colonização se efetiva. De acordo com Glória Kok, “à medida que se fazia a conquista de novos espaços na América portuguesa, as terras míticas nublavam-se diante de uma outra noção de geografia, cuja concepção de espaço – controlado, ordenado, limitado e mapeado –, punha-se definitivamente a serviço da Coroa para garantir o domínio de terras e gentes”¹²⁹.

John R. Gillis, em *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*, de 2004, apresenta as ilhas como locais privilegiados para a geografia mítica. Aponta que “mythical geographies always exist beyond the edge of everyday existence. They are frequently located in remote and isolated places about which we have little practical information. In the Western world, the sea has been a favored location because Europeans were late in mastering”¹³⁰.

Apesar dos mitos não serem criação da Época moderna, é com as navegações e o contato com as Américas que encontram um território fértil para seu desenvolvimento. Segundo Gillins, “in the fifteenth and sixteenth centuries discovery still meant to ‘uncover’, ‘disclose’, or ‘reveal’ – what today we would call recovery.

¹²⁵ A. J. R. Russell-Wood. “Fronteiras no Brasil colonial”. *Revista Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, n. 40, p. 9.

¹²⁶ A. J. R. Russell-Wood. *op. cit.*, p. 20.

¹²⁷ A. J. R. Russell-Wood. *op. cit.*, p. 20.

¹²⁸ Glória Kok. *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 18.

¹²⁹ Glória Kok. *op. cit.*, p. 26.

¹³⁰ John R. Gillis. *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 6.

Exploration did not involve looking for something new, but of searching for what as already known. When the ancients used the term ‘new world’ they did not to mean what we now mean”¹³¹.

Inclusive o contexto da “descoberta” das Américas é pautado pela geografia mítica, composta pelas visões cristãs e oriundas do mundo clássico. Apresenta que “Columbus’s mental world was a mix of Christian and classical elements. His Biblical geography located the navel of the world at Jerusalem, for throughout the Middle Ages the European cosmographical imagination was oriented almost exclusively to the East, the site of Christianity’s holiest places, including Eden as well the Holly City”¹³².

A geografia mítica é fundamentada pelas projeções de paraísos terrestres. Essa ideia é reforçada por conta das “notions of paradise are found in virtually all cultures, and they usually contain certain common elements. All express a generalized sense of longing focused on a place or time where plenitude, freedom, peace, and immortality are imagined to exist”¹³³.

O espaço americano, mais do que local do vazio, corroborou com os mitos europeus e, junto com os mitos ameríndios, é compreendido como um espaço encantado. John Gillis apresenta que “living in an enchanted world created and still governed by divine will, most early modern Europeans and Americans continued to regard the earth as ‘a king of gigantic living creature’. Their universe remained profoundly geocentric and anthropocentric, endowed with animate qualities irreducible to temporal or spatial quantities”¹³⁴.

A partir do século XIX, “nations drew their boundaries tighter, making ever greater distinctions between themselves and their neighbors”¹³⁵ e os espaços míticos deixam de existir.

No caso da América portuguesa, o espaço do sertão constitui-se como algo construído, pois é compreendido através da medição do território com os mitos europeus e ameríndios.

Os mitos, com seus monstros desconhecidos e promessas de riquezas infinitas, impulsionaram o europeu a devassar o sertão e, conseqüentemente, tornar esse

¹³¹ John R. Gillis. *op. cit.*, p. 46.

¹³² John R. Gillis. *op. cit.*, p. 56.

¹³³ John R. Gillis. *op. cit.*, p. 67.

¹³⁴ John R. Gillis. *op. cit.*, p. 102.

¹³⁵ John R. Gillis. *op. cit.*, p. 124.

território mais conhecido.

A compreensão da rede de caminhos e o mapeamento do sertão através da cartografia moderna, altera esse espaço mítico. Ocorre, com a fixação de população, instalação de câmaras municipais e a efetivação da presença do Estado europeu em terras americanas, o *desencantamento* do sertão. Esse processo, que corresponde à expansão da fronteira da colonização em meio ao território americano, não se dá de maneira uniforme e progressiva.

A consolidação da colonização europeia e seu avanço frente ao sertão constitui um território fluido e híbrido, pois representa uma transição entre o projeto “civilizador” europeu e a “barbárie” do Novo Mundo. Esse território fluido, denominado sertão, deve ser concebido, principalmente, por suas relações na sua espacialidade. Para tanto, iremos, adiante, abordar a discussão sobre fronteiras.

A fronteira na historiografia sobre a ocupação do planalto

A produção historiográfica sobre fronteiras na formação do Brasil tem como obra inicial a *Marcha para oeste. A influência da ‘bandeira’ na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo, publicada em 1940.

Estabelece Cassiano Ricardo como questionamento principal quais grupos, na formação brasileira, deu origem à democracia. Como exercício de resposta, aponta que “a sociedade brasileira não nasce, como se sabe, de um só ponto de irradiação. Fôrma-se cristãmente, mestiçamente. Entram nela elementos bio-democráticos e ameríndios”¹³⁶.

Dessa forma, “a democracia devia nascer no grupo de maior mobilidade social interna e externa. Mobilidade interna mais maior comunhão dos indivíduos; mobilidade externa para que sua ação democratizadora o exercesse, num sentido de unificação, sobre os demais grupos da colônia”¹³⁷.

Nas concepções do autor de *Marcha para oeste*, os bandeirantes representam o único grupo que representa essas condições¹³⁸. Assim, “a bandeira nasce na República de Piratininga e vai, em direitura, para a sociedade brasileira em cuja formação tanto inflúe. Nasce no planalto e vai conquistar a base física para o nosso

¹³⁶ Cassiano Ricardo Leite. *Marcha para oeste. A influência da ‘bandeira’ na formação social e política do Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1940, p. IX.

¹³⁷ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. IX.

¹³⁸ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. IX.

destino como povo e como nação”¹³⁹.

Aponta que “nossa democracia é um fenômeno histórico (a república de Piratininga), climático (somos um paiz tropical), bio-ético (a mistura de raças), social (o nenhum preconceito de classe e de origem), econômico (a hierarquização pelo próprio esforço) e psicológico (a bondade, na sua acepção brasileira, tipicamente democrática)”¹⁴⁰.

O ponto de irradiação dessa democracia americana seria o ponto de início das bandeiras, isto é, a vila de São Paulo. Para tanto, afirma que “o planalto de Piratininga nos deu a bandeira. A bandeira nos deu uma geografia. Esta geografia nos traçou, em sua réplica, um destino histórico, social, político, até então inédito. Foi ainda a bandeira a primeira arrancada para o nosso ‘self-government’”¹⁴¹.

Cassiano Ricardo defende a interpretação de que a democracia, como autogoverno, é resultado da influência do espaço americano no europeu. Nesse aspecto, a fronteira, como área de transição entre o litoral conhecido e os sertões desconhecidos, forjou o brasileiro. Para o autor, que esse homem americano

nasceu do planalto, a cavaleiro do sertão. Do planalto dinâmico, incompatível com a economia sedentária dos latifúndios. Estes eram mais explicáveis e, portanto, mais encontrados, no litoral estático. Em outras palavras: a bandeira nasceu de um ponto geográfico democratizante. E deu-nos, em réplica, e graças á sua estupenda mobilidade horizontal, uma geografia democrática, porque anti-totalitário. Nessa geografia não está, apenas, a ossatura do nosso destino. Esta também, o lineamento físico da federação e o habitat intransferível da nossa democracia, ‘ser vivo’”¹⁴².

O papel do sertão como transformador do homem é ressaltado por Cassiano Ricardo ao concluir que “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil”¹⁴³.

A interpretação de Cassiano Ricardo sobre a ocupação do interior do Brasil e o papel da fronteira nesse processo teve como principal influência o debate sobre a ocupação do Oeste norte-americano e a discussão posterior sobre a temática.

Robert Wegner evidencia, em *A conquista do oeste. O papel da fronteira na*

¹³⁹ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. XIII.

¹⁴⁰ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. XVIII.

¹⁴¹ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. 29.

¹⁴² Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. 36.

¹⁴³ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. 212.

obra de Sérgio Buarque de Holanda, que

uma tese bastante conhecida e que poderia, talvez, ter fornecido essa chave aos estudos do Novo Mundo era a tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner. Apresentada em 1893 nas comemorações dos quatrocentos anos do descobrimento da América, constituía-se numa explicação situacional na medida em que – embora concebida especificamente para os Estados Unidos –, ao contrário de salientar os valores puritanos e individualistas vindos da Europa, enfatizava o que havia de novo no país graças à sua dinâmica particular¹⁴⁴.

As formulações de Frederick Turner sobre fronteira e a influência do debate na historiografia norte-americana serão discutidos posteriormente.

Retomando à obra de Cassiano Ricardo, aponta o autor a importância dos bandeirantes na ocupação dos sertões e o papel desses na fundação de novos municípios. Afirma que “S. Paulo é o núcleo urbano que dá origem à bandeira. Cada bandeira, por sua vez, é uma cidade errante que lá se vai. Outras cidades vão brotando pelo caminho. Destas outras cidades surgem novas bandeiras”¹⁴⁵.

Cassiano Ricardo encerra sua obra exaltando Getúlio Vargas, a expansão do oeste durante a décadas de 30 e 40 do século XX e defende o regime político do Estado Novo brasileiro. Conclui que

inaugurando o Estado unitário e o governo forte, dando ao presidente o caráter de chefe nacional, desprezando o mito liberal na conceituação da democracia, repelindo os ‘ismos’ exóticos, conjugando sabiamente o individualismo como o coletivismo, instituindo os grupos profissionais, consagrando a consulta plebiscitária, promovendo a nacionalização das nossas fronteiras e, em síntese, retomando o fio histórico da civilização brasileira, a constituição de 10 de novembro [de 1937] reata, finalmente, o espírito bandeirante interrompido no século XIX e tão deturpado pela dialética do litoral¹⁴⁶.

Executa, portanto, ao apresentar a ocupação do oeste como fundamental para a criação do brasileiro e das suas instituições políticas, a relação direta com a Marcha

¹⁴⁴ Robert Wegner. *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000, p. 80-81.

¹⁴⁵ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. 408.

¹⁴⁶ Cassiano Ricardo Leite. *op. cit.*, p. 541.

para Oeste¹⁴⁷ executada por Getúlio Vargas e que objetivava a ocupação e a dinamização da região centro-oeste do Brasil.

A perspectiva comparada entre Brasil e Estados Unidos é continuada na obra *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, de Vianna Moog.

Na obra de 1954, estabelece como questionamento central

como foi possível aos Estados Unidos, país mais novo do que o Brasil e menor em superfície continental contínua, realizar o progresso quase milagroso que realizaram e chegar a nossos dias, à vanguarda das nações, como a prodigiosa realidade do presente, sob muitos aspectos a mais estupenda e prodigiosa realidade de todos os tempos, quando o nosso país, com mais de um século de antecedência histórica, ainda se apresenta, mesmo à luz de interpretações e profecias mais otimistas, apenas como o incerto país do futuro?¹⁴⁸.

Destaca, a título de comparação no processo de ocupação e colonização do Brasil e dos Estados Unidos, que “há desde logo uma fundamental diferença de motivos no posicionamento dos dois países: um sentido inicialmente espiritual, orgânico e construtivo na formação norte-americana, e um sentido predatório, extrativista e quase só secundariamente religioso na formação brasileira!”¹⁴⁹.

Viana Moog apresenta que

os primeiros povoadores das colônias inglesas da América, principalmente os puritanos do *Mayflower*, não vieram para o Novo Mundo só ou predominantemente em busca de minas de ouro e prata e de riqueza fácil. Vieram, isto sim, acossados pela perseguição na pátria de origem, em busca de terras onde pudessem cultivar o seu Deus, ler e interpretar a sua Bíblia, trabalhar, ajudarem-se uns aos outros e celebrar o ritual do seu culto, à sua maneira¹⁵⁰.

Já para o Brasil, define, de maneira idealizada, que

¹⁴⁷ Para o debate sobre a expansão para oeste durante o governo Vargas, ver Paulo de Figueiredo. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984; Ângela de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 e Seth Garfield. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, n. 39, 2000, p. 15-42.

¹⁴⁸ Clodomir Viana Moog. *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2011, p. 13, [1ª edição, 1954].

¹⁴⁹ Clodomir Viana Moog. *op. cit.*, p. 133.

¹⁵⁰ Clodomir Viana Moog. *op. cit.*, p. 134.

ocorreu precisamente o contrário. Os portugueses que vieram ter primeiro às terras de Santa Cruz eram todos fiéis vassalos de El-Rei de Portugal. Se, por um lado, desejavam ampliar os domínios da cristandade, ‘a Fé e o Império’, traziam já os olhos demasiadamente dilatados pela cobiça. Eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros¹⁵¹.

Como síntese, reforça que

nem tudo são dessemelhanças e contrastes entre Brasil e Estados Unidos. Em meio às diversidades que concorrem para acentuar as diferenças entre as duas culturas, brasileiros e norte-americanos guardam atualmente entre si um grande traço comum: a imaturidade, tomando aqui, naturalmente, o termo imaturidade no sentido psicológico; ou melhor, psicanalítico, de desajustamento emocional ou falta de adaptação adequada à vida e à realidade¹⁵².

Em 1961, Sérgio Buarque de Holanda, em *Movimentos da população de São Paulo no século XVIII*¹⁵³, retoma a discussão sobre o papel da fronteira e, conseqüentemente, do sertão, no processo de ocupação do planalto da capitania de São Vicente.

Destaca a especificidade da ocupação pois

nas capitanias paulistas a expansão de povoamento processou-se durante longo tempo segundo moldes que não encontraram quase paralelo, pela mesma época, em outros lugares da América portuguesa. Partindo de um núcleo originário, em geral da própria vila de S. Paulo, e sem contar com um poderoso influxo de fora, chega ela a cobrir porção do espaço utilizável das redondezas, de sorte a formar, terra a dentro, um rosário de sítios urbanos que servem para marcar a paulatina ocupação do solo¹⁵⁴.

Assim,

¹⁵¹ Clodomir Viana Moog *op. cit.*, p. 134.

¹⁵² Clodomir Viana Moog. *op. cit.*, p. 319.

¹⁵³ Apesar do título, o artigo trata do século XVII. O equívoco deve ter ocorrido por conta de erro gráfico.

¹⁵⁴ Sérgio Buarque de Holanda. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 1, 1966, p. 55.

o nascimento de um povoado pode, em realidade, originar-se da simples escassez, no termo da vila madre, de espaço disponível e acessível para a abertura de roçados, quando todo ele, ou a maior parte, já tenha donos, ou por qualquer outro motivo se acha sem préstimo para as lavouras. Em tais circunstâncias, os habitantes desejosos de terrenos para os granjeios vão naturalmente acorrerem às áreas em que eles se oferecem de sobejo, podendo chegar assim à situação de proprietários de bens rústicos, a qual se não é inerente à da cidadania, lhe dá entretanto mais realce e dignidade¹⁵⁵.

Apresenta Sérgio Buarque o sertão como vazio demográfico, a despeito das sociedades indígenas lá situadas, e como espaço para a expansão portuguesa. Define que,

à sua maneira, a função que vinham tendo no século XVII os *espaços vazios* e utilizáveis ainda existentes ao redor do velho núcleo piratiningano, inícios da colonização, assemelhava-se, rigorosamente, à espécie de *safety valve* que há cem anos inflamara imaginações anglo-saxonas no norte do continente. Se diferença houvesse, estaria nisso, que aqueles espaços livres, em vez de tingidos de cores tão idílicas, deviam parecer, em geral, uma realidade descolorida e chã, mais refrigério talvez do que esperança¹⁵⁶.

A respeito da utilização de termos consagrados pela história norte-americana, como *fronteira vazia* e *safety valve*, Robert Wegner reforça a influência dos contatos de Sérgio Buarque com a produção historiográfica dos Estados Unidos.

Wegner aponta que, “em 1941, no ano seguinte à carta de Rubens Borba e ao provável encontro com Lewis Hanke, Sérgio Buarque, a conta da Divisão Cultural do Departamento de Estado – a esta altura encarregado de promover os ‘valores pan-americanos’ –, parte em viagem aos Estados Unidos, lá chegando em junho, na companhia de Luís Jardim”¹⁵⁷.

Com isso, “o ponto que é necessário sublinhar diz respeito à possibilidade dessa visita aos Estados Unidos ter permitido a Sérgio Buarque um contato mais continuado com a historiografia americana num momento em que esta se preocupava

¹⁵⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 55-56.

¹⁵⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 105.

¹⁵⁷ Robert Wegner. *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000, p. 76.

em produzir reflexões sobre os países latino-americanos”¹⁵⁸.

O debate sobre a ocupação territorial nos Estados Unidos, ao longo do século XX, estava centrada na discussão sobre as formulações de Frederick Jackson Turner. Robert Wegner apresenta que,

devido à centralidade da obra de Turner na historiografia norte-americana e como pretendo focalizar o diálogo de Sérgio Buarque com esta historiografia – seja mais diretamente com a tese da fronteira, seja com outros autores e abordagens –, vale a pena determo-nos naquela possibilidade de aplicação da tese da fronteira na história do continente americano¹⁵⁹.

Robert Wegner destaca que, embora as formulações de Turner e o debate subsequente tenham influenciado as interpretações de Sérgio Buarque a respeito da fronteira e da ocupação do interior americano, o debate brasileiro sobre o tema não era recente¹⁶⁰. Portanto,

não se pode, contudo, cair no exagero de afirmar que foi graças à valorização da tese da fronteira que Sérgio Buarque descobriu as possibilidades explicativas da conquista do Oeste para a história do Brasil. Não se deve esquecer, por exemplo, que então já existia uma bem formada tradição de estudos sobre os bandeirantes, iniciada por Capistrano de Abreu, autor pelo qual, aliás, Sérgio Buarque nutria grande admiração¹⁶¹.

Conclui Wegner, a respeito da utilização de conceitos de Turner por Sérgio Buarque, o destacado contato com a historiografia norte-americana sobre a fronteira. Aponta que

é de notar que ‘Movimentos da População em São Paulo no século XVII’, publicado na *Revista do IEB* em 1966, ao lado do ‘Prefácio’ à segunda edição de *Visão do Paraíso*, de 1968, parece ter sido fruto do prosseguimento de seu diálogo com os norte-americanos e, mais do que isso, dos estudos que pôde realizar em suas passagens pelos Estados Unidos na década de 1960. Com estadias mais prolongadas que a de 1941, Sérgio Buarque passou uma temporada

¹⁵⁸ Robert Wegner. *op. cit.*, p. 78.

¹⁵⁹ Robert Wegner. *op. cit.*, p. 81.

¹⁶⁰ Entre os quais destacamos Afonso Taunay. *História geral da bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1921, vol. 1.

¹⁶¹ Robert Wegner. *op. cit.*, p. 91.

em 1965 e outra em 1966 até o ano seguinte, quando lecionou, como professor visitante, nas Universidades de Indiana, Nova York e de Yale¹⁶².

No entanto, não podemos afirmar que o contato com a tese de Turner e a discussão historiográfica sobre a fronteira tenha iniciado somente com a obra de Sérgio Buarque. Conforme apresentamos anteriormente, Cassiano Ricardo em 1940 e Viana Moog em 1954 já estabelecem contato com a historiografia norte-americana.

Devemos, portanto, retomar às reflexões sobre fronteira nos Estados Unidos pois, embora tenham iniciado em fins do século XIX, correu em paralelo à historiografia brasileira e, por diversos momentos, estabeleceu diálogo com essa.

Na conferência de 1893, intitulada *The significance of the frontier in American history*, Frederick Turner afirma que

the peculiarity of American institutions is the fact they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economy and political conditions of the frontier into the complexity of city life¹⁶³.

Para Turner, “the frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist”¹⁶⁴. Isso porque “we note that the frontier promoted the formation of a composite nationality for the American people. The coast was preponderantly English, but the later tides of continental immigration flowed across the free lands”¹⁶⁵.

Apresenta, pois, a ideia de que no Oeste, no contato entre a “civilização” e a “barbárie” propiciado pela fronteira, surge a democracia, visto que “the frontier individualism has from the beginning promoted democracy”¹⁶⁶.

Essa concepção é chave para compreender a democracia formulada por Cassiano Ricardo. Fruto do paulista e sua adaptação ao sertão, demonstra a influência da formulação de Turner nesse autor brasileiro.

¹⁶² Robert Wegner. *op. cit.*, p. 119-120.

¹⁶³ Frederick Jackson Turner. “The significance of the frontier in American history”. *Rereading Frederick Turner*. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999, p. 31-32.

¹⁶⁴ Frederick Jackson Turner. *op. cit.*, p. 33.

¹⁶⁵ Frederick Jackson Turner. *op. cit.*, p. 47.

¹⁶⁶ Frederick Jackson Turner. *op. cit.*, p. 53.

Turner define que a fronteira

is a new product that is American. At first, the frontier was the Atlantic coast. It was the frontier of Europe in a very real sense. Moving westward, the frontier became more and more American. As successive terminal moraines result from successive glaciations, so each frontier leaves its traces behind it, and when it becomes a settled area the region still partakes of the frontier characteristics. Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independency of American lines. And to study this advance, the men who grew up under these conditions, and the political, economic, and social results of it, is to study the really American past of our history¹⁶⁷.

John Faragher, no artigo *The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West*, propõe um debate sobre o legado do autor da tese da fronteira. Afirma que

by 1910, the year Turner assumed the presidency of the AHA [American History Association] as well as a chair at Harvard, the frontier thesis had become the commanding view of the American past, a position it held for more than half a century. It became the most familiar model of the American past, the one taught in school, extolled by politicians, and screened at the local movie theater each Saturday afternoon¹⁶⁸.

Dessa forma, quando Sérgio Buarque viaja para os Estados Unidos, toma contato com a tese de Turner, pois, segundo Faragher, “as late as 1964, a survey of nearly three hundred American historians found Turner’s ideas ‘still dominant’”¹⁶⁹.

Opositores à tese de Turner surgiram, contudo não diminuindo a força das interpretações sobre a fronteira nos Estados Unidos.

Para Farager,

the arguments over western history sometimes get ill-tempered. Turnerians unfairly represent the new western history as all doom and gloom, while the anti-Turnerians exaggerate the strength of their opponents, rehearsed in this bumper crop of new books, is

¹⁶⁷ Frederick Jackson Turner. *op. cit.*, p. 34.

¹⁶⁸ John Mack Faragher. “The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West”. *The American Historical Review*. Vol. 98, n. 1, (fev. 1993), p. 107.

¹⁶⁹ John Mack Faragher. *op. cit.*, p. 107.

testimony to an extraordinary burst of intellectual energy. Over the last thirty years, historians have reimagined the history of the American West¹⁷⁰.

Não é tarefa complexa encontramos autores que não só adotaram a teoria de Turner, mas demonstram grande admiração pelo professor. Joseph Schafer define que “now, four centuries from the discovery of American, at the end of a hundred years of life under the Constitution, the frontier has gone, and with going has closed the first period of American history”¹⁷¹.

Conclui, a respeito da teoria da fronteira que “although frequently republished it may still be true that even the present generation of lay historical readers lacks a comprehensive view of what that provocative pamphlet of forty years ago actually contained, and just why it revived the subjects of American history”¹⁷².

Na década de 1940 surgem as primeiras críticas às formulações de Jackson Turner. Nesse contexto, George Pierson questiona “how was it then – according to the essay – that the frontier affected American institutions? What really was Turner’s theory in this matter – and what examples did he give to support his theory? Finally, in this part of his doctrine a reasonable and useful guide to students of American history today?”¹⁷³.

Aponta Pierson, como principal força argumentativa de Turner, o fato de conceber a fronteira como capaz de “it turned European things into American things. The longer it’s operated, and the farther the frontier got from the Atlantic coast, the more overwhelming become its influence”¹⁷⁴.

A crítica central de Pierson para as interpretações de Turner reside no fato do autor

maybe said to have been thinking of the frontier primarily in terms of nature, of geography, of physical environment. Accordingly this hypothesis postulates a kind of geographic or environmental determinism. He had not fully developed this interpretation, however, before he intruded into his definition of ‘frontier’ – and does into his whole hypothesis – certain moral or social

¹⁷⁰ John Mack Faragher. *op. cit.*, p. 108.

¹⁷¹ Joseph Schafer. “Turner’s frontier philosophy”. *The Wisconsin Magazine of History*. Vol. 16, n. 4 (jun. 1933), p. 451.

¹⁷² Joseph Schafer. *op. cit.*, p. 452.

¹⁷³ George Pierson. “The Frontier and American Institutions a Criticism of the Turner Theory”. *The New England Quarterly*. Vol. 15, n. 2 (jun., 1942), p. 225-226.

¹⁷⁴ George Pierson. *op. cit.*, p. 227.

meanings¹⁷⁵.

Conclui sua crítica ao apontar que “apparently the optimism, the buoyant localism, and the anti-European nationalism are as strong in Tuner’s institutional genetics as his treatment of Western character”¹⁷⁶.

No entanto, apesar das críticas apontadas, os seguidores de Turner continuam a aplicar suas teorias para a fronteira e a interpretação da formação dos Estados Unidos pela influência do Oeste. Assim, segundo Pierson,

a critic is reduced, therefore, to finding the same theory throughout, and is moved to protest at certain aspects of that theory. It is dangerous and ungenerous, I acknowledge, for a man living in a later climate of opinion to disparage the attitude of an early day. But since our problem concerns the present applicability and future usefulness of these frontier essays, certain assumptions and definitions cannot be allowed to pass without challenge¹⁷⁷.

A capacidade da tese de Turner persistir, apesar das críticas, se dá por conta de atuar como legitimação para a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria. William Williams afirma que “one of the central themes of American historiography is that there is no American Empire. Most historians will admit, it pressed, that the United States once had an empire. They promptly insist that it was given away. But they also speak persistently of America as a World Power”¹⁷⁸.

Com isso, Williams destaca que “one idea is Frederick Jackson Turner’s concept that America’s unique and true democracy was the product of an expanding frontier. The other idea is the thesis of Brooks Adams that America’s unique and true democracy could be preserved only by a foreign policy of expansion”¹⁷⁹.

Para Williams, a tese de Turner centra-se no fato de “expansion, individualism, and democracy was the catechism offered by this young messiah of America’s uniqueness and omnipotence. The frontier, he cried, was ‘a magic fountain of youth in which America continuously bathed and rejuvenated’”¹⁸⁰. Assim, finaliza

¹⁷⁵ George Pierson. *op. cit.*, p. 229.

¹⁷⁶ George Pierson. *op. cit.*, p. 232.

¹⁷⁷ George Pierson. *op. cit.*, p. 250.

¹⁷⁸ William Williams. “The Frontier Thesis and American Foreign Policy”. *Pacific Historical Review*, vol. 24, n. 4 (nov., 1955), p. 379.

¹⁷⁹ William Williams. *op. cit.*, p. 380.

¹⁸⁰ William Williams. *op. cit.* p. 380.

que “the history of Turner’s thesis may well offer a classic illustration of the transformation of an idea into an ideology”¹⁸¹.

Conclui sua relação entre fronteira e política exterior norte-americana, ao afirmar que “Roosevelt had always been, at heart, a Turnerian in foreign policy. He was sure, save for a short interlude during the years between the wars, that America’s frontier was the world”¹⁸².

Nesse momento é possível conectar a retomada da teoria de Frederick Turner e o contato de Sérgio Buarque com a teoria da fronteira na década de 1960. No contexto da Guerra Fria,

Turnerism, meanwhile, retained its vigor during these years, the Truman Doctrine seemed an almost classic state – meant of the thesis that the security and well-being of the United States depended upon the successful of America’s unique mission to defend and extend the frontier of democracy throughout the world. Another of President Harry S. Truman’s major speeches spelling out certain aspects of this obligation was indeed entitled ‘The American Frontier’¹⁸³.

Com esse contexto historiográfico verificamos quais usos a fronteira passa a ter quando adquire conotações de ideologia política. Propomos, contudo, tratar do sertão e, conseqüentemente, da fronteira de um modo diverso.

Como tratamos anteriormente, não podemos conceber, ao contrário da historiografia tradicional, os sertões como espaço vazio e desabitado. Concebemos, a partir dessas reflexões, como um espaço fluído, não muito bem delimitado e cuja espacialidade não corresponde a padrões conhecidos pelos europeus.

Para melhor definirmos esses espaço fluído, torna-se necessário que reflitamos sobre esse espaço, principalmente na sua representação, isto é, nas cartografia, ou nas práticas cotidianas, através dos seus caminhos e trilhas.

¹⁸¹ William Williams. *op. cit.*, p. 386.

¹⁸² William Williams. *op. cit.*, p. 390.

¹⁸³ William Williams. *op. cit.*, p. 392.

Capítulo 2

Os caminhos na porção meridional da América

Nesse capítulo iremos tratar dos caminhos que percorreram os sertões americanos e propiciaram o contato entre a costa meridional do Brasil, especialmente a capitania de São Vicente, e as regiões do Guairá, Paraguai e Buenos Aires, na porção castelhana do continente. Para tanto, iremos apresentar os relatos dos viajantes que realizaram tais percursos no século XVI, bem como problematizar a espacialização desses movimentos através das produções cartográficas dos séculos XVII e XVIII.

Viajantes nos sertões americanos

Capistrano de Abreu relata que “logo que os europeus chegaram ao Brasil colheram de envolta com muitas informações verdadeiras os lineamentos de uma geografia phantastica”¹⁸⁴ e “fallavam-lhes em montanhas tão altas que as aves não podiam transpol-as; em rios que, de chofre, desapareciam para surgir muitas leguas além; em lagoas abundantes em perolas; em um lago immenso de que manavam o Amazonas, o S. Francisco e o Prata”¹⁸⁵.

Assim, “o effeito destas informações não se fez esperar: as internações começaram desde logo, ao mesmo tempo quasi que as explorações costeiras, e medraram e desenvolveram-se tanto que, antes de transcorrido o seculo [XVI], tínhamos o phenomeno considerável dos Bandeirantes”¹⁸⁶.

Com isso, observamos que o processo de conquista e colonização do continente americano passou pela compreensão da natureza e da espacialidade do Novo Mundo. Distinta do que os conquistadores conheciam, tanto na Europa como no Norte de África, a realidade americana determinou desafios no seu entendimento.

O processo de conhecimento do novo espaço necessitou, invariavelmente, das informações dos indígenas. Somam-se essas à cobiça dos europeus, que buscavam no

¹⁸⁴ João Capistrano de Abreu. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1883, p. 71.

¹⁸⁵ João Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 71.

¹⁸⁶ João Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 71.

Novo Mundo terras de infinitas riquezas.

Diante dessa combinação, de saberes indígenas sobre espacialidade e a ânsia por riquezas dos conquistadores, não seria de se admirar que tão logo os europeus pusessem os pés na costa, iniciassem as entradas ao sertão.

Tanto que, no caso da colônia portuguesa, Capistrano nos informa que “a primeira entrada de que ha noticia deu-se em 1504 anno em que Vespucci, acompanhado de uns trinta homens, penetrou umas quarenta leguas pelo sertão de Cabo Frio, provavelmente para os lados do rio S. João ou de qualquer dos seus affluentes”¹⁸⁷.

Como o intuito desse capítulo é esboçar os caminhos que possibilitaram o contato entre a capitania de S. Vicente, o Paraguai e a região do Prata, focaremos nos relatos que descrevem as viagens na porção sul do continente americano.

Alvar Núñez Cabeza de Vaca, em seu *Naufrágios e comentários*, de 1542, narra a viagem que realizou entre a ilhas de Santa Catarina e a cidade de Asunción do Paraguai.

A respeito dessa viagem, Olavo Soares afirma que Cabeza de Vaca

em sua aventura sul-americana (1540-1545), seguindo as pegadas do legendário português Aleixo Garcia, percorreu a pé o então desconhecido território entre a costa atlântica de Santa Catarina e o Paraguai. Nessa jornada para Assunção, cruzou os planaltos do interior do [atual estado do] Paraná e cobriu, em cinco meses, um percurso de 2,4 mil quilômetros¹⁸⁸.

E,

ainda movido pelo sonho de descobrir o Eldorado, Cabeza de Vaca embrenhou-se no terrível Chaco. Subiu o rio Paraguai à procura da decantada Serra da Prata, da terra do Rei Branco, mas seus esforços foram infrutíferos, pois a tão cobiçada serra ficava mais longe, ao norte, fora de seu alcance. Além disso, o meio hostil, a fome, doenças e o desânimo completo que tomou conta de seus homens o forçaram a desistir do projeto e retornar a Assunção¹⁸⁹.

Cabeza de Vaca relata que

¹⁸⁷ João Capistrano de Abreu. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1883, p. 71-72.

¹⁸⁸ Olavo Soares. *O andarilho das Américas (Cabeza de Vaca)*. Ponta Grossa: UEPG, 2009, p. 13-14.

¹⁸⁹ Olavo Soares. *op. cit.*, p. 14.

ao chegar na ilha de Santa Catarina, o governador mandou desembarcar toda a gente que conseguiu levar e os vinte cavalos que conseguiram sobreviver ao mar, dos quarenta e seis que saíram da Espanha. O governador procurou saber, dos índios naturais daquela terra, se porventura poderiam informar sobre o estado da gente espanholas que ia socorrer na província do rio da Prata¹⁹⁰.

O contato com os povos indígenas e seus conhecimentos era fundamental não somente para os conquistadores saberem notícias dos núcleos europeus na terra, mas também para aprenderem por quais caminhos deveriam seguir para atingir a cidade de Assunção.

O processo de constantes entradas ao sertão, muitas delas não documentadas, pode ser observado quando Cabeza de Vaca escreve que “os cristãos que chegaram à ilha de Santa Catarina informaram ainda que Domingo de Irala se retirara de uma entrada na qual morreram sessenta cristãos de enfermidades e maus tratamento”¹⁹¹.

Diante de notícias dos riscos que Assunção corria, “o governador decidiu socorrer com maior brevidade os espanhóis que estavam na cidade de Assunção e na província de Buenos Aires, e lhes pareceu que a melhor maneira para isso seria buscar caminho por terra firme desde a ilha em que estavam até Assunção, enquanto os navios seguiriam para Buenos Aires”¹⁹².

Assim, por conta do contato com indígenas sobre as possibilidades de rotas terrestres que ligavam a ilha de Santa Catarina a Assunção, “estando bem informado sobre o local por onde realizaria sua entrada pela terra para ir socorrer os espanhóis e estando bem apetrechados de todas as coisas necessárias para a jornada, o governador embarcou aos dezoito dias do mês de outubro do dito ano [de 1540]”¹⁹³.

Para iniciar a viagem, segundo Cabeza de Vaca, “depois de enviar a nau de volta à ilha de Santa Catarina, o governador seguiu seu caminho, acompanhado por 250 arcabuzeiros e balisteiros além dos vinte e seis cavalos, dos dois frades e dos índios que os acompanhavam”¹⁹⁴.

Ainda no ponto de partida da viagem, relata que

¹⁹⁰ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *Naufrágios e comentários*. São Paulo: L&PM, 1987, p. 126, [1ª edição, 1542].

¹⁹¹ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 126.

¹⁹² Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 129.

¹⁹³ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 130.

¹⁹⁴ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 131.

na ilha de Santa Catarina também viviam muitos náufragos. O mais conhecido deles, chamado Aleixo Garcia, realizou em 1524 expedição quase impossível ao Império Inca, no Peru criando a lenda do Eldorado, da riquíssima Serra do Prata, da terra do Rei Branco, e seu feito foi registrado por Ruy Díaz Gusmán, primeiro historiador paraguaio¹⁹⁵.

A expedição de Cabeza de Vaca teve contato com relatos sobre riquezas, nem sempre atingidas. Olavo Soares afirma, portanto, que

estimulado por informações sobre a existência de metais preciosos no sertão, Martim Afonso de Souza organizou uma expedição de 80 homens, 40 arcabuzeiros e 40 besteiros, sob o comando de Pero Lôbo Pinheiro, capitão de um dos navios. Francisco de Chaves que fez parte da expedição, prometeu retornar em dez meses, trazendo 400 escravos carregados de prata e ouro. Partiram de Cananéia em 1º de setembro de 1531, para nunca mais voltar, pois a expedição foi completamente dizimada pelos índios guaranis na passagem do rio Paraná, como registou Cabeza de Vaca 11 anos depois¹⁹⁶.

Retomando à expedição de Cabeza de Vaca, a mesma, após subir a serra e atingir o planalto,

o governador tomou posse destas terras em nome de Sua Majestade [rei de Castela] como terras novamente descobertas e deu à província o nome de Vera, como aparece nos autos de posse registrados por Juan de Ayolas, escrivão de Sua Majestade. Feito isto aos vinte e nove dias do mês de novembro, o governador partiu com sua gente da aldeia de Tocanguanzu e caminhando duas jornadas, a 1º do mês de dezembro chegou a um rio que os índios chamam de Iguaçu, que quer dizer água grande¹⁹⁷.

No mesmo dia, “chegou um índio natural da costa do Brasil, que já havia se convertido ao cristianismo e recebido o nome de Miguel. Vinha da cidade de Assunção, onde residiam os espanhóis que se ia salvar”¹⁹⁸. Assim, narra que,

depois de fazer o relato, por sua própria vontade, o índio quis

¹⁹⁵ Olavo Soares. *op. cit.*, p. 20.

¹⁹⁶ Olavo Soares. *op. cit.*, p. 43.

¹⁹⁷ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 131.

¹⁹⁸ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 132.

retornar com o governador para guia-lo até a cidade de Assunção. A partir dali, o governador mandou dispensar e fazer retornar os índios que saíram em sua companhia da ilha de Santa Catarina, aos quais deu muitos presentes e agradecimentos pelos bons serviços que prestaram¹⁹⁹.

A passagem acima reforça a importância do conhecimento que os indígenas tinham do território americano e demonstra a necessidade por parte dos conquistadores europeus de acessar a essas informações estratégicas.

A expedição continuou rumo ao ocidente e Cabeza de Vaca aponta que “chegaram a um povoado de índios guaranis, que vieram recebe-los muito contentes, trazendo suas mulheres e filhos, além de muitos mantimentos, como galinha, batata, pato, mel, farinha de milho e farinha de pinheiro, que produzem em grande quantidade, porque há pinheiros tão grandes por ali que quatro homens com braços estendidos não conseguem abraçar um”²⁰⁰.

Finalmente, “caminhando desta maneira (segundo é dito) foi Nosso Senhor servido de que às nove horas da manhã de um sábado, aos onze dias do mês de março de 1542, o governador e sua gente chegassem à cidade de Assunção, que está assentada na ribeira do rio Paraguai, a vinte e cinco graus da banda sul”²⁰¹.

Após a chegada do governador com a expedição de Cabeza de Vaca, o mesmo teve contato com os problemas de Assunção. Relata que

os índios principais da comarca situada na ribeira do rio Paraguai, nas cercanias de Assunção, compareceram ante o governador para se queixarem de uma outra nação de índios que habitam os confins daquela região, que são muito valentes e guerreiros e se alimentam basicamente do que produzem e conseguem daqueles índios vassallos de Sua Majestade²⁰².

E por isso, “os índios principais se queixaram muito ao governador, dizendo ainda que os guaicurús haviam roubado suas terras, matado seus pais, irmãos e parentes. Como eram vassallos de Sua Majestade e cristãos, esperavam ser auxiliados a ter suas terras devolvidas, pois era lá que tinham sua principal caça e pesca”²⁰³.

¹⁹⁹ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 132.

²⁰⁰ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 134-135.

²⁰¹ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 143.

²⁰² Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 150.

²⁰³ Alvar Núñez Cabeza de Vaca. *op. cit.*, p. 150-151.

Tal situação evidencia o papel dos indígenas como fundamentais para o processo de domínio do território. E tal utilidade tinha contrapartidas, como, no caso, a aliança para combater inimigos dos guaranis.

Após a jornada com o governador, por conta de tensões pelo poder no Paraguai, “decide-se mandar Cabeza de Vaca de volta à Espanha, e no dia 8 de março de 1545 ele embarca na caravela *Comuneros*”²⁰⁴.

Contudo, as expedições prosseguem e atingem o Império Inca. Esse conhecimento progressivo do território levou a um desencantamento do continente americano. Segundo Olavo Soares,

o mito do Eldorado terminou em 1547, quando Irala, à frente de 250 homens, sobe novamente o Rio Paraguai, à procura da Serra da Prata, nas pegadas de Aleixo Garcia e Juan de Ayolas. A Serra da Prata, a terra do Rei Branco, não era senão o próprio Reino Inca, já descoberto e submetido pelos espanhóis. Era o fim de mais uma lenda na América do Sul²⁰⁵.

Anos antes, em 1534, Ulrico Schmidl realiza uma viagem ao Rio da Prata, no qual relata que “en que se trata de la ruta y viaje que yo, Ulrico Schmidl de Straubing, hice en año de 1534 A.D., partiendo el 2 de agosto de Amberes, arribando per mare a Españ y más tarde a Las Indias, todo por la voluntad de Dios Todopoderoso”²⁰⁶.

A ideia de cooperação entre povos ibéricos no processo inicial da conquista é corroborado por Schmidl ao informar que “de esta isla [Santa Catarina] navegamos luego a otra que se llama Río de Janeiro, y los indios se llaman Tupís; donde estuvimos como catorce días”²⁰⁷. Após essa parada descreve que “zarpamos al Río de la Plata y después de navegar quinientas leguas llegamos a un río dulce que se llama Paraná Guazú y que tiene una anchura de cuarenta y dos leguas en su desembocadura al mar”²⁰⁸.

²⁰⁴ Olavo Soares. *op. cit.*, p. 104.

²⁰⁵ Olavo Soares. *op. cit.*, p. 104-105.

²⁰⁶ Ulrico Schmidl. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé, 1942, p. 11, [1ª edição, 1567].

²⁰⁷ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 16.

²⁰⁸ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 16.

14. Itinerário geral da expedição de Cabeza de Vaca ao Paraguai

MAPA 1 – Itinerário geral da expedição de Cabeza de Vaca ao Paraguai²⁰⁹

²⁰⁹ Olavo Soares. *op. cit.*, p. 82.

Assim, continua que “desembarcamos en el Río de la Plata en el día de los Santos Reyes Magos en 1535. Allí encontramos un pueblo de indios llamados Charrúas, que eran como dos mil hombres adultos; no tenían para comer sino carne y pescado”²¹⁰. E, “allí levantamos una ciudad que se llamó Buenos Aires: esto quiere decir buen viento. También traíamos de España, sobre nuestros buques, setenta y dos caballos y yeguas, que así llegaron a dicha ciudad de Buenos Aires”²¹¹.

Após fundarem Buenos Aires, “el capitán general Juan Ayolas celebró consejo con Alonso Cabrera y Domingo Martínez de Irala y otros capitanes y decidieron navegar por el río Paraná arriba con cuatrocientos hombres y ochos bergantines y buscar un río que se llama Paraguay”²¹².

Navegaram inúmeras léguas até que atingiram um povo denominado Agaces. Schmidl relata que “después que dejamos a los Agaces, vinimos a dar con una nación que se llaman Carios, a cincuenta leguas de camino desde los Agaces”²¹³.

Informa que “la ciudad de los Carios se halla en un alto sobre el río Paraguay”²¹⁴ e “ese pueblo antiguamente se llamó, en idioma indio, Lambare”²¹⁵. Com isso, “así duró la amistad con los Carios durante cuatro años. Tomamos esa localidad en el día de Nuestra Señora de Asunción, en el año de 1539, y le pusimos ese nombre y aun se llama así la ciudad”²¹⁶. A partir da cidade Assunção, os castelhanos iniciaram uma série de incursões ao interior, seguindo o curso do rio Paraguai e atingindo a região do Chaco.

Schmidl apresenta o processo de navegação e da aquisição de informações através de contatos com os indígenas. Descreve que

nuestro capitán general hizo preguntar a los Payaguás si ellos sabían de una nación que se llama Carcarás, y el principal Payaguá digo que sólo los conocía de oídas; que los Carcarás estaban lejos, tierra adentro, y que tenían mucho oro y plata, pero que no sabían nada ni nunca habían visto todo eso. También dijeron que era gente tan entendida como nosotros los cristianos y que tenían mucha comida: trigo turco y mandioca, maní y batatas, bocaaja, mandioca-poporí, mandiotín, mandioca-pepirá y otras raíces más, así como carne de ovejas indias, de un animal que se llama anta, y que tiene cabeza

²¹⁰ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 17.

²¹¹ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 17.

²¹² Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 27.

²¹³ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 32-33.

²¹⁴ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 34.

²¹⁵ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 34.

²¹⁶ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 36.

parecida a la del asno, pero con patas, como la vaca y de un cuero color gris, grueso como el del búfalo; también venados²¹⁷.

A descrição desse povo riquíssimo, tanto em ouro e pata quanto em mantimentos, motivou a cobiça dos castelhanos e rapidamente realizaram uma expedição a essas terras de infinitas riquezas.

Schmidl relata que

primero marchó hacia una nación numerosa, que se llama Naperus y que son amigos de los Payaguás; no tienen más que carne y pescado para comer. Nuestro capitán tomó consigo algunos de estos Naperus para marcharen tierra adentro con él y le mostraran el camino, y así atravesaron muchas naciones y padecieron grandes penas y escasez, hambre y pesadumbre; también encontró mucha resistencia nuestro capitán Juan Ayolas entre los indios, muriéndose más de la mitad de los españoles²¹⁸.

Apesar de todos os percalços, “así llegó hasta una nación que se llama Payzunos; de ahí no pudo seguir más adelante y tuvo que regresar de nuevo, dejando entre estos Payazunos a tres españoles que estaban gravísimamente enfermos”²¹⁹.

De volta à Assunção, os castelhanos, juntamente com Ulrico Schmidl, resolveram retomar a busca pelos reinos míticos de ouro e prata. Por isso, relata que “navegamos e hicimos treinta y seis leguas de camino y llegamos a una nación que se llama Jerús, después de nueve días de navegación, pero no era entre esos Jerús donde estaba su rey”²²⁰.

Portanto, “nos quedamos un día con los Jerús y luego marchamos, durante tres días, al lugar donde se hallaba el rey de los Jerús. Este vive cuatro leguas tierra adentro; pero también tiene otro asiento a las orillas del río Paraguay”²²¹.

Encontrando o chefe dos Jerús, a expedição logo o questionou sobre informações a respeito do reino de ouro e prata. É importante ressaltar que sem esse conhecimento, dificilmente a penetração europeia no continente americano atingiria locais tão remotos.

Schmidl informa que

²¹⁷ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 39.

²¹⁸ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 41.

²¹⁹ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 41.

²²⁰ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 58.

²²¹ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 59.

allí nos quedamos por cuatro días y el rey preguntó entonces a nuestro capitán sobre su deseo e intención, a lo que éste contestó que deseaba buscar oro y plata. El rey de los Jerús le dio entonces una corona de plata que pesaba un marco y medio, y también una planchita de oro larga como jeme y medio y ancha de medio jeme; también le dio un brazalete y otras cosas de plata²²².

Diante da demonstração de acesso às riquezas, Schmidl prossegue:

el rey de los Jerús dijo entonces a nuestro capitán que él no tenía más oro ni plata, que ese que antes mencioné él lo había conquistado y quitado, tiempo antes, a las Amazonas. Nos alegramos cuando oímos lo que nos dijo del país de las Amazonas y de sus grandes riquezas y nuestro capitán preguntó al rey si podíamos ir por agua con nuestro buque, sino que debíamos viajar por tierra y durante dos meses seguidos²²³.

Assim, escreve que

nuestro capitán Hernando Ribera pidió al rey de los Jerús que nos diera algunos hombres, para llevar los bagajes y mostrar el camino, pues quería marchar tierra dentro y buscar las Amazonas. Contestó el dicho rey que estaba dispuesto a darnos esos hombres, pero que la época no era buena para marchar tierra adentro, porque la tierra estaba llena de agua; pero nosotros no quisimos creerle y le pedimos los indios²²⁴.

O fato de não acatarem o conhecimento dos Jerús sobre o espaço fez com que a expedição seguisse, no Chaco, durante a estação das águas. Lamenta Schmidl que “marchamos durante ocho días a veces con el agua a la cintura y siempre, día y noche, hasta la rodilla, sin que pudiéramos salir de ella en ningún momento”²²⁵.

Dessa forma, “cuando Alvar Núñez Cabeza de Vaca se enteró de todo, quiso marchar tierra adentro, pero nosotros nos opusimos pues la tierra estaba llena de agua, la gente estaba casi toda enferma y además los soldados no andaban bien con el capitán general, pues éste era un hombre que en su vida no había tenido mando ni

²²² Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 60.

²²³ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 60.

²²⁴ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 61.

²²⁵ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 61.

gobernado”²²⁶.

Regressando a Assunção, Schmidl descreve os conflitos que tomaram o território por conta de grupos que opunham-se ao governador Cabeza de Vaca. Temendo maiores consequências, em 1542 escreve para companheiros de Sevilha e demonstra a intenção de regressar à Europa.

Informa que “unos ocho días antes de partir yo del país, había llegado del Brasil un tal Diego Díaz, y trajo noticias de que había llegado allí, desde el Portugal, un barco que pertenecía del muy honorable y discreto caballero Juan von Hielst, quien era factor de los Erasmus Schetz en Lisboa”²²⁷.

Diante da possibilidade de retorno, Ulrico Schmidl realiza sua última grande viagem, de Assunção a São Vicente, no caminho já mencionado e que fora trilhado pouco antes por Diego Díaz. Assim, “después de informarme bien, emprendí viaje encomendándome al Todopoderoso partiendo de la ciudad de Nuestra Señora de Asunción el día de San Esteban, o sea el veintiséis de diciembre, del año milquinientos cincuenta y dos”²²⁸.

Relata que

seguimos adelante cuatro jornadas, es decir diez y seis leguas, hasta que llegamos a un pueblo que se llama Guagareté; de allí seguimos otra nueve jornadas, es decir cincuenta y cuatro leguas de camino, y llegamos a un pueblo llamado Guareté. Allí descansamos durante dos días y buscamos canoas y bastimentos para seguir el viaje Paraná arriba, cosa que hicimos por cien leguas hasta que llegamos a un pueblo llamado Guingui, donde quedamos durante cuatro días²²⁹.

Desse ponto “empieza la tierra del rey de Portugal, o sea de los Tupís. Dejamos las canoas y por tierra marchamos hasta llegar a dichos Tupís, marchando durante seis semanas por el desierto, por valles y por sierras”²³⁰. Descreve ainda que “estos tupís hablan un idioma igual de los Carios; hay solamente pequeñas diferencias entre ambas lenguas”²³¹.

O caminho percorrido por Schmidl foi penoso. Aponta que “marchamos

²²⁶ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 65.

²²⁷ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 96.

²²⁸ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 96.

²²⁹ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 97.

²³⁰ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 97.

²³¹ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 98.

durante seis jornadas hasta que llegamos a una nación que se llama Viazas. Durante ese camino nunca salimos de la selva y el camino era tan enmarañado como nunca en mi vida he visto otro y eso que he andado por muchas partes y he caminado muchas leguas”²³².

Quando chegou à terra dos Viazas, relata que “allí acampamos y descansamos durante cuatro días sin llegar hasta el pueblo pues éramos pocos y recelábamos de los indios”²³³. Informa que “en este país de los Viazas se encuentra un río que se llama Uruguay”²³⁴ e desse rio toma-se rumo para atingir a costa de S. Vicente.

Assim, “de allí marchamos adelante un mes, e hicimos cien leguas de camino, hasta que llegamos a un pueblo muy grande que se llama Yerubatiba”²³⁵. Daí,

entonces marchamos hasta un pueblo que pertenece a los cristianos y cuyo jefe se llama Juan Ramallo. Este pueblo es una verdadera cueva de ladrones. Tuvimos la fortuna de que el jefe no estuviera en el pueblo sino reunidos con otros cristianos de San Vicente, haciendo uno de esos acuerdos que de tiempo en tiempo hacen”²³⁶.

Chegando finalmente à costa do Brasil, narra que “entre los que viven en San Vicente y en los otros pueblos cercanos, hay ochocientos cristianos, todos súbditos del rey de Portugal”²³⁷. Dessa forma,

seguimos entonces nuestro camino hasta la antes nombrada villa de San Vicente, haciendo las veinte leguas de camino que hay entre ambas. Llegamos allí el día trece de junio del año milquinientos cincuenta y tres, o sea el día de San Antonio. Allí encontramos un buque del Portugal, cargado de azúcar, palo de Brasil y algodón, que pertenecía al referido señor Juan von Hielst, factor de los Erasmus Schetz en Lisboa”²³⁸.

Nesse ponto, encerra sua viagem pelo continente americano e seu livro com os relatos, pois “cuando todo estuvo listo, partimos de dicha ciudad de San Vicente el día veinticuatro de junio, o sea día de San Juan, del año mil quinientos cincuenta y

²³² Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 99.

²³³ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 100.

²³⁴ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 100.

²³⁵ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 100.

²³⁶ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 101.

²³⁷ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 101.

²³⁸ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 101.

tres”²³⁹ rumo a Lisboa.

O roteiro das viagens de Schmidl foi o foco da obra *Ulrico Schmidl no Brasil quinhentista*, de W. Kloster e F. Sommer, publicada em 1942. Apontam que

a corajosa marcha do alemão, de Assunção para São Vicente, foi o que, aos olhos dos pesquisadores brasileiros de história, pareceu o mais digno de nota. Conquanto muitas vezes disso haja menção em muitos escritos, contudo *só uma vez* foi feita a tentativa de estabelecer-se, minuciosamente, o itinerário de viagem de Schmidl, à vista das notas que deixou²⁴⁰.

Coube, segundo Kloster e Sommer, o papel dessa espacialização, a Gentil de Assis de Moura, engenheiro da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Afirmam que “este erudito, ao estabelecer o itinerário da viagem de Schmidl, tocou também em outros problemas da história, relacionando-os com o viajante alemão. As minuciosas pesquisas do referido Dr. Moura, relativamente ao caminho que Schmidl tenha tomado para seguir do Paraguai a São Vicente, são, sob muitos pontos de vista, instrutivas”²⁴¹.

Assim, apesar das dificuldades provenientes do relato de Schmidl ser lacônico em relação ao último trecho de sua expedição, Kloster e Sommer julgam,

pois, seguramente fundamentados os três pontos essenciais que orientam, segundo a nossa reconstituição, o itinerário de Schmidl, a saber: a foz do Jejuí, as quedas do Guairá e a foz do Tietê. Tarefa mais árdua é a de estabelecer, pormenorizadamente, a rota seguida por Schmidl daquele último ponto até o litoral, uma vez que suas indicações a respeito são muito lacônicas e deficientes²⁴².

Justificam

a insuficiência dos marcos assinalados pelo straubinguense no longo caminho percorrido desde a foz do Tietê até a aldeia citada [de Jurubatuba], talvez se explique pela circunstância de ele ter passado longe de aldeamentos dos Tupis inimigos, que lhe poderiam ter fornecido as denominações dos acidentes geográficos. As matas, os

²³⁹ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 102.

²⁴⁰ W. Kloster e F. Sommer. *Ulrico Schmidl no Brasil quinhentista*. São Paulo: Gutenberg, 1942, p. 22.

²⁴¹ W. Kloster e F. Sommer. *op. cit.*, p. 22.

²⁴² W. Kloster e F. Sommer. *op. cit.*, p. 38.

montes, os vales e os cursos d'água que encontrou, não lhe ofereciam distintivos dignos de nota²⁴³.

A partir da análise feita por Gentil de Moura, Kloster e Sommer apresentam a travessia de Ulrico Schmdl de Assunção a São Vicente da seguinte forma:

Assunção – Paraguai abaixo até sua confluência com o Paraná – Paraná acima até a foz do Iguassú – margem direita do Iguassú até a altura do rio Cotegipe – passagem do Piquerí, Cantu e afluentes – através a Serra da Esperança – curso superior do Curumbatí – passagem do Ivaí na região de Terezina – rumo Sud-Oeste pelas cabeceiras do Tibagi até onde se desvia o caminho para Santa Catarina, o mesmo que Cabeza de Vaca veio subindo – para Oeste, pelas matas do vale do Assunguí – povoado dos bilreiros e Kariesseba – atravessando o caminho para Cananéa – deixando o vale do Assunguí, para Oeste pelos campos de Faxina, Capão Bonito e Itapetininga até a região de São Miguel Archanjo – encruzilhada do caminho que ligava Cananéa à região de Piratininga – pelo campos de Sarapuí e Sorocaba – Biesiae, mais tarde Maniçoba ou Japiuba, hoje Itu – ao longo do Tietê até a região do rio Jurubatuba – Santo André – São Vicente²⁴⁴.

Com isso, “terminada a travessia, Schmidl indica a distância percorrida desde Assunção até São Vicente com 476 léguas. Esse valor parece muito alto, confrontando-o com outros valores encontrados na literatura”²⁴⁵. Essa rapidez pode ter sido motivada por inúmeros aspectos, tais como a definição do caminho a percorrer, diferentemente do desbravamento do Chaco e a necessidade de atingir o mais rapidamente o litoral vicentino para embarcar rumo à Portugal.

Por fim, Kloster e Sommer especializam, após essas ponderações, a rota de Schmidl, que apresentamos no Mapa 2. Afirmam ser o mais convincente, pois “1) adapta-se, rigorosamente, ao texto de Schmidl; 2) indica a via terrestre mais curta e faz vencer a maior parte da viagem por via fluvial que é mais cômoda”²⁴⁶.

O litoral sul da América portuguesa foi ponto inicial para outro viajante do início da colonização americana. Hans Staden, autor da célebre *Viagem do Brasil*, publicada em 1557, descreve que “foi no dia de Santa Catarina, no anno de 1549, que deitávamos ancora e, no mesmo dia, alguns dos nossos, bem municidados, saíram do

²⁴³ W. Kloster e F. Sommer. *op. cit.*, p. 38.

²⁴⁴ W. Kloster e F. Sommer. *op. cit.*, p. 68.

²⁴⁵ W. Kloster e F. Sommer. *op. cit.*, p. 71-72.

²⁴⁶ W. Kloster e F. Sommer. *op. cit.*, p. 72.

bote para explorar a bahia. Começámos a pensar que fosse um rio, que se chama Rio de S. Francisco, situado também na mesma província, pois que, quanto mais entravamos, mais cumprido parecia”²⁴⁷.

Chegaram à ilha de Santa Catarina, local onde um índio perguntou de que lugar vieram, e, segundo Staden, “respondemos que pertencíamos á armada do Rei da Espanha, em caminho para o Rio de la Platta, e que havia mais navios em viagem, que esperávamos, com Deus, chegassem logo para nos unirmos a elles”²⁴⁸.

Respondeu o índio

que estimava muito e agradecia a Deus, porque havia tres anos que tinha sahido da provincia do Rio de la Platta, da cidade chamada Soncion (Asunción), pertencente aos espanhóis, por ter sido mandado á costa, cidade distante 300 milhas do lugar onde estávamos [ilha de Santa Catarina], para fazer com os Cariós, que eram amigos dos espanhóis, plantassem raízes que chamam mandioca e supprissem as naus que disso precisassem. Eram essas as ordens do capitão que levara as ultimas novas á Espanha e s chamava Salaser (Juan de Salazar, um dos companheiros de D. Pedro de Mendoza na fundação da cidade de Buenos Aires em 1534)²⁴⁹.

A partir das informações obtidas com o índio, Staden relata que

deliberámos, pois, que a maior parte dos nossos devia ir por terra para a provincia de Sumption (A provincia do Paraguay, cuja capital, Assumpção, era então o mais prospero estabelecimento dos espanhoes no Rio da Prata, depois do mallogro de Mendoza em Buenos Aires. O caminho por terra para Assumpção continuou praticado desde a viagem que por elle fizera D. Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca em 1541), dahi distante cerca de 300 milhas²⁵⁰.

²⁴⁷ Hans Staden. *Viagem do Brasil*. Versão do texto de Marpurgo de 1557, por Alfredo Löfgren, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, p. 44, [1ª edição, 1557].

²⁴⁸ Hans Staden. *op. cit.*, p. 46.

²⁴⁹ Hans Staden. *op. cit.*, p. 47.

²⁵⁰ Hans Staden. *op. cit.*, p. 49.

E, “os outros iriam no navio que restava. Os que iam por terra levavam mantimentos e alguns selvagens. Muitos delles, é certo, morreram de fome no sertão; mas os outros chegaram ao seu destino como depois soubemos; entretanto, para o resto dos nossos homens o navio era pequeno demais, para navegar no mar”²⁵².

Os que seguiram pela via marítima a Buenos Aires, grupo de incluía Hans Staden, decidiram abastecer os barcos na ilha de São Vicente. Sobre essa ilha, Staden afirma que “os portugueses têm perto da terra firme uma ilha denominada S. Vicente (*Urbioneme*, si procedente do tupi, como o diz Staden, deve ser mui provavelmente *Urpióneme* que otros escrevem *Morpion*, na língua dos selvagens). Esta ilha se acha a cerca de 70 milhas do lugar onde estávamos [ilha de Santa Catarina]”²⁵³.

Dessa forma, aponta que

era nossa intenção irmos até lá, a vermos si possível era haveremos dos portugueses um barco de frete e seguirmos até o Rio de la Platta, pois o que tínhamos era pequeno demais para nós todos. A este fim, alguns dos nossos partiram com o capitão Salazar para a ilha de S. Vicente; mas nenhum de nós tinha lá estado, excepto um de nome Ramon que se obrigou a mostrar a ilha²⁵⁴.

Essa situação, de uso de uma feitoria portuguesa como base de apoio para um missão castelhana denota, mesmo antes da União das Coroas ibéricas em 1580, uma cooperação entre conquistadores na tarefa de consolidar sua presença na América.

A viagem de Staden para o Rio da Prata é interrompida quando, “a cinco milhas de S. Vicente em lugar denominado *Brikioka* (Bertioga), onde os inimigos selvagens primeiro chegam, para dahi seguirem por entre uma ilha chamada *Santo Maro* (Santo Amaro) e a terra firme”²⁵⁵ e é capturado por índios tamoios. A partir desse momento Staden inicia a descrição dessa etnia, suas práticas e costumes e como conseguiu fugir da morte.

Na obra *Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata*, de Ruy Díaz de Guzmán, publicada em 1612, apresenta algumas expedições que desbravaram o interior do continente americano no século XVI.

Destaca “una jornada, que ciertos portugueses hicieron del Brasil para esta

²⁵² Hans Staden. *op. cit.*, p. 49.

²⁵³ Hans Staden. *op. cit.*, p. 49.

²⁵⁴ Hans Staden. *op. cit.*, p. 49-50.

²⁵⁵ Hans Staden. *op. cit.*, p. 55.

provincia del Río de la Plata, hasta los confines del Perú”²⁵⁶, sendo que “el año de 1526 salieron de San Vicente cuatro portugueses por orden de Martin Alfonso de Sosa, señor de aquella capitania, á que entrasen por aquella tierra adentro y descubriesen lo que había, llevando en su compañía algunos indios amigos de aquella costa”²⁵⁷.

Dessa forma,

el uno de estos cuatros portugueses se llamaba Alejos García, estimado en aquella costa por hombre práctico así en la lengua de los Carios que son los Guaranís, como de los Tupís y Tamoyos. Caminando en sus jornadas, por el sertón adentro, con los demás compañeros, vinieron á salir al Río del Paraná, y de él, atravesando la tierra por pueblos de indios guaranís, llegaron al río del Paraguay, donde siendo recibidos y agasajados de los moradores de aquella provincia, convocaron toda la comarca, para que fuesen juntamente con ellos á la parte del poniente á descubrir y reconocer aquellas tierras, de donde traían muchas ropas de estima y cosas de metal, así para el uso de la guerra, como de la paz²⁵⁸.

A expedição seguiu, partindo de Assunção e,

al cabo de muchas jornadas, llegaron á reconocer las cordilleras y serranías del Perú, y acercándose á ellas, entraron por la frontera de aquel reino, entre la distancia que ahora llaman Mizque y el término de Tomina. Y hallando algunas poblaciones de indios, vasallos del poderoso Inca, rey de toda aquel reino, dieron en ellos, y robando y matando cuanto encontraban, pasaron adelante más de cuarenta leguas, hasta cerca de los pueblos de Presto y Tarabuco, donde le salieron al encuentro gran multitud de indios charcas²⁵⁹.

Após saquearem essas populações, carregaram roupas, vasos, coroas de ouro, prata e outros metais, informaram Martim Afonso dos ocorridos e retornaram, pelos mesmo caminho de ida, à São Vicente.

Ao chegarem à costa do Brasil, “los dos mensajeros, dieron relación de lo que habían descubierto, y de la mucha riqueza que habían visto en el poniente y confines

²⁵⁶ Ruy Díaz de Guzmán. *Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Prensa del Estado, 1835, p. 17, [1a edição, 1612].

²⁵⁷ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 17.

²⁵⁸ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 17.

²⁵⁹ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 18.

de los Charcas, que hasta entonces no estaba aun descubierto de los españoles”²⁶⁰.

Por essa informação, o donatário de São Vicente

determinó salir del Brasil una tropa de setenta soldados, cuyo capitán era un Jorge Sedeño. Y así partieron de San Vicente en demanda de esta tierra, llevando consigo copia de indios amigos; y bajando en canoas por el río de Ayembí, salieron al Paraná, y bajando por el, llegaron sobre el Salto, donde, tomando puerto, dejaron sus canoas, atravesando hacia el poniente, llevando su derrota hacia el río del Paraguay, donde Alejos García había quedado²⁶¹.

Finalmente, “llegadas estas compañías á la falda de la sierra del Perú, cada una de ellas curó de fortificarse en lo más áspero de ellas; y de allí comenzaron á hacer cruda guerra á los naturales comarcanos, con tanta inhumanidad que no dejaban á vida penosa ninguna, teniendo por su sustento á los miserables que cautivaban”²⁶².

Anos mais tarde dessa mal lograda expedição, Ruy Díaz de Guazmán descreve uma entrada de castelhanos ao território do Guairá. Afirma que

en este tiempo [1552] llegaron á la ciudad de la Asumpción ciertos indios principales de la provincia de Guayra á pedir al General les diese socorro contra sus enemigos Tupís, de la costa del Brasil, que con continuas incursiones les molestaban y hacían grandes daños, muertes y robos, con favor y ayuda de los portugueses de aquella costa: recordando la obligación que había, como á vasallos de S. M., de ser amparados y favorecidos²⁶³.

Respondendo a esses apelos, o general “determinó ir personalmente á aquella provincia á remediar estos agravios: y prevenido lo necesario, aprestó una buena compañía de soldados y cantidad de amigos, y caminó por tierra con su gente”²⁶⁴.

E, pelo caminho,

convocando á los indios de la provincia, juntó mucha cantidad de ellos, y por su consejo y parecer, navegó por el Paraná arriba hasta los pueblos de los Tupís; los cuales, con mucha presteza, se convocaron y tomaron las armas, saliéndose a resistir por mar y

²⁶⁰ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 19.

²⁶¹ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 19.

²⁶² Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 20.

²⁶³ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 96.

²⁶⁴ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 96.

tierra; con quienes tuvo una trabada pelea en un peligroso paso del río, que llaman el Salto de Ayembí; y desbaratando á los enemigos, los puso en huida, y entró en el pueblo principal de la comarca con muerte de mucha gente; y pasando adelante tuvo otros muchos reencuentros con que dentro de pocos días trajo á sujeción y dominio aquella gente²⁶⁵.

A passagem descrita por Guzmán é interessante, pois, além de descrever um momento de entrada dos castelhanos do Paraguai em território vicentino, mostra que os conflitos entre paulistas e guaranis correspondem a tensões anteriores à chegada dos europeus à América. Nota-se que descreve o incômodo das ações de Tupis, “con favor y ayuda de los portugueses de aquella costa”²⁶⁶, frente aos guaranis do Paraguai.

Certamente os paulistas, no processo de mestiçagem e aquisição dos saberes tupis incorporaram a prática de avanço e ataque contra os guaranis. As bandeiras paulistas nada mais são do que a organização dessas ações já realizadas pelos Tupis.

Por fim, Guzmán aborda os caminhos entre São Vicente e Assunção, ao contrário da historiografia tradicional²⁶⁷, não como um processo de avanço de portugueses frente aos territórios castelhanos na América. Apresenta, pois, as tensões geradas pelo choque das expansões, tanto portuguesas como castelhanas.

Ao descrever uma entrada castelhana rumo ao Guairá, por exemplo, destaca que “pues era fuerza haber de cursar aquel camino, y tener comunicaci3n y trato en aquella costa”²⁶⁸. Assim, como era interesse dos portugueses aceder às minas de prata de Potosí, também seria vantajoso aos castelhanos uma rota terrestre ligando Assunção à costa do Brasil. O Guairá encontrava-se em meio a essa disputa.

O roteiro da expedição de Céspedes Xeria

A viagem de dom Luiz de Céspedes Xeria, entre a vila de São Paulo e Ciudad Real no Guairá, em 1628, não se destacou pelo seu pioneirismo, visto que conforme descrevemos anteriormente, os caminhos que ligavam a costa do Brasil ao Paraguai foram trilhados desde o início da colonização ibérica nas Américas.

A importância dessa expedição deve-se ao roteiro que acompanha a narrativa

²⁶⁵ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 96-97.

²⁶⁶ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 97.

²⁶⁷ Das quais destacamos Afonso Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1928, vol. 1.

²⁶⁸ Ruy Díaz de Guzmán. *op. cit.*, p. 99.

da viagem e que configura como o primeiro registro espacial dos sertões da capitania de São Vicente²⁶⁹.

Em 1625, o governador do Paraguai, D. Manuel de Frias é substituído por “d. Luiz de Céspedes Xeria, fidalgo de linhagem, então, na corte madrilena, oficial de seus quarenta anos de idade, viúvo e que já no Chile servira bastante tempo e segundo parece com certo destaque”²⁷⁰.

Descreve Taunay a sua longa viagem de Sevilha a Assunção. Narra que

recebendo ordens para que partisse imediatamente para assumir o governo do Paraguay, mas sem um vintem de ajuda de custo – o que tanto era do tempo em Hespanha – teve immensa diffculdade em obter passagem para a America do Sul. Repellido de Sevilha, foi a Lisboa, onde depois de muito insistencia e muita humilhação conseguiu embarque num galeão português²⁷¹.

Aportando em Salvador em 1626, somente chegou ao Rio de Janeiro em 1628, local onde foi “muito bem acolhido pelo Governador Martim de Sá e seu illustre filho Salvador Correa de Sá, o futuro restaurador de Angola, e tal sympathia angariou, que dentro em breve desposava D. Victoria de Sa, filha de Gonçalo Correa de Sá, irmão de Martim, senhora que lhe trouxe rico dote”²⁷².

Esse casamento entre o governador Céspedes Xeria e a filha de Martim de Sá denota relação estreita entre a porção sul da América portuguesa com a colônia castelhana a oeste.

Após essa união, Céspedes Xeria “a 28 de junho de 1628 sahiu de Santos em direcção a S. Paulo onde, gaba-se, teve excellent acolhimento. ‘Fuy muy bien recebido y regalado de todos los moradores, estaré siempre reconocido’, escrevia ao rei, pouco depois”²⁷³.

Após organizar os detalhes práticos para a viagem à Assunção, “homem meticoloso e cauteloso este Sr. D. Luís de Céspedes y Xeria que, a 16 de julho, deixa

²⁶⁹ Sobre a influência do roteiro de Céspedes Xeria na construção historiográfica da identidade paulista, ver Airton José Cavenaghi. “A construção da memoria historiográfica paulista. Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, v. 19, n. 1, jan-jun. 2011, p. 81-109.

²⁷⁰ Afonso Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal, Heitor L. Canton, 1925, vol. II, p. 6.

²⁷¹ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 6-7.

²⁷² Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 7.

²⁷³ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 8.

a villa paulistana rumbo de oeste”²⁷⁴.

Assim, “caminhou então quarenta leguas penosas ‘por tierra y a pie, por ser caminho fragosissimo que no se puede andar e otra manera con ynfinitos travajos de lluvias y rios’. Dezoito vezes teve de atravessar o Tietê nesta jornada. Tal percurso fazia-o para attingir um porto onde a navegação do grande rio começasse a ser franca”²⁷⁵. E, “afinal, chegou a este porto, a que deu o nome de Nossa Senhora de Atocha”²⁷⁶, e onde se demorou um mez, a construir ‘embarcaciones de palos grandisimos’”²⁷⁷.

É importante ressaltarmos a nomeação do porto por Céspedes Xeria. Embora já tenha um nome prévio, dado pelos portugueses e, anteriormente pelos tupis, a nomeação assume uma característica não somente de compreensão e registro do espaço, mas de apropriação simbólica do mesmo. Isso porque, segundo Maria Vicentina do Amaral Dick, “a nomeação dos seres orgânicos e inorgânicos como atividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes, do perfeito entendimento da realidade circundante”²⁷⁸.

Partindo via fluvial, “logo a guisante de um salto chamado pelos portugueses ‘cachuera’ (sic) e donde o Añemby (‘quer decir rio de unas aves añumas’), anotava elle, se precipita de ‘altisimos peñascos’”²⁷⁹.

Descreve Taunay esse trecho da viagem de Céspedes Xeria,

passados dois dias ainda, já cruzara á esquerda as barras do Itamiriguassu (ou rio ‘de las piedras chicas y grandes’), do Sarapoy (ou rio ‘de un pese llamado Sarapós’), do Yequacatu (ou rio ‘sin peligro’), e do Incaguarigen (vomito de pássaro), (sic), deixando á direita as fozes do Imboyry (rio de las quantas), Capibrary (rio de las Capibaras), Yroy (rio frio), e Yacarehy (rio de lagartos). Foi-lhe então preciso descarregar os batelões, deixando-os descer o fio de água ‘a riesgo de hazer se mill pedaços entre aquellas peñas’²⁸⁰.

Após esse obstáculo,

²⁷⁴ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 9.

²⁷⁵ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 11.

²⁷⁶ Provavelmente refere-se ao porto de Ararituaba, local onde termina o caminho terrestre e prossegue-se pelo rio Tietê, em trecho navegável.

²⁷⁷ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 11.

²⁷⁸ Maria Vicentina do Amaral Dick. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990, p. 29.

²⁷⁹ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 12.

²⁸⁰ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 12.

além dos rios citados, vira ainda don Luís até ao Avanhandava as barras dos seguintes afluentes do Tietê á esquerda o Piray, ou rio dos peixes, Ubaery ou ‘rio capax de alojamiento’, Camasibeca (‘rio de las camasibas de que hacen frechas’), e do Ycarepeu (‘pestana de lagarto’). Á direita anotára um segundo Jacarehy e uma ‘Rivera grande’ anonyma. Perto da confluencia do Sarapoy avistara uma fazenda de gente de S. Paulo, subindo canoas por este afluente que provavelmente é o Sorocaba²⁸¹.

Com isso, chegam ao salto de Avanhandava. Conforme observamos nos mapas que trataremos posteriormente, o trajeto entre a vila de São Paulo e a foz do rio Sorocaba é um trecho pequeno em relação à totalidade da viagem até Assunção. Contudo, esse trecho é o mais relatado por Céspedes Xeria, com riqueza toponímica. Isso se deu, provavelmente, pelo fato desse território ser o mais conhecido e apropriado pelos portugueses no sertão. Não seria de estranhar que nesse espaço surgiram as vilas de Itu e Sorocaba décadas depois.

A viagem prossegue e, “entrando no Paraná, assustou-o muito, o rebojo do Jupia: ‘grandisimos remolinos de agua y de mucho peligro para las canoas, donde me desembarqué con toda mi gente, siendo por tierra gran pedazo y las canoas por este peligro’”²⁸². E, “entre o Tietê e o ‘Paranapé’ (sic) cruzou as barras do Ypiranga (rio Colorado), do Tayaguapey (rio de onzas) e do Guiray (rio dos pássaros), Paranapanema, segundo elle, quer dizer ‘rio sin pescado’”²⁸³.

Em meio à viagem, no pontal do Paranapanema, “na margem hoje paranaense, encontrou o Capitão General verdadeiras cidades de índios, christianizados pelos jesuítas, nada menos de doze mil pessoas. ‘Tierra de mi jurisdicción’, apressa-se em dizer ao rei. Assim, a seu ver, o limite extremo do Brasil, para o Sul, vinha a ser o Paranapanema... e o era, de facto, na época”²⁸⁴.

Ao chegar ao território do Paraguai, a primeira ação do governador Céspedes Xeria foi visitar Ciudad Real no Guairá para tomar posse, junto ao cabildo, como governador.

Na narrativa da viagem de São Paulo a Ciudad Real, o governador relata as dificuldades do percurso.

²⁸¹ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 12.

²⁸² Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 13.

²⁸³ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 13.

²⁸⁴ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 13.

Todos estos riesgos que aqui digo q tuvimos, son por mayor que no quiero poner los tropezones que veniamos dando cada hora, y es cierto que la Virgen Santisima de Atocha, de quien yo soy muy devoto – y todos los fueran en esta ocasión – nos sacó dellos milagrosamente y asi lo tengo por fé porq conmigo en el decurso de mi vida ha hecho tres milagres patentisimos, dandome muchas ayudas en mis necesidades²⁸⁵.

Apesar do tom milagroso da viagem, a narrativa de Céspedes Xeria demonstra o conhecimento do espaço dos sertões pelos auxiliares paulistas e a habilidade dos mesmos na navegação e identificação dos pontos perigosos no trajeto. Permite também a constatação que, embora oficialmente o caminho entre São Vicente e o Paraguai fosse proibido, essa restrição tornava-se, na prática, letra morta.

Logo que chegou a Ciudad Real, D. Luiz é empossado no cargo de governador e tem contato com a realidade de sua região. Narra Céspedes Xeria, sobre o Guairá, “las mayores lastimas de pobreza y desnudes, poco gobierno, poco amparo en las cosas de Dios y ninguna ayuda en el suo ni en el otro”²⁸⁶.

A minuciosa descrição da viagem empreendida pelo governador paraguaio, de São Paulo a Ciudad Real de Guairá, foi acompanhada de um esboço cartográfico que serviria de roteiro ao caminho.

Taunay destaca a “excellente ideia de fazer sua viagem um mappa ou roteiro que, modesta mas consciensamente, chama ‘boron’ e dedicou a Phelippe IV, seu real amo. Desenhou-o com as tintas de certas hervas selvagens só para pôr Sua Majestade ao par dos perigos e trabalhos de sua dilatadíssima viagem”²⁸⁷.

²⁸⁵ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 14.

²⁸⁶ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 14.

²⁸⁷ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 16.

MAPA 3 – Detalhe do Roteiro de viagem de D. Luís de Céspedes Xeria²⁸⁸

²⁸⁸ Apud: Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino (orgs.). *Diário da navegação*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000, p. 440.

Esse mapa, pioneiro na representação cartográfica dos sertões vicentinos, encontra-se no Arquivo Geral de Indias em Sevilha. Sua descoberta e destaque deu-se, segundo Taunay, “pela obra monumental de Pablo Pastells^{289,290}, e diante da importância do documento, “mandamol-o copiar para a coleção de cartographia colonial paulista, do Museu Paulista”²⁹¹.

Nas descrições de Taunay, “é um mappa de 1,18 por 0m,79, e nelle se vêm delineados os cursos do Tietê e do Paraná. Não há idéas de escalas, proporções, coordenadas geographicas, nem accidentes orographicos ou quaesquer outros”²⁹².

Esquece Taunay que o referido mapa é um esboço de um roteiro e que o registro dos acidentes geográficos tem uma finalidade prática de alertar os futuros viajantes, além de explicitar ao rei, destinatário do roteiro, as dificuldades e, portanto, a grandeza dos serviços prestados pelo recém empossado governador.

Na descrição cartográfico, o roteiro de Céspedes Xeria apresenta os “numerosos nomes de affluentes dos dois caudaes; os do Tietê perderam os apellidos que lhe attribue, e cujas etymologias guaranys não parecem das mais autorizadas”²⁹³.

Dessa forma, Taunay destaca que

aos grandes affluentes da esquerda do Paraná attribue em geral os nomes que conservam até hoje: Pequiry, Ivahy, Paranapanema. Os seus Guiray, Tayaguapory e Ypitanga são os nossos Santo Anastacio, Peixe e Aguapehy. Na margem matto-grossense menciona o Iguatemy e o Aguapehy, nomes que subsistiram, e o Guacury, antigo apellido do Scuriú, cremos²⁹⁴.

A toponímia no roteiro é dada “servindo-se de informações recebidas”²⁹⁵, evidenciando o contato do governador paraguaio com os conhecimentos dos auxiliares paulistas.

A principal contribuição do referido roteiro, na interpretação de Taunay, “é que a navegação do Sorocaba, do Tietê e do Paraná era cousa corrente em princípios

²⁸⁹ Refere-se à obra de Pablo Pastells. *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil), según los documentos originales del Archivo General de Indias*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912.

²⁹⁰ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 16.

²⁹¹ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 16.

²⁹² Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 16.

²⁹³ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 17.

²⁹⁴ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 17.

²⁹⁵ Afonso Taunay. *op. cit.*, vol. II, p. 17.

do século XVIII. Dahi a facilidade em admittir-se a possibilidade das primeiras expedições paulistas, exploradoras do territorio matto-grossense, de que nos falam os velhos cronistas”²⁹⁶.

Espacialização dos caminhos nos sertões

Para espacializarmos os caminhos na capitania de São Vicente iremos nos valer de dois mapas, o *Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Gerais, como tambem o caminho de Goyazes, com todos seus pouzos e passagens*, de Francisco Tosi Colombina e o *A new and accurate map of Paraguay, Río de la Plata, Tucumania, Guairá*, de Emanuel Bowen.

O primeiro, datado formalmente como sendo de meados do século XVIII, encontra-se na Coleção Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar dessa datação no catálogo da biblioteca, podemos afirmar que o mapa foi produzido entre 1765 e 1775, período que compreende o governo do Morgado de Mateus, que produziu cartografias visando a ocupação da capitania de São Paulo e seu desenvolvimento econômico²⁹⁷.

O segundo é datado de 1763 e encontra-se no Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya, na Espanha.

Ao observamos os dois mapas, notamos que o *Mappa da capitania de S. Paulo* tem como objetivo espacializar os caminhos para as Minas Gerais e Goiás, sendo os caminhos em São Paulo uma pequena parte de sua representação; enquanto que o *A new and accurate map of Paraguay*, por sua vez, apresenta a porção sul do continente americano de forma mais detalhada.

No detalhe do Mapa 4, observamos que as localidades urbanas estão representadas na *Explicação* como *cidade, villa, fortaleza, arrayal* e *citio*. Também é assinalado, com um asterisco, os locais onde se atravessa o rio com canoas.

As linhas pontilhadas que ligam as estruturas urbanas são os caminhos, os quais iremos nos ater nesse capítulo.

²⁹⁶ Afonso Taunay. vol. II, p. 18.

²⁹⁷ Sobre o tema, consultar Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Alameda, 2007.

© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya

MAPA 5 - A new and accurate map of Paraguay, Rio de la Plata, Tucumania, Guairá, 1763³⁰⁰

³⁰⁰ Emanuel Bowen. *A new and accurate map of Paraguay, Rio de la Plata, Tucumania, Guairá...*, 1763, 1 mapa ms: colorido, desenhado a nanquin. Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya – Espanha. Disponível em <http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/american/id/510/rec/1>, acesso em 26/07/2014.

© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya

MAPA 5A – Detalhe do A new and accurate map of Paraguay, Rio de la Plata, Tucumania, Guaira,

1763³⁰¹

³⁰¹ Emanuel Bowen. *op. cit.*

Já no detalhe do Mapa 5, observamos um outro contexto. O destaque não é dado aos caminhos, mas aos limites das regiões castelhanas e portuguesas. Apresenta, ao norte, o *Country of the Amazonas, Part of Peru* a oeste, seguido do *Chaco, Tucumania* e *Paraguay*, a sudeste *Part of Chili*, no extremo sul *Part of Terra Magellanica, Rio de la Plata* e a leste *Part of Brazil*.

É interessante ressaltar que a definição das *partes* não representa a divisão entre domínios castelhanos e portugueses, tampouco as áreas dos vice-reinados dentro das regiões especificadas.

Notamos também detalhes referentes a populações indígenas, nomes de regiões menores e a referência à vilas e cidades.

No detalhe do Mapa 5, verificamos a porção central, focando na região do Guairá. Nessa área Emanuel Bowen delimita a separação entre América portuguesa e castelhana. É válido apontar que a divisão entre os domínios entre as duas coroas ibéricas não segue a linha do Tratado de Tordesilhas, mas o rio Paranapanema, tal como registrou, em 1628, Céspedes Xeria em seu roteiro de viagem.

Acima da província do *Guayrá*, temos uma inscrição que destaca-se pela sua centralidade no mapa e pela extensão do texto. Nela consta que

the Jesuit's Settlement is said to contain above 300,000 Families of Indians, under the most absolute subjection to their Tyrannical masters the Jesuits, who are professed of the finest part of the Continent situated 200 Leagues South from the Portuguese Paulists, and separated from them by the River Lorunguay, wich falls into the Great Parana and Jopsur. Tis upivards of 200 Leagues North of Buenos Aires & about 180 from the Provence of Tucuman. They are divided into 42 Parishes forms to 10 Leagues a part, & lying chiefly along the Paraguay & Parana. The Missions together can assemble 60,000 well disciplined Men in a few Days for their defense against the Spaniards or Portugueses in case of an Attack of whom they keep themselves Independent³⁰².

Escrito anos antes da supressão da Companhia de Jesus, em 1773, Bowen destaca a ideia defendida na época, da independência política e o poder militar que as missões jesuíticas alcançaram no Paraguai.

Outro elemento que destacamos é a representação da vila de São Paulo como

³⁰² Emanuel Bowen. *A new and accurate map of Paraguay, Rio de la Plata, Tucumania, Guaria...*, 1763, 1 mapa ms: colorido, desenhado a nanquin. Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya – Espanha. Disponível em <http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/american/id/510/rec/1>.

Repub. of S. Paul, único município representado como “república” no mapa. Isso se deu, provavelmente, pelo contato de Bowen com os relatos jesuíticos sobre os paulistas, dos quais apregoavam à essa vila a ideia de autonomia baseada no descumprimento às ordens de Portugal³⁰³.

No mapa, Bowen representa os principais municípios da região, como *S. Vicente*, *Cananea* e *S. Paulo*, na Parte do Brasil, e *Ciudad Real*, *Assumption de la Plata*, *Santa Fee* e *Buenos Aires* no Guairá e Rio da Prata, além das ruínas de *Villa Rica* e dos aldeamentos de *S. Ignatio* e *Jesús María*, indicando os ataques realizados pelos paulistas no século anterior.

Embora as divisões entre as partes seja bem destacada no mapa de Bowen, o papel dos rios como conexão entre o Brasil e o Paraguai torna-se mais evidente. Seguindo o caminho realizado por Céspedes Xeria no século XVII, ou seja, partindo de São Paulo, seguindo pelo rio Anhembi e depois o Paraná, chega-se à região do Guairá. Mais adiante, rio Paraguai acima, atinge-se a cidade de Assunção.

Retomando o mapa de Francisco Tosi Colombina, observamos que o caminho a oeste de São Paulo, passando pelas vilas de *Pernahyba* e *Itu*, termina no porto de *Araraytaguaba*. Nesse ponto, o caminho terrestre é substituído pela rota fluvial, seguindo a rede de rios da Bacia do Prata até Assunção ou mesmo Buenos Aires.

Conforme tratamos anteriormente, os viajantes do século XVII preferiam o trajeto fluvial, seja pela facilidade em transportar as cargas, como pela facilidade marcar o caminho.

Ao observarmos os dois mapas apresentados acima, o roteiro de viagem de Céspedes Xeria e os relatos dos viajantes do século XVI, podemos concluir alguns aspectos referentes aos caminhos que cruzaram os sertões meridionais da América no início de sua colonização europeia.

Capistrano de Abreu, em *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, de 1883, apresenta aspectos comuns aos diversos roteiros de entradas ao sertão. Afirma que, “para traçar este roteiro theorico, é preciso attender ao seguinte: As montanhas foram sempre a balisa, o pharol que tiveram á vista aquelles homens emprehendedores. Os rios foram os caminhos que seguiram de preferencia”³⁰⁴.

O destaque dado às montanhas é justificado devido “a sua fixidez invariavel, a

³⁰³ Para uma discussão sobre a “lenda negra” dos paulistas, ver Raquel Glezer. *Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

³⁰⁴ Capistrano de Abreu. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1883, p. 78.

sua visibilidade á grande distancia [que] são factos patentes. Além disso uma montanha domina grande parte do paiz, e della póde fazer-se um reconhecimento previo do espaço a percorrer, uma recapitulação rapida de espaço percorrido”³⁰⁵.

Em relação à preferência pelos caminhos fluviais, Capistrano argumenta que, “quanto aos rios, as vantagens são talvez maiores”³⁰⁶ que em relação às rotas terrestres. Isso porque

margeando um rio não ha meio de uma pessoa se perder. O rio garante a alimentação, directamente pelo peixe que contém, indirectamente pela caça que vem beber no seu leito. Em paiz habitado por inimigos, é um fosso, que de um lado difficulta muito os ataques. Emfim, si subir contra a corrente não é facil e exige grande esforço muscular, é certo que na direcção da corrente a viagem é facilima e quasi dispensa esforço³⁰⁷.

Não somente destaca as vantagens dos rios para a penetração no interior, mas garante a alguns cursos d’água papel fundamental para rotas nos sertões. Aponta que “todos os rios do Brasil representaram papel mais ou menos considerável no devassamento do interior; ha, porem, alguns que excedem a todos: o Tieté, o Parahyba, o S. Francisco e o Amazonas”³⁰⁸.

De acordo com Capistrano, “o Tieté possuía condições naturaes que o destinavam a este papel”³⁰⁹. Uma razão

era a sua proximidade do mar, que foi motivo para os Portuguezes virem logo estabelecer-se em suas margens, e tomal-o por ponto de partida. Outra era a direcção de sua corrente, pois os colonisadores não tinham de subil-o, mas de descel-o, o que era muito mais facil. Outra era o systema de suas vertentes, que punha em contacto com o Parahyba, o Mogy guassú, o Paranapanema, e, depois de confluir com o Paraná, punha-o ainda em contacto com os affluentes do Paraguay³¹⁰.

Essa rede fluvial é bem nítida quando observamos os rios que conectam a costa brasileira com o Paraguai e Rio da Prata. A utilização dessa rede foi constante

³⁰⁵ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 78.

³⁰⁶ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 78.

³⁰⁷ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 78.

³⁰⁸ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 79.

³⁰⁹ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 79.

³¹⁰ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 79-80.

desde inícios da ocupação do planalto de São Paulo. Capistrano destaca que “os paulistas começaram a descer o Tietê desde os primeiros tempos, provavelmente antes do meado o século XVI. Uns foram subindo pelos seus afluentes, Juquiry, Jundiáhy, Piracicaba, Sorocaba. Outros foram até o Paraná”³¹¹.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, apresenta a rede de caminhos como de fundamental importância para a mobilidade no planalto. Afirma que “alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de um amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa”³¹².

Esses caminhos não foram criação exclusiva dos colonizadores. Como pontua Sérgio Buarque, “neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra”³¹³.

Mello Nóbrega, por sua vez, afirma que, até o primeiro quartel do século XVIII, “a atividade dos pioneiros mamelucos exercitou-se preferencialmente por terra; daí por diante, é que os rios tiveram a preferência das expedições. Desde muito antes, porém, quase todas as incursões acompanharam os caudais do sistema potamográfico paulista”³¹⁴. Tal evidência pode ser visualizada no detalhe do mapa 7, no qual o caminho terrestre segue o curso do rio Tietê no seu trecho não navegável.

O conhecimento do espaço americano pelos indígenas e a técnica desses é explicitada por Sérgio Buarque ao relatar que “a influência indígena, que também nesse particular foi decisiva, deve-se, por exemplo, o emprego entre os sertanistas, da canoa de casca, especialmente indicada pelos rios encachoeirados”³¹⁵, como era o caso da navegação no rio Tietê.

Jaime Cortesão, em *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*, reforça a importância dos saberes indígenas na apropriação do espaço do sertão pelos europeus. Destaca que, “de que os índios brasileiros possuíam, nos séculos XVI e XVII, as notáveis qualidades de orientação, comuns aos primitivos, não escasseiam provas”³¹⁶. Citando Cardim, Cortesão fundamenta sua ideia, pois “têm os tupinambá grande conhecimento da terra, por onde andam pondo o rosto no sol, por que se

³¹¹ Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 80.

³¹² Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975, p. 15.

³¹³ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 15.

³¹⁴ Mello Nóbrega. *História do rio Tietê*. São Paulo; Belo Horizonte: EdUSP; Itatiaia, 1981, p. 55.

³¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 19.

³¹⁶ Jaime Cortesão. *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955, p. 52.

governam com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, que nunca andaram”³¹⁷.

Cortesão ressalta a importância dos indígenas, visto que,

quando os primeiros portugueses se estabeleceram nas costas do Brasil, não tardaram, por certo, a dar-se conta da cultura geográfica dos seus primitivos habitantes, tão notória ela devia ser. Sabemos hoje que os aborígenes haviam traçado as suas trilhas – *apés* – ao longo de vastas áreas; e se aproveitavam igualmente dos sistemas fluviais, como duma rede de caminhos³¹⁸.

Dessa forma, os caminhos trilhados pelos conquistadores, portugueses e castelhanos na América, seguiram a ideia de apropriação do espaço, através da combinação de conhecimentos prévios trazidos da Europa, com as habilidades dos grupos indígenas.

A constante mobilidade dos conquistadores, seja em busca de riquezas através dos mitos ou por conquista de novos territórios, gerou uma circulação de pessoas que transpassou as fronteiras políticas dos Impérios português e castelhano. Por conta dessa interligação, é necessário que tratemos o espaço americano de forma integrada, contemplando as dinâmicas políticas, econômicas e sociais na Bacia do Prata.

³¹⁷ Jaime Cortesão. *op. cit.*, p.52.

³¹⁸ Jaime Cortesão. *op. cit.*, p. 56.

Capítulo 3

Uma história platina da colonização portuguesa

Nesse capítulo propomos tratar da construção de uma história integrada entre as regiões que compõem a Bacia do Prata, ou seja, os rios Tietê, Paraná, Paraguai e o próprio Rio da Prata

Buscamos, portanto, conceber a região como espaço de integração econômica e social, através das relações entre suas elites políticas locais. Afastamos também de uma abordagem compartimentalizada da região, que analisa os fenômenos históricos coloniais a partir das fronteiras dos Estados nacionais do século XIX.

Uma história da Bacia do Prata: problemáticas

A reflexão sobre uma história que contemple as relações políticas, econômicas e sociais na Bacia do Prata, região que compreende a capitania de São Vicente, e posteriormente a de São Paulo, e as governações do Paraguai e Buenos Aires, na porção meridional do Vice-reino do Peru, exige que reflitamos as razões que levaram a essas regiões comporem histórias de forma segregada.

A consolidação dos Estados nacionais em momento posterior às Independências no século XIX, lançaram a necessidade de estabelecimento de histórias nacionais que dessem conta de legitimar os novos países americanos.

No Brasil, o exemplo mais evidente desse processo é a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a publicação da *História do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, entre 1854 e 1857³¹⁹.

Na Argentina, o papel pioneiro na escrita da história nacional coube ao presidente Bartolomé Mitre. Publicou três volumes da *Historia de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*, em 1887, 1888 e 1890³²⁰ e *Historia de Belgrano y la Independencia Argentina*, em 1887³²¹.

³¹⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: E. H. Laemmertz, 1854-1857.

³²⁰ Bartolomé Mitre. *História de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*. Buenos Aires: Peuser, 1952, 3 vol., [1ª edição, 1887].

³²¹ Bartolomé Mitre. *História de Belgrano y la Independencia Argentina*. Rio de Janeiro: Félix Lajouane Editor, 1887.

Contudo, somente a ideia de construção de narrativas que forjassem os Estados nacionais não justifica a ausência de trabalhos que apontem uma integração da região do Prata no período colonial.

É fundamental que, para compreendamos melhor esse distanciamento historiográfico, abordemos as consequências do maior embate militar ocorrido na região, a Guerra do Paraguai, conflito entre esse país e a Tríplice Aliança, composta por Argentina, Brasil e Uruguai.

Francisco Doratioto, em *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*, aborda as razões desse afastamento, principalmente do Paraguai em relação aos demais países platinos. Aponta que “a história do Paraguai esteve intimamente ligada ao Brasil e à Argentina, principais polos do subsistema de relações internacionais do Rio da Prata. O isolamento paraguaio, até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam, em grande parte, pela situação política platina”³²².

Esse isolamento posterior à sua independência é justificado pelo receio da incorporação do Paraguai à Confederação Argentina. Luís María Argaña afirma que “estaba, pues, declarada nuestra independencia; pero no consolidada. A pesar del Tratado, parcialmente transcripto, Buenos Aires seguía teniendo pretensiones sobre el Paraguay y para ello contaba con el apoyo del partido unitario o porteñista”³²³.

A Guerra do Paraguai foi fundamental para a configuração historiográfica do Paraguai a partir desse receio de expansão argentina e, conseqüentemente, determinou as ações desse frente às demais nações da região.

Doratioto defende que

a geração daqueles que lutaram na guerra quer nos países aliados, quer no Paraguai, não registrava de forma positiva o papel histórico de Solano López. Havia certeza de sua responsabilidade, quer no desencadear da guerra, ao invadir o Mato Grosso, quer na destruição de seu país, pelos erros na condução das operações militares e na decisão de sacrificar os paraguaios, mesmo quando caracterizava a derrota, em lugar de pôr fim ao conflito. Dessa geração nasceu a historiografia tradicional sobre a guerra, que simplificou a explicação do conflito ao ater-se às características pessoais de Solano López, classificado como um ambicioso,

³²² Francisco Doratioto. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 23.

³²³ Luís María Argaña. *Historia de las ideas políticas en el Paraguay*. Asunción: El Foro, 1983, p. 98.

tirânico e, mesmo, quase desequilibrado³²⁴.

Assim, “no final do século XIX, o Paraguai era um país paupérrimo do ponto de vista econômico, praticamente sem auto-estima do passado e carente de heróis paradigmáticos. O Paraguai era apresentado como país de déspotas e derrotado em uma guerra da qual fora o agressor”³²⁵.

No Brasil, em relação à guerra, conforme aponta Alfredo da Mota Menezes, “é comum aceitar que o conflito ajudou na formação do Exército Nacional e, mais tarde, até mesmo no surgir do modelo republicano de governo”³²⁶. Já para a Argentina, “ajudou a cimentar a união entre Buenos Aires e o interior. Entre Bartolomé Mitre e o chefe interiorano, Justo José de Urquiza, que se uniram em torno da nacionalidade no momento do conflito”³²⁷.

Nos dois países, o conflito gerou importantes impactos internos, enquanto que, nas respectivas historiografias, consolidou-se a imagem do Paraguai como um pequeno país isolado e governado por ditadores tirânicos.

Enquanto essa imagem era consolidada na Argentina e Brasil, no Paraguai ocorreu um processo distinto. Doratioto destaca que

despontava uma geração de estudantes universitários e secundaristas – poucos e concentrados em Assunção –, desejosos de construir uma sociedade melhor, mas sem encontrar um pensamento que, ao mesmo tempo, recuperasse a auto-estima nacional que rompesse o sentimento de inferioridade em relação às outras nações, e apontasse para a superação da realidade miserável. Esses jovens necessitavam de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia³²⁸.

Essa circunstância viabilizou o nascimento do revisionismo histórico em torno da figura de Solano López, no movimento conhecido como *lopizmo*. Essa tendência, segundo Doratioto, “buscou transformar a figura de Solano López de ditador, responsável pelo desencadear de uma guerra desastrosa para seu país, em herói,

³²⁴ Francisco Doratioto. *op. cit.*, p. 18-19.

³²⁵ Francisco Doratioto. *op. cit.*, p. 80.

³²⁶ Alfredo da Mota Menezes. Prefácio. In Fernando Tadeu de Miranda Borges e Maria Adenir Peraro (orgs.). *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2012, p. 7

³²⁷ Alfredo da Mota Menezes. *op. cit.*, p. 7.

³²⁸ Francisco Doratioto. *op. cit.*, p. 80.

vítima da agressão da Tríplice Aliança e sinônimo de coragem e patriotismo”³²⁹.

O revisionismo *lopizta* adquire forças na década de 1930. Francisco Doratioto aponta que

em 1936, o coronel Rafael Franco, que ascendeu ao poder derrubando o presidente eleito Eusebio Ayala, editou o decreto que tornava Solano López herói nacional. Sob as três décadas da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), o *lopizmo* tornou-se onipresente, apoiado pelo Estado, e intelectuais que ousaram questionar a glorificação de Solano López foram perseguidos e, mesmo, exilados³³⁰.

Nas décadas de 1960 e 1970, o revisionismo em torno da Guerra do Paraguai foi mais longe. De acordo com Doratioto,

explicando-a como o confronto entre duas estratégias de crescimento: a paraguaia, sem dependência dos centros capitalistas, e a da Argentina e do Brasil, dependente do ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros. Para o revisionismo, estes dois países teriam sido manipulados por interesses da Grã-Bretanha, maior potência capitalista à época, para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio, abrindo um novo mercado consumidor para os produtos britânicos³³¹.

Esse revisionismo, que coloca o Paraguai como vítima não somente das potências regionais, mas do capitalismo internacional, encontrou ressonância dos meios intelectuais argentino e brasileiro. Nessa época, década de 1970, Argentina e Brasil passavam por ditaduras militares e, desse modo, “uma forma de lutar contra o autoritarismo era minando suas bases ideológicas”³³².

Por isso, nas palavras de Doratioto,

a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal, por denunciar a ação imperialista, e por criticar o desempenho dos chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, no Brasil, Caxias e Tamandaré tornaram-se, respectivamente, patronos

³²⁹ Francisco Doratioto *op. cit.*, p. 80.

³³⁰ Francisco Doratioto. *op. cit.*, p. 86.

³³¹ Francisco Doratioto. *op. cit.*, p. 87.

³³² Francisco Doratioto. *op. cit.*, p. 87.

do Exército e da Marinha. Nota-se, ainda, nas entrelinhas de trabalhos revisionistas, a construção de certo paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e, hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras ‘progressistas’ e vítima da então potência mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha³³³.

Esse panorama consolidou a concepção de isolamento do Paraguai e da guerra como agressão desproporcional a esse país. Luís María Argaña apresenta, na formulação do *Partido Colorado*, que

en el pasado, se entronca en los héroes de la nacionalidad y defiende nuestra soberanía, lucha con sentido de revisionismo histórico justo para imponer en las almas y en las consciencias de nuestra Patria la verdad sobre los grandes calumniados José Gaspar de Francia y Francisco Solano López, convirtiendo con esa labor al patriotismo y al lopizmo en el sentido común de las generaciones³³⁴.

A partir desse contexto, de ausência de perspectivas de integração entre as histórias dos países platinos, iremos abordar, de forma integrada, a história da porção meridional do Vice-reino do Peru e da capitania de São Vicente, na América portuguesa.

História platina do Vice-reino do Peru (Paraguai e Buenos Aires)

A ocupação da região do rio da Prata e do Paraguai foi consequência da conquista do Império Inca e da necessidade do controle das minas de prata de Potosí.

Margarita Durán afirma que “la colonización del Paraguay fue, a partir de 1537 y en cierta forma, un accidente histórico, producto del fracaso de un esfuerzo por conquistar el Imperio inca a través del Río de la Plata, es decir, por el este”³³⁵.

Conforme apresentamos anteriormente, a bacia do Prata, com seus afluentes Paraguai, Paraná e Tietê, foi intensamente explorada no início do século XVI por europeus em busca de metais preciosos. Assim,

³³³ Francisco Doratioto *Maldita op. cit.*, p. 87.

³³⁴ Luís María Argaña. *op. cit.*, p. 146.

³³⁵ Margarita Durán Estragó. “Conquista y colonización (1537-1680)”. In Ignacio Telesca (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2011, p. 63.

después del descubrimiento de la sierra de la Plata (que no era otra cosa que la conquista del Perú), España perdió interés por el Río de la Plata, un territorio que, a pesar del nombre que llevaba, no poseía metales preciosos. Aun así, los españoles siguieron buscando oro en el Amazonas, en el Itatín, en el Guairá y en las tierras frías del sur magallónico, aunque el fracaso coronó todos aquellos intentos y vanas ilusiones³³⁶.

A partir desse contexto de expectativa de riquezas seguido pela ausência de metais preciosos na região, Margarita Durán conclui que, “si bien el Paraguay dejó de interesar económicamente a España desde el punto de vista político constituyó un importante peldaño fronterizo al defender los límites de la corona española contra las pretensiones expansionistas de los portugueses en el área de Brasil”³³⁷.

Em 1536, Pedro de Mendoza intenta estabelecer um núcleo estável nas proximidades do que viria a ser a cidade de Buenos Aires. A expedição, “integrada por más de 1500 personas, mucho más numerosa que las de Hernán Cortés y Francisco Pizarro”³³⁸, apesar de tudo, fracassou frente ao ataque de indígenas.

Diante da destruição, “a pesar del hambre, la desmoralización y las muertes que siguieron al establecimiento de Buenos Aires, un grupo de expedicionarios emprendió la búsqueda de El Dorado y llegó al Paraguay en 1537”³³⁹.

Ao encontrar uma região fértil para a agricultura e com o apoio de índios cario-guaranis, que forneceram informações sobre um caminho para as minas de ouro e prata, os expedicionários fundaram Assunção.

Esse apoio dos índios locais é justificado por Efraím Cardozo pelo fato de que “los carios, parcialidad de la nación guaraní, también anhelaban conquistar el Perú, hacia donde habían transmigrado muchos de ellos, en sucesivas oleadas, antes de la aparición de los españoles”³⁴⁰. E, para tanto, e para combater os índios inimigos do Chaco notadamente os Guaicuru, aliaram-se aos espanhóis e permitiram a fundação da cidade.

Segundo Margarita Durán,

Asunción fue fundada por Juan de Salazar y Espinosa como base de operaciones y centro de abastecimiento en reemplazo de Buenos

³³⁶ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 64.

³³⁷ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 64.

³³⁸ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 64.

³³⁹ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 64.

³⁴⁰ Efraím Cardozo. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2011, p. 12.

Aires, que fue rápidamente abandonada. Lejos del mar y en medio de la selva, el fuerte de Asunción no hubiera revestido ninguna importancia si no fuera por la abundancia de bastimentos que allí encontraron los españoles³⁴¹.

Como as buscas pelos caminhos para terras de ouro e prata fracassaram e a conquista do Império inca e das minas de Potosí encerraram a busca pelo *El Dorado*, Assunção entra logo em decadência. Com isso,

la ausencia de oro y plata, y el aislamiento hicieron que, en poco tiempo, dejaran de llegar más españoles al Paraguay, por lo que los colonizadores se vieron librados a sus propias fuerzas. Estos, ante la falta de mujeres españolas, entraron en mestizaje con las indias guaraníes. Asunción y sus comarcas se convirtieron en centros de reclutamiento de mujeres guaraníes sometidas a la prostitución y al trabajo forzado. Al cabo de una generación, no había en la capital más que 280 españoles, casi todos ancianos, mientras que los mestizos sumaban más de diez mil, según manifestaciones del padre Martín González en 1575³⁴².

Nesse período começaram a ser fundadas cidades nas governações do Paraguai e Rio da Prata. Dessa forma, “los españoles supieron asentar con firmeza la ciudad de Asunción, pero la expansión territorial fue obra de la primera generación de mestizos”³⁴³.

Margarita Durán destaca que, “aunque se habían abandonado Buenos Aires, Corpus Christi y San Francisco del Biaza, veinte años después de iniciada la ocupación del territorio, Asunción comenzó a constituirse en centro de la conquista y ‘madre de ciudades’³⁴⁴.

Esse epíteto dado à Asunción deve-se ao fato de ter sido o ponto inicial das fundações de inúmeras cidades na região. “En 1554, se fundó Ontiveros, y tres años después, Ciudad Real; en 1561, Santa Cruz de la Sierra sobre el Guapay; y en 1570, Villa Rica del Espíritu Santo, en el Guairá”³⁴⁵. Grupos provenientes de Assunção também “fundaron Santa Fe, en 1573, y, por segunda vez, Buenos Aires, en 1580. Posteriormente, otras partidas procedentes de Asunción establecieron Concepción del

³⁴¹ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 64.

³⁴² Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 73.

³⁴³ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 73.

³⁴⁴ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 73.

³⁴⁵ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 73.

Bermejo en 1585, y Corrientes, en 1588”³⁴⁶.

Nessa fase de fundações de cidades, a governação do Paraguai, parte do Vice-reino do Peru, compreendia uma extensa área, englobando os atuais Paraguai, Argentina e a porção ocidental do Brasil, atingindo a região do Amazonas, nos confins do Vice-reino de Nova Granada. Por isso,

a medida que, desde Asunción, se iban fundando ciudades, algunos conquistadores sintieron temor de no poder regirse con un solo gobierno. Ya en 1579 el tesorero Montalvo propuso a la Corona la formación de tres gobernaciones en la Provincia Gigante de las Indias, aunque esta sugerencia no reflejaba el sentir de los paraguayos, que no estaban dispuestos a sacrificar su vasto dominio³⁴⁷.

Contudo, os frequentes ataques realizados pelos paulistas na região do Guairá, demonstraram que uma governação extensa teria dificuldades de proteção militar e que a fragmentação seria a saída mais sensata para o momento.

Descreve Margarita Durán que,

bajo este contexto, Hernandarias comunicó al Rey de la situación y, en 1607, propuso la creación de un gobierno aparte en el Guairá, que agrupara las ciudades de Villa Rica del Espíritu Santo, Ciudad Real y Santiago de Xerez. Aunque la idea no prosperó, el monarca pidió informes al virrey del Perú, Juan de Mendoza y Luna (Marques de Montesclaros), quien señaló: ‘El mi parecer que se agregarse también la ciudad de la Asunción donde hoy está la Catedral de Paraguay y tiene la misma o poco menos dificultad de ser visitada desde Buenos Aires’. Esta confusión provino de que el virrey no conocía personalmente la Provincia del Paraguay, y como Hernandarias había escrito desde Buenos Aires, creyó que esta ciudad era cabeza de la gobernación³⁴⁸.

Continuando as pressões pela separação do Guairá, “durante el nuevo gobierno de Hernandarias (1615-1618), este insistió en la formación de un gobierno separado en el Guairá, en los mismos términos que el proyecto de 1607, ante la incesante invasión de los paulistas en tierras paraguayas”³⁴⁹.

³⁴⁶ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 74.

³⁴⁷ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 75.

³⁴⁸ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 75.

³⁴⁹ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 75.

E,

finalmente, el Consejo de Indias estudió el caso, pero lamentablemente el único dictamen analizado fue el que había realizado el virrey Mendoza. Así, el 16 de diciembre de 1616 el Rey estampó su firma al pie de la cedula³⁵⁰ que decretaba la división de la provincia, mas no como Hernandarias o Marín de Negrón, que conocían el territorio, lo habían solicitado, sino en la forma sugerida por el virrey³⁵¹.

Com isso,

la nueva provincia del Guairá quedó integrada por Villa Rica del Espíritu Santo, Ciudad Real, Santiago de Xerez y nada menos que Asunción, capital de la antigua Provincia Gigante de las Indias. Por su parte, la Provincia del Río de la Plata mantuvo Buenos Aires, Santa Fe, Corrientes y Concepción del Bermejo. Con esta decisión, el Paraguay perdió su salida al mar, tuvo que vivir de cara al río del mismo nombre y quedó confinado en sus selvas³⁵².

Durante o período colonial, a economia do Paraguai estruturou-se em torno da produção e comércio da erva-mate. O consumo dessa era tão intenso que, “en 1618, Hernandarias pudo comprobar, con sorpresa, que la yerba se había impuesto de la modo que se propuso prohibir el uso de la dicha bebida, que hacia a los hombres ‘viciosos y haraganes’”³⁵³.

³⁵⁰ “Don Felipe por la gracia de Dios, rey de Castilla, de León, de Aragón... etc. Por cuanto, habiendo entendido que algunas de las ciudades de las Provincias del Río de la Plata, se hallaban en gran peligro de ser destruidas por los Indios Guaycurús, Payagüaes, naciones que están rebeldes y aunadas y que haan grandes daños, y que para remedio y reparo de esto convenia se dividiera aquel Gobierno que tiene mas de quinientas leguas de distrito y en él ocho ciudades muy distantes, sin poderse socorrer las unas á las otras, particularmente las tres de ellas que son de la Provincia de Guayrá, las cuales jamás han podido ser visitadas de Gobernador ni Obispo, ni administrándose en ellas el sacramento de la Confirmación, consultándose mi parecer, he tenido por bien que el dicho Gobierno se divida en dos, que uno sea del Río de la Plata, agregándole das ciudades de la Trinidad puerto de Santa María de Buenos Aires, la Ciudad de Santa Fe, la de Corrientes y la Ciudad de la Concepción del Río Bermejo; y el otro Gobierno, la ciudad de la Asunción del Paraguay y la de Villa Real, Villa Rica del Espíritu Santo y la Ciudad de Santiago de Jerez... etc. Dada en Madrid, a diez y seis de Diciembre de mil seiscientos y diez y siete años. Yo el Rey. Don Fernando Carrillo – Dr. Don Pedro Marmolejo. El Licenciado Alfonso Maldonado de Torres – El Licenciado Don Juan de Villela – García de Araciél – Licenciado Don Antonio de Bergara – Yo Pedro de Ledesma, Secretario del Rey nuestro Señor, la fice escribir por su mandado. Tomo la razón – Juan de Salinas – Tomo la razón Pedro López de Reinas – Registrado Francisco de Mondragón. Canciller Francisco de Mondragón”.

Alejandro Audibert. *Los límites de la antigua provincia del Paraguay*. Buenos Aires: La Económica, 1892, capítulo IX.

³⁵¹ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 75.

³⁵² Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 75-76.

³⁵³ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 76.

No entanto, “la Corona desoyó las condenas de Hernandarias y de los jesuitas contra el uso y comercio de la yerba porque vio en ella una fuente de recursos para la Real Hacienda”³⁵⁴. E assim, “pronto los ríos se cubrieron de embarcaciones cargadas de yerba y las caravanas de carretas partieron hacia todas las direcciones”³⁵⁵.

Apesar da importância econômica para região, esse comércio não alterou a situação de penúria do Paraguai. Como afirma Margarita Durán, “los comerciantes se enriquecieron con ella, no así el peón yerbatero, que vivía como un esclavo, sin recibir recompensa por su trabajo”³⁵⁶.

A região da Bacia do Prata não se integrou somente por conta do comércio da erva-mate, mas principalmente pelo processo de ocupação do território e fundação de cidades.

Raul Fradklyn e Juan Carlos Garavaglia, em *La Argentina colonial. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*, apresentam a ocupação da região que atualmente corresponde à Argentina de forma integrada com os países que compunham o Vice-reino do Peru. Destacam que, antes da fundação do porto de Buenos Aires, “el primer asentamiento estable en la región, Asunción del Paraguay, fundado en 1537, no sólo fue posterior a los procesos de conquista mexicano y peruano, sino que permaneció aislado durante dos decenios”³⁵⁷.

Nesse momento inicial da ocupação castelhana,

en 1536 se produjo el primer intento de fundación de Buenos Aires, pero nuevamente el asedio indígena obligó a una parte de los expedicionarios a remontar el Paraná río arriba, hasta donde había estado el fuerte de Caboto, y asentarse en ese lugar. De allí partieron quienes a su vez fundarían, en 1537, junto al caserío de Lambaré, en territorio del grupo guaraní conocido como los ‘carios’, la ciudad de Asunción del Paraguay, primera villa española estable en la región y madre de ciudades³⁵⁸.

Conforme observamos anteriormente, a fundação de Asunción e seu papel de base para novas cidades na porção meridional do Vice-reino do Peru, está estritamente relacionada com o papel portuário de Buenos Aires.

³⁵⁴ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 76.

³⁵⁵ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 76.

³⁵⁶ Margarita Durán Estragó. *op. cit.*, p. 76.

³⁵⁷ Raul Fradklyn e Juan Carlos Garavaglia. *La Argentina colonial. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 15.

³⁵⁸ Raul Fradklyn e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 16.

Situada em posição estratégica, entre as minas de Potosí e o porto de Buenos Aires, Assunção desfrutou, inicialmente, de “las primeras corrientes mercantiles desde el Paraguay hacia las villas litorales se integraron con algunos de estos productos y tuvieron en los ganados, el vino, el azúcar, los lienzos de algodón, el tabaco y, sobre todo, la yerba mate, sus mercancías más destacadas”³⁵⁹.

Contudo,

Asunción se hallaba en una situación espacial desventajosa, pues todos sus intentos de relacionarse directamente con el Alto Perú minero (polo nodal de estructuración económica de todo el espacio peruano; inmenso territorio que llegaba hasta Quito) fracasaron casi completamente, y se vio obligada desde muy temprano a aceptar la intermediación de las ciudades litorales, primero Santa Fe y después Buenos Aires, para romper su aislamiento geográfico y establecer nexos mercantiles con el mercado minero³⁶⁰.

Dentro da lógica do escoamento da produção da prata de Potosí para o comércio atlântico, Fradklin e Garavaglia definem que “Buenos Aires, fundada por segunda vez em 1580, se convirtió rápidamente en un puerto de tráfico lícito y ilícito entre el Atlántico y el camino de Potosí, ese rosario de humildes villas que se desgranaba desde las pampas hasta el corazón del altiplano andino”³⁶¹.

Dessa forma, “la influencia del contrabando y del tráfico directo desde Potosí y el Atlántico vía Buenos Aires fue muy grande en los dos primeros siglos desde su fundación y constituyó el motor que impulsó el crecimiento de la modesta aldea”³⁶².

A economia de Buenos Aires, no período colonial somente pode ser compreendida no contexto regional e internacional. Fradklin e Garavaglia apontam que, “en este primer período, la actividad más destacada de la ciudad fue el contrabando y el tráfico directo, que funcionaron como nexo entre el Alto Perú y la economía atlántica”³⁶³.

Enquanto Buenos Aires destacava-se pela posição portuária no comércio atlântico, o Paraguai apresentava-se como centro de recrutamento de mão de obra indígena.

³⁵⁹ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 24.

³⁶⁰ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 24.

³⁶¹ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 37.

³⁶² Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 37.

³⁶³ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 38.

A produção e comércio da erva-mate somente foi possível por conta da abundância de populações indígenas, recrutadas pelos jesuítas e *encomenderos*. Assim,

en el Paraguay, como en la mayor parte de América hispana (donde tuvo diversos nombres, en especial ‘repartimiento de trabajo’ en Mesoamérica y ‘mita’ en el área andina), la asignación de trabajadores por parte de las autoridades a empresarios no encomenderos fue moneda corriente desde muy temprano y duró en alguna de sus modalidades hasta fines del período colonial³⁶⁴.

A exploração da mão de obra indígena, fundamental para a economia paraguaia, representa outro ponto de contato entre essa região e as capitanias do sul da América portuguesa.

No século XVII, “la Compañía de Jesús inicia sus reducciones en el Guayrá, al norte de Villa Rica, con dos pueblos, San Ignacio de Ypaimbucú y Loreto del Pirapó”³⁶⁵e, atraindo paulistas por conta do contingente de indígenas recrutados ao trabalho, “estas reducciones desaparecieron con los ataques *bandeirantes* de la década de 1630”³⁶⁶.

Ou seja, tanto pelo comércio de contrabando em Buenos Aires ou pelos ataques às missões paraguaias, o contato entre América castelhana e portuguesa foi fundamental para compreendermos as dinâmicas econômicas e políticas dessas regiões.

A sociedade paraguaia também foi produto desses contatos e das implicações econômicas. Fradklin e Garavaglia definem que

se trataba de una sociedad basada en un intenso mestizaje, donde no siquiera el muy reducido núcleo de los encomenderos descendientes de los primero conquistadores pudo escapar realmente a este intenso proceso que se produjo a nivel étnico y cultural; el bilingüismo castellano-guaraní comenzó a ser un fenómeno extendido a casi toda la sociedad³⁶⁷.

Essa situação foi propiciada não somente por conta do isolamento geográfico

³⁶⁴ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 52.

³⁶⁵ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 53.

³⁶⁶ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 54.

³⁶⁷ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 56.

de Assunção, mas principalmente por sua posição marginal no circuito econômico mundial, o que não atraiu a migração de novos colonos europeus e permitiu a intensa mistura étnica com a população indígena local.

Apontam os autores também “otro hecho que dominaba la vida social y política de la colonia: las tirantes relaciones con los jesuitas – vinculadas sobre todo con el control de la fuerza de trabajo indígena y con el papel de los jesuitas en el comercio yerbatero –, que estallarían (...) en un agudo conflicto durante el siglo XVIII”³⁶⁸.

As encomendas foram, segundo Efraím Cardozo, a base do sistema social e econômico do Paraguai³⁶⁹. Devido a essa importância, “fueron precisamente los indios encomendados el motivo ocasional de la guerra comunera que ensangrentó el suelo paraguayo durante varios lustros”³⁷⁰.

Juan Bautista Rivarola afirma que, em 1649, ocorre uma primeira *revolução comunera*, encabeçada pelas elites paraguaias e, diferentemente da do século XVIII que adquiriu características de movimento de massas³⁷¹.

Sobre esse primeiro conflito, Rivarola aponta que

la Revolución Comunera de 1649 no fue una revolución antecesora de la independencia o de carácter antimonárquico; sino un movimiento de los vecinos de Asunción y sus dirigentes que integraban el Cabildo con el objetivo de defender sus privilegios que en una provincia periférica como el Paraguay era la única manera de mantener un determinado estatus social y económico³⁷².

Os privilégios defendidos pelos moradores de Assunção “consistían en las encomiendas de indígenas y tierras que ahora eran disputados por los jesuitas que se habían instalado al sur del Tebicuary huyendo de los bandeirantes”³⁷³.

O conflito resumiu-se ao embate entre os *comuneros*, ou seja, os membros do cabildo de Assunção, e os padres inacianos. Esses primeiros tinham o apoio do bispo do Rio da Prata, o frade franciscano Bernardino de Cárdenas.

Diante da crescente tensão e por influência dos jesuítas, o governador

³⁶⁸ Raul Fradklyn e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 57.

³⁶⁹ Efraím Cardozo. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2011, p. 27.

³⁷⁰ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 27.

³⁷¹ Juan Bautista Rivarola Paoli. *La primera Revolución Comunera. 1649*. Asunción: El Lector, 2012, p. 76.

³⁷² Juan Bautista Rivarola Paoli. *op. cit.*, p. 9.

³⁷³ Juan Bautista Rivarola Paoli. *op. cit.*, p. 9.

Hinistrosa decreta a expulsão do bispo em dezembro de 1644³⁷⁴.

Com o auxílio do cabildo, o bispo intenta voltar à Assunção e consegue, por pressão ao novo governador Escobar y Osório, a imediata expulsão dos jesuítas em 25 de abril de 1649³⁷⁵.

No mesmo ano, o bispo Cárdenas “fue apresado, despojado de su dignidad eclesiástica por sentencia del 19 de octubre de 1649 y expulsado de la Provincia”³⁷⁶.

Rivarola destaca que a reação do vice-rei frente à expulsão dos jesuítas não demoraria. “Censurada la conducta del Obispo Cárdenas por la Audiencia, el 1 de octubre de 1649, las fuerzas virreinales comandadas por don Sebastián León de Zarate, conformadas por 4000 indios de las Misiones, avanzan sobre la ciudad de Asunción”³⁷⁷.

Longe de encerrar o conflito entre *comuneros* e jesuítas, uma segunda revolução tem início quando, “en 1717, los jesuitas obtuvieron del gobernador Diego de Reyes Balmaceda, la entrega de indios payaguaes capturados en una de las guerras del Chaco, en vez de distribuirlos entre los vecinos, a título de encomienda, como se había por inmemorial costumbre para integrarlos en la comunidad paraguaya”³⁷⁸.

Como a exploração da força de trabalho indígena era a base de sustentação da economia paraguaia, tal atitude do governador “agitó la Provincia, y Reyes fue denunciado ante la Audiencia de Charcas por haber ordenado inútiles e injustas matanzas de indios, embarazado el comercio, registrado la correspondencia, impedido el libre tránsito y otras tropelías cometidas contra el bien común”³⁷⁹.

A falta mais grave que o governador cometeu foi justamente alterar a situação de equilíbrio político e econômico das elites locais. Ao interferir no processo de obtenção de mão de obra, entregando indígenas aos principais opositores dos mestiços de Assunção, os jesuítas, perde completamente o apoio de seu governo.

E como consequência da denúncia,

el doctor José de Antequera, enviado por la Audiencia de Charcas como juez pesquisador, advirtió que el Paraguay no hacía sino valer inveteradas libertades y que estas eran conculcadas por Reyes Balmaceda. Antequera lo destituyó y lo remplazó en el gobierno,

³⁷⁴ Juan Bautista Rivarola Paoli. *op. cit.*, p. 51.

³⁷⁵ Juan Bautista Rivarola Paoli. *op. cit.*, p. 63.

³⁷⁶ Juan Bautista Rivarola Paoli. *op. cit.*, p. 64.

³⁷⁷ Juan Bautista Rivarola Paoli. *op. cit.*, p. 63.

³⁷⁸ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 28.

³⁷⁹ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 28.

pero aquél, apoyado por la Compañía de Jesús, obtuvo del virrey del Perú, fray Diego de Morcillo, su reposición³⁸⁰.

Diante dessa alteração de governo,

los vecinos de Asunción se reunieron en cabildo abierto y resolvieron no recibir a Reyes. Y cuando se supo que un ejército de indios reclutados en las Misiones, al mando de Baltazar García Ros, marchaba sobre Asunción, otro cabildo abierto decretó que, apenas asomaran los invasores en el Tebicuary – límite con las Misiones – sería extinguida la Compañía de Jesús, y que en caso de derrota los sobrevivientes ajusticiarían a Reyes y su generación, ‘y también a nuestras mujeres e hijas para que no queden expuestas a los riesgos y peligros con que son amenazadas, y que no degeneren su nobleza’. Antequera fue puesto al frente del ejército paraguayo³⁸¹.

Em 1724, “el nuevo virrey, marqués de Castelfuente dispuso que el gobernador de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zavala, marchara al Paraguay con fuerza suficiente para sofocar la insurrección, apresar a Antequera y restituir a los jesuitas”³⁸². E, logo em resposta, “hubo en Asunción nuevos cabildos abiertos y juntas de guerra”³⁸³.

Anos seguiram com a região do Paraguai controlada pelas forças *comuneras* e com inúmeras hostilidades com os jesuítas, que, na prática expulsos pela população local, mantinham a presença em algumas missões. Assim, nas palavras de Efraím Cardozo, após anos de embate, e

ya completamente anarquizados los ‘comuneros’ divididos en enconados bandos, fácil le fue al gobernador Zavala aplastar la revolución. Con un un o ejército de ocho mil indios organizados, como los anteriores, por los jesuitas, el 14 de marzo de 1735 derrotó a los ‘comuneros’ en la batalla de Tabapy. Entró en Asunción y fue implacable en los castigos. Mandó ahorcar o desterrar a los principales caudillos y talar sus hogares. Proclamó la caducidad de la Real Provisión de 1537³⁸⁴. Prohibió para lo sucesivo los caudillos

³⁸⁰ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 28.

³⁸¹ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 28.

³⁸² Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 29.

³⁸³ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 29.

³⁸⁴ A cédula previa que, na ausência do governador, por morte ou renúncia, caberia, enquanto um novo não fosse indicado pela Coroa, que o cabildo de Asunción elegesse, conforme sua conveniência, um governador substituto.

“Don Carlos, etc. Por quanto vos, Alonso Cabrera, nuestor vedor de Funciones de la Provincia de Río de la Plata,...

abiertos, juntas y reuniones, e impuso perpetuo silencio sobre lo ocurrido. Creyendo pacificada la provincia, regresó a Buenos Aires y murió en el camino. La Corona confirmó sus providencias y, además, segregó las Misiones de la jurisdicción paraguaya sujetándolas a Buenos Aires. Los jesuitas regresaron triunfalmente a Asunción³⁸⁵.

Acabava, portanto, qualquer espaço de atuação política local das elites paraguaias e consolidava-se, de maneira incontestada, o predomínio dos jesuítas na região.

O Paraguai, em decadência econômica e com sua população isolada com seus mestiços teria um golpe fatal quando, “en la segunda década del XVII, el humilde villorrio que era Buenos Aires se independiza del Paraguay y pasa a encabezar una nueva gobernación, que incluye las villas litorales de Santa Fe y Corrientes”³⁸⁶.

Corroborando com as ideias apresentadas por Margarita Durán, Fradklyn e Garavaglia afirmam que essa alteração administrativa “no hace más que confirmar el desigual destino futuro de Asunción y Buenos Aires. A mediados del siglo XVII la primera perdería su papel de villa más populosa en beneficio de la segunda, que se convertiría poco a poco en el núcleo urbano más relevante de todo el espacio platense”³⁸⁷.

O contexto de integração regional entre as áreas meridionais da América portuguesa e castelhana marcariam os séculos XVI, XVII e metade do XVIII. A situação mudaria em meados de 1750, pois

... y podría ser que al tiempo que Don Pedro de Mendoza, nuestro Gobernador de la dicha Provincia, difunto salió de ella, no hubiese dejado Lugarteniente o el que así hubiese, cuando vos llegádeses fuese fallecido, y al tiempo de su fallecimiento o antes no hubiese nombrado Gobernador, o los conquistadores y pobladores no lo hubiesen elegido, os mando que, en tal cas y no en otro alguno, hagáis juntar los dichos pobladores y los que de nuevo fueren con vos, para que habiendo primeramente jurado elegir persona que convenga a nuestro servicio y bien de la dicha tierra, elijan por Gobernador, en nuestro nombre, y Capitán General de aquella provincia, la persona que según Dios y sus consciencias pareciere más suficiente para dicho cargo, y la persona que así eligieren todos de conformidad o la mayor parte de ellos, use y tenga el dicho cargo, al cual por la presente damos poder cumplido para que lo ejercite cuanto nuestra merced y voluntad fuere. Y si aquél falleciere, se torne a proveer otro por la orden susodicha, lo cual os mando que así se haga con toda paz y sin bullicio, ni escándalo, apercibiéndoos que, de lo contrario, nos tendremos por deservidos y los mandaremos castigar con todo rigor...

Dada en la villa de Valladolid a XII días del mes de Septiembre de MDXXXVI años – Yo la Reyna.” Rafael Eladio Velázquez. *En Historia paraguaya. Formas especiales de sustitución de gobernador en el Paraguay*. Asunción: TSJE, 1973, vol. 14, p. 42-43.

³⁸⁵ Efraím Cardozo. *op. cit.*, p. 31.

³⁸⁶ Raul Fradklyn e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 58.

³⁸⁷ Raul Fradklyn e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 58.

las fronteras recibieron una nueva atención oficial durante la segunda mitad del siglo XVIII como parte de las políticas que los Borbones estaban impulsando para asegurar la defensa de sus dominios. Hasta entonces, la expansión sobre estos territorios no había sido una preocupación central de la Corona y en gran medida había quedado delegada a las autoridades locales³⁸⁸.

As fronteiras entre os Impérios que eram, do século XVI ao XVIII, meras convenções formais, passariam a ser alvo de disputa e, principalmente, se tornariam assunto de Estado.

Essa alteração da concepção da natureza dos territórios americanos é justificada por Fradklin e Garavaglia quando afirmam que,

para mediados del siglo XVIII, las autoridades compartían un diagnostico: los dominios coloniales debían funcionar efectivamente como colonias. Para ello necesitaban modificar el modo en que se gobernaban y transformar el laxo régimen de consensos y negociaciones que había sostenido hasta entonces la fidelidad de las elites coloniales. Era preciso dotar el imperio de una burocracia más profesional desembarazada de compromisos con los grupos dominantes coloniales³⁸⁹.

Em suma, para efetiva a exploração colonial de seus domínios, a Coroa castelhana reforça sua presença em terras americanas. O mesmo processo ocorre na América portuguesa com as reformas do Marquês de Pombal e, especificamente para a capitania de São Paulo, com o governo do Morgado de Mateus³⁹⁰.

A maior presença desses Estados ibéricos iria, necessariamente, levar a uma delimitação mais formal das fronteiras de seus territórios americanos. São desse período o Tratado de Madrid, de 1750, e a construção de uma rede de fortes ao longo da fronteira.

História da capitania de São Vicente

A ocupação da capitania de São Vicente, na porção meridional da América portuguesa, foi pautada pela busca de metais preciosos. A esse respeito, Washington

³⁸⁸ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 111.

³⁸⁹ Raul Fradklin e Juan Carlos Garavaglia. *op. cit.*, p. 179.

³⁹⁰ Para um estudo detalhado das reformas efetuadas pelo Morgado de Mateus na capitania de São Paulo, ver Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. São Paulo: Alameda, 2007.

Luís afirma que “D. João III só cuidou em povoar o Brasil para nele firmar a sua posse, na esperança do ouro e das pedras preciosas”³⁹¹.

A concessão da capitania a Martim Afonso de Sousa foi seguida do pouco interesse por parte dos donatários em explorar São Vicente. Washington Luís aponta que “nada fizeram os donatários, que aliás nada ou pouco possuíam. Nenhum donatário de S. Vicente veio a sua capitania ver o que ela valia ou que ela precisava para prosperar. Todos limitaram-se somente a nomear loco-tenentes, que os substituíssem”³⁹².

Nesse período inicial de conquista e povoamento, Martim Afonso inicia uma expedição que, de acordo com Washington Luís, tinha quatro grandes objetivos:

1º – expulsar do Brasil os franceses que aí já começavam a se estabelecer, comerciando com os índios. 2º – descobrir minas de ouro e prata e mais metais preciosos que se esperava existir, muito abundante, mais a leste das que os espanhóis se haviam apoderado, e que então desvairavam o mundo excitando a cobiça geral. 3º – reconhecer toda a costa e saber o que pertencia a Portugal, nos termos do Tratado de Tordesilhas. Esperava talvez D. João III que o seu domínio incluísse o Rio da Prata. 4º – fortalecer civilmente e fortificar militarmente os diversos pontos na costa do Brasil, dentro da demarcação portuguesa, para assegurar os senhorios do rei de Portugal, e nelas estabelecer postos de ocupação, cravando padrões portugueses de posse³⁹³.

Dentro desse contexto de exploração do novo território, Martim Afonso estabelece, em São Vicente, o primeiro município da América portuguesa em 1532. Essa criação deu-se por conta das atribuições dos donatários estabelecidas por ocasião da doação da capitania³⁹⁴. Washington Luís relata que, no momento do

³⁹¹ Washington Luís Pereira de Sousa. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 50, [1ª edição, 1956].

³⁹² Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 53.

³⁹³ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 69.

³⁹⁴ Essas diretrizes foram estabelecidas em carta de doação da capitania de São Vicente de 20 de janeiro de 1535.

“Outrossim me praz que o dito capitão e governador, e todos os seus sucessores possam por si fazer vilas todas, e quais quer povoações, que se na dita terra fizerem e lhe a eles parecer que o devem ser, as quais se chamarão Vilas, e terão termos e jurisdição, liberdade e insígnias de Vilas, segundo foro e costume dos meus Reinos, e isto, se entenderá, que poderão fazer todas las Vilas, que quiseram das povoações, que estiverem ao longo da costa da dita terra, e dos rios que se navegarem, para que por dentro da terra firme pelo sertão as não poderão fazer com menos espaço de seis léguas de uma a outra para que possam ficar ao menos três léguas de terras de termo a cada uma das ditas Vilas, e ao tempo que assim fizerem as ditas Vilas, ou cada uma delas, lhe limitarão e assinarão logo termo para elas, e depois não poderão da terra, que assim tiverem dado por termo fazer outra vila, sem minha licença”.

estabelecimento da vila, “S. Vicente já era um porto conhecido, com lugar marcado nos rudimentares mapas da época, uma espécie de pequena feitoria portuguesa, de iniciativa particular, visitada por esquadras para o tráfico de escravos, onde se forneciam vitualhas necessárias à navegação de longo curso, se construíam bergantins e contratavam línguas da terra”³⁹⁵.

Logo, como observamos no relato acima, o estabelecimento da vila de São Vicente por Martim Afonso foi mais uma medida política do que povoamento. Não cria um povoado visando a fixação de colonos, mas o reconhecimento de um agrupamento humano pré-estabelecido como poder local, dotando-o de prerrogativas políticas através da criação de uma câmara.

No planalto, em direção ao sertão, Martim Afonso, em contato com o povoado de João Ramalho, confere a esse o título de vila de Santo André. Isso porque, para Washington Luís,

Martim Afonso, quando de S. Vicente subiu ao Planalto, reconheceu talvez que a povoação de João Ramalho constituía um posto avançado de importância no caminho, que por ela passava, trilhado pelos índios e que ia até o Paraguai, onde se imaginavam situadas as fabulosas minas que ele procurava, pelo sertão adentro, desde o Rio de Janeiro e de Cananéia³⁹⁶.

Washington Luís descontrói a ideia de que Santo André fora fundada por João Ramalho. Afirma que “o lugar, em que morava João Ramalho, era, pois, uma povoação e não uma vila”³⁹⁷. E, para consolidar a data e os responsáveis pela criação do município andreense, escreve que “a Câmara de Santo André, criada por Tomé de Sousa, em 1553, aclamada em 8 de abril desse ano por provisão de Antonio d’Oliveira, capitão-mor em nome do donatário, e com a presença de Brás Cubas, provedor da fazenda real, funcionou no lugar, em que a situou o primeiro Governador Geral do Brasil, até 1650”³⁹⁸.

Até essa data, a vila de Santo André figuraria como ponto de lança na penetração portuguesa no sertão. Nesse ano, o município é transferido para junto do

Carta de Doação de 20 de janeiro de 1535. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 13, p. 140.

³⁹⁵ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 50.

³⁹⁶ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 101.

³⁹⁷ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 110.

³⁹⁸ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 115.

Colégio jesuítico de São Paulo, fundado em 1554 nos campos de Piratininga.

A vila de São Paulo não foi, portanto, fundada, mas fruto da transferência de sítio da vila de Santo André para um local mais seguro. Apesar das Atas da Câmara de Santo André não mencionarem as razões para a mudança. Washington Luís justifica a mesma pelo fato de que “a capitania de S. Vicente estava entre duas gerações de gente inimiga de várias qualidades e forças, que em toda a costa do Brasil há, como são os tamoios e os tupiniquins”³⁹⁹.

José de Anchieta, em carta de 12 de julho de 1561, relata ao padre geral dos jesuítas, Diogo Laynez, que “uma povoação, que estava três léguas apartadas, se mudou para Piratininga por mandado do Governador e por insistência dos padres”⁴⁰⁰.

Independente das conclusões em torno das razões que levaram à mudança, o fato é que, “em 1560, Mem de Sá, terceiro governador geral, mudou a sede dessa vila de Santo André para junto dessa casinha”⁴⁰¹ que era o colégio jesuítico de São Paulo. Passa a nova vila a figurar, devido a sua posição estratégica no planalto, como eixo articulador da conquista e povoamento do sertão.

Assim, a partir da vila de São Paulo e seguindo a rede hidrográfica da bacia do rio Tietê, foram fundada vários municípios no sertão.

Em 1611 é elevada à vila “Santa das Cruzes de Mogi Mirim, no dia 3 de setembro”⁴⁰². Santana de Parnaíba, por sua vez, “foi criada vila por provisão do conde de Monsanto, então donatário da Capitania de São Vicente, e data de 14 de novembro de 1625”⁴⁰³.

Já Taubaté

deve a sua fundação ao capitão Jacques Félix, que em 1636 com o propósito desta fundação, para ali passou-se com sua família e grande número de índios mansos e que concedeu as primeiras sesmarias. Foi criada vila por provisão de 5 de dezembro de 1650 sendo capitão-mor Dionísio da Costa, loco-tenente do donatário da Capitania de Itanhaém⁴⁰⁴.

³⁹⁹ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 137.

⁴⁰⁰ *Cartas avulsas (1550-1568)*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1998, carta de 12 de julho de 1561.

⁴⁰¹ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 139.

⁴⁰² Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biológicos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954, vol. II, 120.

⁴⁰³ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 142.

⁴⁰⁴ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 277-278.

Azevedo Marques descreve que Jacareí, estabelecida como povoado em 1652, “foi elevada à vila em 1653 pelo donatário D. Diogo de Faro e Souza”⁴⁰⁵ e Jundiaí “foi criada pelo capitão-mor Manuel de Quevedo Vasconcelos, como loco-tenente e procurador do então donatário da capitania de São Vicente, conde de Monsanto, a 14 de dezembro de 1655”⁴⁰⁶.

A oeste de São Paulo, Itu “foi elevada à freguesia em 1653 e à vila pelo capitão-mor Gonçalo Couraça de Mesquita a 18 de abril de 1657”⁴⁰⁷. E a leste, Guaratinguetá “foi elevada à vila a 13 de fevereiro de 1657, pelo capitão-mor Dionísio da Costa, loco-tenente da capitania”⁴⁰⁸.

A vila de Sorocaba teve origem distinta das demais. Azevedo Marques aponta que

o governador-geral D. Francisco de Sousa (que faleceu em São Paulo em 1611) intentou fundar ali uma povoação e que chegou mesmo a estabelecê-la pelos anos decorridos de 1600 a 1610, com o fim de dar desenvolvimento à exploração das minas; mas sobrevivendo-lhe a morte, não progrediu a referida povoação, antes decaiu rapidamente até extinguir-se⁴⁰⁹.

Em 1654, “o paulista Baltazar Fernandes e seus genros André de Zunega e Bartolomeu de Zunega (espanhóis) emigraram de Parnaíba, onde residiam, e estabelecendo-se com suas famílias na distância de três léguas do morro de Biraçoiaba, fundaram ali uma capela dedicada à Senhora da Ponte”⁴¹⁰.

Como havia, formalmente, a vila fundada por D. Francisco de Souza nas proximidades do novo povoado, a solução apresentada pelo governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides foi a transplantação do pelourinho da vila abandonada para a nova vila de Sorocaba⁴¹¹.

A vila de Pindamonhangaba, por sua vez, fundada no início do século XVIII, foi responsável por um conflito envolvendo a câmara de Taubaté, por conta de disputa do termo. A nova vila avançaria sobre o termo de Taubaté por estar a menos de seis léguas de distância.

⁴⁰⁵ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 8.

⁴⁰⁶ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 66.

⁴⁰⁷ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. I, p. 359.

⁴⁰⁸ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. I, p. 306-307.

⁴⁰⁹ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 273.

⁴¹⁰ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 274.

⁴¹¹ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 274.

Azevedo Marques relata que “foi elevada à vila ilegalmente pelo desembargador João Saraiva de Carvalho, mas confirmada dois ou três anos depois por provisão de 10 de julho de 1705”⁴¹².

As vilas fundadas no sertão articulam-se com os movimentos de expansão da fronteira entre o território desconhecido e a área na qual a colonização estava consolidada.

Esse processo de expansão, inicialmente motivado pela busca por metais preciosos, foi seguido pela apreensão de indígenas, escravização e eventual venda desses como mão de obra.

John Monteiro, em *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, insere a mão de obra indígena como ponto central na compreensão da economia da capitania de São Vicente. Destaca que

ao longo do século XVII, colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios na condição de ‘serviços obrigatórios’. Estas frequentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão-de-obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando – ainda que de maneira modesta – a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional⁴¹³.

Apesar da pouca inserção no circuito comercial atlântico, o papel periférico da economia vicentina em relação à economia colonial, focada no comércio açucareiro e cujo centro situava-se nas capitanias do norte, levou a outras formas de arranjos econômicos.

John Monteiro, a esse respeito, afirma que “os paulistas deram as costas para o circuito comercial do Atlântico e, desenvolvendo formas distintas de organização empresarial, tomaram em suas próprias mãos a tarefa de constituir uma força de trabalho”⁴¹⁴.

Como não se justificava, por razões econômicas, a utilização da mão de obra escrava africana, tal como ocorreu nas capitanias do norte, coube aos vicentinos a

⁴¹² Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. II, p. 69.

⁴¹³ John Monteiro. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 57, [1a edição, 1994].

⁴¹⁴ John Monteiro. *Negros da terra. op. cit.*, p. 57.

captura de índios nos sertões. A utilização de escravos na agricultura era reforçada pelo que John Monteiro define como “mentalidade escravista”⁴¹⁵ do colono, até mais do que uma necessidade de necessidade concreta por mão de obra.

O autor apresenta a criação dessa mentalidade em São Paulo como fruto do embate entre os paulistas e os contrários à escravização indígena. Afirma que, “aos poucos e de forma meticulosa, os colonos enfrentaram e superaram estes empecilhos, articulando paulatinamente um elaborado sistema de produção calcado na servidão indígena”⁴¹⁶.

O colono, para John Monteiro,

ainda no século XVI, derrubou o primeiro obstáculo, com a dizimação da população tupiniquim e o afastamento dos Guaianá e Guarulhos. Já a segunda muralha cairia na primeira metade do século XVII, quando os interesses escravistas acabaram prevalecendo sobre o dos jesuítas, culminando com a tumultuada expulsão dos padres em 1640. Apenas o terceiro obstáculo nunca chegou a ser completamente vencido pelos paulistas, uma vez que a Coroa manteve uma postura de certo modo inconstante na formulação e execução de sua política indígena⁴¹⁷.

A utilização do indígena como mão de obra e sua apreensão nas constantes entradas nos sertões fundamentaram a economia da porção meridional da América portuguesa.

Por conta das oposições por parte dos padres jesuítas, que tinham outros planos para os indígenas, no caso, catequisar e reduzi-los às missões, os paulistas haviam de justificar o cativo indígena.

A solução foi encontrada através da lei de 20 de março de 1570, que regulava, mas não proibia a escravidão indígena. De acordo com John Monteiro,

o novo estatuto designava os meios considerados legítimos para adquirir cativos, sendo estes restritos à ‘guerra justa’ devidamente autorizada pelo rei ou governador e ao resgate dos índios que enfrentavam a morte nos ritos antropofágicos. Os demais índios, escravizados por outros meios, foram declarados livres⁴¹⁸.

⁴¹⁵ John Monteiro. *op. cit.*, p. 130.

⁴¹⁶ John Monteiro. *op. cit.*, p. 130.

⁴¹⁷ John Monteiro. *op. cit.*, p. 130.

⁴¹⁸ John Monteiro. *op. cit.*, p. 41-42.

Tão logo surgiu esse dispositivo que autorizava a apreensão de índios, em 1585, “os colonos de São Vicente, Santos e São Paulo redigiram uma petição⁴¹⁹ na qual requerem ao capitão-mor de São Paulo autorização para organizar uma expedição de guerra contra os Carijós, no interior da capitania”⁴²⁰.

É interessante assinalarmos que o papel marginal da capitania de São Vicente em relação ao restante da colônia, a utilização de mão de obra indígena como força de trabalho e as inúmeras entradas ao sertão, inicialmente em busca de riquezas e posteriormente para captura de índios, aproximam a capitania com a governação do Paraguai, na América castelhana.

Conforme apresentamos anteriormente, o papel marginal, tanto econômico quanto político do Paraguai, inibiu a migração de europeus e possibilitou a criação de uma sociedade mestiça, na combinação do colono castelhano com a mulher guarani.

Na capitania de São Vicente o mesmo processo ocorreu. Afonso Taunay inclusive exalta essa mistura ao afirmar que

jamais aos nossos cronistas ocorreu ocultar o laivo indiático transfundido às populações paulistas pela união dos primeiros povoadores do solo vicentino às mulheres indígenas. Pelo contrário, exaltam, e com justiça, esse cruzamento de onde haviam surgido tão numerosos espécimes superiores no tocante à energia e à resistência, o amor às aventuras e o ânimo empreendedor, fatores da prodigiosa dilatação do Brasil pela América do Sul adentro e do recuo castelhano⁴²¹.

A presença indígena faz-se notar, tal como no Paraguai, através da adoção do idioma indígena como língua cotidiana. Enquanto que no Paraguai adotou-se o guarani, na capitania de São Vicente, o tupi tornou-se idioma corrente.

John Monteiro, a esse respeito, destaca que

a questão da língua, embora pouco estudada, oferece outra pista para apurar os complexos processos sociais de São Paulo seiscentista. Muitos historiadores têm afirmado que o tupi era falado

⁴¹⁹ Petição na qual é relatado que “sua Mercê com a gente desta dita capitania faça guerra campal aos índios denominados carijs os quais a tem muitos anos merecida por terem mortos de quarenta anos a esta parte mais de cento e cinquenta homens brancos assim portugueses como espanhóis até mataram padres da companhia de Jesus que foram os doutrinar e ensinar a nossa santa fé católica”.

Atas da Câmara de São Paulo. São Paulo: Câmara, 1914, vol. I, p. 275.

⁴²⁰ John Monteiro. *op. cit.*, p. 53.

⁴²¹ Afonso Taunay. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 387, [1ª edição, 1920-1921].

em São Paulo pelo menos até meados do século XVIII, quando cedeu lugar ao português e, nas áreas rurais, ao dialeto caipira⁴²².

Guairá: região de integração

A região do Guairá, localizada a leste do Paraguai e a oeste da capitania de São Vicente, no atual estado brasileiro do Paraná, foi, durante o período inicial da conquista americana, território pertencente a Castela.

Ramon Cardozo descreve que “la provincia del Guairá era una de las más pobladas de todas las tierras ocupadas por los guaraníes e, solamente en los alrededores de la Villa Rica del Espíritu Santo existían más de doscientos mil indios poblados así por ríos y montañas, como en los campos y piñales que corren hasta San Pablo”⁴²³.

A região destacou-se como área de intenso trânsito, pois permitia a ligação por terra entre a cidade de Assunção e o litoral atlântico, na altura da ilha de Santa Catarina. Sobre esse caminho, Cardozo destaca que “esta vía hacia el Atlántico por el Guairá, era geográficamente más curta, puesto que estaba más en línea recta que la otra de Asunción – Río de la Plata – Santa Catalina”⁴²⁴.

Para efetivar a posse desse território, os conquistadores castelhanos empreenderam a fundação de cidades na região, como Ciudad Real, Ontiveros e Villa Rica del Espíritu Santo, todas do século XVI.

Essa expansão da conquista castelhana, nos territórios indefinidos por conta da imprecisão da linha do Tratado de Tordesilhas, foi dificultada pelo fato de não se encontrar na região o ouro e a prata desejados. Isso levou a uma precoce decadência e a um isolamento político e econômico em relação a Assunção, a ponto de Cardozo descrever que “cuando en 1601 entraron en ellas los jesuitas, apenas tenían 50 y 100 habitantes europeos la Ciudad Real y la Villa Rica del Espíritu Santo, respectivamente”⁴²⁵.

A presença dos padres inacianos marcou a região, pois, por conta do contingente demográfico indígena, permitiu a instalação de uma ampla rede de missões religiosas.

⁴²² John Monteiro. *op. cit.*, p. 164.

⁴²³ Ramon I. Cardozo. *El Guairá: historia de la antigua provincia. 1554-1676*. Asunción: El Arte, 1970, p. 17, [1ª edição, 1938].

⁴²⁴ Ramon I. Cardozo. *op. cit.*, p. 41.

⁴²⁵ Ramon I. Cardozo. *op. cit.*, p. 60.

O habitantes das cidades guairenhas, por conta do isolamento econômico e geográfico, recrutavam os Guarani como força de trabalho para sua rudimentar economia. Como os jesuítas também desejavam os indígenas em suas missões, não tardou para esboçar-se um conflito.

Cardozo afirma que, tão logo os jesuítas chegaram a Villa Rica, por volta de 1610, “los encomenderos de esta ciudad pusieron obstáculos a la fundación de pueblos por los jesuitas por el temor de que los naturales se retirasen de las encomiendas para pasar con los doctrineros”⁴²⁶.

Apesar da oposição dos guairenhos,

la labor de los misioneros fue intensa; desplegaron una actividad asombrosa. Las reducciones prosperaban. Entonces sus actividades se dirigieron hacia el oriente del Guairá, siguiendo los cursos de los ríos Huybay, Pirapó y Tibaxiba que utilizaban para sus traslados en canoas hechas de troncos de cedro, madera abundante en aquellos bosques⁴²⁷.

Enquanto que as “reducciones de Loreto y San Ignacio contaban con vacas, ovejas, cabras y otros animales domésticos que se propagaban rápidamente”⁴²⁸, as cidades de Villa Rica e Ciudad Real careciam de tudo, pois “no tienen carne ni la han tenido de vaca ni ovejas ni cabras”⁴²⁹.

Em meio a esse cenário de tensão entre conquistadores e jesuítas, o paulista Pedro Vaz de Barros consegue escravizar, em 1611, quinhentos Guarani na região de Guairá⁴³⁰. Anos antes, em 1607, “Manuel Preto, voltando de Villa Rica no Guayrá, ‘pacíficamente’ persuadiu um grupo a se deslocar para sua fazenda de Nossa Senhora do Ó”⁴³¹.

Logo, esse cenário de tensão propiciou ligações entre os paulistas e os guairenhos frente a um inimigo comum, representado pelos jesuítas. Cabe ressaltar que em São Paulo os padres inicianos combatiam e dificultavam as entradas ao sertão com intuito de escravizar indígenas.

O embate entre paulistas e jesuítas resultou em vários conflitos e que

⁴²⁶ Ramon I. Cardozo. *op. cit.*, p. 85.

⁴²⁷ Ramon I. Cardozo. *op. cit.*, p. 87.

⁴²⁸ Ramon I. Cardozo. *op. cit.*, p. 96.

⁴²⁹ Ramon I. Cardozo. *op. cit.*, p. 96.

⁴³⁰ John Monteiro. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 60-61, [1ª edição, 1994].

⁴³¹ John Monteiro. *op. cit.*, p. 62.

culminaram com expulsões dos padres da vila de São Paulo. As tensões chegaram ao ponto dos jesuítas nomearem São Paulo como “rochela” americana⁴³², em referência à localidade francesa huguenote e considerada pela Igreja católica como herética.

Em apoio aos jesuítas, o governador do Rio da Prata Hernandarias, diante dos sucessivos ataques paulistas às missões do Guairá, solicitou ao rei de Espanha em 1616 a destruição da vila de São Paulo como solução definitiva para a prosperidade e sobrevivência da região paraguaia⁴³³.

Afonso Taunay relata que

a 22 de novembro de 1603 presente á sessão da Camara de S. Paulo, o capitão Pedro Vaz de Barros, compareceram perante os officiais, soldados hespanhoes, vindo de Villa Rica do Espirito Santo ‘provinsia do paraguay’ a saber: João Benites de la Cruz, procurador da villa, Pero Minho, Pero Gonzales e Sebastião de Peralta. Indagando-se-lhes o que vinham fazer responderam que seu major Dom Antonio de Andrasque (Añasco) solicitava dos paulistas ‘socorro como cristãos e vassalos de sua majestade’⁴³⁴.

Esses espanhóis, de acordo com Taunay, “não eram senão traficantes de escravos, segundo elucida perfeitamente a acta de 1603, sem data, entre 23 de novembro e 24 de dezembro”⁴³⁵.

A câmara de São Paulo prestou auxílio a esses guairenhos e autorizou uma escolta de moradores e soldados paulistas que os levassem de regresso à sua cidade⁴³⁶.

Taunay destaca também, na mesma época do pedido de socorro dos vilariquenhos, “a exploração feita, Paraná e Tietê acima, por quatro hespanhoes que, partidos de Ciudad Real do Guayrá, haviam chegado a S. Paulo, passados alguns mezes”⁴³⁷.

Esses desejavam o estabelecimento de uma rota fixa ligando o Guairá a São

⁴³² A referência de São Paulo como uma “rochela” foi consagrada por Antônio Vieira em carta escrita em 1654. Para o debate ver Rodrigo Bentes Ribeiro. “A Rochela do Brasil: São Paulo e a aclamação de Amador Bueno como espelho da monarquia portuguesa”. *Revista de História*. São Paulo, 1999, n. 141, p. 21-44.

⁴³³ “Carta del governador del Rio de la Plata Hernandarias de Saavedra a Su Magestad sobre la conveniencia de despoblar la villa de San Pablo del Brasil y de dividir aquel gobierno para remediar los daños que los portugueses hacian a los indios de Guaria”. In “Documentação hespanhola”. *Annaes do Museu Paulista*, tomo II, 1925, p. 8-9.

⁴³⁴ Afonso Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal e H. L. Canton, 1924, v. I, p. 219.

⁴³⁵ Afonso Taunay. *op. cit.*, v. I, p. 219.

⁴³⁶ Afonso Taunay. *op. cit.*, v. I, p. 220.

⁴³⁷ Afonso Taunay. *op. cit.*, v. I, p. 221.

Paulo. Não houve resposta da câmara, nem afirmativa nem negativa sobre o caso. Taunay, por sua vez, relata que, “acaso a permitissem as autoridades vicentinas, seria de grande vantagem para os guayrenhos esta intercomunicação. Eram muitos pobres e esperavam grande auxílio do Brasil”⁴³⁸.

Diante desse contexto, observamos práticas de cooperação entre paulistas e guairenhos na atividade de captura e escravização de indígenas. Ambos encontraram oposição dos jesuítas e chegaram a conflitos diretos com esses por conta do controle do contingente Guarani na região.

A destruição das missões jesuíticas no Guairá pelos paulistas em 1628 não foi a única causa da decadência da região⁴³⁹. Carlos Jensen define o Guairá como “región aislada dentro de una gobernación empobrecida”⁴⁴⁰, sendo sua história, “hasta fines del año 1609 de un contiguo batallar por su supervivencia”⁴⁴¹.

A bandeira paulista de Antonio Raposo Tavares, considerada por Taunay como “um ponto culminante da história do bandeirismo”⁴⁴², é o evento fundamental para o destino do Guairá e das relações entre as populações dessa área e os paulistas.

Do ano “1628 a 1638, Antonio Raposo, a frente de um troço de mamelucos e índios, acomete o Guayrá e Tapes e leva de arrancada as reduções dos padres da Companhia de Jesus, ahí estabelecidas, mata ou captiva os neóphitos indígenas, e conquista para o Brasil territorio imenso”⁴⁴³.

Chegaram no Guairá, segundo Taunay, “em princípios de 1629, pois assaltaram os paulistas da grande bandeira de Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares, as reduções jesuíticas guayrenhas e as arrasaram allí fazendo enorme quantidade de captivos que arrastaram a São Paulo”⁴⁴⁴.

Os paulistas em terras paraguaias iriam encontrar uma situação semelhante a de São Paulo. Colonos paraguaios em constante tensão com jesuítas por conta do controle dos indígenas que eram usados como mão de obra na rudimentar economia do Guairá.

A esse respeito, Carlos Jensen aponta que

⁴³⁸ Afonso Taunay. *op. cit.*, v. I, p. 221.

⁴³⁹ Ao contrario da visão apresentada por Margarita Prieto Yegros. *Bandeiras paulistas en territorios coloniales hispanicos*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 2000.

⁴⁴⁰ Carlos Ernesto Romero Jensen. *El Guairá: caída y exódo*. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia; FONDEC, 2009, p. 13.

⁴⁴¹ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 13.

⁴⁴² Afonso Taunay. *op. cit.*, v. II, p. 69.

⁴⁴³ Afonso Taunay. *op. cit.*, v. II, p. 70.

⁴⁴⁴ Afonso Taunay. *op. cit.*, v. II, p. 77.

será justamente la lucha entre los vecinos encomenderos y los padres jesuitas lo que marcará la región. Por un lado los encomenderos interesados en beneficiarse del trabajo de los indígenas como compensación de sus esfuerzos y servicios a la corona, y por otro los padres jesuitas con el padre Antonio Ruiz de Montoya a la cabeza, quien según sus propias palabras dijo: ‘Que mi intento sea que los indios no sirvan personalmente, confiésolo, porque en esto mismo al bien común de indios y españoles’⁴⁴⁵.

Assim, não cabe a afirmação de que os paulistas foram os únicos responsáveis pela destruição das missões jesuíticas do Guairá. Operaram conjuntamente com os *encomenderos* da região que, além de desejarem os índios reduzidos como força de trabalho, viam na ação evangelizadora dos jesuítas um impedimento a sua prosperidade.

Por conta dessa questão, Jensen afirma que “el Guairá no fue destruido por las banderas de Raposo Tavares, sino que el inicio de su decadencia como provincia española se halla más lejano en el tiempo”⁴⁴⁶.

A decadência do Guairá foi, segundo Carlos Jensen, fruto dos constantes embates entre *encomenderos* e jesuítas, sendo a bandeira de 1628 o golpe fatal em uma estrutura já comprometida por conta das disputas. Tanto que descreve que “el periodo que va de desde la fundación de las primeras reducciones en 1609 hasta el 1622 va a ser de un constante tironeo entre los padres jesuitas y los vecinos por el suyo de la mano de obra indígena”⁴⁴⁷.

O ano de 1622 corresponde ao início do acirramento das tensões no Guairá. É autorizado pelo governador do Paraguai, Manuel de Frías, o estabelecimento de novas reduções jesuíticas na região. De acordo com Jensen,

este será el inicio de un conjunto de Reducciones que fueron avanzando sobre la jurisdicción de Villa Rica, y se nutrirían de indios encomendados a vecinos de esta y de Ciudad Real, estrangulando la economía del Guairá. En 1622 surge la Reducción de San Francisco Javier, en 1625 la reducción de San José y la Reducción de Encarnación, en 1626 la Reducción de San Pablo y la Reducción de San Miguel, en 1627 la Reducción de los Arcángeles, la Reducción de Concepción y la Reducción de San

⁴⁴⁵ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 15.

⁴⁴⁶ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 17.

⁴⁴⁷ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 41.

Antonio⁴⁴⁸.

Essas novas reduções foram abastecidas de índios encomendados, ou seja, utilizados pelos vizinhos do Guairá como força de trabalho, além de índios resgatados de São Paulo⁴⁴⁹.

A decadência econômica da região, tanto por falta de mão de obra, como por competição da produção das missões jesuíticas, levou os moradores do Guairá a buscar alternativas à pobreza. Jensen aponta que

eliminada la opción de un puerto español sobre el Atlántico, la única salida que tenían los vecinos del Guairá era abrir camino hacia San Pablo, porque el puerto de Buenos Aires estaba situado a trasmano. Justamente a fin de paliar el problema económico, en el año 1604, el General Don Antonio de Añasco mandaba a cuatro vecinos de Villa Rica a descubrir el camino a San Pablo, el cual un vez descubierto fue aprovechado por los vecinos para establecer relaciones económicas. Un año después partía Francisco Benítez, con vino, cachaza y otros productos de la tierra para comercializar en San Pablo, aparte iba a contraer matrimonio con una hija del Capitán Joseph Camargo, vecino de San Pablo. Dicho casamiento había sido concertado el año anterior entre el capitán Alonso Benítez, ahora Teniente de Gobernador, y Joseph Camargo⁴⁵⁰.

A passagem acima explicita a integração entre as elites locais paulista e guairenha, bem como os constantes contatos, tanto comerciais como matrimoniais.

Em 1622 o comércio entre o Paraguai e a porção meridional do Brasil foi formalmente proibido. Tal medida acelerou a decadência econômica do Guairá e acirrou a tensão com os jesuítas. Segundo Jensen, “es más que evidente que la prohibición de comerciar con Brasil perjudicó a los vecinos del Guairá, que se vieron obligados a depender de Buenos Aires para la salida de sus productos”⁴⁵¹.

Em 1628 o governador do Paraguai, Cespedes Xeria chega ao Guairá após seguir o caminho terrestre desde São Vicente, na costa do Brasil. Assim,

no tardaron mucho los vecinos de Ciudad Real para presentar una serie de peticiones al Gobernador recién llegado, es así que el 26 de septiembre de 1628 el procurador de Ciudad Real,

⁴⁴⁸ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 43.

⁴⁴⁹ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 43.

⁴⁵⁰ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 53.

⁴⁵¹ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 59.

capitán Juan de Alvear y Zúñiga, presenta una relación de todas las cosas que son necesarias a la ciudad a fin de evitar, si el gobernador no lo remedia, la ruina de la misma⁴⁵².

Os problemas apresentados ao governador não se resumiam aos embates com os jesuítas, mas também a necessidade da legalização de “un nuevo camino para comunicarse con las reducciones del Paraná abajo y desde allí con las ciudades sin pasar por Asunción”⁴⁵³.

O governador Cespedes Xeria não altera o panorama da região, mantendo o conflito entre jesuítas e guairenhos sem solução. Em relação aos caminhos, não autoriza sua legalização, mas mantém os mesmos informalmente abertos. De acordo com Jensen, o governador “manda a hacer un padrón de los extranjeros que estaban en Maracayú y en el Guairá y que habían entrado por la vía de San Pablo a fin de remitirlos según establecía la Cédula Real a la casa de Contratación de Sevilla”⁴⁵⁴.

Na interpretação de Carlos Jensen, por nenhum paulista que teria entrado no Guairá pelo caminho terrestre ter sido punido, a medida acima “tenía por efecto prevenir cualquier acusación de connivencia con los portugueses que le pudieron hacer sus enemigos”⁴⁵⁵.

A destruição das missões jesuíticas no Guairá, por “una de las más grandes banderas de la historia del Brasil, con 900 soldados y más de tres mil tupíes”⁴⁵⁶ foi facilitada pela divisão dos guairenhos e jesuítas, o que impossibilitou uma defesa eficaz.

Jensen aponta que “años de disputas y confrontación por la posesión del indígena hacía imposible presentar una defensa en conjunto contra la terrible amenaza que se cernía sobre la Provincia”⁴⁵⁷.

Nesse contexto de divisão no Guairá não seria surpreendente se os paulistas encontrassem aliados na destruição das missões jesuíticas e na apreensão de indígenas. Carlos Jensen, inclusive, destaca que

ante la aparente pasividad de los Villenos en la defensa de las reducciones de los Jesuitas, uno de estos, el Padre Pablo de

⁴⁵² Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 89-90.

⁴⁵³ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 93.

⁴⁵⁴ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 172.

⁴⁵⁵ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 172.

⁴⁵⁶ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 185.

⁴⁵⁷ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 186.

Benavides presenta al Cabildo una carta del Padre Antonio Ruiz de Montoya donde acusa de complicidad con los portugueses a los Villenos y al Gobernador Cespedes Xeria⁴⁵⁸.

Essa acusação de cumplicidade é corroborada pelas relações econômicas e pessoais, pois Alonso Benítez, morador de Villa Rica,

como gobernante, fue un impulsador de las relaciones y comunicaciones con la Villa de San Pablo, comunicaciones que habían abierto Don Antonio de Añasco siendo Teniente de Gobernador en 1604 aproximadamente. Al año siguiente siendo, ya como Teniente de Gobernador, mandaba a su hijo Francisco de Benítez a cumplir el pacto de casamiento que había pactado con la hija de Joseph Camargo, vecino de San Pablo. A la vuelta Francisco Benítez había traído en su compañía tres portugueses que se asentaron en la Villa Rica⁴⁵⁹.

Após a destruição das reduções jesuíticas pelos paulistas e diante da definitiva decadência do Guairá, várias famílias migraram para São Paulo. Jensen descreve que Antonio Gonzáles do Rego, um dos fundadores de Concepción del Bermejo e de San Juan de Vera, “con la llegada de los portugueses a Santiago de Xerez se pasó al bando de estos, sirviendo como guía de los mismos en el saqueo del Itatín, para posteriormente escapar junto con los bandeirantes a San Pablo”⁴⁶⁰.

Antonio Gonzáles do Rego “estuvo casado con doña María de Zúñiga, a la cual embarcó rumbo a San Pablo junto con su casa y servicio en compañía de sus cunados Gabriel Ponce de León y Sebastián de Peralta. Estos estaban casados con las hermanas de doña María de Zúñiga”⁴⁶¹.

Após a morte de Gonzáles do Rego, “María de Zúñiga casó con Baltazar Fernández, hermano del famoso corsario de los sertones André Fernández. De este matrimonio nació María de Torales. Esta casó con Gabriel Ponce de León”⁴⁶².

A interpretação de que o Guairá correspondia a uma região de integração entre o Paraguai e a capitania de São Vicente é corroborada pela migração dos vizinhos da região a São Paulo após o conflito com os jesuítas. Inclusive o apoio dado aos

⁴⁵⁸ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 209.

⁴⁵⁹ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 345-346.

⁴⁶⁰ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 408.

⁴⁶¹ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 408 e Francisco de Assis Carvalho Franco. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, p. 250-251.

⁴⁶² Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 380.

bandeirantes demonstra que a relação das elites locais guairenhas estava mais ligada aos paulistas do que aos padres inacianos.

Sobre essa questão, Carlos Jensen conclui que “estos Guaireños radicados en San Pablo eran miembros de tres familias de Ciudad Real, los Orrego y Mendoza, los Torales y los Contreras, quienes transmitieron apellidos maternos como ser Zúñiga, Ponce de León, Guzmán y Espinosa”⁴⁶³.

O Guairá atuou, desde seus primórdios no século XVI até sua destruição e êxodo em meados do XVII, como uma zona de trânsito entre o Paraguai e São Paulo. Uma região fluida, marcada pela integração das elites locais através do estabelecimento de contratos matrimônios e interesses comuns. Tal panorama afasta, portanto, a interpretação de dois impérios ibéricos com fronteiras americanas definidas e consolidadas e do isolamento das empresas de conquista e colonização no Novo Mundo nos primeiros séculos.

⁴⁶³ Carlos Ernesto Romero Jensen. *op. cit.*, p. 381.

Parte II

Poderes locais no Império Português

Eu estava rígido e frio, era uma ponte, estendido sobre um abismo. As pontas dos pés cravadas deste lado, do outro as mãos, eu me prendia firme com os dentes na argila quebradiça. As abas do meu casaco flutuavam pelos meus lados. Na profundidade fazia ruído o gelado riacho de trutas. Nenhum turista se perdia naquela altura intransitável, a ponte ainda não estava assinalada nos mapas. – Assim eu estava estendido e esperava; tinha de esperar. Uma vez erguida, nenhuma ponte pode deixar de ser ponte sem desabar.

Certa vez, era pelo anoitecer – o primeiro, o milésimo, não sei –, os meus pensamentos se moviam sempre em confusão e sempre em círculo. Pelo anoitecer, no verão, o riacho sussurrava mais escuro – foi então que ouvi o passo de um homem! Vinha em direção a mim, a mim. – Estenda-se, ponte, fique em posição, viga sem corrimão, segure aquele que lhe foi confiado. Compense, sem deixar vestígio, a insegurança do seu passo, mas se ele oscilar, faça-se conhecer e como um deus da montanha atire-o à terra firme.

Ele veio; com a ponta de ferro da bengala deu algumas batidas em mim, depois levantou com ela as abas do meu casaco e as pôs em ordem em cima de mim. Passou a ponta por meu cabelo cerrado e provavelmente olhando com ferocidade em torno deixou-a ficar ali longo tempo. Mas depois – eu estava justamente seguindo-o em sonho por montanha e vale – ele saltou com os dois pés sobre o meio do meu corpo. Estremeci numa dor atroz, sem compreender nada. Quem era? Uma criança? Um sonho? Um salteador de estrada? Um suicida? Um tentador? Um destruidor? E virei-me para vê-lo. – Uma ponte que dá voltas! Eu ainda não tinha me virado e já estava caindo, desabei, já estava rasgado e trespassado pelos cascalhos afiados, que sempre me haviam fitado tão pacificamente da água enfurecida.

Franz Kafka¹

¹ Franz Kafka. “A ponte”. *Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras; Penguin Classics, 2011, p. 151-152.

Capítulo 4

História global: uma abordagem para a América Portuguesa

Nesse capítulo iremos discutir uma abordagem da América portuguesa em uma perspectiva mais global. Para tanto, abordaremos a historiografia sobre Impérios e sua relação com o discurso nacionalista, que, surgido no século XIX, é presente nos dias atuais. Depois trataremos da historiografia sobre história global, focando nos debates em torno de sua teorização e características principais.

Por fim, esboçamos, na última parte do capítulo, um levantamento historiográfico de autores que, tratando da história da América portuguesa, assumem uma abordagem global, isto é, ultrapassam os limites dos Impérios e das histórias nacionais pautadas em Estados nações contemporâneos.

História dos Impérios

Para pensarmos a América portuguesa de forma global, isto é, inserida nas relações internacionais, é fundamental que questionemos por que a história do Brasil é definida pelos quadros nacionais.

Isso se dá, principalmente, pelo fato da historiografia brasileira ter se constituído a partir do século XIX com a Independência política em relação a Portugal. A nova produção historiográfica deveria, portanto, se preocupar com a criação de uma tradição que justificasse a existência da nova nação.

Nesse contexto, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é elemento chave para essa tarefa. Ações como o concurso de monografias sobre como se deveria escrever a história do Brasil, vencido por Von Martius, bem como o projeto de *História do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, são marcos na constituição de uma história nacional.

Essa estruturação da base de uma história nacional ocorreu em meados do século XIX. Steven Grosby, em *Nationalism, a very short introduction*, define que esse fenômeno é global, pois

scholarly examinations about division of humanity into nation began to appear in the later half of the 18th century, and by the 20th century the number of such works had grown significantly. There were several reasons for this increased scholarly attention. One was the attempt to come to terms with the brutality of World War I, during which millions of people were killed in the mass mobilization of one nation against another naively believed at the time to have put an end of all war. Other reason were the doctrine of the principle of national self-determination as put forward in 1918 by Woodrow Wilson, the President of the United States of America, in response to the dismemberment of the Austro-Hungarian and Ottoman Empires, and the institution of the League of Nations that arose in the aftermath of the war².

Assim, nesse contexto de ascensão do nacionalismo, principalmente no século XX, observamos que, apesar do que se produzia à época, “nations emerge over time as a result of numerous historical processes. As a consequence, it is a pointless undertaking to attempt to locate a precise moment when any particular nation came into existence, as if it were manufactured product designed by an engineer”³.

Por conta disso, a construção de uma história nacional, dentro dos quadros que delimitam o novo país é tão importante. Grosby ressalta que “nation are human creations. However, a proper understanding of the nation requires that it be distinguished from other forms of human creation. The nation has the form of a ‘social relation’”⁴.

Continua a estruturação da nação ao destacar a criação da tradição e sua consequente difusão como elemento fundamental para o nacionalismo. Aponta que

the reaffirmation of tradition is never merely of unthinking, changeless repetition, even though those customs that bear national tradition, for example the kind of clothes one wears or the kind of songs one sings, may sometimes be performed in a seemingly thoughtless manner. The reaffirmation of tradition and its transmission from one generation to the next necessarily involves modification to the tradition⁵.

É importante ressaltarmos que o nacionalismo, embora tenha se originado na Europa, foi um fenômeno mundial graças ao colonialismo do século XIX. Ernest Gellner, em *Naciones y nacionalismo*, defende que

² Steven Grosby. *Nationalism. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 117.

³ Steven Grosby. *op. cit.*, p. 7.

⁴ Steven Grosby. *op. cit.*, p. 27.

⁵ Steven Grosby. *op. cit.*, p. 31-32.

el nacionalismo está relacionado con los procesos conocidos como colonialismo, imperialismo y descolonización. El surgimiento de la sociedad industrial en Europa Occidental tuvo como consecuencia la práctica conquista del mundo por las potencias y, a veces, poblaciones colonizadoras europeas. De hecho, toda África, América, Oceanía y extensas áreas de Asia cayeron bajo dominio europeo, y las zonas de Asia que se libraron de ello a menudo tuvieron que sufrir una fuerte influencia indirecta⁶.

Benedict Anderson em *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo* apresenta

a seguinte definição de nação: é uma comunidade imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É *imaginada* porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouviram falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão⁷.

A nação é imaginada como *soberana* “porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de origem divina”⁸ e, por fim,

a nação é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Em última análise, é essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados⁹.

O nacionalismo, conforme apontamos anteriormente, é um fenômeno constituído a partir do século XIX. Antes disso a concepção de identidade nacional se dava pela chave das dinastias reinantes. A esse respeito, Anderson afirma que

a realeza organiza tudo em torno de um centro elevado. A sua legitimidade deriva da divindade, não das populações, que são, afinal, constituída por súbditos e não por cidadãos. Na sua concepção moderna, a soberania de Estado aplica-se de forma total, horizontal e uniforme a cada centímetro

⁶ Ernest Gelhen. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza, 2001, p. 63.

⁷ Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 25.

⁸ Benedict Anderson. *op. cit.*, p. 27.

⁹ Benedict Anderson. *op. cit.*, p. 27.

quadrado de um território legalmente demarcado. Mas no imaginário mais antigo, em que os Estados eram definidos por centro, as fronteiras eram porosas e indistintas e as soberanias esbatiam-se imperceptivelmente uma nas outras. Daí, paradoxalmente, a facilidade com que os impérios e reinos pré-modernos conseguiam manter o seu domínio sobre populações muitíssimo heterogêneas, e por vezes nem sequer contíguas, durante longos períodos de tempo¹⁰.

Esses reinos eram definidos pela lógica dinástica, ou seja, não era relevante para a identidade e governo de um país a concepção de nacionalidade. Inclusive as casas dinásticas europeias quase nada tinham de nacionais: como definir a nacionalidade dos Habsburgos, Hohenzollen e dos Bragança?

Dentro dessa chave interpretativa compreendemos melhor o episódio da União Ibérica. Foi, portanto, a união das coroas portuguesa e espanhola na pessoa de Filipe II, após uma crise de sucessão dinástica. Contudo, a historiografia portuguesa, conforme observamos no capítulo anterior, fortemente influenciada pelo contexto nacionalista dos séculos XIX e XX, deu cores nacionais à Restauração de 1640 e ares de *soberania roubada* ao período de governo filipino.

Enquanto que a I Guerra Mundial encerrou o período de reinos dinásticos na Europa, com o fim do Império Austro-Húngaro, do Império Otomano e do Império Russo, no continente americano a estruturação de estados-nacionais, concebidos a partir de interpretações nacionalistas, ocorreu mais cedo. Sobre esses episódios, Anderson destaca que

os novos Estados americanos de finais do século XVIII e inícios do século XIX são particularmente interessantes porque parece ser quase impossível explicá-los em termos de dois factores que, provavelmente por serem facilmente deriváveis dos nacionalismos europeus de meados do século, dominaram boa parte do pensamento regional europeu acerca do surgimento do nacionalismo¹¹.

Essa situação leva à seguinte questão levantada por Anderson: “por que foram precisamente as comunidades *crioulas* [que mais se identificavam com a Europa e não as populações indígenas] aquelas que desenvolveram as primeiras concepções da sua qualidade nacional – *muito antes da maior parte da Europa?*”¹².

Como tentativa de responder a essa questão, afirma que

¹⁰ Benedict Anderson. *op. cit.*, p. 41.

¹¹ Benedict Anderson. *op. cit.*, p. 79.

¹² Benedict Anderson. *op. cit.*, p. 81.

o fim da época dos movimentos de libertação nacional bem sucedidos nas Américas coincidiu em muito com o início da época do nacionalismo na Europa. Se considerarmos a natureza destes novos nacionalismos que, entre 1820 e 1920, mudaram a face do Velho Mundo, há duas características marcantes que os distinguem dos seus antepassados. Em primeiro lugar, em quase todos eles as ‘línguas de imprensa nacionais’ tiveram uma importância central em termos políticos e ideológicos, enquanto que o espanhol e o inglês nunca estiveram em causa nas Américas revolucionárias. Em segundo lugar, todos foram capazes de operar a partir de modelos visíveis facultados pelos seus antecessores, distantes, ou não tão distantes com isso depois das convulsões da Revolução Francesa¹³.

Mesmo a Independência do Brasil ter sido diversa em relação aos demais países americanos, não como fruto de uma ruptura política e sim uma independência visando a manutenção de uma casa dinástica, a lógica da estruturação de um discurso nacional foi fundamental para justificar a existência do Brasil como nação autônoma.

A própria criação do IHGB, com inspiração das academias históricas francesas, levou para a recente historiografia brasileira, forte influência de elementos nacionalistas¹⁴.

Quando observamos a produção historiográfica brasileira, notamos que a principal preocupação em entender o Brasil passa pela sua constituição como nação e sua relação com Portugal como agente colonizador. O autor que rompe com essa visão nacional é Caio Prado Jr, ao definir que o *sentido* do Brasil se dá pela exploração em um contexto de economia-mundo¹⁵.

Em uma perspectiva que foge da limitação imposta pelas fronteiras dos quadros nacionais, destacamos *O Império marítimo português* de Charles Boxer. O autor britânico afirma que “a característica principal da história da sociedade humana antes dos descobrimentos de portugueses e espanhóis era a dispersão e o isolamento dos vários ramos da humanidade. As sociedades humanas que floresciam e declinavam em toda a América e em grande parte da África e do Pacífico, eram completamente desconhecidas dos que viviam

¹³ Benedict Anderson. *op. cit.*, p. 103.

¹⁴ Sobre essa questão, ver Manoel Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Vol. 1, n. 1, 1988, p. 5-27 e Lúcia M Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2011.

¹⁵ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942. Fernando Novais continua a interpretação de Caio Prado Jr ao conceituar o Antigo Sistema Colonial como base para a estruturação do Brasil. Para essa análise, ver Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

na Europa”¹⁶.

Embora apresente a colonização do Brasil de forma mais abrangente do que restrita aos quadros nacionais, Boxer a faz de forma extremamente eurocêntrica. Destaca que “os portugueses e os espanhóis tiveram percursos (mais ou menos isolados) na conquista dos oceanos Atlântico e Pacífico [como os cartagineses e vikings], mas os esforços desses aventureiros não alteraram o curso da história do mundo”¹⁷.

A esse respeito apresenta que

o notável historiador indiano K. M. Panikkar, já falecido, observou em seu livro *Asian and western dominance* (1949), bastante conhecido, que a viagem pioneira dos portugueses à Índia inaugurou aquilo a que se chamou de a época de Vasco da Gama da história asiática, de 1498 a 1945¹⁸. Esse período pode ser definido como uma era de poder marítimo, de autoridade baseada no controle dos mares, detido apenas pelas nações europeias ao menos até o surgimento da América e do Japão como grandes potências navais no final do século XIX. Na história desses quatrocentos anos nada é mais notável do que o modo como os portugueses conseguiram assegurar e manter, por quase todo o século XVI, uma posição dominante no comércio marítimo do oceano Índico e uma parte muito importante no que de fazia a leste do estreito de Malaca¹⁹.

A obra de Charles Boxer, com seu esforço em compreender o Império português como um fenômeno mais abrangente que os limitados às atuais fronteiras nacionais, pertence a um grupo de historiadores que, ao longo do século XX, dedicaram-se à história de impérios.

De acordo com Stephan Howe, “the very word empire, as we shall see, has a complicated history and many different, fiercely contested meanings. It has also been intertwined with several others, mostly newer but equally contentious words: imperialism, colonialism, and latterly neocolonialism, globalization, and others”²⁰.

Ressalta que a abordagem imperial, muitas vezes, está carregada de ideologias,

¹⁶ Charles Boxer. *O Império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 15, [1ª edição, 1969].

¹⁷ Charles Boxer. *op. cit.*, p. 31.

¹⁸ A atual produção historiográfica indiana tem, atualmente, uma interpretação bem diferente do processo de conquista europeia e do papel das elites e da população nesse processo. Para uma discussão sobre *subaltern studies*, ver Gayan Prakash. “Subaltern studies as postcolonial criticism”. *American Historical Review*, Vol. 99.5 (1994), p. 1475-1491; Florencia E. Mallon. “The promise and dilemma of subaltern studies: Perspectives from Latin American history”. *American Historical Review*, Vol. 99.5 (1994), p. 1491-1516; Dipesh Chakrabarty. “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”. *Nepantla: Views from South*, Vol. 1.1 (2000), p. 9-32 e Sugata Bose. *A hundred horizons. The indian ocean in the Age of Global Empire*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2006.

¹⁹ Charles Boxer. *op. cit.*, p. 54.

²⁰ Stephan Howe. *Empire. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 9.

preconceitos e interpretações eurocêntricas. Por isso, “the difficulties involved are not just conceptual but political and emotional. Defining something as imperial or colonial today almost always implies hostility to it, viewing as immoral or illegitimate”²¹.

A partir dessas ressalvas,

empires, then, must by definition be big, and they must be composite entities, formed out of previously separate units. Diversity – ethnic, national, cultural, often religious – is their essence. But in many observers’ understanding, that cannot be a diversity of equals. If it is, it there is *no relation of dominance between ‘core’ and ‘periphery’*, then the system is not an empire but deserves a little such as ‘commonwealth’²².

Conclui Howe que “empire depended on a belief in superiority, and on arguments vindicating that belief”²³. Com isso,

the most powerful and widespread early-modern arguments vindicating empire was a religious one. This way the dominant propaganda theme – and no doubt often the genuinely dominant preoccupations – of Spain and Portuguese expansion in the 16th century, and featured heavily in other, slightly later British, French, and other imperial ideologies too²⁴.

A história dos impérios, cujo foco principal é a colonização das Américas, África e Ásia, conforme apresentamos, foi fortemente influenciada pela ideologia colonialista dos séculos XIX e XX. Marc Ferro destaca que “during the time of colonies we were given the rose-colored view, of course the colonist worked hard. Persecuted in his own country before sitting forth, they had gone to settle down in a place to which he had been led by the Almighty”²⁵. Contudo, a partir dessa visão, “the histories of colonization have traditionally been told from the different points of view prevailing in the mother country”²⁶.

Recentemente esse panorama foi alterado. De acordo com Ferro

a guilty conscience has taken over. Anti-colonialism, once confined to the extreme left in France and to old-fashioned liberals across the Channel, has become universal. There are very few false notes. History is called upon to judge, in turn, the terrible misdeeds of the slave trade, the tragic toll of

²¹ Stephan Howe. *Empire. op. cit.*, p. 9.

²² Stephan Howe. *op. cit.*, p. 15.

²³ Stephan Howe. *op. cit.*, p. 83.

²⁴ Stephan Howe. *op. cit.*, p. 84.

²⁵ Marc Ferro. *Colonization. A global history*. London; New York: Routledge, 2005, p. V.

²⁶ Marc Ferro. *op. cit.*, p. V.

forced labor and God knows what else besides! Drawing up a final balance sheet for the France, Dutch or British presence, one cannot find a single orange that was not defiled, a single apple that was not rotten²⁷.

Marc Ferro apresenta uma interpretação alternativa, tanto em relação às histórias imperiais centradas nas metrópoles como nas histórias nacionais que negam seu passado colonial. Pressupõe que

in the first instance, it is necessary to take into account the past history of colonized societies, because the relationship between the colonists and the colonized to a large extent depended on it. Nobody nowadays asserts, as they did till very recently, that these peoples have never had a history. We no longer speak of 'dark centuries', but rather of 'opaque centuries', because they were unintelligible to those who came into contact with them²⁸.

Em um artigo recente, Jane Burkank e Frederick Cooper traçam um panorama do que nomearam trajetórias imperiais. Apresentam que

empires, of course, hardly represented a spontaneous embrace of diversity. Violence and day-to-day coercion were fundamental to how empires were built and how they operated. But as successful empires turned their conquests into profit, they had to manage this unlike population, in the process producing a variety of ways to both exploit and rule. Empires mobilized and controlled their human resources differently, including or excluding, rewarding or exploiting, sharing out power or concentrating it. Empires enabled – and tried to control – connections and contacts²⁹.

De maneira mais global, os autores acima concebem os impérios marítimos europeus, no caso Espanha, Portugal, França, Holanda e Inglaterra, como produtos das seguintes condições:

the high-value goods produced and exchanged in the Chinese imperial sphere; the obstacle posed by the Ottoman empire's dominance of the eastern Mediterranean and land routes east; and the inability of rulers in western Europe to rebuild Roman-style unity on a terrain contested by rival monarchs and dynasts, lord with powerful followings, and cities defending their rights. It was this global configuration of power and resources that brought European navigators to Asia and, later, thanks to Columbus'

²⁷ Marc Ferro. *op. cit.*, p. V.

²⁸ Marc Ferro. *op. cit.*, p. VI.

²⁹ Jane Burkank e Frederick Cooper. "Imperial trajectories". *Empires in World History. Power and Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010, p. 2.

accidental discovery, to the Americas³⁰.

Assim, com a descoberta do Novo Mundo e a conquista de territórios na Ásia, os impérios europeus tornaram-se “large political units, expansionist or with a memory of power extended over space, politics and maintain distinction and hierarchy as they incorporate new people”³¹. Já o estado-nação, “in contrast, is based on the idea of a single people in a single territory constituting itself as a unique political community. The nation-state proclaims the commonality of its people – even if the reality is more complicated – while the empire-state declares the non-equivalence of multiple populations”³².

Destacam, no processo de constituição dos impérios modernos, o papel dos intermediários, isto é, dos agentes imperiais. Para tanto,

co-opting indigenous elites and sending settlers were strategies that relied on intermediaries’ own social connections to ensure their cooperation³³. Another tactic was just the opposite: putting slaves or other people detached from their communities of origin – and dependent for their welfare and survival solely on their imperial masters – in position of authority³⁴.

A principal contribuição de Burkank e Cooper no debate sobre impérios é justamente a reflexão sobre as relações entre os impérios. Isso porque “empires did not act alone. Relationship *among* empires was critical to their politics and to their subjects’ possibilities”³⁵. E, a partir dessa concepção, concluem que “the interaction of empires provoked competition, imitation, and innovation – act both war and peace”³⁶.

Conforme alguns autores, principalmente Stephen Howe e Marc Ferro, a historiografia sobre impérios foi fortemente influenciada pela ideologia nacionalista. Acrescentamos ainda que essa visão, além de valorizar o estado-nação, tem como principal característica a concepção eurocêntrica.

A visão eurocêntrica foi construída como um longo e progressivo processo de ascensão do Ocidente, marcando a Grécia e Roma como início dessa gradual preponderância da Europa. Tal processo merece uma problematização mais aprofundada e crítica. Sobre isso,

³⁰ Jane Burkank e Frederick Cooper. *op. cit.*, p. 5.

³¹ Jane Burkank e Frederick Cooper. *op. cit.*, p. 8.

³² Jane Burkank e Frederick Cooper. *op. cit.*, p. 8.

³³ Para uma discussão sobre o papel de intermediários no processo de conquista das Américas, especificamente na América portuguesa, ver Alida C. Metcalf. *Go-betweens and the colonization of Brasil. 1500-1600*. Austin: Texas University Press, 2005.

³⁴ Jane Burkank e Frederick Cooper. *op. cit.*, p. 14.

³⁵ Jane Burkank e Frederick Cooper. *op. cit.*, p. 14.

³⁶ Jane Burkank e Frederick Cooper. *op. cit.*, p. 15.

Jack Goldstone ilustra que “durante grande parte dos séculos XIX e XX os estudantes aprenderam história mundial, tendo estudado a civilização ocidental, narrada como a história da ‘ascensão do ocidente’”³⁷.

No entanto, nessa

última década, um grupo de jovens historiadores de economia e sociologia apresentou alguns argumentos inovadores e surpreendentes acerca da História Mundial. Em vez de interpretarem a ascensão do Ocidente como um longo processo de avanços graduais na Europa, enquanto o resto do mundo se mantinha parado, propuseram uma nova perspectiva. Defenderam que as sociedades na Ásia e no Médio Oriente eram líderes mundiais em economia, ciência e tecnologia e em navegação, comércio e exploração até cerca de 1500 d.C.³⁸.

Jack Goldstone destaca que,

em 1500, a Europa não era a zona mais rica do mundo. No entanto, os europeus dominaram alguma tecnologia e apropriaram-se de outras – incluindo relógios, armas de fogo e embarcações de grande porte –, e ficaram deslumbrados com a riqueza, o comércio e as capacidades de produção com que se depararam quando visitaram outros centros de civilização, tanto no Médio Oriente, no Sul e no Leste de Ásia, como no Novo Mundo³⁹.

Nessa altura,

a Ásia tinha de um modo geral uma maior produtividade agrícola e um artesanato mais requintado do que na Europa, e oferecia uma vasta variedade de produtos, tais como tecidos de seda e de algodão, porcelana, café, chá e especiarias, que os europeus tanto desejavam. As viagens de descobrimento realizadas por Colombo e por outros navegadores – embora em parte motivadas por um aumento de curiosidade e em parte por uma explosão de entusiasmo missionário – foram sobretudo tentativas para ajudar os europeus a poderem aceder melhor às riquezas da Índia e da China⁴⁰.

Com a descoberta da América por Colombo, puderam os espanhóis obter a prata de Potosí. Com isso,

³⁷ Jack Goldstone. *História global da ascensão do ocidente. 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 3.

³⁸ Jack Goldstone. *op. cit.*, p. 4-5.

³⁹ Jack Goldstone. *op. cit.*, p. 11..

⁴⁰ Jack Goldstone. *op. cit.*, p. 11.

antes do seu contacto com o Novo Mundo, os europeus tinham relativamente poucas mercadorias de valor para porem à disposição de um comércio mundial. Embora o ouro e o marfim de África, os europeus tinham pouca mercadoria valiosa para trocar por especiarias, sedas e outros bens asiáticos caros que desejavam ter. Mas graças a Colombo, encontraram a sua fortuna⁴¹.

Goldstone conclui, portanto que,

a principal mensagem deste livro tem sido que a ascensão do Ocidente *não se baseou de modo algum* numa superioridade geral europeia relativamente a outras regiões ou civilizações mundiais. Os europeus não eram mais ricos, não estavam mais avançados técnica ou cientificamente, nem tinha uma manufatura e comércio superiores aos das principais sociedades asiáticas⁴².

A interpretação da superioridade europeia frente a outras sociedades caminhou junto com a história dos impérios, seja pela opção em exaltar os impérios modernos como grandes feitos nacionais, como por contar a história de inúmeros povos a partir da metrópole europeia colonizadora.

Para pensarmos a América portuguesa de forma global, não basta que superemos as fronteiras delimitadas pelos estados-nacionais contemporâneos. É preciso que superemos, inclusive, os limites entre os impérios modernos, visto que é impossível pensarmos o fenómeno da colonização sem concebermos as interações entre impérios como força fundamental para a sua compreensão mais ampla.

História global

Com o fenómeno da globalização, intensificado a partir da década de 1970, e com estudos que advogam perspectivas multiculturalistas⁴³, a história dos impérios entra em crise. Os estudos que tinham grandes espaços geográficos como objeto, no caso, os impérios europeus, passam, em uma perspectiva fortemente influenciada pelo discurso da globalização, a adotar uma perspectiva global.

No entanto, apesar de vários estudos recentes serem feitos a partir de uma perspectiva

⁴¹ Jack Goldstone. *op. cit.*, p. 16-17.

⁴² Jack Goldstone. *op. cit.*, p. 264.

⁴³ Para um esforço de definição de multiculturalismo, ver Marilyn Edelstein. "Multiculturalism Past, Present and Future". *College English*, vol. 68, n. 1, 2005, p. 14-41 e David Palumbo-Liu. "Multiculturalism Now: civilization, national identity, and difference before and after September 11th". *Boundary 2*, vol. 29, n. 2, 2002, p. 109-127.

global, carecem análises que conceituem a *história global*.

Em um esforço de reflexão, Bruce Mazlish define o contexto historiográfico no qual a história global emerge. Define que

the emergence of globalization was not simply a matter of science technology, and economics; political developments were also requisite. First, the competition between the Soviet Union and the United States in space was essential for the creation of our increasingly satellite-dependent world, with its attendant communications revolution. Furthermore, the decline of communism eroded the old political-ideological divisions, leaving the way open for a genuinely global society in which all countries can and must participate, though differentially⁴⁴.

Dessa forma, a história global assume papel distinto em relação às histórias dos impérios. Para Mazlish,

we can determine by dividing the definition of global history into two parts. The first focus on the history of globalization; that traces them as encapsulated in the ‘factors of globalization’, and traces them as far back in the past as seems necessary and useful. The second signifies processes that are best studied on a global, rather than a local, a national, or a regional, level⁴⁵.

Ao continuar o esforço de delimitação entre história mundial, como a síntese das histórias dos impérios, e a história global, Mazlish afirma que

the main focus of world history, as opposed to global history, has been civilizations. But as global historians are well ware, civilizations do not send up rockets, operate television networks, or organize a global division of labor. Empires, the carries of civilizations in the past, are no more; they have been replaced by nation-states (more than 180 as of this writing and counting). Hence, *global history examines the processes that transcend the nation-state framework* (in the process, abandoning the centuries-old-division between civilized and uncivilized, and ourselves and the ‘others’; ‘barbarians’, that is, inferior peoples, no longer figure in global history, only momentary less developed peoples)⁴⁶.

Em um artigo recente, Dominic Sachsenmaier estabelece a história global inserida no

⁴⁴ Burce Mazlish, “Comparing Global History to World History” *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 28, n. 3, 1998, p. 392.

⁴⁵ Burce Mazlish. *op. cit.*, p. 389.

⁴⁶ Burce Mazlish. *op. cit.*, p. 393.

contexto de crítica às perspectivas ocidentais, superando as formulações apresentadas por Mazlish. Apresenta que “during the early 1970s, sociological titles referring to the term ‘globalization’ were still about the same in number as historiographical publications. In 2001, by contrast, the former outweighed the latter by 800-900%”⁴⁷.

A partir desses estudos, “the situation is beginning to change. During the past few decades many historians have come to regard the close entanglements between their discipline and the nation-state with greater suspicion. More recently debates on how to internationalize or globalize historiography have greatly intensified”⁴⁸.

Além da perspectiva global, Dominic Sachsenmaier defende a necessidade da superação do discurso eurocêntrico. Afirma que “in that manner research on transcultural issues is beginning to move from the peripheries of the historians’ guild to the centre”⁴⁹.

Dessa maneira, “the debate on global history or new forms of transcultural history have been emerging simultaneously in different parts of the world. For this reason it would be inadequate to characterize the turn to global history as yet another wave of Eurocentism or western imperialism in disguise”⁵⁰.

Define, portanto, a história global como uma perspectiva para o estudo de fenômenos históricos que transcendam os limites dos Estados nacionais, isso porque “global perspectives can be applied to all epochs of the human past, but if we understand the global history instead as the history of globalization, the timeframes of the field become narrower”⁵¹.

A. G. Hopkins, no artigo “The historiography of globalization and globalization of regionalism”, apresenta como intenção “to indicate some of the ways in which a history of globalization written by historians is now beginning to illuminate both the past and the present”⁵².

Afirma Hopkins que

the central idea was to recast the history of modern empires by presenting them as agents of globalization. Empires recommended themselves for this purpose: they were, after all, extensive transnational, multi-ethnic organizations. Placing them in the context of globalization provided a way to reintroducing themes relating to the material world and of connecting them

⁴⁷ Dominic Sachsenmaier. “Global history and critiques of western perspectives”. *Comparative Education*, vol. 42, n. 3, 2006, p. 45.

⁴⁸ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 452.

⁴⁹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 452.

⁵⁰ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 453.

⁵¹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 454.

⁵² A. G. Hopkins. “The historiography of globalization and globalization of regionalism”. *Journal of the Economy and Social History of the Orient*, n. 53, 2010, p. 20.

to long-run structural change⁵³.

Logo, a história imperial, apesar de atingir amplos espaços geográficos, inclusive assumindo feições pluricontinentais, carrega, além da visão eurocêntrica, alto teor de nacionalismo. A esse respeito, Hopkins destaca que “the expanding empires of the nineteenth century were paradoxical: they were nationalist expressions of new or remodeled nation states but they also developed transnational, or at least trans-societal flows of goods, people, and ideas. The interaction of two sustained both”⁵⁴.

A partir dessa ressalva, define que “*global history* had two main purposes. The first was to relate the study of history to the current debate on globalization, which had moved on since the 1990s”⁵⁵. A segunda intenção

was explicit pedagogic. The aim was to show that the resources of one department could be pooled to produce a coherent study that could be used for teaching purposes. Whatever else 9/11 did or did not do, it undoubtedly revealed that the United States had become inextricably entwined with the rest of the world and needed to recognize the fact by giving much greater weight to global themes in educational programs. Those who understand neither the past nor the geography of distant places are likely to make provincial judgments that affect, not just the citizens of the superpower, but the whole of humanity. When superpower impose on others in this manner, the process and the outcome have all the disadvantage of taxation without representation⁵⁶.

Ressalta, na conclusão de seu artigo que, embora haja uma proliferação de trabalhos sobre história global, “at present, numerous books and articles displays the world globalization in their titles, but only a small number show an acquaintance with the analytical literature”⁵⁷. Isto é, para Hopkins, mais do que a intenção de realizar análises globais, a história global corresponde à concepção de que os fenômenos históricos não são restritos a países e muito menos limitados por suas fronteiras nacionais.

Em *Global perspectives on Global History, theories and approaches in a connected world*, Dominic Sachsenmaier propõe retomar a discussão sobre a conceituação e os limites da história global. Destaca que “in a recent years, most branches of historiography have increase spatial concepts be they transnational, transregional, or transcontinental in nature,

⁵³ A. G. Hopkins. *op. cit.*, p. 25.

⁵⁴ A. G. Hopkins. *op. cit.*, p. 25.

⁵⁵ A. G. Hopkins. *op. cit.*, p. 28.

⁵⁶ A. G. Hopkins. *op. cit.*, p. 28-29.

⁵⁷ A. G. Hopkins. *op. cit.*, p. 34.

have become more clearly visible in very different sub fields of historiography, ranging from the complex landscapes of ‘cultural history’ to the equally multifaceted of ‘economic history’⁵⁸.

Assim como Bruce Mazlish, Sachsenmaier aponta a dificuldade em conceituar história global. Afirma que “as my explanations of very different realms of historical scholarship will reveal. The research commonly subsumed under ‘global history’ is so diverse that it cannot possible be pinned down thought exact definition and precise categorization”⁵⁹. Isso se dá por conta de “in many scholarly communities, historiography became quite fragmented in terms of its research approaches, and transnational connections have been an important facet of many methodological schools”⁶⁰.

Retoma a crítica às interpretações eurocêntricas ao apresentar que a concepção da história mundial como prolongamento da história europeia é uma ideia equivocada. Defende que

concomitant with the global spread of modern universities and profound changes in historiographical cultures, the belief in Europe as the sole cradle of modern scholarship came to be adopted in many parts of the world. This was certainly less so because European historiography was indeed more advanced or universalizable than other ways of conceptualizing the past⁶¹.

Atenta Sachsenmaier que

it would be erroneous to treat the global spread of Eurocentric themes in history as the result of diffusion from the West to the rest. Yet even though such outlooks became very influential both in the centers and on the margins of the evolving academic system, their wider implication were rather different inside and outside of western world⁶².

Como característica dominante da historiografia atual, apresenta a produção marcada pela “dominance of national over transnational assumptions of space, as well as that of secular or at least restrained religious paradigms over confessional and biblical visions. While, generally speaking, notions of progress and development became more important as

⁵⁸ Dominic Sachsenmaier. *Global perspectives on Global History. Theories and approaches in a connected world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 1.

⁵⁹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 2.

⁶⁰ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 5.

⁶¹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 15.

⁶² Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 16.

makers of historical time, space got defined more rigidly, in terms of firms borders”⁶³.

O nacionalismo, presente nas histórias nacionais, tem origem na Europa e foi difundido a quase todos os continentes pelo colonialismo do século XIX. Para essa questão, “much of national history was understood as unfolding from a primal core, and, for this reason, imperialism tended to be portrayed as an outward projection of European states, with few reverse repercussions for the colonizers. In most cases, the process of nation formation and imperialism were being historicized as quite clearly separate from one another”⁶⁴.

Sachsenmaier desenvolve sua crítica às interpretações nacionalistas e, principalmente eurocêntricas, ao destacar que análises de Ranke, Marx e Weber, embora tenham aplicação mundial, são fortemente carregadas pelo pensamento baseado na e a partir da Europa. A esse respeito aponta que

these brief perspectives of Rankeanism, Marxism, Weberianism, and civilizational analysis show that historiographical Eurocentrism was far from monolithic in character, but instead related to different groups of world historical narratives, which all circulated on an international level. No matter whether the main categories of world historical thinking were often poised as either a supreme or paradigmatic experience against which other cases could be measured. Ironically, the same was also true for many works that either were meant to analyze the decline of the West or were highly doubtful about Western expansionism. In many of these critical Europe remained very much at the center of the global storyline⁶⁵.

A perspectiva eurocêntrica da produção historiográfica atual é mais fácil de ser superada do que a história baseada nos limites dos Estados nacionais. Isso porque “in many societies all over the world university-based historiography was established in the context of nation-building efforts”⁶⁶.

Dessa forma, “since academic historiography was regarded as part of modern education and a necessary precondition for setting up a functional nation-state, there was pressure to restructure historical narratives according to allegedly rational, national, and scientific principles”⁶⁷.

Países de África e Ásia, que tiveram sua formação como Estados nacionais independentes após II Guerra Mundial, também sofreram influência de interpretações

⁶³ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 21.

⁶⁴ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 21.

⁶⁵ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 24.

⁶⁶ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 25.

⁶⁷ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 25.

históricas baseadas no nacionalismo. De acordo com Sachsenmaier, “in some other parts of the world, decisive measures to establish national historiography at modern universities were only taken during the Cold War”⁶⁸.

As interpretações eurocêntricas influenciam, sobretudo, as análises espaciais. Quando se pensa uma interpretação mais global, especialmente no contexto das histórias baseadas em impérios, “in additions to conceptions of space, many other internationally influential historical categories such as the notions of ‘race’ or ‘progress’ were at least implicitly tied to the idea of European supremacy”⁶⁹.

Assim, aponta Sachsenmaier que

for instance, many alternative *visions of space* were subordinated to the idea of the nation as the theater of history. National frameworks were dominant across the political and ideological dividing lines that characterized large parts of the twentieth century. Also in the Soviet Union and many other communist countries, a strong majority of historians remained loyal to the concept of the nation-state and clearly subordinated Marxist categories to it⁷⁰.

No pós II Guerra Mundial, com a independência de países em África e Ásia em decorrência da desintegração de impérios coloniais, as novas universidades, na tarefa de escreverem suas próprias histórias, adotam a perspectiva nacionalista, inclusive para abordarem seu passado colonial. Isso porque

in a large number of South Asian, Latin American, and sub-Saharan societies, historians at the newly founded universities tended to accepted the nation-state as the framework of their own local past. The history of colonial rule and dependency was often emphasized but usually not consider further in terms of global and transnational history visions. In many cases the colonial heritage was presented in order to accentuate the goal of freeing a specifically national past from disadvantageous transnational entanglements⁷¹.

As perspectivas nacionais carregam carga eurocêntrica que, mesmo quando se procura ampliar espacialmente o objeto, acabam por ser utilizadas em perspectivas europeias. Sachsenmaier, sobre essa questão, destaca que “the same is even blatant in huge study of

⁶⁸ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 30.

⁶⁹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 32.

⁷⁰ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 34.

⁷¹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 34.

macro-regions such as ‘Africa’ or ‘Latin America’ which, even as geographical or cultural unities, are not historically rooted and have their origins in European projection, interventions, and inventions”⁷².

Finaliza seu esforço de reflexão sobre o conceito de *história global* reiterando as críticas às interpretações eurocêntricas ao afirmar que “in the history of intellectual oppositions to Eurocentric thinking, the world wars certainly were an important factor. In particular, the Second World War and the experience of fascism deepened and widened intellectual doubts about the normative implications of European history”⁷³.

Sachsenmaier destaca, na abordagem da historiografia com perspectiva global, o papel da produção acadêmica norte-americana. Isso se deu por conta das universidades nos Estados Unidos estarem “closely connected with several transnational movements criticizing facets of university-based historiography”⁷⁴.

O processo de crítica da história baseada nos limites dos Estados nacionais segue, na historiografia norte-americana, à crítica sistemática da sociedade através de análises que privilegiam viés multiculturalista.

Sobre essa questão Marilyn Edelstein destaca que “since at least the late 1960s, the normative maleness and whiteness – which always claimed to be universal – has been challenged by the development of ethic studies, women’s and gender studies, and multiculturalism”⁷⁵.

Assim,

yet in the following decades, the growing academic expertise on world regions outside of the West was increasingly included in the portfolio of larger fields, including historiography. Particularly starting from the late 1970s, this changed the landscapes of several academic disciplines since many departments began systematically creating faculty positions with a regional focus on other world regions⁷⁶.

Sachsenmaier destaca que, apesar da valorização do multiculturalismo nos Estados Unidos, a abordagem com viés nacionalista e homogeneizador da sociedade não foi superado. Edelstein aponta que “for many thinkers in this latter group, multiculturalism’s focus on

⁷² Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 43.

⁷³ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 46.

⁷⁴ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 59.

⁷⁵ Marilyn Edelstein. “Multiculturalism Past, Present, and Future”. *College English*, vol. 68, n. 1, 2005, p. 14.

⁷⁶ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 60.

difference has not yet made enough of a difference in our society, culture, or world”⁷⁷.

Continua sua contextualização do papel atual das discussões sobre multiculturalismo nos Estados Unidos ressaltando a inflexão ocorrida após os ataques de 11 de Setembro de 2001. Segundo Edelstein,

especially in the wake of ‘September 11’; the U.S. invasions of and continued presence in Afghanistan and Iraq; the sharpening ideological divides among the U.S. electorates captured in the recent metaphor of ‘red states’ versus ‘blue states’; and increasingly polarized national debates not only about international politics but also about gay marriage, affirmative action, reproductive rights, ‘values’, and patriotism (and the PATRIOTIC Act) – and as we move further into a new century and a new millennium – a revitalized multiculturalism in American education may play an increasingly important role in influencing our national and global futures⁷⁸.

Nessa situação de embate após 2001,

American universities became important arenas for critiques of western-centric perspectives. Intellectual currents such as subaltern studies, post-colonialism, and postmodernism, which all espouse certain anti-hegemonic ideals, may have remained a minority discourse in the United States, yet their institutional bases have grown much stronger than in many other parts of the world, along with their impact on academic life in general⁷⁹.

Ressalta, em uma tentativa de definição de *história global*, que a mesma “shared certain elements in common since each of them was related to debates on how to gain new, less Eurocentric visions of world history”⁸⁰.

Mais como uma abordagem do que como um conceito, consequência do fato dos estudos globais serem muito recentes, a história global deve ser refletida, principalmente, como uma problemática referente à espacialidade dos fenômenos históricos. Para Sachsenmaier, “in many world regions, *conceptions of space* which were long foundational to much of modern academic historiography have become increasingly problematized by members of the professional historians’ community”⁸¹.

A partir dessas reflexões, a abordagem espacial, transpassando as fronteiras entre os Impérios, torna-se uma perspectiva interessante para nossa pesquisa. Não devemos, portanto,

⁷⁷ Marilyn Edelstein. *op. cit.*, p. 15.

⁷⁸ Marilyn Edelstein. *op. cit.*, p. 15.

⁷⁹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 64.

⁸⁰ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 68.

⁸¹ Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 236.

restringir os fenômenos históricos às fronteiras da colônia na América portuguesa e muito menos restritos aos limites do Império português. É fundamental que concebamos o território americano como algo construído no processo histórico de sua ocupação e que, dessa maneira, não pode ser restrito a limitações políticas entre os Impérios modernos.

América portuguesa através de uma abordagem global

A perspectiva global, isto é, aquela que não limita-se às fronteiras dos Estados nacionais em sua análise histórica, é fenômeno recente, datando da década de 70 do século XX.

Muitos autores adotaram perspectivas transnacionais, mesmo sem a conceituação teórica. Dominic Sachsenmaier, ao discutir essa questão, cita a passagem de Christopher Bayly, em *The birth of the modern world, 1780-1914. Global connections and comparasions*, na qual afirma que “most historians are global history, the problem is that they don’t know it yet”⁸².

A partir dessas considerações, a fim de esboçar um esforço de análise global para a América portuguesa, é fundamental que, antes, discutamos os trabalhos que adotam perspectivas globais. Mesmo que esses trabalhos adotem essa perspectiva, por terem sido concebidos em período anterior às reflexões e conceituações sobre história global, indicam um esforço na superação das fronteiras dos Estados nacionais na pesquisa histórica.

Conforme apresentamos anteriormente, a construção da historiografia brasileira é fortemente influenciada pelo discurso de legitimação e valorização do Estado nacional. Inclusive no período anterior à Independência, nomeado como “Brasil colônia”, o elemento nacional encontra-se presente, seja no nativismo incipiente ou no destaque a elementos que denotam a especificidade do Brasil frente a sua metrópole, Portugal.

Destacamos, nesse breve levantamento de obras que objetivam compreender a América portuguesa em uma perspectiva mais global, a tese de Alice P. Canabrava, *O comércio português no Rio da Prata, (1580-1640)*.

Publicada em 1946, a tese tem como ponto central o estudo das relações comerciais lusas no Rio da Prata e suas consequências para a formação de Buenos Aires. Canabrava aponta que “a história da contribuição luso-brasileira para a evolução dos países platinos tem sido vista principalmente sob o ângulo das campanhas militares, enquanto outros aspectos,

⁸² Dominic Sachsenmaier. *op. cit.*, p. 103.

talvez mais interessantes, como a profunda influência exercida pelo Brasil na formação social e econômica daqueles países, tem passado despercebida”⁸³.

A partir dessa constatação, apresenta que sua pesquisa objetiva “mostrar a expansão comercial luso-brasileira nos territórios espanhóis do vice-reino do Peru na época da união das coroas espanhola e portuguesa”⁸⁴. O período da União Ibérica é visto como um momento privilegiado para o estudo das relações comerciais entre Brasil e o Rio da Prata por conta da unidade política entre Portugal e Espanha. Canabrava destaca que “a época que estudamos tem admirável unidade histórica: 1580 e 1640 enquadram o período da união das coroas de Portugal e Castela, que pôs sob o mesmo cetro os vastos territórios no novo mundo conquistados pelos povos ibéricos”⁸⁵.

Apesar de limitar as relações entre América espanhola e portuguesa ao período de unidade político-administrativa, o trabalho de Alice Canabrava destaca-se pelo pioneirismo na compreensão da colonização europeia no Novo Mundo como um fenômeno amplo e impossível de ser limitado às fronteiras dos países atuais.

Apresenta que

a precariedade de condições naturais favoráveis ao estabelecimento de centros estáveis de povoamento explica, em grande parte, os movimentos de avanço e de recuo da colonização europeia nessa região. A história do primeiro século de colonização, com cidades que emigram mais de uma vez à procura de melhores sítios, com as guerras entre o índio e o branco, pela disputa dos vales privilegiados, com as cidades mortas, definitivamente abandonadas, mostra bem que foi somente através de um processo seletivo que o conquistador europeu conheceu e se assenhorou dos únicos pontos em que era possível o desenvolvimento de centros permanentes de população⁸⁶.

A conquista e colonização do Novo Mundo não foi o único evento em comum entre Portugal e Castela. Os dois países, na ação de exploração de suas colônias apresentou, segundo Alice Canabrava, momentos de cooperação. Aponta que

o comércio que se efetuava por Buenos Aires e que uniu uma longa cadeia as regiões mineiras do Peru e os portos brasileiros, tinha podido desenvolver-se graças à vigilância complacente das autoridades de Tucumán. As cidades do interior, pela sua posição estratégica, intermediárias entre o porto e as

⁸³ Alice P. Canabrava. *O comércio português no Rio da Prata, (1580-1640)*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1984, p. 17, [1ª edição, 1946].

⁸⁴ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 17.

⁸⁵ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 17.

⁸⁶ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 31.

regiões mineiras do Peru, ligaram-se desde cedo às atividades fraudulentas do porto de Buenos Aires⁸⁷.

Isso porque “pelas cidades de Tucumán descia a prata de Potosí para o porto de Buenos Aires e para lá seguia também a maioria dos produtos desembarcados no porto platino”⁸⁸.

Essa situação de descaminhos gerou um maior combate por parte das autoridades castelhanas, mas não obteve sucesso. Nas palavras de Alice Canabrava,

o florescimento do comércio do contrabando no século XVII, em Buenos Aires, não constitui fenômeno isolado, mas apenas a expansão de um fenômeno americano. Mas o comércio ilegal no Rio da Prata teve a seu favor nesse período, o desenvolvimento enorme do contrabando de negros, em toda a América espanhola, feito pelos portugueses; a estes desde cedo se ligaram os contrabandistas do porto de Buenos Aires⁸⁹.

Em relação ao comércio platino, Alice Canabrava conclui que “o porto de Buenos Aires, contudo, assemelhava-se, no meado do século XVII, a uma colônia lusitana, tal o coeficiente da população portuguesa lá radicada”⁹⁰. E “o total da população lusitana, inclusive a primeira geração, alcançava 370 pessoas, contingente importante em proporção com o número de habitantes da cidade [de Buenos Aires], avaliado em 1500 pessoas”⁹¹.

O papel da capitania de São Vicente no comércio com o Rio da Prata era central, pois “o testamento de Afonso Sardinha consigna as operações comerciais que ele realizava com o Rio da Prata por intermédio de certo Francisco de Barros, morador da cidade de Buenos Aires”⁹². Assim, denota Canabrava que “dessa atividade comercial com a região platina não ficava à margem o porto de S. Vicente e a cidade de São Paulo”⁹³.

Tal destaque à capitania de São Vicente se deu por conta de sua posição geográfica, pois estava situada entre o Peru, o Prata e o restante da América portuguesa. A esse respeito, Canabrava destaca que

além da via terrestre pelo Tucumán, outra via de acesso existiu ligando as colônias portuguesas do Atlântico às regiões do vice-reino do Peru, a via terrestre do Guairá. As comunicações entre S. Vicente e os núcleos

⁸⁷ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 90.

⁸⁸ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 90.

⁸⁹ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 101.

⁹⁰ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 163.

⁹¹ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 163.

⁹² Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 122.

⁹³ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 122.

espanhóis do Paraguai, por intermédio da região do Guairá, eram bem mais antigas do que as que se efetuavam pela via do estuário. Desde o meado do século XVI e talvez mesmo antes, desde 1526, há referência à presença de portugueses na região do Guairá, que seguindo os trilhos estabelecidos pelos índios, chegaram às terras do Paraná⁹⁴.

Conclui Alice Canabrava afirmando que não podemos compreender a história da porção meridional do continente sul-americano de forma isolada em cada país, pois “podemos portanto dizer, na base da evolução complexa que provocou no século XVII o comércio de contrabando, evolução que se processou no terreno social, econômico e político, estavam em germe os aspectos fundamentais que caracterizaram a Argentina na época da independência⁹⁵”.

Outro autor que ultrapassa os limites dos Estados nacionais em suas análises é Caio Prado Jr. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, define que “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”⁹⁶.

Esse “sentido”, que coordena o processo de colonização da América portuguesa é dado pelo elemento externo, isto é, pela metrópole e não seguindo motivações internas. E mesmo a metrópole, por mais que tenha o controle do território americano, também está inserida em um circuito comercial mundial.

Dessa forma, segundo Caio Prado Jr.,

no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos⁹⁷.

Assim, “aquele *sentido* é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro...”⁹⁸.

⁹⁴ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 132.

⁹⁵ Alice P. Canabrava. *op. cit.*, p. 191.

⁹⁶ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 19, [1ª edição, 1942].

⁹⁷ Caio Prado Jr. *op. cit.*, p. 31.

⁹⁸ Caio Prado Jr. *op. cit.*, p. 119.

A interpretação de que a formação do Brasil se deu por fora, pela inserção em um sistema capitalista mercantil, é retomada por Luiz Felipe de Alencastro. Em *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII*, de 2000, propõe que “o Brasil se formou fora do Brasil”⁹⁹.

Afirma Alencastro que

desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil do século XVIII. Não se trata, ao longo dos capítulos, de estudar de forma comparativa as colônias portuguesas no Atlântico. O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo moderno se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo¹⁰⁰.

Destaca, portanto, a concepção de que o Brasil, Angola e Portugal constituem um todo e que são mutuamente influenciados. Contudo, mantém-se limitado às fronteiras do que era o Império português.

Inova ao considerar a colonização como algo mais complexo do que exploração colonial, tal como conceitua Caio Prado Jr. Apresenta Alencastro como central para a efetiva conquista e colonização dos novos territórios o que designa “processo de colonização do colono”, que consiste no fato de que “a Coroa aprende a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano; os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol. Só assim podem se coordenar e se completar a dominação colonial e a exploração colonial”¹⁰¹.

Esse contexto de relações mútuas entre Brasil e Angola altera a geografia do Império português. Afirma Alencastro que “na primeira metade do século XVII emerge uma nova geografia sul-atlântica que evidencia as diferenças entre os peruleiros e os preadores de indígenas paulistas. Desviadas para as bandas do Trópico de Capricórnio, as rotas subequatoriais puxam o Rio para dentro das trocas marítimas e mais para fora da economia continental”¹⁰².

Apresenta as relações comerciais de forma mais complexa, não se limitando às

⁹⁹ Luiz Felipe de Alencastro. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 9.

¹⁰⁰ Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.*, p. 9.

¹⁰¹ Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.*, p. 22.

¹⁰² Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.*, p. 199.

relações entre Reino e colônia. Aponta, por exemplo, que “outro elo com o Prata e o Baixo Peru se amarra em São Paulo. Ao inverso do eixo ‘peruleiro’ Rio – Buenos Aires, de feitio marítimo e negreiro, o vínculo paulista-platino baseia-se nas permutas terrestres e no tráfico de índios usados na produção regional”¹⁰³.

Destaca o papel da capitania de São Vicente nas relações entre a América portuguesa e castelhana, tal como aponta Alice Canabrava. Alencastro afirma que

nas décadas de 1620 e 1630 castelhanos de Espanha e famílias do Paraguai, algumas das quais ligadas aos paulistas, convergem para Piratininga. Aos poucos os hispânicos unem-se a famílias de cepa vicentina. Associados ao Paraguai por parentesco e negócios, os paulistas – para assombro da Coroa e do clero castelhano – também agregam espanhóis quando lançam assaltos às *reducciones*¹⁰⁴.

Seguindo uma outra abordagem, temos a obra de Sérgio Buarque de Holanda *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Ao contrários dos autores citados anteriormente, Buarque de Holanda não se utiliza de análises econômicas para compreender o Brasil, mas destaca as ideias que perseguiram a descoberta do Novo Mundo.

Apresenta, pois, que “o tema deste livro é a biografia de uma dessas ideias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas, até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil”¹⁰⁵.

Difere Sérgio Buarque dos demais autores também por ampliar a área de estudo, do Brasil para o continente americano, incluindo, portanto, as conquistas portuguesas, castelhanas, inglesas e francesas. Aponta o papel dos mitos, da geografia fantástica e das ideias religiosas de Paraíso terrestre como motivadores para a conquista e colonização do Novo Mundo. A esse respeito, destaca que “era de esperar, depois das desvairadas especulações de Colombo e outros navegantes, que também a fonte de Juventa, constante apêndice do Paraíso Terreal, achasse algum meio de introduzir-se na geografia visionária do Novo Mundo”¹⁰⁶.

Assim, o cenário da conquista americana, motivada pelos mitos europeus, encontra respaldo nas interpretações que os mesmos fizeram de mitos americanos. Para Buarque de

¹⁰³ Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.*, p. 203.

¹⁰⁴ Luiz Felipe de Alencastro. *op. cit.*, p. 204.

¹⁰⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 24, [1ª edição, 1959].

¹⁰⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 60.

Holanda,

a geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, se tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas, achou-se além disso contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem considerar arquetípicos. E foi constantemente por intermédio de tais motivos que se interpretaram e, muitas vezes, se ‘traduziram’ os discursos dos naturais da terra¹⁰⁷.

A ideia da cobiça dos europeus por terras de riquezas infinitas motivou tanto ibéricos como franceses e ingleses na tarefa de conquistar e ocupar terras americanas. Afirma Buarque de Holanda que

certo é que, não só no Brasil ou entre portugueses, a constante imagem das Índias de Castela e de seus invejáveis tesouros subjugará as fantasias mais cobiçosas. Até na América inglesa, onde a proximidade da Nova Espanha tende a suscitar ambições em tudo semelhantes, haverá pelas mesmas épocas quem se deixe empolgar pelo fascínio das grandes minas de prata e das montanhas refulgentes¹⁰⁸.

Com isso, “pode-se, quando muito, apontar um mito de conquista cuja difusão no continente esteve a cargo de portugueses e, em contraste com os demais, foi do Brasil que se expandiu para o Paraguai, o Peru e o Prata”¹⁰⁹.

Apesar de tratar da difusão dos mitos no espaço americano sem limitar-se às fronteiras dos Impérios, acaba por retomar a perspectiva comparativa entre colonização portuguesa e castelhana, tal como havia feito em *Raízes do Brasil*¹¹⁰. Aponta que

de qualquer modo, a aparente descentralização que vamos encontrar nas terras castelhanas de aquém-mar é como um reflexo da carência de

¹⁰⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 120.

¹⁰⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 164.

¹⁰⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 172.

¹¹⁰ Nessa obra, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda analisa a urbanização portuguesa em perspectiva comparada com a castelhana. Mais do que compreender a urbanização, o autor objetiva, através da comparação das duas estratégias de ocupação do território, compreender o homem brasileiro. No entanto, consolidou-se, na historiografia brasileira, mormente nos estudos sobre história do urbanismo, a fórmula de urbanização lusa como desordenada e a castelhana como ordenada. Entre os autores que adotam essa perspectiva comparada como paradigma de compreensão temos Amílcar Torrão Filho. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume, 2007. Para uma contextualização crítica de *Raízes do Brasil*, ver Leopoldo Waizbort. “O mal entendido da democracia. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, junho de 2011, p. 39-62.

verdadeira unidade nacional, a despeito das unidades simplesmente dinásticas, que se verifica pela mesma época nas terras europeias submetidas à Coroa de Castela. Cada um dos antigos reinos peninsulares mantinha sua própria personalidade política e jurídica. Em terras de Castela, continuavam, na ocasião dos descobrimentos marítimos, a prevalecer as normas jurídicas peculiares ao direito castelhano¹¹¹.

Em oposição temos o caso de Portugal

onde a centralização mais acentuada procura espelhar-se, tanto quanto possível, na administração colonial. O próprio sistema de povoamento litorâneo, que não visava apenas a proteger a integridade dos senhorios ultramarinos contra a cobiça de intrusos, como ainda a tornar mais eficaz a participação econômica e também administrativa da Coroa na colônia, achasse bem enquadrado em tais condições. Não é sem motivo que a penetração terra adentro só se fez posteriormente, de modo vigoroso, a partir de lugares como São Paulo, onde as circunstâncias favoreciam menos a ação adversa da metrópole sobre os efeitos da atração que exerciam entre os moradores os segredos e as riquezas da terra: riquezas em peças ou em pedras¹¹².

A partir desse esboço historiográfico destacamos que a história global é, sobretudo, uma abordagem em relação ao objeto histórico. Conforme discutimos anteriormente, os esforços em reflexão e, principalmente, em teorização sobre essa temática são muito incipientes e necessitam de mais tempo para que se possa consolidar um discurso sobre a história global.

Utilizaremos, dessa forma, e seguindo os elementos traçados pela historiografia sobre colonização da América portuguesa, a estratégia de compreender o poder político na colônia inserido em um território novo, ainda em processo de construção.

¹¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 460.

¹¹² Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 461.

Capítulo 5

Municípios no Império Português: discussões historiográficas

Para compreendermos os poderes políticos locais no Império português, é necessário que reflitamos acerca da produção historiográfica sobre o assunto.

A fim de contemplarmos a proposta, dividimos o debate historiográfico em dois grandes blocos: um que trata da discussão sobre os poderes locais em Portugal e outro no Brasil. Buscamos, no levantamento das obras, verificar não somente o debate e sua relação com o contexto político e social da escrita de cada autor, mas também observar os pontos de convergência entre as duas historiografias.

Optamos, pois, por iniciar com o debate português justamente por considerá-lo inaugural na temática. A obra de Alexandre Herculano pode ser considerada pioneira no que toca aos poderes locais e foi referenciada, tanto para autores portugueses como para brasileiros.

Historiografia sobre poderes locais em Portugal

Os poderes políticos locais, no caso, os municípios, tiveram como principal autor Alexandre Herculano. Em sua *História de Portugal*, publicada entre 1856 e 1873, confere destaque aos municípios na formação histórica de Portugal.

Sua obra baseia-se na concepção de que

a história encerra um protesto perene da liberdade contra a desigualdade, digamos assim, activa, e ao mesmo tempo atesta-nos que todos os esforços para a substituir por uma igualdade absoluta têm sido inúteis e que esses esforços ou degeneram na tyrannia popular, no abuso da desigualdade numerica, ou fortificam ainda mais o despotismo de um só, ou o predomínio tyrannico das oligarchias da intelligencia, da audacia e da riqueza¹¹³.

Tal interpretação, fortemente influenciada pelo pensamento liberal do século XIX, é sintetizada no pensamento político da Geração de 70.

¹¹³ Alexandre Herculano. *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Lisboa: Bertrand, 19-- , p. 88-89, [1ª edição, 1846-1853].

Considerada como consequência da Regeneração, a Geração de 70 carregou muito do sentimento de reerguer Portugal. Afetada pelas lutas políticas entre liberais e conservadores após a Revolução Liberal do Porto de 1820, foi influenciada ainda pelo impacto econômico e simbólico da perda do Brasil, independente em 1822.

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão

o grito de “regeneração”, que no dia 28 de Abril de 1851 envolveu Saldanha no Teatro de São João do Porto, constituía um apelo a uma nova ordem nas coisas. O termo não era uma novidade na linguagem política, pois fora um dos vectores da Revolução de 1820. As esperanças de “ventura política”, de “prosperidade nacional”, de “progressos da civilização”, de “paz civil”, numa palavra, a “Sagrada Causa da Regeneração Política”, tinham soado no movimento vintista. Mas só trinta anos depois encontravam a correspondente realização no desembainhar da espada de Saldanha. Este pretendia retomar a pureza de um liberalismo que ainda não cumprira os seus fins. Sem atribuir ao termo “regeneração” a essência de mudança libertadora que ele continha, preferia dar-lhe o sentido de pacificação nacional após tantos anos, em Portugal, de luta e incertezas...¹¹⁴

Assim, “o ponto fulcral da formação e da acção da chamada ‘Geração de 70’ foi, sem dúvida, a realização das Conferências do Casino, no Casino Lisbonense, entre fins de Maio e meados de Junho de 1871”¹¹⁵.

Temos, como representação política dessas ideias, o discurso de Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Proferido no Casino Libonense durante a 1ª sessão das Conferências Democráticas em 1871, que apresenta as causas para a decadência econômica, política e social de Portugal e Espanha, apontando o Concílio de Trento e o catolicismo como sufocantes da criatividade e gênio ibérico.

Escrito em um contexto turbulento e marcado pela instabilidade político-partidária, pois, segundo Oliveira Marques, Portugal, “de Julho de 1860 a Setembro de 1871 puderam contar-se nove governos, com a agravante de que o primeiro, teoricamente o mais longo, passou por várias remodelações”¹¹⁶.

Assim, de acordo com Oliveira Marques, “as chamadas 'Conferências do Casino', realizadas em Lisboa, no Casino Lisbonense, de 22 de Maio a 26 de Junho de 1871,

¹¹⁴ Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal. Volume IX (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1986, p. 14.

¹¹⁵ Álvaro Manuel Machado. “Introdução” In Antero de Quental. *Textos doutrinários e correspondências*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 18.

¹¹⁶ A. H. de Oliveira Marques. “A conjuntura” In Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. de. *História Nova de Portugal. Portugal e a Regeneração*. Lisboa: Presença, 2006, p. 483.

representaram a primeira grande contestação ao *establishment*”¹¹⁷.

A Inquisição é apontada como principal fator do “atraso” cultural e científico, pois destaca o papel da Igreja católica como instituição repressora de novas ideias e como promotora do atraso no qual Portugal se encontrava em fins do século XIX.

Apesar de essa formulação cultural ser a base do pensamento de Quental, a fim de melhor contextualizarmos a produção historiográfica sobre poderes locais, focaremos em um aspecto aparentemente secundário em sua obra, mas que torna-se fundamental em nossa investigação: o poder municipal frente à centralização monárquica.

Antero de Quental aponta que a descentralização político-administrativa é uma das características basilares dos povos ibéricos, mesmo antes da sua criação enquanto Estado. Afirma que “logo, na época romana, aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local e originalidade de génio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento”¹¹⁸.

Dessa forma,

o instituto político da descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões as comunas, os forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam, com um sem-número de instituições, o espírito independente: é, quanto à época o comportava, singularmente democrático¹¹⁹.

Sobre Portugal e Espanha define que “a liberdade era então estado natural da península”¹²⁰.

Essa autonomia dos povos seria responsável pelo desenvolvimento das artes e das ciências, que culminariam no destaque que Portugal e Espanha teriam nos séculos XV e XVI com as Navegações e descobertas de novos continentes. No entanto

deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre,

¹¹⁷ A. H. de Oliveira Marques. *op. cit.*, p. 500.

¹¹⁸ Antero de Quental. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Padrões Culturais, 2010, p. 9, [1ª edição, 1871].

¹¹⁹ Antero de Quental. *op. cit.*, p. 10.

¹²⁰ Antero de Quental. *op. cit.*, p. 32.

ininteligente e meio desconhecido. Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos! Em tão curto período era impossível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição¹²¹.

O responsável por essa mudança, que levou à decadência dos povos peninsulares, notadamente Portugal, teria sido a União Ibérica. Nem tanto pela supressão nacional lusitana, mas pelo fato de um monarca, em especial Felipe II, sob a Contrarreforma católica, influenciar toda a península com sua ideia de fanatismo religioso e, principalmente, de centralização absolutista.

Por isso, segundo Antero de Quental,

no princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e se desmorona por todos os lados a monarquia anômala, inconsistente e desnatural de Felipe II; quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunda a Península sob o peso de muitos erros acumulados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência de tudo isto, na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes¹²².

A centralização política e o controle religioso culminam com a decadência de Portugal e Espanha. Anuncia que

vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais que duas sombras, dois espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... E que tristíssimo quadro o da nossa política interior! As liberdades municipais, à iniciativa local das comunas, aos forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede à centralização, uniforme e esterilizadora¹²³.

Assim, notadamente em relação aos poderes municipais, “a centralização monárquica, pesada e uniforme, caiu sobre a Península como a pedra dum túmulo”¹²⁴.

Conclui Antero de Quental que “esta causa [Concílio de Trento] actuou principalmente sobre a vida moral: a segunda, o absolutismo, apesar de reflectir no estado de

¹²¹ Antero de Quental. *op. cit.*, p. 15.

¹²² Antero de Quental. *op. cit.*, p. 15.

¹²³ Antero de Quental. *op. cit.*, p. 15.

¹²⁴ Antero de Quental. *op. cit.*, p. 33.

espírito, actuou principalmente na vida política e social”¹²⁵.

Quental apresenta, pois, o absolutismo como secundário em relação às causas da decadência das nações peninsulares e a influência do catolicismo como fator principal. No entanto, a historiografia sobre poderes locais, tanto em Portugal como no Brasil, assentou-se no debate sobre centralização e poderes autônomos.

Dessa forma, a retomada da obra de Alexandre Herculano, ao tratar da história geral de Portugal, consolidou as ideias debatidas nas Conferências do Casino: a valorização dos poderes locais frente à centralização.

Herculano atenta que

a história dos concelhos é em Portugal, bem como no resto da Hespanha, um estudo importante, uma lição altamente profícua para o futuro; porque estamos intimamente persuadidos de que, depois de longo combater e de dolorosas experiencias políticas, a Europa há de chegar a reconhecer que o único meio de destruir as difficuldades de situação que a affligem, de remover a oppressão do capital sobre o trabalho, questão suprema a que todas as outras nos parecem actualmente subordinadas, é o restaurar, em harmonia com a illustração do seculo, as instituições municipaes, aperfeiçoadas sim, mas accordes na sua indole, nos seus elementos com as da idade media¹²⁶.

Não significa, contudo, que Herculano defenda a participação popular nos concelhos. Ressalta que “o município tivera desde a sua origem indole aristocratica”¹²⁷.

Quanto à trajetória histórica,

o municipalismo, esse princípio vivificador, essa pedra angular da republica, que, embora revolvida pela base, mutilada e convertida em investimento de servidão pelo despotismo, resistirá á dissolução política e social do imperio, não só sobreviveu á conquista, mas tambem adquiriu, até certo ponto, nova importancia com o dominio dos barbaros¹²⁸.

A chave para a manutenção da autonomia, segundo Herculano, estaria no fato dos conquistadores bárbaros, inclusive de religião muçulmana, garantirem que os povos conquistadores ficassem sujeitos aos seus costumes e leis originais. Isso permitiu a garantia de estabilidade aos municípios em meio

¹²⁵ Antero de Quental. *op. cit.*, p. 31.

¹²⁶ Alexandre Herculano. *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Lisboa: Bertrand, 19--., p. 90, [1ª edição, 1846-1853].

¹²⁷ Alexandre Herculano. *op. cit.*, p. 60.

¹²⁸ Alexandre Herculano. *op. cit.*, p. 42.

daquella grande convulsão política [durante a desagregação do Império Romano], não só porque os conquistadores deixaram por via de regra os vencidos governarem-se pelas suas leis e costumes, continuando elles a seguir as suas proprias usanças, mas tambem porque, em geral, as duas raças ficaram materialmente divididas, e porque a agglomeração dos hispano-romanos tornava natural a conservação das instituições populares ou municipais¹²⁹.

Com isso, o reino de Portugal, estabelecido em 1140 por Afonso Henriques, criar-se-ia em um espaço com estruturas municipais já consolidadas e que tiveram origem durante a ocupação romana da península. Esse fato atesta, para Alexandre Herculano, a natural autonomia dos poderes locais, visto que “o estabelecimento de alguns municípios no novo território precedeu a fundação da monarchia”¹³⁰.

Corroborando com as interpretações de Herculano, Henrique Gama Barros, na *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, publicada entre 1885 e 1922, defende que “a administração do povo é a história das instituições municipaes. É por estas instituições que elle vem a interferir no governo da sociedade, adquirindo voto em côrtes, foram ellas que auxiliaram mais efficazmente o homem de trabalho a passar de servidão para a liberdade”¹³¹.

A defesa dos poderes locais seria justificada por Gama Barros pelo fato do “poder do rei ser limitado ou pela acção de todas as classes reunidas, isto é, pelas côrtes, ou pela influência de cada classe”¹³².

Aproxima-se de Herculano também quando afirma a preponderância das tradições e costumes frente ao poder central. Conclui que “quando se procuram na historia do nosso paiz as regras de direito publico existentes na idade media entre o soberano e os subditos, o principio fundamental, que nos apparece logo á primeira vista da parte do imperante, é a observância dos antigos foros e costumes”¹³³.

A visão municipalista de Herculano e Gama Barros vai ser eclipsada pela produção historiográfica do século XX, notadamente no contexto da instalação e consolidação do Estado Novo português¹³⁴.

¹²⁹ Alexandre Herculano. *op. cit.*, p. 46.

¹³⁰ Alexandre Herculano. *op. cit.*, p. 81.

¹³¹ Henrique da Gama Barros. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946, tomo II, p. 13, [1ª edição, 1885-1922].

¹³² Henrique da Gama Barros. *op. cit.*, p. 125.

¹³³ Henrique da Gama Barros. *op. cit.*, p. 133.

¹³⁴ Para um debate atualizado sobre o processo de consolidação do Estado Novo português, ver Fernando Rosas.

Focada na figura de António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros entre 1933 e 1968, o novo regime caracterizou-se pela centralização político-administrativa, autonomismo, repressão política, conservadorismo e exaltação de grandes nomes históricos através de comemorações cívicas, dentre elas a Exposição do Mundo Português, no contexto das comemorações do 8º centenário da fundação de Portugal e que marcou a consolidação do regime salazarista.

Ressaltamos que, conforme observa Diogo Ramada Curto, “qualquer balanço sobre a historiografia do império português nos últimos 50 anos debate-se com a questão da utilização política do passado”¹³⁵. Isto é, o período marcado pela consolidação do Estado Novo português caracterizou-se pelo intensivo uso do passado como forma de legitimação de ações políticas. No entanto, observamos que esse uso, embora tenha se intensificado no período apresentado por Ramada Curto, está presente principalmente na fase inicial do regime salazarista e de forma pontual em alguns autores que são anteriores ao Estado Novo, mas que corroboram posteriormente com as interpretações do novo regime.

Destacamos a obra organizada em 1928 por Damião Peres, a *História de Portugal*, conhecida também como edição de Barcelos, por ter isso publicado nessa cidade. Peres defende que, no reinado de D. João II (1481-1495), “enquanto as cortes funcionavam, o rei ia centralizando as medidas que se lhes afiguravam mais urgentes, todas tendentes a uma completa centralização do poder”¹³⁶.

Para tanto, “extinguiu os logares dos *adiantados*, grandes do reino e titulares que o rei precedente pusera à testa de cada comarca, e que se faziam substituir por ouvidores”¹³⁷. Assim, “nenhuma outra entidade se antepunha ao corregedor, que era o principal representante da autoridade régia em cada comarca”¹³⁸.

Dessa forma, “a centralização do poder régio substituíra-se à multiplicidade dos poderes particulares, exercidos pelos membros das classes privilegiadas e nos municípios, pelos chamados *homens-bons*, essoutra aristocracia dos concelhos”¹³⁹.

Conclui Damião Peres que, no período, “organizava-se, de modo seguro, o Estado Moderno (moderno, quer dizer, que vigorou nos séculos XVI, XVII e XVIII)”¹⁴⁰.

Salazar e o poder. A arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2012.

¹³⁵ Diogo Ramada Curto. “A historiografia do Império português na década de 1960: formas de institucionalização de projecções” *História da Historiografia*. Ouro Preto: UFOP, n. 10, dez. 2012, p. 112.

¹³⁶ Damião Peres. *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Barcelos; Lisboa: Portucalense, 1928, tomo III, p. 172.

¹³⁷ Damião Peres. *op. cit.*, tomo III, p. 172.

¹³⁸ Damião Peres. *op. cit.*, tomo III, p. 172.

¹³⁹ Damião Peres. *op. cit.*, tomo III, p. 191.

¹⁴⁰ Damião Peres. *op. cit.*, tomo III, p. 192.

Em outra obra de 1959, denominada *História dos descobrimentos portugueses*, publicada pela Comissão Executiva das Comemorações do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique, Damião Peres foca o processo de expansão ultramarina apenas na figura do representante do poder central, o Infante. Ignora por completo o estabelecimento das câmaras municipais como fator de consolidação da presença portuguesa nas ilhas atlânticas, no Brasil, em África e no Oriente.

Em 1937, Torquato Brochado de Sousa Soares, no capítulo “Política administrativa” publicado na *História da expansão portuguesa no mundo*, organizada por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, segue as ideias apresentadas por Damião Peres.

Define Torquato Brochado que “a política dos nossos reis, conquanto absolutamente integrada no pensamento da unidade nacional que sempre norteou a sua acção”¹⁴¹.

Ressalta que os forais dos municípios apresentam, em grande parte, mais semelhança que diversidade. Afirma que “não podemos concordar com Herculano quando diz que ‘uma história municipal rigorosamente exacta não acharia talvez individualidades, isto é, teria de descrever singularmente as instituições de cada povoação assim organizada’”¹⁴².

Defende que houve uma centralização do poder em Portugal por volta do século XIV. Apresenta que “não era possível, em face da complexidade crescente da vida, que os antigos forais, adaptados a uma sociedade quási inteiramente subordinadas às necessidades da guerra, pudessem satisfazer as populações concelhias”¹⁴³.

A política de centralização defendida por Torquato Brochado foca-se na nomeação de corregedores em 1352, na qual o rei “sentiu necessidade de ir mais longe, nomeando ele próprio juizes estranhos à comunidade onde tinham de exercer as suas funções”¹⁴⁴.

Prosseguindo na centralização, “a política reformadora do poder central manifestava-se ainda pelo aparecimento, no quadro das magistraturas municipais, de novos funcionários de carácter puramente administrativo – os vereadores”¹⁴⁵.

Ao justificar que essa medida visava obter uma administração mais profícua, o autor declara ser “evidente que, impondo-a aos concelhos, o rei procurava sobretudo restringir a acção possivelmente tumultuária das assembleias dos homens-bons, pois determinava que os vereadores possam tomar deliberações sem a reunir”¹⁴⁶.

¹⁴¹ Torquato Brochado de Sousa Soares. “Política administrativa” In Baião, António; Cidade, Hernâni e Múrias, Manuel. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Ática, 1937, vol. I, p. 78.

¹⁴² Torquato Brochado de Sousa Soares. *op. cit.*, vol. I, p. 78.

¹⁴³ Torquato Brochado de Sousa Soares. *op. cit.*, vol. I, p. 87.

¹⁴⁴ Torquato Brochado de Sousa Soares. *op. cit.*, vol. I, p. 87.

¹⁴⁵ Torquato Brochado de Sousa Soares. *op. cit.*, vol. I, p. 87.

¹⁴⁶ Torquato Brochado de Sousa Soares. *op. cit.*, vol. I, p. 87.

O temor do poder popular, fora do controle central, foi a base, segundo Torquato Brochado, “da reforma da organização local do país que, em precipitações, mas com firmeza, os nossos monarcas procuravam harmonizar com as novas condições de vida e com os interesses mais altos da grande comunidade nacional”¹⁴⁷.

Apesar de abordar o século XIV, não podemos deixar de observar as relações entre o texto do autor com o momento político do período no qual escreve. Por volta de 1937, ano de publicação da obra, Portugal está no processo de consolidação do Estado Novo e da afirmação da proeminência da figura de António Salazar.

Consolida-se, à época, o processo de centralização de poder e de controle político e ideológico do Estado, que culminou com a Exposição do Mundo Português de 1940, celebrando o 8º centenário da fundação do país.

Já no Brasil, em data muito próxima das obras portuguesas citadas, destacamos *O município no Brasil*, de Edmundo Zenha. Publicado em 1948, baseia-se na valorização dos poderes municipais como base da colonização portuguesa na América. Define que “mais popular, pois, e democrática, não podia ser a instituição municipal no Brasil-colônia”¹⁴⁸.

Para Zenha, “não se criam municípios no Brasil para a realização de obras públicas. Os povos, quando os pedem, querem policiar a terra, implantar nela um organismo distribuidor de justiça porque a del-rei era distante, demorada e cara”¹⁴⁹.

A obra de Zenha pode ser inserida no contexto de autonomia que o poder local representa. Assina a obra de 1948 localizando-a em Santo Amaro, distrito da cidade de São Paulo que, até 1935 constituía município autônomo. Vale ressaltar que Zenha, ao longo de sua produção e atividade intelectual, dedicou vários estudos ao então município de Santo Amaro, os quais destacamos *A colônia alemã de Santo Amaro* de 1950, *Santo Amaro de Paulo Eiró* de 1952 e *A vila de Santo Amaro* publicado em 1977.

Apesar de valorizar os aspectos democráticos que o município emanava, Zenha dedicou-se mais à valorização da especificidade de Santo Amaro do que na questão da autonomia do poder local frente a um Estado centralizado. Soma-se a isso o contexto de valorização do municipalismo e de projeto de democracia no bojo da Constituição de 1946.

A referência à discussão de Antero de Quental e à Geração de 70 resume-se à citação de Alexandre Herculano. Valoriza o município como tradição civilizacional, iniciada pelos romanos e transferida pelos portugueses para a América. Afirma que “inclinamo-nos a

¹⁴⁷ Torquato Brochado de Sousa Soares. *op. cit.*, vol. I, p. 87.

¹⁴⁸ Edmundo Zenha. *O município no Brasil*. São Paulo: I.P.E, 1948, p. 78.

¹⁴⁹ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 31.

admitir que a instituição dos homens-bons proceda da cúria romana municipal isto firmado pelo historiador português que, no entanto, procura explicá-la como oriunda de um costume godo – o *conventus publicus vicinorum*”¹⁵⁰.

A obra de Zenha, no entanto, teve outra recepção em Portugal. Em meio ao governo centralizador e unitário de António Salazar, intelectuais, como Virginia Rau e Marcelo Caetano impactaram a historiografia portuguesa, imprimindo a ideia de centralização precoce e corporativismo medieval como justificativa para o regime político da época.

Zenha representou não somente uma interpretação municipalista, que foi recuperada por autores posteriores ao Estado Novo português. Indicou, também, um ponto de contato entre as duas historiografias, pois permitiu uma influência da produção brasileira sobre a questão dos poderes locais na produção portuguesa.

A produção durante o Estado Novo português, intimamente ligada às Universidades portuguesas representou, nas interpretações de Ramada Curto, um “processo de institucionalização, em parte suscitado pelas sucessivas políticas comemorativas, [que] longe de ter criado as condições para a elaboração de um saber autónomo, sujeitou a produção historiográfica a agendas ou a conotações de natureza política”¹⁵¹.

Assim, a produção historiográfica sobre municípios e a discussão sobre poderes locais e centralização, iniciada por Herculano e Quental no século XIX, ficaria eclipsada pelos estudos sobre Idade Média, notadamente os referentes à formação do Estado português e estudos de tempos remotos sem vinculação aparente com o tempo presente, como forma legitimadora dos estatutos políticos do salazarismo.

Após 25 de abril de 1974 e com a instauração do regime democrático, retomam-se os estudos sobre poderes locais em Portugal. Discutem-se, no âmbito da reorganização dos poderes políticos pós Estado Novo, o papel dos concelhos e freguesias em uma nova realidade político-administrativa.

A obra de Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*, de 1986, é pioneira nessa nova formulação. Recuperando as ideias de democracia do poder municipal, apontadas por Edmundo Zenha, valorizam a autonomia dos concelhos como característica tradicional portuguesa. Refutam, dessa maneira, a ideologia corporativista construída e legitimada pelo salazarismo.

Definem os autores que

¹⁵⁰ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 89.

¹⁵¹ Diogo Ramada Curto. “A historiografia do Império português na década de 1960: formas de institucionalização de projecções” *História da Historiografia*. Ouro Preto: UFOP, n. 10, dez. 2012, p. 120.

logo após a invasão muçulmana os quadros político-religiosos e administrativo-militares ficaram desorganizados. Nobres e bispos refugiaram-se nas Astúrias, deixando os seus cargos e as suas terras sem chefias. Os trabalhadores rurais, esses não tinham capacidade de se adiantar ao infiel, esporeando um ginete em fuga. As florestas e matagais eram refúgio seguro nos momentos de maior sanha guerreira¹⁵².

A partir da Reconquista, na qual os populares tiveram importante papel, eles se organizaram e tiveram sua autonomia respeitada pelos reis e nobres. Dessa forma,

ao longo destes séculos IX, X e XI assistiremos, pois, ao desenvolvimento de múltiplos e diversos concelhos rurais, de vida simples e forte coesão interna, confinados aos limites de uma paróquia, que reforçava pelos laços religiosos a união comunitária, estruturalmente diferentes dos grandes concelhos urbanos, de complexa organização económica e administrativa¹⁵³.

A consolidação do Estado português reside, na interpretação de Coelho e Magalhães, no respeito às liberdades locais. Afirmam que

viver-se-ia, ainda, então, nos concelhos, por todo o século XII e primeira metade do seguinte, um pouco daquele espírito 'democrático' que Herculano sonhava. Mas só um pouco e em parte. O concelho revivido por aquele historiador é um mito. Nunca as comunidades foram igualitárias social e economicamente. Estruturalmente diferentes eram as cidades das aldeias, os concelhos urbanos dos rurais. Enquanto nos primeiros imperava uma dinâmica comercial e mercantil e quadros mentais racionais e práticos, uniformizadores até da vida urbana, nos últimos, muitos variáveis regionalmente, impunha-se o primado da terra e do calendário agrícola e desenvolviam-se as solidariedades colectivas, a par de uma ritualidade ancestral¹⁵⁴.

Tal panorama só iria mudar com o início do processo de centralização a partir do século XIV, tendo como ferramenta “a influência do direito justianeu e do corpo de juristas que gravitam na corte conduzem aos progressos da realeza. As leis gerais sobrepõem-se, em grande parte, aos costumes locais e a máquina da administração pública tenta burocratizar-se e reorganizar-se a partir do governo central, prolongando o poder soberano em todo o

¹⁵² Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães. *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*. Coimbra: CEFA, 2008, p. 16, [1ª edição, 1986].

¹⁵³ Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães. *op. cit.*, p. 17-18.

¹⁵⁴ Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães. *op. cit.*, p. 20-21.

reino”¹⁵⁵.

E para reforçar a centralização, fenômeno considerado como não tradicional na história portuguesa, os autores apontam “a presença do monarca absoluto [que] manifesta-se nessa expressão de um poder territorialmente confinado em termos de *Mando*, ou seja, da eficácia do *Poder* em exercício. As finanças públicas assentam sobretudo no que vem do Ultramar e entra pela Casa da Índia-Paço da Ribeira. O País conta pouco e as sisas são mesmo encabeçadas definitivamente em 1564”¹⁵⁶.

Dessa forma, para valorizarem os poderes locais e combater a ideia de centralização, que no momento representava os ideais do então deposto Estado Novo, Coelho e Magalhães optaram por seguir as ideias formuladas por Antero de Quental. Reforçaram, pois, o aspecto centralizador da monarquia na Época Moderna como causa da decadência de Portugal e, ainda mais, a centralização salazarista do século XX como continuidade e agravamento desse elemento prejudicial à sociedade portuguesa.

Para tanto, é fundamental para tal interpretação a passagem de Antero de Quental no qual afirma que “no século XVI tudo isso mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais”¹⁵⁷.

António Manuel Hespanha, em sua tese de doutoramento *As vésperas do Leviathan*, de 1986, apresenta uma interpretação diversa no que toca a discussão sobre o poder local em Portugal moderno. Afirma que “o objectivo deste estudo é colocar de novo – aspira o autor que também em termos novos... – a questão do advento em Portugal desse sistema de poder a que é costume chamar o 'Estado moderno'. Ou, ditas as coisas mais chãmente, voltar àquilo que a nossa historiografia tem designado, pelo menos desde os inícios do século passado, por questão da 'centralização do poder’”¹⁵⁸.

Apresenta também que a discussão sobre a temática envolve posicionamentos políticos de seus autores, posturas essas que nem sempre são claramente explicitadas. Apresenta que a centralização “tema – aqui como lá fora – tão pouco virgem quanto inocente. Sobrecarregado de subentendidos, que aos historiadores foram inculcados pelas dúvidas e polémicas do seu tempo, acerca do poder e da sua organização, mas, também, sobrecarregado de recados, com os quais os historiadores pensavam poder aclarar estas dúvidas e decidir

¹⁵⁵ Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães. *op. cit.*, p. 24.

¹⁵⁶ Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães. *op. cit.*, p. 47.

¹⁵⁷ Antero de Quental. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Padrões Culturais, 2010, p. 32, [1ª edição, 1871].

¹⁵⁸ António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Lisboa: AMH, 1986, tese de doutoramento, FCSH-UNL, vol. 1, p. 7.

essas polémicas”¹⁵⁹.

Para Hespanha, o debate historiográfico sobre centralização do Estado português é

um terreno de santas e variadas alianças. Desde os tradicionalistas – a chorar o fim das liberdades corporativas e concelhias – até aos jacobinos – exaltando a epopeia da desfeudalização – passando pelos que saudam a obra de construção do Estado, quase todos estão de acordo em que a tragédia ou epopeia começou cedo entre nós¹⁶⁰.

Foca sua crítica à historiografia recente sobre o tema quando essa adota uma postura escatológica, como se os elementos do Estado medieval fossem anúncios ou embriões do Estado centralizador moderno. E, associados a componentes político-ideológicos conjunturais, torna-se essa produção historiográfica extremamente prejudicial à compreensão dos elementos político-administrativos tais como eram.

Faz críticas também à interferência das posições político-partidárias na eleição de temas de estudo e de como essas influenciaram sua composição. Aponta que, para muitos historiadores, “a Coroa é a forma larval da soberania estatal; as assembleias de estados, a antecipação dos parlamentos; as comunas, os antecedentes da administração periférica delgada; os senhorios, o eterno elemento egoísta que o Estado deve dominar e subordinar ao interesse geral”¹⁶¹.

Apresenta, portanto, que na discussão historiográfica portuguesa,

a questão dos equilíbrios do sistema de poder na época moderna tem-se arrumado em torno dos tópicos do 'absolutismo' e da 'centralização do poder', tópicos tanto um quanto o outro, muito marcados pelos contextos políticos em que surgiram – no primeiro, o contexto da discussão sobre a natureza do regime, dos finais do século XVIII – inícios do século XIX; no segundo, a polémica sobre os modelos de organização do Estado dos meados do século passado¹⁶².

Ignora, contudo, que inclusive sua posição de criticar influências político-partidárias de historiadores, acaba por ser uma interferência também na sua escolha de objetos de análise. Ao negar a centralização do Estado português e definir a constelação de poderes, especialmente quando afirma que “em vez de monopolizado por um centro único (embora

¹⁵⁹ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 7.

¹⁶⁰ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 7.

¹⁶¹ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 20.

¹⁶² António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 32.

este o pudesse exercer de uma forma desconcentrada), o poder político aparecia disperso por uma constelação de polos relativamente autónomos, cuja unidade era mantida; mais no plano simbólico do que no plano efectivo, pela referência a uma 'cabeça' única”¹⁶³, Hespanha valoriza a composição de poderes como característica do Estado moderno.

Com isso, afirma que, opondo-se à historiografia tradicional ligada ao Estado Novo e que valorizava um Estado forte, quando foca nos elementos dispersos de poder, Hespanha adota uma posição política que conclui que Portugal, tradicionalmente, foi democrático (no sentido da não concentração de poderes).

Refuta a ideia de Antero de Quental ao definir que “o próprio brilho que a visão municipalista de Herculano emprestara aos concelhos na sua época áurea terá feito com que a organização municipal da época moderna tenha parecido mesquinha e apagada”¹⁶⁴, mas não se opõe completamente à tese de poderes democráticos. Difere de alguns elementos, notadamente da oposição entre Estado centralizado e poderes municipais outrora autónomos e, com o passar do tempo foram alijados de suas prerrogativas em um processo de centralização.

Para Hespanha, esse embate entre poderes centrais e locais não ocorreu, pois interpreta que o Estado português, desde as origens, nunca foi de fato centralizado. Essa análise, por mais que o autor sublime, tem fortes conotações políticas, pois isola o salazarismo e o Estado Novo como momentos anómalos na história de Portugal.

Historiografia sobre poderes locais no Brasil

Conforme analisamos anteriormente, a historiografia portuguesa sobre poderes locais foi fortemente influenciada pela discussão dos embates entre centralização e descentralização. Tal debate se deu, principalmente, como causa e consequência de fenômenos políticos contemporâneos aos autores abordados.

Para a historiografia brasileira, não foi de outro modo. O contexto político também influenciou a produção sobre poderes locais. No entanto, há uma diferença que cabe assinalar. Enquanto que Portugal não discutia sobre suas prerrogativas de formação, visto que se estabelece no atual território e o mantém praticamente o mesmo até os dias atuais, no Brasil essa questão não foi tão simples.

Após a Independência de Brasil, coube à nova nação a elaboração de uma história

¹⁶³ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 385.

¹⁶⁴ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 39.

nacional que justificasse sua existência enquanto país autônomo. Foi no século XIX que são construídas as grandes Histórias do Brasil.

Destacam-se, nesse contexto, as obras de Von Martius *Como escrever a História do Brasil* e Varnhagen *História geral do Brasil*.

As duas obras têm em comum a necessidade de firmar as bases para uma história nacional. Von Martius, naturalista de origem germânica, foca na constituição do país como somatória das três “raças”: europeia, africana e indígena¹⁶⁵. Varnhagen, por sua vez, através de ampla pesquisa documental no Brasil e exterior, define as bases do discurso histórico nacional.

Essa busca de Varnhagen tem relação com sua própria trajetória. Filho de estrangeiro, nascido em Sorocaba mas com carreira em Portugal, torna-se brasileiro por naturalização¹⁶⁶. A relação entre a busca de uma identidade para si e com a construção de uma identidade para o Brasil é destacada por Temístocles Cézar.

Afirma que “o mesmo cuidado em atribuir um sentido à história da nação, seu passado, presente e futuro, ele tem consigo. A história é um instrumento desse duplo reconhecimento. Com ela se conhece, se compreende. Com ela, Varnhagen prova sua nacionalidade e a do próprio país”¹⁶⁷.

Dessa forma, as construções de histórias nacionais, necessárias para a fundamentação do Brasil como país independente, iriam ofuscar quaisquer esforços de reflexão sobre os poderes locais. Inclusive Cézar aponta o papel de preponderância de Varnhagen e, por consequência, seu modelo de história nacional. Destaca que “Varnhagen passa a desempenhar para a história do Brasil o mesmo papel que Cícero atribuiu a Heródoto em relação à história: pai. A historiografia do fim do século XX, quer dizer, a historiografia acadêmica, não se preocupou muito em desmentir ou desqualificar essa analogia”¹⁶⁸.

A primeira obra a tratar dos poderes locais no Brasil, notadamente a história das câmaras municipais, foi *Câmaras municipais (histórico)* de João Cortines Laxe. Publicada em 1868, teve uma 2ª edição em 1885.

Nessa obra, Cortines Laxe aponta a importância que as câmaras municipais tiveram, principalmente na colônia. Afirma que “não eram as antigas municipalidades portuguesas corporações meramente administrativas; cabia-lhes também grande parte de influência nos

¹⁶⁵ Karl F. Von Martius. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista de Historia da América*, n. 42, dec 1956, p. 433-458.

¹⁶⁶ Temístocles Cézar. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência” *Topoi*, vol. 8, n. 15, jul-dez 2007, p. 193.

¹⁶⁷ Temístocles Cézar. *op. cit.*, p. 188.

¹⁶⁸ Temístocles Cézar. *op. cit.*, p. 192.

negócios gerais do Estado”¹⁶⁹.

A autonomia dessas é apresentada por Laxe como consequência da distância entre os municípios e o Reino. Mas também, “pequenos Estados no Estado, repúblicas independentes sob o protetorado do rei, não esperavam que este lhes fizesse respeitar os foros, mas desagravam-se quando se sentiam ofendidos, pelo direito de resistência armada que se arrogavam”¹⁷⁰.

No período colonial, “gozavam os oficiais das câmaras municipais de importantes privilégios: tais como o de não poderem ser presos, processados ou suspensos senão por ordem régia, ou do tribunal que os confirmava; não podendo também as câmaras ser citadas sem provisão do desembargo do paço”¹⁷¹.

Essa situação de autonomia iria ser alterada pela Lei de 1º de outubro de 1828 e pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Com essas novas leis, foram as câmaras municipais

reduzidas as corporações meramente administrativas e, tendo, como era natural, perdido parte de sua importância pelo estabelecimento do regime constitucional representativo, que consigo trouxe o parlamento, os conselhos de províncias e a liberdade de imprensa, podiam todavia as câmaras municipais prestar valiosos serviços aos municípios sob o império da Lei de 1º de outubro, se a isso não tivessem apostado a deficiência de rendas, fora de toda a proporção com as dificuldades que lhe foram atribuídas, e o antagonismo entre as municipalidades e o governo, herança, em parte, dos tempos passados¹⁷².

João Batista Cortines Laxe escreve o histórico das câmaras municipais brasileiras como forma de compreender as leis de 1828 e 1834. Sobre sua trajetória, Brasil Bandecchi, em prefácio da edição de 1963 de *Câmaras municipais (histórico)*, destaca que Laxe,

vereador no município de Rio Bonito, ali, ele próprio o declara, era 'frequentemente consultado por mais de uma das câmaras da comarca' onde residia, sobre seus direitos e deveres, o que lhe deu ensejo de conhecer problemas e dificuldades que enfrentavam os edis e os empregados municipais no exercício de suas atribuições legislativas, gerais e provinciais, que regulamentam, revogam e alteram a Lei de 1º de outubro de 1828; disposições essas que certamente difíceis de serem conhecidas, por se

¹⁶⁹ João Batista Cortines Laxe. *Câmaras municipais (histórico)*. São Paulo: Obelisco, 1963, p. 23-24, [1ª edição, 1868, 2ª edição, 1885].

¹⁷⁰ João Batista Cortines Laxe. *op. cit.*, p. 25.

¹⁷¹ João Batista Cortines Laxe. *op. cit.*, p. 34.

¹⁷² João Batista Cortines Laxe. *op. cit.*, p. 34-35.

acharem dispersas em volumosas coleções¹⁷³.

Sendo vereador e, ao escrever um histórico das câmaras no período anterior às suas reformulações, é compreensível que Laxe trate o período colonial como um bloco único, e indica como principal característica a preservação da autonomia dos municípios frente a poderes centrais e regionais.

Diante dessa situação, Laxe defende que “dotadas convenientemente as câmaras municipais, cumpre erguê-las a seus próprios olhos e aos de seus munícipes, dando-lhes mais independência, mais liberdade de ação, mais prestígio e força moral”¹⁷⁴.

Essa obra, com evidente conotação política de abordar o passado colonial de forma idealizada, influenciou trabalhos posteriores sobre poderes locais no Brasil, contrastando com as obras gerais que pensam o Brasil como um todo e privilegiam a abordagem nacional em detrimento do local e que definem em boa parte o debate sobre o assunto na historiografia do século XX.

Capistrano de Abreu nos seus *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, publicados em 1907, destaca-se por apresentar o sertão como parte importante da história do Brasil.

Em relação aos poderes locais, não confere quaisquer destaques, abordando-os, tanto na colônia quando no Reino, como um bloco indistinto. Afirma que “as câmaras do sertão não divergiam das do litoral, isto é, possuíam direito de petição, podiam taxar os gêneros de produção local, davam os juizes ordinários, mas eram antes de tudo corporações meramente administrativas”¹⁷⁵.

Assim, “nada confirma a onipotência das câmaras municipais descoberta por João Francisco Lisboa, e repetida à porfia por que não se deu ao trabalho de recorrer às fontes”¹⁷⁶.

Na 5ª edição de *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, José Honório Rodrigues, nas suas anotações da obra, destaca que

em 1917 Capistrano de Abreu escrevia a João Lúcio de Azevedo que 'em São Paulo começaram a publicar as atas da Câmara. Já estão fora 11 volumes de que pouco há que extrair. Cada vez me convenço mais que João Francisco Lisboa falseou a história dando-lhes uma importância que nunca

¹⁷³ Brasil Bandecchi. “Prefácio” In João Batista Cortines Laxe. *Câmaras municipais (histórico)*. São Paulo: Obelisco, 1963, p. 6.

¹⁷⁴ João Batista Cortines Laxe. *op. cit.*, p. 44.

¹⁷⁵ João Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 5ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1969, p. 168, [1ª edição, 1907].

¹⁷⁶ João Capistrano de Abreu. *op. cit.*, p. 168.

possuíram as municipalidades' (carta de 25 de janeiro de 1917)¹⁷⁷.

Ainda sobre essa questão, José Honório aponta que “Edmundo Zenha, diante destas atas se permitiu outras conclusões, afirmando que 'atualmente é mais fácil andar certo exagerando com João Francisco Lisboa do que duvidando ou negando com Capistrano de Abreu' cf. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo, Ipê, 1948, p. 32-37”¹⁷⁸.

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, lança uma nova abordagem na historiografia sobre poderes locais. No capítulo “O semeador e o ladrilhador” estabelece comparações entre a mentalidade portuguesa e espanhola no Novo Mundo.

Apesar de não tratar diretamente da temática de poderes locais, Buarque de Holanda valoriza as cidades como objeto de análise para compreender a formação do Brasil. Apresenta que

já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América Espanhola, denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste, é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo, impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta¹⁷⁹.

Já para a cidade construída pelos portugueses “não é produto mental, [não chega] a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo’”¹⁸⁰.

Conforme podemos observar, Holanda objetiva em na sua obra, a compreensão do Brasil. Isso é evidente ao apresentar que “a rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim”¹⁸¹.

Assim, a abordagem dos modelos de urbanização português e espanhol influenciou fortemente a historiografia sobre urbanização no Brasil pois consideramos essa comparação como um elemento argumentativo na obra de Sérgio Buarque. Longe de estabelecer um

¹⁷⁷ José Honório Rodrigues. “Notas” In João Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 5ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1969, p. 261.

¹⁷⁸ José Honório Rodrigues. *op. cit.*, p. 261.

¹⁷⁹ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 96.

¹⁸⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 110.

¹⁸¹ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 96.

modelo para o entendimento da urbanização nas Américas, o autor pretendia compreender melhor os fatores estruturantes do Brasil.

Caio Prado Jr em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, objetiva, tal como Buarque, compreender o Brasil através de sua formação histórica. Opta pela análise econômica ao buscar o “sentido” da colonização portuguesa nas Américas.

Apresenta que “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”¹⁸².

Logo, a chave para compreender o Brasil está no seu papel no contexto da economia-mundo. Seu sentido e identidade se dão não por fatores internos, mas a partir do seu conjunto de relações externas. Dessa forma, segundo Caio Prado, “é este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”¹⁸³.

Caio Prado analisa a formação do Brasil a partir de seu sentido econômico. No entanto, trata em um capítulo da administração colonial portuguesa. Afirma que

o que é interessa é que no momento que nos ocupa, a administração portuguesa, e com ela a da colônia, orientava-se por princípios diversos, em que aquelas noções [do Estado contemporâneo] não têm lugar. O Estado aparece como unidade inteira que funciona num todo único, e abrange o indivíduo, conjuntamente, em todos seus aspectos e manifestações¹⁸⁴.

Em relação às câmaras municipais, afirma que “no sistema administrativo da colônia, já o assinalei, não existiam administrações distintas e paralelas, cada uma com esfera própria de atribuições: uma geral, outra local. A administração é uma só e ver-se-á, pelo desenvolvimento do assunto, que são tanto de ordem geral como local. Elas funcionam efetivamente como órgãos inferiores de administração geral das capitanias”¹⁸⁵.

Dessa forma conclui que “é sempre difícil precisar o que é da competência privativa da Câmara. Em todos os seus negócios vemos a intervenção de outras autoridades, sobrepondo-se a ela ou correndo-lhe parelhas [...] O governador também se imiscui nos

¹⁸² Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 31.

¹⁸³ Caio Prado Jr.. *op. cit.*, p. 31.

¹⁸⁴ Caio Prado Jr.. *op. cit.*, p. 299.

¹⁸⁵ Caio Prado Jr.. *op. cit.*, p. 314.

assuntos municipais”¹⁸⁶.

A administração colonial é apresentada como responsável pelos problemas da burocracia contemporânea. Caio Prado Jr escreve no contexto das reformas da administração pública empreendidas no governo Vargas através do Departamento Administrativo do Serviço Público¹⁸⁷. A partir dessa discussão, adverte o leitor de sua obra que “devemos abordar a análise da administração colonial com o espírito preparado para toda sorte de incongruências. E sobretudo, não procurar nela esta ordem e harmonia arquitetônica das instituições que observamos na administração moderna, e que em vão se tentará projetar num passado caótico por natureza”¹⁸⁸.

Em 1944, Pierre Deffontaines publica *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades* no *Boletim Geográfico*. Escrito no contexto de intensificação do processo de urbanização do Brasil, ele aponta que “a cidade nasceu antes de uma necessidade da vida social, necessidade de se tornar à sociedade, de romper a monotonia do sertão; o sertanejo vem à cidade como o nômade vem ao oásis. A aglomeração aparece como reação contra o isolamento”¹⁸⁹.

Caracteriza o processo de criação de novas vilas destacando a proeminência da função religiosa em relação à política. Para Deffontaines, “em geral é um fazendeiro ou uma reunião de fazendeiros vizinhos que faz a doação do território; ele o constitui em patrimônio, patrimônio oferecido à igreja ou antes ao santo ao qual será dedicado o novo burgo e do qual ele levará o nome. O ato é redigido em nome do santo, o bispo assina no seu lugar e sítio”¹⁹⁰.

Assim, “este curioso processo de fundação de cidades era empregado desde muito tempo no Brasil, onde se vê funcionar já desde no século XVII”¹⁹¹.

Apesar de apresentar o conceito de rede urbana e concebê-la de forma global no processo de urbanização brasileiro¹⁹², Deffontaines ignora os processos político-administrativos na criação dos municípios. Escrito na década de 1940, o texto é fortemente influenciado pelo seu contexto, seja pelas grandes sínteses que visam compreender o Brasil como *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr, seja com o panorama centralizador do Estado Novo brasileiro e sua aplicação do modelo unitário de Estado.

¹⁸⁶ Caio Prado Jr. *op. cit.*, p. 317.

¹⁸⁷ Departamento criado pelo decreto-lei nº 579 de 30 de julho de 1938. Para um debate sobre a concepção do passado colonial construído pelo DASP, ver Fernando V. Aguiar Ribeiro. “O passado colonial visto pelo DASP: A História Administrativa do Brasil” *XXV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Fortaleza 2009.

¹⁸⁸ Caio Prado Jr. *op. cit.*, p. 301.

¹⁸⁹ Pierre Deffontaines. “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n. 14-15, 1944, p. 17.

¹⁹⁰ Pierre Deffontaines. *op. cit.*, p. 18.

¹⁹¹ Pierre Deffontaines. *op. cit.*, p. 21.

¹⁹² Pierre Deffontaines. *op. cit.*, p. 33.

Plínio Salgado em *Como nasceram as cidades no Brasil*, de 1946, retoma a visão idealizada de Alexandre Herculano, mas a tempera com uma interpretação cristã e conservadora. Apresenta que a criação de cidades deve-se ao “gênio lusíada. [Pois] é o espírito dos fundadores de um grande Império, cujo segredo se encontra nas raízes romanas e cristãs de que provém”¹⁹³.

Afirma que “a formação das cidades brasileiras, desde o século XVI até aos nossos dias, condiciona-se ao concurso de circunstâncias, que poderemos resumir em três ciclos distintos: 1) descobrimento e catequese; 2) mineração e entradas no sertão; 3) iniciação e desenvolvimento agrícola comercial e industrial”¹⁹⁴.

Destaca o papel dos bandeirantes no processo de fundação de novos municípios. Para Plínio Salgado “é a marcha para a conquista do imenso território. Durante todo o século XVI, no planalto de Piratininga, nasceram novas gerações adaptadas ao meio físico”¹⁹⁵. E assim, de “tão grande pobreza criou no paulista o sentido do desapego ao conforto, aos bens de fortuna ligados ao sedentarismo de uma fixação indefinida à terra natal. Quem é pobre é livre. Quem é livre pode andar, correr terras, sonhar sonhos altos e viver por eles”¹⁹⁶.

Caracteriza que os bandeirantes “são todos plantadores de cidades”¹⁹⁷ e “por onde passavam, nasciam cidades”¹⁹⁸. Associa, portanto, a fundação de novos municípios, à ação dos bandeirantes.

Dá ênfase, também, ao papel da Igreja e do catolicismo na formação do Brasil. Conclui que

em cada cidade do Brasil canta o signo de uma igreja; em cada igreja está presente Aquele que penetrou a floresta na palavra dos missionários das brenhas selváticas; e, estando em cada igreja, está em cada um dos lares da Pátria, assim como no íntimo de todos os corações. Sustentar o seu Nome, e o seu Ensino, e viver segundo o seu Espírito, é sustentar a tradição lusíada e nacional brasileira, a honra da Nação e as suas próprias prerrogativas de soberania¹⁹⁹.

Em 1948, Edmundo Zenha publica *O município no Brasil (1532-1700)*, que é até hoje, o mais completo esforço na abordagem da história dos poderes locais no Brasil. A obra

¹⁹³ Plínio Salgado. *Como nasceram as cidades no Brasil*. São Paulo: Voz do Oeste, 1978, p. 20, [1ª edição, 1946].

¹⁹⁴ Plínio Salgado. *op. cit.*, p. 13.

¹⁹⁵ Plínio Salgado. *op. cit.*, p. 93.

¹⁹⁶ Plínio Salgado. *op. cit.*, p. 97.

¹⁹⁷ Plínio Salgado. *op. cit.*, p. 101.

¹⁹⁸ Plínio Salgado. *op. cit.*, p. 105.

¹⁹⁹ Plínio Salgado. *op. cit.*, p. 165.

abrange desde as origens romanas dos municípios portugueses até a lei de 1º de outubro de 1828, que retirou atribuições da instância administrativa dos municípios.

Para Zenha, o município de origem romana possuía autonomia, ao destacar que

a concessão das vantagens municipais tomou com o tempo um sentido honorificante e as cidades das regiões conquistadas procuravam obter os direitos decorrentes daquele estado suportando, em troca, o ônus de muitos deveres que cada vez mais foram se acrescentando. Roma, aliás, procurava emprestar um alto cunho de dignidade ao predicamento de município cuja concessão lisonjeava sempre os habitantes das cidades vencidas²⁰⁰.

Afirma, portanto, que “na Península Ibérica o município gozara sempre de grande favor popular e era aí onde ele se apresentava em maior número e grande vivacidade”²⁰¹.

Concorda com Alexandre Herculano ao escrever que “um município, provido de foral, que era seu ato constitutivo e sua carta de garantias, tornava-se um conjunto estimado e reclamado sempre que possível pelos moradores de uma região, pois os benefícios que dele advinham não eram poucos”²⁰².

Com a colonização do Brasil, foram transplantadas as câmaras municipais. Zenha destaca que “no Brasil colonial a função do município foi a mais larga, seguida pela função judiciária que teve aqui vasto ambiente”²⁰³.

Conforme podemos observar, a argumentação de Zenha baseia-se nas formulações de origem romana dos municípios estabelecidas por Herculano. Publica sua obra no contexto do fim do Estado Novo varguista, promulgação da Constituição de 1946 e estabelecimento da democracia.

Cabe ressaltar que após a vigência do Estado unitário, a Constituição de 1946, através de seu artigo 28, define que “a autonomia dos Municípios será assegurada: I – pela eleição do Prefeito e dos Vereadores; II – pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente, a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas; b) à organização dos serviços públicos locais”²⁰⁴.

Esse contexto de retomada da autonomia administrativa no contexto da democratização brasileira de 1946 certamente foi o que atraiu a obra de Zenha para o debate historiográfico português sobre poderes locais após a Revolução dos Cravos de 1974. Zenha

²⁰⁰ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 9.

²⁰¹ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 11.

²⁰² Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 13.

²⁰³ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 29.

²⁰⁴ Brasil. *Constituição de 1946*, art. 28.

adquire, portanto, papel de convergência entre os dois debates historiográficos, brasileiro e português, no século XX.

Por fim, Zenha, ao tratar das prerrogativas dos municípios no Brasil, retoma as formulações apresentadas por João Batista Cortines Laxe. Afirma que “a lei de 1º de outubro de 1828 foi o golpe de misericórdia sobre a velha agremiação [municipal]. A fim de evitar qualquer dúvida, seu art. 24, declarava, expressamente: 'As câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa’”²⁰⁵.

Aroldo de Azevedo retoma a abordagem espacial sobre poderes locais iniciada por Pierre Deffontaines. Em *Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia retrospectiva*, de 1956, apresentava que “no século XVII, o panorama urbano do Brasil não sofreu alterações substanciais, se bem que um número avultado de vilas passasse a figurar ao lado das 14 quinhentistas”²⁰⁶.

Destaca o papel da conquista dos sertões para a instalação de novas vilas, pois “São Paulo deixou de ser a única vila planaltina; novos aglomerados surgiram na planície do médio Paraíba do Sul, na rota geralmente preferida pelos bandeirantes que demandavam as 'Minas Gerais dos Cataguás', como também atingiram a zona dos campos da Depressão Paleozóica [...] e o planalto de Curitiba”²⁰⁷.

Conclui que a urbanização do Brasil não é fato recente, pois remonta o final do período colonial e início do século XIX. Afirma que, “nos primeiros 22 anos do século XIX, que podemos considerar a derradeira etapa do período colonial, fez-se mais, no que concerne à urbanização, do que em todo o século XVII; duas novas cidades e 44 vilas novas surgiram no panorama urbano do Brasil”²⁰⁸.

Nelson Omegna, com *A cidade colonial*, de 1961, retoma a valorização dos municípios no Brasil colonial. De maneira idealizada, apresenta a cidade como estrutura que

resiste aos decretos, como um produto que surge da interação de forças naturais. Quando as ordens d'El Rei ou as decisões do Senado da Câmara contrariam as leis permanentes, que presidem a natural evolução urbana, ficam sendo letra morta e a cidade prossegue na sua estruturação, pelo determinismo das forças sociais que nela latejam e vivem²⁰⁹.

²⁰⁵ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 172.

²⁰⁶ Aroldo de Azevedo. “Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva”. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 208, 1956, p. 22.

²⁰⁷ Aroldo de Azevedo. *op. cit.*, p. 23-25.

²⁰⁸ Aroldo de Azevedo. *op. cit.*, p. 55.

²⁰⁹ Nelson Omegna. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961, p. 6.

Defende que, no Brasil, ao contrário da Europa, sob terreno fértil, pode o município desenvolver-se. Assim, “a distância, a pobreza e o isolamento, em que viviam, impuseram aos pequenos povoadores a necessidade do auto-governo”²¹⁰. Dessa forma, “a tradição municipalista do colono, se bem que interrompida na Metrópole com o Renascimento das letras jurídicas romanas, fonte do Absolutismo cesarista, achou aqui, campo propício a se revitalizou”²¹¹.

Em 1968 Nestor Goulart Reis Filho defende o doutoramento *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)* no qual aponta que “os poucos autores que se haviam ocupado dos problemas urbanos no Brasil, em sua maior parte, situavam a formação e evolução urbanas, nos primeiros séculos, como obras do acaso”²¹².

Defende, portanto, que “a regularidade com que certos elementos se repetem em novas vilas e cidades, em condições determinadas, exigia, pelo menos, que se abandonasse a ideia de um fenômeno aleatório e forçava a aceitação, também para as formações brasileiras, de algumas formas de condicionamento”²¹³.

Introduz Nestor Goulart o conceito de *rede urbana* nos estudos sobre história da urbanização²¹⁴. Para tanto, afirma que “sendo o fato urbano uma decorrência direta do processo de urbanização, seu estudo deve formar como ponto de partida a *rede urbana*, que é o conjunto das respostas às solicitações do processo”²¹⁵. Dessa forma, “a significação dos núcleos ou de suas partes só pode ser compreendida quando referida ao contexto mais amplo, que é a rede”²¹⁶.

Assim, a partir dessa formulação, “a rede urbana brasileira tinha, pois, uma situação econômica peculiar. Em princípio, todos os núcleos tinham como objetivo a criação de condições para implementação de uma economia de exportação mas, nos núcleos menores, cuja população era constituída apenas por colonos, essa tendência era quase exclusiva”²¹⁷.

Nestor Goulart retoma elementos presentes na obra de Caio Prado Jr., tais como o papel estruturante da economia, tanto na colonização como na urbanização e a abordagem mais global dos processos, ignorando em parte os poderes locais.

²¹⁰ Nelson Omegna. *op. cit.*, p. 37.

²¹¹ Nelson Omegna. *op. cit.*, p. 37.

²¹² Nestor Goulart Reis Filho. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Edusp; Pioneira, 1968, p. 16.

²¹³ Nestor Goulart Reis Filho. *op. cit.*, p. 16.

²¹⁴ O conceito de rede urbana é formulado, inicialmente, por Pedro Pinchas Geiger em *Evolução histórica da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1963. Baseia-se nas interpretações de Aroldo de Azevedo e Pierre Deffontaines.

²¹⁵ Nestor Goulart Reis Filho. *op. cit.*, p. 68.

²¹⁶ Nestor Goulart Reis Filho. *op. cit.*, p. 78.

²¹⁷ Nestor Goulart Reis Filho. *op. cit.*, p. 93.

Tal visão é demonstrada quando Nestor Goulart defende que a regularidade nos traçados urbanos se deu por ações do poder central. Apresenta que “a época do descobrimento do Brasil, as tendências geometrizantes estavam sendo adotadas em quase todas as experiências urbanísticas europeias e seria por esses princípios que se orientaria o urbanismo colonial posto em prática com a expansão colonial”²¹⁸.

Em relação aos poderes locais, os aborda em consonância com o projeto colonial. Conclui que “os centros urbanos representavam uma justiça, uma ordem, um conjunto de instituições, aos quais se ligavam os colonos, por suas origens, por sua situação social. Essa identificação era fundamental para a sobrevivência do sistema colonial, tanto no que se refere aos interesses da Coroa, como no que se refere aos interesses do colono nesse processo”²¹⁹.

Em obra mais específica sobre poderes locais temos *O município no Brasil e sua função política* de Brasil Bandecchi. Nesse trabalho de 1972, o autor destaca o papel democrático das câmaras municipais brasileiras, ao afirmar que essas, “oriundas do voto local, representantes legítimas das forças sociais atuantes, eram naquele instante [o processo de Independência] os mais respeitáveis órgãos de opinião pública, se não os únicos”²²⁰.

O caráter democrático do poder local se daria por conta do seu processo eleitoral pois, para Bandecchi, “o que também deu muita força ao espírito democrático das Câmaras, principalmente, foram a forma de eleição, seu entendimento direto com o Reino, sem intermediários portanto, e o envio de procuradores às Cortes”²²¹.

Destaca, em sua obra, o papel de relevância das câmaras no processo de Independência, visto que, “no momento em que o Brasil devia constituir-se em nação independente, a única unidade política estruturada e representativa era o município”²²². Por isso, “em toda a luta da Independência, a presença das Câmaras foi marcante e vanguardeira. Não há episódio notável que as Câmaras não tomem atitude decisiva ou a sua própria iniciativa”²²³.

Esse papel de proeminência política teria sido ofuscado pelo federalismo e pela estruturação do Brasil como nação independente. Retomando Cortines Laxe e Edmundo Zenha, aborda a lei de 1828 e o Ato Adicional de 1834 como responsáveis pela limitação das prerrogativas camarárias.

²¹⁸ Nestor Goulart Reis Filho. *op. cit.*, p. 128.

²¹⁹ Nestor Goulart Reis Filho. *op. cit.*, p. 100.

²²⁰ Brasil Bandecchi. “*O município no Brasil e sua função política*”. *Revista de História*. São Paulo, n. 90, 1972, p. 497.

²²¹ Brasil Bandecchi. *op. cit.*, p. 516.

²²² Brasil Bandecchi. “*O município no Brasil e sua função política*”. *Revista de História*. São Paulo, n. 92, 1972, p. 479.

²²³ Brasil Bandecchi. *op. cit.*, p. 475.

No entanto, difere dos autores predecessores por contextualizar melhor essas alterações no contexto de organização político-administrativa do Estado brasileiro. Afirma que “parece paradoxal esta afirmação de que a influência federalista, no Brasil, veio enfraquecer e contrariar a autonomia da administração local. E mais paradoxal ainda, pode parecer à primeira vista, que a autonomia municipal brasileira se desenvolveu em pleno absolutismo monárquico”²²⁴.

Conclui, portanto, que “está, porém, evidenciado que o espírito federalista, no Brasil, tinha os olhos voltados para a província do que para o município e que no Absolutismo Monárquico eram as Câmaras os únicos órgãos de representação popular e nelas, muitas vezes, os reis encontraram o apoio necessário para lutar contra o alto clero e a nobreza, raízes de sua autonomia”²²⁵.

Murillo Marx, em *Cidade no Brasil, terra de quem?*, de 1991, ressalta a importância dos poderes religiosos na forma e, principalmente, no processo de criação de novas vilas. Destaca que “as implicações urbanísticas desse fato [relação Estado e Igreja] podem ser decisivas, pois às vagas determinações civis contrapunham-se recomendações expressas do clero que interferiam no desenho urbano”²²⁶.

A fundação de novas vilas se daria através do surgimento de um aglomerado de população. Para Marx, “a criação de uma vila – ou, muito raramente entre nós, de uma cidade – estava por certo condicionada à ocupação anterior na região do novo município que a teria como sede”²²⁷.

Inova ao apontar a importância do elemento religioso no ambiente urbano colonial, pois “o costume de se destacar o templo na paisagem transcendia, por isso, uma questão de lógica, uma força da tradição, uma vontade plástica. Obedecia, na verdade, a uma legislação clara a ser cumprida”²²⁸.

Assim, a criação de novas vilas se dá através da doação de uma gleba de terra como sesmária da igreja. Atraindo pessoas para essas terras, teríamos o embrião de um novo município. Com isso,

consequentemente, implicava a concessão de uma gleba considerável de uma sesmária para a entidade [vila] que surgia, gleba que, à diferença das

²²⁴ Brasil Bandecchi. “O município no Brasil e sua função política”. *Revista de História*. São Paulo, n. 93, 1972, p. 123.

²²⁵ Brasil Bandecchi. *op. cit.*, p. 123.

²²⁶ Murillo Marx. *Cidade no Brasil, terra de quem?*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991, p. 11.

²²⁷ Murillo Marx. *op. cit.*, p. 67.

²²⁸ Murillo Marx. *op. cit.*, p. 22.

sesmarias, entretanto, seria para eventual rendimento da municipalidade e gozo comum, afeita a outras exigências. Daí, por ser de uso coletivo, o nome logradouro público que frequentemente se dava ao rossio²²⁹.

Murillo Marx, ao demonstrar a importância do elemento religioso na formação das vilas, seja no processo de doação da gleba ao santo, quanto no destaque atribuído aos templos na composição urbana, ignora o elemento político. Descreve o processo inicial da formação de aglomerados, mas não aborda como esses são elevados à condição de municípios e por que outros continuam como freguesia ou distritos de uma vila.

Maria Fernanda Bicalho, em *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, de 2003, apresenta outras interpretações à questão da criação de novas vilas. Afirma que,

no caso da América portuguesa, embora cidades novas e detentoras de uma outra especificidade em relação às existentes na metrópole ou às erigidas ou conquistadas ao longo das demais possessões ultramarinas, para compreendermos essa mesma especificidade é necessário analisarmos sua função política, econômica e estratégica no seio do Império: ponto de partida para a colonização e centro nevrálgico para a consolidação do território e do domínio luso no além-mar²³⁰.

Destaca, portanto, a necessidade de compreendermos o fenômeno dos poderes locais não somente no aspecto espacial, mas, principalmente, no que toca a política, administração e economia. Além disso, ressalta a importância de pensarmos as cidades coloniais brasileiras inseridas no Império português. Para Bicalho, “é impossível dar conta de uma análise da cidade – que, apesar de colonial, tem muito do que poderíamos chamar de luso-brasileira – sem admitir que toda uma série de mecanismos políticos, jurídicos, administrativos, fiscais e militares do reino foram transladados para o ultramar”²³¹.

Representa o trabalho de Maria Fernanda Bicalho uma reaproximação com a historiografia portuguesa sobre os poderes locais. Cita, em suas reflexões sobre o papel da câmara do Rio de Janeiro no Império português, autores como António Manuel Hespanha, Joaquim Romero Magalhães e Vitorino Magalhães Godinho.

Com isso, demonstra a tendência atual para a reflexão dos poderes locais como inseridos no contexto do Império português, seja pela utilização da discussão historiográfica, abordagem conceitual e acesso à arquivos lusos.

²²⁹ Murillo Marx. *op. cit.*, p. 70-71.

²³⁰ Maria Fernanda Batista Bicalho. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-168.

²³¹ Maria Fernanda Batista Bicalho. *op. cit.*, p. 168.

Em relação ao processo de centralização dos poderes régios, Maria Fernanda Bicalho afirma que “as crises recorrentes que, sobretudo durante o século XVII, assolaram a Europa, representaram mais um fato de intervenção da Coroa, levando as monarquias a implementarem amplos programas de reforma política e fomento econômico que as impeliram a intervir cada vez mais nas áreas provinciais e locais”²³².

Assim, “o contraponto do processo de centralização monárquica era sem dúvida o poder, ou poderes locais”²³³.

Diante do debate historiográfico recente, é fundamental, para pensarmos as características dos poderes locais no Império português, que levemos em consideração as relações entre poderes locais e poderes centrais. Para tanto, no próximo capítulo, iremos refletir a respeito dessa relação, a discussão sobre o processo de “centralização” e, principalmente, a estruturação do Estado na Monarquia portuguesa moderna.

²³² Maria Fernanda Batista Bicalho. *op. cit.*, p. 342.

²³³ Maria Fernanda Batista Bicalho. *op. cit.*, p. 346.

Capítulo 6

Poderes locais no Império Português

Nesse capítulo iremos discutir a concepção do poder monárquico em Portugal, principalmente suas relações com as discussões espanholas sobre o fortalecimento da Coroa. Essa junção ocorre justamente após a Restauração de 1640, quando a nova dinastia dos Bragança incorpora a seu projeto político um anseio de “engrandecimento do poder real”.

Esse desejo de aumentar as prerrogativas é discutido na segunda parte do capítulo na sua aplicação, levando-se em consideração as múltiplas geografias do Império português e as dinâmicas próprias de reação dos corpos políticos originários às investidas do poder central.

O “engrandecimento do poder real”

O tema da centralização da Monarquia Moderna, conforme discutimos no capítulo anterior, é central no debate historiográfico sobre poderes locais em Portugal. Observamos ainda a estreita ligação entre a discussão e a situação política na qual os autores se encontram e quais posicionamentos adotam.

Sobre a discussão, António Manuel Hespanha alerta que “toda a historiografia europeia do século passado [no caso, o século XIX] estava, de facto, demasiado próxima do advento da forma política *Estado* para poder escapar à tentação de a aplicar à descrição e avaliação da evolução histórica das formas políticas”²³⁴. Dessa forma, “o advento do Estado, separado da sociedade civil e pairando sobre ela como um elemento racionalizador e um árbitro imparcial dos conflitos particulares de interesses, aprecia – e não apenas para a ortodoxia hegeliana – como um momento marcante da história humana, como um estádio decisivo da modernização social”²³⁵.

Essa interpretação, que determina a centralização como característica da Idade Moderna e posterior à descentralização medieval, concede, de acordo com Hespanha, “à historiografia da época um tom caracterizadamente escatológico, encarando a história política europeia como a progressiva preparação do advento do Estado, marcando por sucessos aquilo

²³⁴ António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Lisboa: AMH, 1986, tese de doutoramento, FCSH-UNL, vol. 1, p. 19.

²³⁵ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 19.

que fosse entendido como uma facilitação desse advento e por recuos aquilo que se entendesse ser-lhe prejudicial”²³⁶.

Diante dessas questões aponta que “a primeira cautela metodológica deve ser a de tratar como ponto de partida uma definição adequada do objecto historiográfico. Ou seja, definir correctamente o ‘político’”²³⁷.

Para tanto, “na esteira de M. Weber, adopta-se o ponto de vista de que o poder político se distingue dos restantes instrumentos de dominação social pelo facto de conter em si a ameaça de constrangimento”²³⁸. E, nas palavras de Hespanha, “quando no centro do interesse da investigação está o equilíbrio entre poderes políticos centrais e poderes políticos periféricos, é importante ter em consideração todos os restantes níveis das relações entre o centro e a periferia”²³⁹.

Destaca, ao compor a história da divisão político-administrativa de Portugal, que “tanto o poder como o espaço, são realidades que têm uma história”²⁴⁰. Portanto, “para além da realidade significativa, a divisão política do espaço constitui também um instrumento de poder (ou um ‘aparelho político’) que serve tanto para a organização e perpetuação do poder de certos grupos sociais como para a expropriação de outros grupos”²⁴¹.

Apesar de avançar na espacialização do poder, Hespanha não concebe Portugal como parte constitutiva de um Império. Afirma que

ainda neste plano da eleição do objecto da investigação, procedeu-se a uma outra distinção. O tema do trabalho é o Portugal continental, o ‘Reino’. Pelo que as dependências atlânticas e ultramarinas ficam de fora do seu alcance. Pese embora o apoio que esta distinção poderia colher nas fontes da época, em que o ‘Reino’, ‘as Ilhas’, o ‘Brasil’, a ‘Índia’, aparecem como realidades político institucionais autónomas, a exclusão de todo o espaço político exterior ao continente não deixa de se explicar, antes de tudo, por razões práticas²⁴².

Mais que uma escolha prática, o fato de Hespanha escolher Portugal continental como objeto de estudo é reflexo da época em que publica sua obra. Em 1987, Portugal acabava de aderir à Comunidade Econômica Europeia, futura União Europeia, e voltava-se ao continente,

²³⁶ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 20.

²³⁷ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 41.

²³⁸ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 42.

²³⁹ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 42.

²⁴⁰ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 113.

²⁴¹ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 117.

²⁴² António Manuel Hespanha. *op. cit.*, vol. 1, p. 9.

em detrimento das antigas colônias da África, Ásia e América.

No entanto, concebemos que é impossível pensarmos o Império Português sem levarmos em conta sua totalidade, ainda mais quando investigamos os poderes políticos.

Todavia, a tarefa de contemplar todo o Império, principalmente nas relações entre poderes locais e poderes centrais é igualmente trabalhosa. Demandaria um esforço que não seria contemplado pelos atuais prazos do doutoramento e escopo da pesquisa.

Optamos, portanto, por outra forma de analisarmos os poderes centrais no Império Português. Levaremos em consideração não a eficácia do *mando* do poder, mas como o poder político foi concebido à época.

Não falaremos, dessa forma, de centralização ou descentralização, pois, conforme aponta Hespanha, são termos carregados pelo contexto político e historiográfico do século XIX. Utilizaremos, tal como encontramos no debate seiscentista, o conceito de “engrandecimento do poder real”.

Tal conceito é útil, pois permite analisar um fenômeno mais interessante que a centralização: a pretensão do aumento do poder da Coroa. Esse sentimento torna-se destacado justamente por preceder qualquer esforço de centralizar e restringir o espaço dos poderes políticos locais.

Para tanto, iremos analisar os tratados políticos portugueses que contemplam o poder real. O período da Restauração de 1640 foi extremamente rico nas discussões sobre a natureza do poder político, principalmente por ter de refletir sobre a ruptura de uma casa dinástica e a legitimação de uma nova dinastia reinante.

Logo, para melhor conceituarmos o “engrandecimento do poder real” precisamos estabelecer uma comparação. O conceito é cunhado em meados do século XVII pra definir o poder político no momento posterior à Restauração de 1640. Torna-se necessário, portanto, que retrocedemos para um período anterior.

Estabelecemos, a título de comparação, o *Livro da virtuosa benfeytoria*, publicado entre 1431 e 1432 pelo infante D. Pedro e frei Vicente Verba. Nessa obra destacam as virtudes pessoais do príncipe, visando um bom governo e a satisfação dos povos.

Para o período da Restauração, destacamos dois grupos de obras que refletem sobre o poder régio: os *iberistas* e os *restauradores*. Como podemos observar o contexto de união das Coroas de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640, marcou profundamente a estruturação do poder político na Península Ibérica.

Denominamos *iberistas* aqueles que defendem o partido de Madri, isto é, os que legitimam a fusão dinástica das Coroas durante a União Ibérica. Destaca-se, nesse grupo, a

obra *Ley regia de Portugal*, de João Salgado de Araújo, publicada em 1627.

O grupo dos *restauradores* corresponde àqueles que tomaram partido dos Bragança, ou seja, defenderam a ruptura com Filipe IV e a autonomia de Portugal frente à monarquia ibérica. Pertencem a esse segmento António de Freitas Africano, com seus *Primores políticos e regalias do nosso rey Dom Joam IV de maravilhosa memoria*, de 1641, e a *Suma política* de Sebastião César de Meneses, publicada em 1650.

Esses dois últimos autores publicaram em momento posterior à Restauração e suas obras são fortemente influenciadas pela necessidade de justificar a ruptura com a antiga dinastia e legitimar a Casa de Bragança como sucessora legítima dos Filipes de Espanha.

Para melhor compreendermos as influências sofridas pela escolástica espanhola no pensamento político espanhol, torna-se necessário retrocedermos para um momento anterior à União Ibérica.

A obra do infante D. Pedro e frei Vicente Verba, de 1431 e 1432, representa, para a obra *O poder político no Renascimento português*, de Martim de Albuquerque e publicada em 1968, o período da reflexão a respeito da origem do poder político.

Afirma Albuquerque que

'Non est potestas nisi a Deo', proclamou S. Paulo aos Romanos na aurora de um mundo novo. Poucas frases influenciaram tão fortemente como esta o campo das doutrinas políticas. Ela conquistou a generalidade dos autores medievais e lançou num quase esquecimento a teoria diabólica do poder, aflorada naquele passo do Evangelho em que se descreve a maneira como o Anjo Rebelde tentou o Senhor, mostrando-lhe e prometendo-lhe os reinos do mundo: 'Dar-te-ei todo este poder, e glória destes reinos, porque eles me foram dados, e eu os dou a quem me parecer'²⁴³.

Superada a questão da natureza do poder, caberia à filosofia definir a natureza de sua prática. Segundo Martim de Albuquerque,

enquanto uns sustentavam, a tal respeito, que o governante recebia o poder diretamente de Deus (*potestaem immediate a Christo habet*), afirmaram outros a existência de um medianeiro. E entre os defensores da origem imediatamente divina esboçaram-se também orientações diferentes. Houve quem apontasse o sumo pontífice como intermediário entre Deus e os governantes e quem entendesse que a mediação se realizava através do povo

²⁴³ Martim de Albuquerque. *O poder político no Renascimento português*. Lisboa: Verbo, 2012, p. 27, [1ª edição, 1968].

ou da comunidade (*mediante hominum consensu; a Deo per populum*)²⁴⁴.

Dessa forma, em Portugal, “a *doutrina da origem imediata do poder* foi particularmente, embora não exclusivamente, favorável ao desabrochar do direito divino dos reis e à apoteose da monarquia absoluta”²⁴⁵. Em contrapartida, “a *teoria de origem mediada* favoreceu em especial [...] as concepções teocráticas ou mais precisamente hierocráticas (isto é, a superioridade do *sacerdotium* sobre o *imperium*) e a ideia de *soberania popular*”²⁴⁶.

Martim de Albuquerque continua seu contexto da estruturação das bases do pensamento político português ao afirmar que a teoria de soberania popular “representa uma conciliação da origem divina do poder, afirmada na Bíblia e recolhida pelos primeiros padres, com as concepções dos jurisconsultos romanos relativamente ao problema do governo, expressas sistematicamente na célebre *lex regia* ou *lex de imperio*, que os glosadores ressuscitaram”²⁴⁷.

Assim, “ela estruturou-se, na forma mais acabada, através da ideia da celebração de um *pactum subjectionis*, acordo entre o rei e o povo, pelo qual estes se obrigavam mutuamente, e originou também o princípio de que a comunidade tinha o direito de eleger o rei logo que o trono ficasse vago”²⁴⁸.

Em Portugal, “a doutrina da *mediação do povo* cedo produziu os seus frutos. Álvaro Pais registrou-a logo na primeira metade do século XIV e as Cortes de 1385 afirmaram-na, aplicando em relação do Mestre de Avis o princípio de que ao povo cabe o direito de escolher rei quando o trono se encontra vago”²⁴⁹.

Em relação ao *Livro da virtuosa benfeitoria*, de D. Pedro e frei João Verba, João Abel da Fonseca define que esse “marca a transição do homem medieval que ainda é, para o homem moderno, que nele já se pode sentir”²⁵⁰.

Afirma Fonseca que “subtilmente, D. Pedro impõe aos príncipes, responsáveis pela governação do mundo, um estado moral de singular perfeição, transferido para Deus uma influência sobre eles, de modo a poderem pôr em obra os actos de benfeitorias”²⁵¹.

Conclui, sobre o papel do príncipe frente aos demais poderes do Reino, nobreza, clero

²⁴⁴ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 33.

²⁴⁵ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 33.

²⁴⁶ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 33.

²⁴⁷ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 33.

²⁴⁸ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 33.

²⁴⁹ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 39.

²⁵⁰ João Abel da Fonseca. “Virtuosa benfeitoria e o pensamento político do Infante D. Pedro” *Biblios*, vol. LXIX, 1993, separata, p. 229.

²⁵¹ João Abel da Fonseca. *op. cit.*, p. 232.

e municípios, que “desde já, que não há superioridade do príncipe em estado natural e espiritual e que a que lhe advém no estado moral é pela via da influência divina, como governante detentor de poder, e ainda pelo facto de estar mais próximo de Deus”²⁵².

Continua definindo que “os príncipes estão, em natureza, para com os súbditos, com os pais para com os filhos e esta relação é geradora de obrigações, nomeadamente a de socorrer às mínguas de feitorias, ou seja, prover às faltas, caso necessário se torne”²⁵³.

João Abel da Fonseca destaca que, na obra do infante D. Pedro e frei João Verba, a intenção de “justificar a supremacia e o poder do príncipe sobre os súbditos, à luz do bem da comunidade e da própria vontade de Deus”²⁵⁴. Dessa forma, “a união dos súbditos debaixo do governo do seu príncipe, é condição da sua sobrevivência e da capacidade de resistência aos inimigos. Introduce, contudo, a necessidade de se manterem obedientes, até porque, desobedecer ao príncipe é resistir à ‘ordenança de deos’”²⁵⁵.

Na mesma interpretação, Martim de Albuquerque afirma que

a doutrina da mediação popular, afirmada e posta em prática no exacto momento da constituição da dinastia de Avis, encontra-se não muito depois acolhida na *Virtuosa Bemfeitoria*. Aí se reconhece, de acordo com o ensinamento de S. Paulo, a proveniência divina do poder (*nom seia poderyo que nom proceda de Deos...*), e a necessidade do consentimento do povo²⁵⁶.

A crise política gerada em torno da sucessão do Cardeal-Rei, que morreu e não deixou herdeiros, foi largamente propícia à ideia da origem popular do poder, como o fora quase dois séculos antes, na crise subsequente à morte de D. Fernando e a ascensão da Casa de Avis ao trono português.

A esse respeito, Martim de Albuquerque afirma que essa doutrina, no contexto da crise de 1580, “deu lugar a que se repetisse a afirmação do direito de o Reino eleger monarca quando o trono se encontra vago. Esta afirmação foi sustentada num parecer de Caldas Pereira, pelo Senado de Lisboa, pelo Doutor Fernão de Pina Marecos, pelo duque de Saboia, por Fr. José Teixeira e nas *Alegações* oferecidas a D. Henrique em nome da duquesa de Bragança”²⁵⁷.

Dessa forma, “a teoria da *mediação do povo* sofreu com a crise de 1580 o seu impulso

²⁵² João Abel da Fonseca. *op. cit.*, p. 233.

²⁵³ João Abel da Fonseca. *op. cit.*, p. 233.

²⁵⁴ João Abel da Fonseca. *op. cit.*, p. 244.

²⁵⁵ João Abel da Fonseca. *op. cit.*, p. 244.

²⁵⁶ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 42.

²⁵⁷ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 53-54.

decisivo. A partir de então e no decorrer do século XVII será retomada vezes sem conta pela pena dos repúblicos”²⁵⁸.

No contexto de União Ibérica, João Salgado de Araújo, com sua *Ley regia de Portugal* de 1627, pretende justificar as pretensões de Madri frente aos questionamentos nacionalistas portugueses.

Diogo Ramada Curto afirma que “João Salgado de Araújo é quem melhor define as ambiguidades das teorias absolutistas. O objectivo da *Ley regia* (1627) é, fundamentalmente, o de legitimar Madrid (isto é, o rei ou, talvez, o valido) a servir-se de juntas”²⁵⁹.

Apona também que Salgado de Araújo “fala frequentemente da soberania real (f. 23, 50, 103, 113) [e] parece aceitar um absolutismo moderado, cujos limites estarão sobretudo na *lei regia*”²⁶⁰.

Isso porque, nas palavras de Salgado de Araújo a lei régia “no es otra cosa, que un pacto de la sociedad humana, por el qual el pueblo tranfirio en el Principe la suprema potestad, y los derechos de la Majestad, con pacto, y obligacion de mantener la Republica, en justicia y Religion”²⁶¹.

A concepção de poder dos reis é justificada como “todo el poder le dio senhorio y mando espiritual, y temporal, que assiste en los Reyes, Principes, Pontifice sumo, y Sacerdotes del mundo, no solo el ordinário, sino el de excelencia, que existe y depende del Divino, fundado en la voluntad increada de Dios nuestro señor”²⁶².

De acordo com Ramada Curto,

os discursos dos anos 1626-1627 participaram desse momento, crucial para as orientações de Madrid, de discussão acerca da função das cortes e de substituição dos banqueiros genoveses pelos banqueiros portugueses. A discussão e a utilização de termos tais como *lei regia*, *poder absoluto*, *soberania* (e *vontade*) e a crítica ao poder *despótico* sugerem que as ambiguidades do absolutismo tendem para uma clarificação²⁶³.

Justifica, Salgado de Araújo, a preeminência do poder régio porque

así quedaron los Reyes teniendo la jurisdicion mediatamente por el Pueblo, y

²⁵⁸ Martim de Albuquerque. *op. cit.*, p. 55.

²⁵⁹ Diogo Ramada Curto. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988, p. 218.

²⁶⁰ Diogo Ramada Curto. *op. cit.*, p. 218.

²⁶¹ João Salgado de Araújo. *Ley regia de Portugal*. Madrid: Juan Delgado, 1627, f. 4.

²⁶² João Salgado de Araújo. *op. cit.*, fl. 5.

²⁶³ Diogo Ramada Curto. *op. cit.*, p. 220.

la usó della inmediatamente por Dios, como lo dize Belarmino, y la razon dello es, porque la postesdad politica, principal e inmediatamente imprimio Dios en la multitud de los hombres, que como se ha dicho, y lo dize Covarruvias, naturalmente son libres, y pueden transferir en otros sus poderes, para fazer por ellos lo que por si mismo, para su conservacion civil pueden, y deven hazer, como lo hizieron en los Reyes²⁶⁴.

O processo de centralização política na figura do rei apresenta-se como reflexo da Contrarreforma católica e sob influência do pensamento escolástico. Salgado de Araújo define que

la justicia procede de la divina preferencia, y assi los ministros que la hazen quedan siendo ministros de Dios, y unidos con su mismo Principe, como se insinua en derecho, y poniendo en obligacion a todos de que los veneren, y obedezcan, con la submission, y reverencia, casi en igual puesto, con la misma real persona, que representan segun lo escribe Boerio, diziendo mas que ofenderlos, no es menos que caso mayor, y delito cometido contra la persona del Rey²⁶⁵.

A justificativa do poder régio espanhol em Portugal se dá pela argumentação de que o reino lusitano fora adquirido como regalia, isto é, como direito do rei. Apresenta Araújo, contudo, outra esfera de poder, que seria o Conselho de Portugal. Apesar de poder representar uma suposta limitação ao poder real de Madri, o Conselho tem meramente funções consultivas e que esse

no debe interfile contrariedade a lo que de la regalia, y soberano poder de su Majestad, dexamos assentado, ni que por estos privilégios, se estabblecio nuevo pacto de la ley Regia: antes q lícitamente, y con la moderació christiana, podemos dezir al soberano dominio q su Majestad tiene en el Reyno de Portugal, unido a la mayor Monarquía q se ha conocido en el mundo²⁶⁶.

Esse poder é caracterizado por Luís Sanchez Agesta, na obra *El concepto del Estado en el pensamiento español del siglo XVI* de 1959, como

el príncipe soberano queda así configurado por este poder preeminente de dispensar con causa justa [a lei] por razón del bien común. La doctrina insiste en este principio que, como hemos visto, es patrimonio de la esculea.

²⁶⁴ João Salgado de Araújo. *op. cit.*, f. 7.

²⁶⁵ João Salgado de Araújo. *op. cit.*, f. 29.

²⁶⁶ João Salgado de Araújo. *op. cit.*, f. 131.

La potestad del príncipe es preeminente, pero no absoluta; aun cuando pueda afirmar la excepción de la ley, lo hace sujetándose al vínculo de su propia naturaleza: su servicio al bien común²⁶⁷.

Dessa forma, o poder é concebido através da interpretação de que “la ley natural es un dictamen racional: el derecho natural es el derecho de la naturaleza humana participado por Dios al hombre a través de su razón”²⁶⁸.

Luís Sanchez Agesta concebe o Estado espanhol como sendo “*una combinación perfecta que es por sí un todo*, y, que, por conseguinte, no es parte de otro orden político y comprende todos los elementos que le son necesarios para su subsistencia”²⁶⁹.

O Estado é interpretado como sendo um corpo, tendo o Rei como cabeça e garantidor do equilíbrio entre as partes. Agesta afirma que

esta idea del cuerpo místico permite distinguir netamente en esta concepción de la escuela española dos problemas que van a gravitar, a lo largo de la Historia sobre la doctrina de la soberanía. La *potestas*, como poder de una comunidad perfecta que se basta a sí misma, esta netamente diferenciada del poder subjetivo del príncipe, como *cabeza* del cuerpo de la comunidad y vértice superior o supremo de una jerarquía de poderes²⁷⁰.

Assume o Estado espanhol um sentido teleológico em sua concepção, pois

todas las ideas que hemos examinado nos conducían a esta conclusión: la naturaleza del Estado como un *todo*, como una sociedad perfecta, está, en último término, comprendida como su suficiencia para cumplir su fin; la misma idea del *cuerpo místico* entraña la unidad de in cuerpo moral no sólo por el vínculo del poder que se jerarquiza en una cabeza, sino por la unidad de función que supone la cooperación en el bien común; el concepto del *oficio* embebe de las funciones en que se articula el fin de la comunidad; la moral publica en que se desenvuelve el Estado está también centrada en el fin publico, el bien común, que cumple la acción política²⁷¹.

Essa formulação ideal de Estado não corresponde diretamente às práticas políticas adotadas pela Coroa espanhola. Representa, por sua vez, a concepção de poder e, principalmente, como a própria Monarquia se enxerga frente os poderes da nobreza, clero e

²⁶⁷ Luís Sanchez Agesta. *El concepto del Estado en el pensamiento español del siglo XVI*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1959, p. 152-153.

²⁶⁸ Luís Sanchez Agesta. *op. cit.*, p. 107.

²⁶⁹ Luís Sanchez Agesta. *op. cit.*, p. 31.

²⁷⁰ Luís Sanchez Agesta. *op. cit.*, p. 36.

²⁷¹ Luís Sanchez Agesta. *op. cit.*, p. 51-52.

municípios.

Durante a União Ibérica, período no qual Portugal integrou a Monarquia espanhola, o pensamento político português foi fortemente influenciado pelas concepções de poder dessa época. Ideias como *poder preeminente*, *comunidade perfeita* e a noção de *equilíbrio* entre as partes do Reino influenciariam o pensamento político lusitano a ponto de tais concepções serem a base da estruturação de Portugal após a Restauração de 1640.

A partir da Restauração, processo pelo qual Portugal rompe com a Espanha e a dinastia dos Habsburgos, apresentam-se dois problemas: como justificar a ruptura da união dinástica com a Coroa espanhola e como legitimar a Casa de Bragança como dinastia reinante, com seus direitos de sucessão hereditária.

Essa última questão é muito relevante, pois uma das justificativas para o rompimento dinástico foi justamente a acusação de tirania feita ao monarca espanhol. Mais do que romper com o rei, cabia à Casa de Bragança se firmar como dinastia real e garantir a sucessão hereditária em sua família.

Para isso, foram escritos tratados políticos como forma de legitimação da Restauração. Destacamos António de Freitas Africano com *Primores políticos e regalias do nosso rey Dom Joam IV de maravilhosa memoria* de 1641 e a *Suma política* de Sebastião César de Meneses, publicada em 1650.

Na análise de Luís Reis Torgal, “a Restauração voltou a definir o tema do poder político, mas agora em bases ‘nacionalistas’. Só a tese da origem popular do poder régio poderia, com efeito, justificar a deposição de Filipe IV – considerado tirano pelo direito e pela actuação – e a eleição de D. João IV”²⁷².

Esse fato é ressaltado quando Torgal apresenta o pensamento político português anterior à União Ibérica. Afirma que “a ideia do contrato social e da mediação popular na entrega do poder ao rei, e a concepção da natureza do poder político como ‘absoluto’, mas ao mesmo tempo ético, tendo em conta o respeito pelas normas divinas e morais e pelas prerrogativas da Igreja”²⁷³ são estruturantes do pensamento político até o século XVII.

Dessa forma, “tal pensamento – que constitui a ideologia tradicional peninsular – integra-se perfeitamente, como vimos, na estrutura da sociedade portuguesa. Encontrava certas justificações na história do país, fundamentalmente na eleição ‘nacional’ de D. João I

²⁷² Luís Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982, vol. 2, p. 24.

²⁷³ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 21.

em 1385, e acompanhava a linha teórica ortodoxa romana, que aqui era fielmente seguida”²⁷⁴.

Assim, o pensamento político espanhol influenciou as formulações políticas da Restauração, fornecendo às bases “nacionalistas” uma intensão de engrandecimento do poder real. Não se discute a dimensão do rei da Espanha na monarquia católica, mas agora foca-se em definir qual a atribuição do poder do novo monarca português.

Torgal define que “o rei detinha assim, em certo sentido, o ‘poder absoluto’ e, quando muito, os povos, em cortes, poderiam reclamar ou pedir-lhe que respeitasse as leis ou as alterasse”²⁷⁵. Portanto, “os limites ao seu poder são, por conseguinte, mais de ordem moral do que legal e apenas se considera, na generalidade, que não se pode actuar arbitrariamente”²⁷⁶.

Ao observar a questão da maior concentração de poderes nas mãos do rei, Torgal aponta que “se torna cada vez mais evidente a intervenção do Estado nos mais variados campos da vida do país: vemô-lo administrativamente a controlar a autonomia dos corpos (municípios, corporações ou a universidade)”²⁷⁷, o que tendia “a manifestar a tendência centralizadora”²⁷⁸.

Esse processo ocorre no contexto da diminuição da importância das Cortes e sua progressiva redução de convocações. Eram chamadas principalmente “por imperativos político-nacionais: a legitimação do novo rei e da nova dinastia e a necessidade sentida pelo monarca de as convocar, dado que consuetudinariamente se conservava tal dever no caso do rei ter de lançar qualquer imposto extraordinário, o que aconteceu então por diversas vezes devido às exigências resultantes das despesas militares”²⁷⁹.

Daí, “conforme a coisa expandia suas atribuições, o seu desaparecimento nos fins do século XVII, quando o rei e o seu círculo verificaram que já não se tornava necessário”²⁸⁰ convocar as Cortes.

Assim, conclui Torgal que “a organização do Estado no século XVII em Portugal, no período restauracionista (...) caminhava claramente para a afirmação do poder real, e na prática, do seu círculo político dirigente, em prejuízo de uma estrutura orgânica descentralizada”²⁸¹.

No entanto, observamos que esse processo de centralização, como aponta Torgal, não corresponde a uma prática política. Os escritos dos pensadores representam as intenções de

²⁷⁴ Luís Reis Torgal. *op. cit.* vol. 2, p. 21.

²⁷⁵ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 97.

²⁷⁶ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 97.

²⁷⁷ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 101.

²⁷⁸ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 102.

²⁷⁹ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 97.

²⁸⁰ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 103.

²⁸¹ Luís Reis Torgal. *op. cit.*, vol. 2, p. 104.

um segmento acerca do poder do rei. Representa uma tendência da qual a monarquia portuguesa vai utilizar-se, em um processo de “engrandecimento do poder real”. Processo esse que não é linear nem de fácil execução: depende dos embates e tensões com os poderes já estabelecidos, sejam eles as câmaras, a nobreza ou setores da Igreja.

Tanto que Sebastião César de Meneses, na sua *Suma política*, defende que “a obrigação dos Príncipes é tratar os prudentes, e amar os sábios; mas por infelicidade da natureza humana, vemos de ordinário o contrário”²⁸².

Os conselhos ao príncipe visam, além da reflexão sobre o ideal de prática do monarca segundo a época, corrigir as falhas apontadas pelo pensador. Adverte que “os Príncipes que quiserem ser os mais florescentes do mundo, procurem que seus vassallos sejam os mais florescentes dele”²⁸³ pois “as acções do Príncipe, que costumam causar opinião, são as que têm força de o manifestar, Religioso nas coisas divinas, prudente nas humanas, valoroso nas militares”²⁸⁴.

Define Meneses que “para o Príncipe satisfazer a todas estas condições, se deve aplicar com cuidado aos instrumentos de reinar, os quais são a perspicácia de penetrar a natureza dos súbditos; a prudência de lhe dar leis convenientes; a perícia da disciplina militar; a indústria de conservar a paz; a diligência de prever os acidentes, e sucessos, e a forma de amplificar o império”²⁸⁵.

Na obra *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Diogo Ramada Curto define que, após a Restauração de 1640, “a Casa de Bragança, detendo agora a Coroa, pretende chefiar um movimento de propaganda, destinado a legitimar a nova situação política”²⁸⁶. E, para isso, “protege considerável número de escritores, ao mesmo tempo que se encarrega da difusão das suas obras”²⁸⁷.

Os *produtores culturais* da Restauração, expressão cunhada por Basílio Teles²⁸⁸, embora tenham como interesse primeiro a fundamentação da nova dinastia brigantina, acabam por definir também as intenções da nova casa real referente ao engrandecimento do poder.

Assim, nas palavras de Ramada Curto, “pode-se dizer que a fundamentação do poder real recorre simultaneamente à afirmação da *soberania* ou do *poder absoluto* do rei e à

²⁸² Sebastião César de Meneses. *Suma politica*. Porto: Editora Gama, 1945, p. 26, [1ª edição, 1650].

²⁸³ Sebastião César de Meneses. *op. cit.*, p. 100.

²⁸⁴ Sebastião César de Meneses. *op. cit.*, p. 100.

²⁸⁵ Sebastião César de Meneses. *op. cit.*, p. 66.

²⁸⁶ Diogo Ramada Curto. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988, p. 93-94.

²⁸⁷ Diogo Ramada Curto. *op. cit.*, p. 94.

²⁸⁸ Ensaísta e republicano português. Atuou no início do século XX. Diogo Ramada Curto. *op. cit.*, p. 133.

valorização dos *pactos e contractos* estabelecidos entre o rei e seu reino”²⁸⁹.

Dessa forma, em “outras sondagens aos discursos da primeira metade de seiscentos parecem apontar para um investimento maior na pessoa do rei nos atributos da *soberania* e do *poder absoluto*”²⁹⁰.

José Adelino Maltez, no estudo introdutório à edição de 2005 dos *Primores políticos e regalias do nosso rey...*, de António de Freitas Africano, apresenta interpretação distinta à de Ramada Curto. Afirma que os teóricos da Restauração, “entre o soberanismo e o federalismo, optaram pelo segundo, respeitando aquela profunda tradição democrática portuguesa que levou à institucionalização da nossa *polis* de baixo para cima”²⁹¹.

Apresenta, portanto, uma interpretação da monarquia restaurada a partir de uma idealização romântica de Portugal, esboçada por Alexandre Herculano e Antero de Quental, conforme discutimos no capítulo anterior. Defende que “não deixa de salientar que o rei não é o pináculo de arrogante presunção, mas mera cabeça da monarquia, reino ou república”²⁹².

Dessa forma, “o príncipe é assim cabeça e pai, mas não tendo natureza diferente de outros duques grandes de uma república maior que não tem contatos diretos com a divindade, dado que só através de comunidade do povo podem cumprir a respectiva função”²⁹³. Maltez, portanto, “assume a ideia do príncipe como pessoa pública”²⁹⁴.

Para tais interpretações, José Adelino Maltez retoma a passagem inicial de António de Freitas Africano. Na obra de 1641 e, dessa forma, na sequência da Restauração, compara a tirania de Filipe IV com a perseguição que os egípcios realizaram contra os judeus na Antiguidade. Argumenta que Moisés, fora feito rei, “para que libertasse seu povo do jugo tirano em que estava; foi seu governo maravilhoso como príncipe eleito de Deus”²⁹⁵.

Legítima, com base nas Escrituras, a possibilidade da ruptura dos laços do rei com seu povo quando se apresenta como tirano.

Em relação à estrutura da monarquia portuguesa, defende Africano uma visão menos centrada no poder régio do que Sebastião César de Meneses. Define que “três são as propriedades de uma cabeça mística: a primeira, a ordem que tem com os demais membros; a segunda, a perfeição, porque nela residem todos os princípios sem as demais partes; a terceira

²⁸⁹ Diogo Ramada Curto. *op. cit.*, p. 222.

²⁹⁰ Diogo Ramada Curto. *op. cit.*, p. 222.

²⁹¹ José Adelino Maltez. “Estudo introdutório” In Africano, António de Freitas. *Primores políticos e regalias do nosso rey Dom Joam IV de maravilhosa memoria*. Cascais: Principia, 2005, p. 14.

²⁹² José Adelino Maltez. *op. cit.*, p. 21.

²⁹³ José Adelino Maltez. *op. cit.*, p. 21.

²⁹⁴ José Adelino Maltez. *op. cit.*, p. 21.

²⁹⁵ António de Freitas Africano. *Primores políticos e regalias do nosso rey Dom Joam IV de maravilhosa memoria*. Cascais: Principia, 2005, p. 31, [1ª edição, 1641].

porque dela dependem”²⁹⁶.

No entanto, o poder político não se aplica no vazio, pois depende das relações sociais e políticas no contexto espacial. Para tanto, é fundamental que reflitamos sobre as formulações teóricas, pretensões de poderes e demais concepções, levando em conta o Império Português como um todo.

O poder real nas múltiplas geografias do Império

Concordamos com António Manuel Hespanha quando afirma que

o poder não se exerce no vazio. E também não se exerce por magia. A acção política requer a disponibilidade de meios. Desde logo, de meios financeiros. Mas também de meios humanos. Em termos tais que o impacto de um projecto de poder se pode medir no plano da disponibilidade de estruturas humanas que o levem a cabo²⁹⁷.

Dessa forma, para verificarmos como a intenção de *engrandecimento do poder real* foi aplicada é necessário que compreendamos o Império português na dimensão de suas múltiplas geografias.

De acordo com Michel Müller e Cornelius Torp, não devemos considerar os fenômenos históricos restritos às fronteiras políticas, mas sim a partir de uma concepção transnacional, ou seja, que vá além e supere essas separações artificiais. Afirmam que, “for this reason, we believe that the concept of ‘multiple geographies’ can both contribute to historicizing space and make it operational as a heuristic category”²⁹⁸.

Para tanto, atentam que “transnational history is not only about reconstructing the diverse geographies created through economical, social, intellectual and political interactions and connections”²⁹⁹. Assim, “thinking in terms of ‘multiple geographies’ helps us account not only for the simultaneity of geographical orders and of competing perceptions, interpretations and usages of space but also for the fact that the geographical orientation of individuals and groups change over time”³⁰⁰.

Concebem, portanto, que, “basically, all territorial orders are man-made – and thus

²⁹⁶ António de Freitas Africano. *op. cit.*, p. 32.

²⁹⁷ António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 160.

²⁹⁸ Michel G. Müller e Cornelius Torp. “Conceptualizing transnational spaces in history” *European Review of History: Revue européenne d’histoire*. Vol. 16, n. 5, out 2009, p. 614.

²⁹⁹ Michel G. Müller e Cornelius Torp. *op. cit.*, p. 613.

³⁰⁰ Michel G. Müller e Cornelius Torp. *op. cit.*, p. 614.

represent ‘transient spaces’”³⁰¹.

Adotando esses conceitos para a reflexão sobre as práticas políticas no Império, não podemos considerar esse último como um bloco unitário³⁰². O Império português foi composto por *múltiplas geografias*, pois cada parte carrega elementos de sua natureza, exploração econômica, contextos históricos específicos e relações entre poderes locais e poderes centrais próprias. Esses espaços, por sua vez, têm dinâmicas próprias e, muitas vezes, se sobrepõem a outros no tempo e em diferentes locais.

Iremos, para a análise da presente tese, concentrar nossas atenções em como as relações políticas entre o local e o central operaram nos múltiplos espaços do Império português.

Em relação à prática do poder real, Xavier Gil Pujol apresenta que

o que as monarquias do século XVII pretendiam não era tanto a centralização, mas o fortalecimento das suas dinastias, a imposição do princípio de autoridade sobre os seus súbditos considerados pouco obedientes e pouco cumpridores das suas obrigações, especialmente em matéria fiscal e na reputação na cena internacional, reputação essa considerada impossível sem um exército vitorioso e temível³⁰³.

Portanto,

para poderem alcançar esses objectivos, os grandes estadistas da época puseram em marcha ambiciosos programas de disciplina social, reforma política e fomento económico, programas esses que os impeliram a intervir na área provincial e local, continuando assim uma acção já iniciada anteriormente, sobretudo nos finais do século XVI, quando os organismos públicos – tanto centrais como municipais – se tornaram mais presentes na vida local, com a intenção de remediar os efeitos da crise social e económica do momento³⁰⁴.

³⁰¹ Michel G. Müller e Cornelius Torp. *op. cit.*, p. 614.

³⁰² O conceito *monarquia pluricontinental* estabelece uma ideia de unidade ao Império português, não permitindo a reflexão sobre a multiplicidade que compõe Portugal, as ilhas atlânticas, domínios em África, Ásia e Brasil. Para a definição de *monarquia pluricontinental* ver Nuno Gonçalo Monteiro. “A tragédia dos Távora. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII”. Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso (orgs). *Na trama das redes. Política e negócios no Império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, e para a reflexão do conceito no contexto da colonização brasileira, ver João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, 2009, p. 36-50.

³⁰³ Xavier Gil Pujol. “Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas Monarquias europeias dos séculos XVI e XVII” *Penélope*. N. 6, 1991, p. 124.

³⁰⁴ Xavier Gil Pujol. *op. cit.*, p. 124.

Esse processo de engrandecimento de poder chocou-se, muitas vezes, com os poderes locais e regionais outrora estabelecidos. Assim, “o fortalecimento do Estado não ficou a dever-se tanto a progressos institucionais, a melhorias administrativas ou à aplicação da força, como à resposta interessada, dos dirigentes locais. Mais uma vez verificamos que entre o poder central e o poder local havia uma densa rede de relações”³⁰⁵.

Caracteriza Pujol o jogo político dos séculos XVII e XVIII como aparentemente contraditório, pois “o grande paradoxo do absolutismo nasce pois do seguinte: uma crescente contradição de poderes num centro cada vez mais reduzido e, ao mesmo tempo, uma dependência deste centro em relação a forças sociais periféricas”³⁰⁶.

Observamos, dessa forma, que as ações de cunho centralista no Império vão depender das estruturas políticas e suas *múltiplas geografias*. A esse respeito, José Gonçalo de Santa Rita aponta que “nos historiadores nacionais e estrangeiros, da colonização portuguesa, tem havido uma tendência quasi geral, e exagerada, para considerar o sistema administrativo que os portugueses aplicaram nas suas colónias como absolutamente uniforme e inteiramente copiado da administração da metrópole”³⁰⁷.

Logo, constata que

o estudo atento das normas administrativas, tais como no-lo revelam os textos legais, ou, quando os não conhecemos directamente, as descrições dos escritores, nos mostram que o sistema administrativo apresenta vários tipos, conforme as condições de posição geográfica, o povoamento e a situação económica e política dos estabelecimentos coloniais³⁰⁸.

Com isso, ressalta que o regime de capitanias “se encontrava em contradição com as leis do reino, designadamente com a lei mental de D. Duarte, que visava fazer voltar à Coroa os bens doados, com pouco prudência, em épocas de crise”^{309 310}.

Evidencia Santa Rita a importância das múltiplas espacialidades no Império

³⁰⁵ Xavier Gil Pujol. *op. cit.*, p. 127.

³⁰⁶ Xavier Gil Pujol. *op. cit.*, p. 130.

³⁰⁷ José Gonçalo de Santa Rita. “O governo central e o governo local” In: António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Ática, 1937, vol. II, p. 78.

³⁰⁸ José Gonçalo de Santa Rita. *op. cit.*, vol. II, p. 78.

³⁰⁹ José Gonçalo de Santa Rita. *op. cit.*, vol. II, p. 79.

³¹⁰ Desde a Lei de Sesmarias, de 1375, as propriedades de terra concedidas pela Coroa poderiam ser revertidas caso sua posse não fosse efetivada através da produção económica. As capitanias foram, em momento posterior, concedidas com títulos hereditários, tornando impossível a sua reversão ao patrimônio real. A única alternativa para a Coroa obter os territórios concedidos foi através da compra. Para o debate sobre as capitanias, suas condições legais de estabelecimento e processo de reversão através da compra, ver António Vasconcelos de Saldanha. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: CNDP, 2001.

português. Para o autor, “no Oriente (Índia e costa oriental de África) e em Angola as necessidades da conquista criaram, logo *ab initio*, a necessidade dum chefe mais estreitamente ligado à administração central, pelas circunstâncias e precisões da guerra, menos em condições de viver independentemente e entregue aos seus próprios recursos”³¹¹. Já “ao Brasil aplicou-se um sistema [de capitânias] semelhante ao das ilhas atlânticas, e assim preparamos a organização federal com que, séculos depois, havia de surgir a república brasileira, pela transformação das antigas capitânias em províncias e depois em estados”³¹².

Portanto, qualquer modelo interpretativo que considere o Império português como um todo não contempla as especificidades de suas múltiplas espacialidades.

O regime donatário, por mais que aparentemente represente maior autonomia regional, representou claramente as pretensões centralistas da monarquia portuguesa após a Restauração de 1640. Santa Rita afirma que

o regime colonial dos donatários sofreu a influência da evolução das instituições políticas e sociais da Metrópole. Também ali, principalmente a partir de D. João II, o poder do rei se vai alargando à custa dos donatários, correspondendo ao movimento conhecido por *engrandecimento do poder real*. Para a concentração do poder nas mãos do rei fica-lhe pertencendo a escolha, nomeação e demissão dos governadores³¹³.

Conclui que

como é sabido entre os factores que contribuíram para o *engrandecimento do poder real* conta-se a influência dos leigos que com as noções de direito público e teorias sobre o poder do príncipe, hauridas do direito romano, incutiram no espírito do monarca, nas cortes e na administração, em que tinham uma intervenção cada vez maior como funcionários ou delegados, a noção feudal no direito senhorial do príncipe com a noção romanista da soberania^{314 315}.

³¹¹ José Gonçalo de Santa Rita. *op. cit.*, vol. II, p. 80.

³¹² José Gonçalo de Santa Rita. *op. cit.*, vol. II, p. 80.

³¹³ José Gonçalo de Santa Rita. *op. cit.*, vol. II, p. 80.

³¹⁴ José Gonçalo de Santa Rita. *op. cit.*, vol. II, p. 81.

³¹⁵ A partir do século XIII, especificamente durante o reinado de D. Afonso III, inicia o período de recepção do direito romano justiniano em Portugal, conforme Marcelo Caetano. *História do direito português. Fontes – Direito Público (1140-1495)*. Lisboa: Verbo, 1985, p. 339. Com isso, a monarquia portuguesa, de maneira gradativa, assume a pretensão do rei-legislador, ou seja, as prerrogativas de *Imperatores*, conforme Fátima Regina Fernandes. “A recepção do direito romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia” *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 14, 2004. Para um debate mais global sobre as relações entre fontes de direito e concepções de poder régio, ver Nuno Espinosa Gomes da Silva. *História do direito português. Fontes de direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

O processo de concentração do poder real não se realizou de maneira uniforme em todas as espacialidades do Império português. Em regiões nas quais havia estruturas prévias, verificamos maiores tensões do que em locais que não possuíam força para rebater as intenções da Coroa.

António Hespanha aponta, para Portugal continental, que

os espaços mais densamente povoados têm tradições políticas mais radicadas; o que, por um lado, os transforma em zonas de irradiação de influências políticas e institucionais sobre espaços vizinhos menos densamente povoados; e, por outro, os torna mais resistentes a mudanças no campo político, institucional e jurídico³¹⁶.

Isso porque “a intensidade da ocupação humana do espaço multiplica as relações comunitárias, fortalece os processos de aculturação, intensifica a própria marcação política desse espaço que, como coisa rara, é disputado palmo a palmo, dividido e marcado por fronteiras e estruturas exactas”³¹⁷.

Já para as regiões com grandes espaços pouco povoados, a lógica opera de forma inversa. Ali, para Hespanha, “os contactos humanos são mais ocasionais; as regras de convivência menos quotidianamente experimentadas e as solidariedades grupais quase inexistentes. O espaço constitui um imenso quadro natural politicamente neutro – muito dele não é de ninguém ou é de todos; as fronteiras são fluídas”³¹⁸.

Logo, esses grandes espaços

pouco povoados sejam frequentemente zonas propícias à colonização, a rotação e inovação culturais e à recomposição territorial. Excepção serão, porventura, os espaços em que, à fraca densidade populacional, se somem condições geográficas que favoreçam o isolamento e preservação das tradições, como acontece, entre nós, com certas zonas do norte e nordeste trasmontano³¹⁹.

Se observarmos o Mapa 6, de densidade populacional por comarcas de Portugal continental por volta de 1527, e o Mapa 7, com a mesma interpretação para cerca de 1700, podemos tecer algumas reflexões sobre os embates entre poderes locais e a Coroa.

No norte de Portugal verificamos que há uma densidade demográfica de mais de 29

³¹⁶ António Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 84.

³¹⁷ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, p. 84.

³¹⁸ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, p. 85.

³¹⁹ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, p. 85.

habitantes por km², enquanto que na Beira há entre 20 a 29 habitantes por km². A menor densidade encontra-se no Algarve e em partes do Alentejo, com densidade variando entre 8 a 9 habitantes por km². No nordeste, nas áreas mais isoladas geograficamente de Trás-os-Montes, notamos também baixa densidade demográfica.

Conforme apontou Hespanha, zonas mais habitadas são mais reticentes às investidas centralistas da Coroa. Municípios mais antigos e politicamente consolidados, terras de ordens militares e religiosas, atuam como verdadeiras *estruturas de resistência* às ações de engrandecimento do poder real.

Em alvará régio de 1773, D. José interfere nas delimitações municipais no Algarve. Diante de municípios politicamente mais frágeis e pela ausência de estruturas de resistência, o rei promulga que “o referido Lugar de *Moncarapacho* fique inteiramente sujeito à Jurisdição da sua Cidade de *Faro*: Que os outros Lugares de *Alte*, e *Boliqueme* até agora pertencentes á Minha Coroa, fiquem desde logo pertencendo á mesma Casa, e Estado, e incluídos no Termo, e Jurisdição da outra Cidade de *Silves*”³²⁰.

Continua o reordenamento ao definir que “revertendo a dita *Vila de Alvor* para a Minha Coroa, seja abolida, e reduzida a Lugar do Termo da *Vila Nova de Portimão*, e que o sobredito Lugar de *Monchique* revertendo também á Minha Coroa, seja erigido em Villa, (como desde logo ficará por erguida)”³²¹.

Finaliza a supressão de Alvor e a elevação de Monchique à Vila ao ressaltar que “assim as nomeiem, e guardem aos Moradores dellas todos os Privilégios, Franquezas, e Liberdades, que tem as outras Villas deste Reino, e os Moradores dells; sem irem contra elles em parte, ou em todo, porque assim he Minha vontade, e mercê”³²².

Tal ação, de reordenamento territorial, com a extinção de municípios, não ocorreu no centro e norte de Portugal justamente por contarem com estruturas locais mais consolidadas e mais propensas à reagir às pretensões de engrandecimento do poder do rei.

Para o norte e centro de Portugal, Joaquim Romero Magalhães aponta que havia

igualdade legal de cada concelho. Paridade, pois, com a consequente inexistência de hierarquia entre as várias parcelas do território – em termos administrativos: estrutura horizontal em mosaico, sem escalões intermediários entre ela e a administração central. Não há um poder em pirâmide. Qualquer tentativa de transformação desta realidade, a pretensão

³²⁰ Portugal. *Collecção da Legislação Portuguesa. Desde a ultima compilação das Ordenações, redigidas pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typ. Maignense, 1820, p. 651.

³²¹ Portugal. *op. cit.*, p. 651.

³²² Portugal. *op. cit.*, p. 651.

de criar patamares de medição com poderes próprios, provocava a rebeldia das câmaras e o afastamento do poder régio³²³.

Já para as Conquistas, o cenário seria mais próximo da realidade algarvia do que em relação com o centro e norte do Reino. No caso do Brasil, somada à dispersão geográfica, tivemos a não continuidade espacial da fixação do colonizador.

Armelle Enders afirma que “o ‘Brasil’, isto é, as regiões controladas pelos portugueses, não constituía um conjunto homogêneo e contínuo no século XVII, e sim um arquipélago de colônias com poucos vínculos e destinos diferentes”³²⁴.

A colonização da América portuguesa foi definida pelo seu papel em um sistema de exploração comercial e a consequente inserção da colônia no circuito econômico mundial. Conforme variava a importância econômica da região, e consequentemente, maior era o interesse da Coroa, mais se fazia sentir a presença do Estado português³²⁵.

Assim, segundo Enders, “a cultura da cana-de-açúcar surgiu nas colônias portuguesas no início do século XVI, mas predominou no litoral do Nordeste, ao redor de Olinda em Pernambuco e na baía de Todos os Santos, onde havia abundância de terra fértil, argilosa e de cor escura, o massapé”³²⁶. Com isso, “a produção de açúcar beneficiou também a iniciativa dos donatários desejosos de valorizar suas propriedades, como Duarte Coelho em Pernambuco”³²⁷.

Aponta Enders o desenvolvimento da produção açucareira na colônia, pois,

³²³ Joaquim Romero Magalhães. “Reflexões sobre a estrutura municipal brasileira e a sociedade colonial brasileira”. *Revista de História Econômica e Social*. Lisboa, vol. 16, jul-dez 1985, p. 18.

³²⁴ Armelle Enders. *A nova história do Brasil*. São Paulo: Gryphos, 2012, p. 42.

³²⁵ Para a discussão sobre um sentido econômico da colonização do Brasil ver Caio Prado Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006, Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979 e Immanuel Wallerstein. *Capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

³²⁶ Armelle Enders. *op. cit.*, p. 42.

³²⁷ Armelle Enders. *op. cit.*, p. 42.

MAPA 6 – Densidade populacional por comarcas – Portugal (c. 1527)³²⁸

³²⁸ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, p. 74.

MAPA 7 – Densidade populacional por comarcas – Portugal (c. 1700)³²⁹

³²⁹ António Manuel Hespanha. *op. cit.*, p. 80.

em torno de 1570, existiam cerca de sessenta engenhos de açúcar no litoral brasileiro localizados, na maioria, em Pernambuco e na Bahia. Quinze anos depois o número de engenhos duplicou e reforçou a hegemonia das duas capitanias. Em 1689, havia 528 engenhos em funcionamento no Nordeste, mas também havia engenhos no Rio de Janeiro, que nesse ínterim se tornara um grande produtor³³⁰.

A parte sul da colônia não se fixou como elemento central do circuito comercial português. Para Angers, “o ‘complexo de fazendas’ não conseguiu acompanhar sozinho a dinâmica do Brasil, um arquipélago fragmentado de colônias³³¹. Na periferia da economia açucareira, os estabelecimentos portugueses desenvolveram-se segundo um esquema diferente da monocultura escravagista de exportação”³³².

Dessa forma, “São Paulo foi por muito tempo uma colônia pobre, uma sociedade de mamelucos onde se falava a ‘língua geral’, em vez do português”³³³.

Como forma de garantir a sobrevivência e a viabilidade da capitania de São Vicente,

a expansão do domínio português na região na segunda metade do século XVI deu-se com o extermínio de sociedades indígenas locais, e no momento em que a agricultura de São Paulo prosperou a mão de obra tornou-se escassa. Depois de esgotado os recursos de ‘compra’ de prisioneiros e de ‘guerras justas’ os habitantes de São Paulo, entre os quais os mamelucos que eram muito importantes, especializaram-se na busca de escravos nos sertões cada vez mais distantes para vendê-los, às vezes em Assunção, no vice-reinado do Peru, ou nas fazendas nordestinas quando as conexões com a África ficavam difíceis, ou, sobretudo, em São Paulo mesmo³³⁴.

Apesar dessas diferenças da colônia a partir da sua inserção no circuito comercial é importante atentarmos que o processo de colonização foi consolidado durante a União Ibérica. Conforme apresentamos anteriormente, o período filipino foi marcado pelo projeto de engrandecimento do poder, fenômeno também desejado pela Casa de Bragança.

Como as regiões colonizadas no território americano não possuíam *estruturas de resistência* a esse processo, ao contrário de algumas regiões do Reino, a ação da Coroa foi mais presente.

³³⁰ Armelle Enders. *op. cit.*, p. 42-43.

³³¹ Armelle Enders baseia-se, nessa formulação, nas reflexões sobre colonização litorânea e penetrações nos sertões de João Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 5ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1969, p. 107, [1ª edição, 1907].

³³² Armelle Enders. *op. cit.*, p. 58.

³³³ Armelle Enders. *op. cit.*, p. 58.

³³⁴ Armelle Enders. *op. cit.*, p. 58.

Roseli Santaella Stella, ao analisar as instituições e governo espanhol no Brasil, afirma que, “na Espanha do século XVI, o conceito de realeza e de Estado era indissociável do poder derivado da autoridade real como instância superior aos interesses particulares”³³⁵.

Alerta que a autonomia de Portugal durante a União Ibérica não foi plenamente efetivada pois “aceitar que o juramento de Tomar foi cumprido à risca em seus vários aspectos denuncia, mais que ingenuidade, o esquecimento de fenómenos sociais”³³⁶.

A partir da união com a Coroa filipina

em 1581, Portugal não só incorporou-se ao conjunto de reinos e conquistas dependentes de um monarca comum, como também passou a ser um elemento integrante do modelo de organização político-administrativo espanhol, conhecido pelas designações: sinodal, polissionodal, polissinódica e polissinodial. Isto quer dizer que os territórios que compunham a monarquia eram conduzidos por meio de Conselhos, Juntas e Tribunais. Ausente dos reinos, o rei se fazia representar por um vice-rei ou por governadores³³⁷.

Dessa forma “a união de Portugal aos domínios de Filipe II não trouxe apenas um reino a mais para a Espanha, mas o maior império que até então um monarca europeu havia herdado. Após ser reconhecido em Portugal como legítimo sucessor do Cardeal D. Henrique, o Reino luso e patrimônios colocavam-se sob o seu cetro”³³⁸.

Com isso, podemos apontar que a colonização do Brasil teve a base de sua estruturação durante o governo filipino. Em um território sem estruturas administrativas prévias consolidadas, projetos da Coroa ditaram mais do que ações autônomas na colônia.

O interesse por encontrar metais preciosos na capitania de São Vicente é, talvez, o reflexo mais evidente dessa ação de Madri na colônia outrora portuguesa. Roseli Stella indica que “o filão mineral encontrado no vice-reino do Peru não estava totalmente descoberto e talvez seguisse em direção ao Brasil”³³⁹.

Francisco Weffort, a esse respeito, afirma que,

a inauguração da União Ibérica, que se chamou também União das Coroas, mudou a partir de 1580 o regime político das metrópoles. Embora não tenha sido um tempo tão curto que se possa esquecer facilmente, pois durou cerca de oitenta anos, a União Ibérica foi uma mudança temporária. Mas poucas

³³⁵ Roseli Santaella Stella. *Instituições e governo espanhol no Brasil. 1580-1640*. Madrid: Mapfre, 2000, p. 4.

³³⁶ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 4.

³³⁷ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 14.

³³⁸ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 16.

³³⁹ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 19.

mudanças administrativas e políticas entre Portugal e Espanha foram tão significativas na história da conquista do que esta curiosa aliança entre os dois países, na qual, de fato, a Coroa portuguesa se submeteu à Coroa espanhola³⁴⁰.

Afonso Taunay relata que “era D. Francisco de Sousa, senhor de Beringel, e sétimo Governador-Geral do Brasil, em 1591, personalidade certamente de invulgar dotes de inteligência e energia. Veio para o seu governo disposto a executar largo programa que visava sobretudo impulsionar as expedições da devassa do sertão e da descoberta de jazidas de metais nobres”³⁴¹.

D. Francisco de Sousa, antes de ser nomeado governador-geral do Brasil foi, segundo Washington Luís, “capitão-mor da Comarca de Beja; e na Guerra de Sucessão de Portugal, seguiu a Filipe, Rei da Espanha, que, no ano de 1588, em que foi a armada com o Prior do Crato, o mandou a Elvas a levantar gente, e após o nomeou capitão da Mina, o que não teve efeito”³⁴².

Próximo de Filipe III, D. Francisco de Sousa, viajando à Madri,

convenceu o Governo Espanhol da existência das famosas minas, conseguindo que o Governo do Brasil fosse dividido em dois, dele retirando as capitanias de Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, que passaram a constituir a repartição do sul e dela foi encarregado o próprio D. Francisco para a conquista e administração das minas descobertas e de todas as mais que ao adiante se acharem nas três capitanias³⁴³.

A capitania de São Vicente, durante o período da União Ibérica, deixa de exercer posição periférica na colônia para assumir um papel de destaque, pois se vê “o quanto promissora a capitania de São Vicente, tanto por seu papel de guardião do Peru como pelas riquezas que se acreditava existir em seus limites”³⁴⁴.

Não somente em São Vicente se fez sentir a ação dos Filipes. Segundo Roseli Stella,

a criação do Estado do Maranhão, em 13 de junho de 1621, reforçava os interesses políticos e defensivos da Coroa em relação ao Brasil. A exemplo do vice-reino do Peru, Nova Granada e Nova Espanha, o novo Estado, independente do Brasil fora criado para atender o princípio de dividir para

³⁴⁰ Francisco Weffort. *Espada, cobiça e fé. As origens do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 127.

³⁴¹ Afonso Taunay. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 42.

³⁴² Washington Luís Pereira de Sousa. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 272.

³⁴³ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 287.

³⁴⁴ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 60.

reinar, segundo o qual o governo espanhol controlava as suas colônias na América portuguesa³⁴⁵.

Assim, em uma compreensão mais global dos domínios filipinos na América, Stella ressalta que “com a ocupação do extremo-norte brasileiro, a Coroa também intentava salvaguardar as riquezas do alto Peru à mercê dos seus inimigos que pelo Brasil poderiam adentrar”³⁴⁶.

Com esses dois casos, a criação da repartição sul e do Estado do Maranhão, “era óbvia a intervenção do Conselho espanhol nas matérias relativas a Portugal e evidente que não seria possível interferir oficialmente para não ferir o juramento de Tomar”³⁴⁷.

No entanto, “durante a união das Coroas, a proeminência do Estado espanhol irradiava-se no Reino português que, por sua vez, detinha o mando denominado periférico. As ações das instituições político-administrativas lisboetas, com relação ao Reino e conquistas em geral, eram limitadas pelas instituições localizadas na Corte, ou seja, em Madri”³⁴⁸.

Na esfera administrativa,

na tentativa de se implantar em Portugal um mecanismo utilizado na administração da América espanhola, foi criado em 1604 o Conselho da Índia, existente na Espanha desde 1524. Ainda que durante o período filipino sua existência fosse efêmera, pois em 1614 foi extinto, seria restabelecido em 1642, após a restauração portuguesa, com o nome de Conselho Ultramarino³⁴⁹.

Durante a União Ibérica, as atenções da monarquia passaram do Oriente para o Brasil. Isso porque

a privilegiada posição geográfica do Brasil aumentava o interesse espanhol pelo Reino luso, que antes da união já conhecia a situação defensiva e portuária da Colônia. Sob a tutela filipina haveria mais chances para a Espanha frear as investidas inimigas contra as reservas mineralógicas do Peru e estancar o florescente contrabando entre as colônias luso-espanholas, que igualmente desviava da Torre do Ouro de Sevilha grandes somas em minérios. Além disso, o veio aurífero encontrado no Peru talvez seguisse em direção ao Brasil. Outros interesses relacionados à África e à Ásia

³⁴⁵ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 81.

³⁴⁶ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 81.

³⁴⁷ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 82-83.

³⁴⁸ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 105.

³⁴⁹ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 137.

alimentavam as expectativas de Filipe II com relação ao império português³⁵⁰.

A maior concentração de poderes nas mãos do rei pode ser observada na política de capitanias. Doadas a capitães a título hereditário, como forma da Coroa, pobre porém ambiciosa, nas palavras de Florestan Fernandes³⁵¹, efetivar a posse do território durante a primeira fase da colonização portuguesa nas Américas.

Inclusive o próprio sistema de capitanias não foi produto da descoberta do Novo Mundo. Estabelecidas ainda no século XV, as capitanias foram a forma como Portugal empreendeu a colonização e o aproveitamento econômico das ilhas atlânticas, Açores, Madeira e Cabo Verde.

O pouco interesse que a América despertou em Portugal, no momento em que a riqueza estava no comércio com o Oriente é uma das razões pelas quais o sistema donatário teria sido transplantado das ilhas para o continente americano.

Com a pretensão de *engrandecimento do poder régio*, através do contato com o pensamento político espanhol e sua prática governativa durante a União Ibérica, a Coroa portuguesa inicia um processo de compra das capitanias hereditárias e as transforma em capitanias reais. Efetiva, portanto, na colônia, uma maior presença político-administrativa portuguesa³⁵².

³⁵⁰ Roseli Santaella Stella. *op. cit.*, p. 171.

³⁵¹ Florestan Fernandes. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 34.

³⁵² Para a discussão sobre as capitanias no Império português, sua formação, prática e processo de compra pela Coroa, ver António Vasconcelos de Saldanha. *As capitanias do Brasil: antecedente, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: CNCDP, 2001.

Parte III

Povoamento nos sertões de São Paulo

Descobrimento

*Um oceano de músculos verdes
Um ídolo de muitos braços como um polvo
Caos incorruptível que irrompe
E tumulto ordenado
Bailarino contorcido
Em redor dos navios esticados*

*Atravessamos fileiras de cavalos
Que sacudiam suas crinas nos alísios*

*O mar tornou-se de repente muito novo e muito antigo
Para mostrar as praias
E um povo
De homens recém-criados ainda cor de barro
Ainda nus ainda deslumbrados.*

Sophia de Mello Breyner Andresen¹

¹ Sophia de Mello Breyner Andresen. *Geografia*. Lisboa: Caminho, 2004, p. 77, [1ª edição, 1967].

Capítulo 7

Circulação de experiências de povoamento no Novo Mundo

A proposta desse capítulo é discutir o fenômeno urbano na América a partir da circulação de conhecimentos. A ideia principal é que o município não foi transplantado da Europa para o Novo Mundo, mas influenciado por práticas castelhanas, portuguesas e, especialmente, indígenas.

As práticas indígenas foram importantes para a construção do fenômeno urbano americano, principalmente por conta da hegemonia demográfica indígena e pelo conhecimento ambiental das populações nativas.

Circulação de ideias

Quando os europeus chegaram à América e se depararam com um Novo Mundo, procuraram efetivar a posse do território através do povoamento. Inicialmente motivada pela busca de reinos míticos e que garantiriam infinitas riquezas, a colonização moderna na América encontrou, no estabelecimento de cidades, a maneira de tornar a conquista permanente.

No entanto, o estabelecimento de cidades na América não correspondeu a uma continuidade dos municípios europeus no novo continente.

Ocorreu um processo que acompanha a criação de uma imagem da América, desde uma ideia de paraíso terrestre à terra de colonização e exploração econômica.

Em meio a própria criação do que seria América, forjada pelos relatos de viajantes e descrições sobre a natureza, na Europa circulavam ideias de como povoar o continente com cidades.

Claude Markovits, Jacques Pouchepadass e Sanjay Subrahmanyam, na Introdução de *Society and circulation. Mobile people and itinerant cultures in South Asia, 1750-1950*, tecem algumas considerações a respeito da circulação de conhecimentos em contextos coloniais. Afirmam que

circulation is different from simple mobility, inasmuch as it

implies a double movement of going forth and coming back which can be repeated indefinitely. In circulation, things, men and notions often transform themselves. Circulation... therefore... implies an incremental aspect and not the simple reproduction across space of already formed structures and notions².

Essa posição defende que o conhecimento não tem uma transmissão unidirecional e nem corresponde ao fluxo Europa – colônias. Demonstra, ao contrário, que as experiências coloniais são fruto de uma complexa rede de experiências que envolve vários pontos, especialmente conhecimentos locais, denominados subalternos³.

A concepção de circulação de experiências, com sua multipolaridade, é exemplificada por Kapil Raj. Para o autor, essa questão pode ser vista

very briefly at an example from modern botany. Making inventories of local flora was crucial to European nations engaged in ever increasing trade networks across the globe during the seventeenth and eighteenth centuries. A knowledge of plants and their uses was important not only for introducing new commodities of the European markets but also for maintain the health of the thousands of sailors and traders who found themselves in the hostile climes of the tropics. The Portuguese, the Dutch, the English, and the French prepared voluminous herbals of Asian plants. Of course, the stories told so far about the making of this knowledge invariably involve indigenous people who are described as ‘informants’, responding to questions determined by European investigators designated as ‘collectors’ or ‘travelers’. This information is transformed into certified knowledge in the metropolis and can then be disseminated *urbe et orbe*⁴.

Seguindo a concepção de circulação e construção de conhecimento como mais efetiva que a ideia de “difusão” a partir de um centro europeu, Kapil Raj destaca que

² Claude Markovits, Jacques Pouchepadass e Sanjay Subrahmanyam. “Introduction: Circulation and Society under Colonial rule”. *Society and Circulation. Mobile people and itinerant cultures in South Asia, 1750-1950*. Delhi: Permanent Black, 2003, p. 2-3.

³ Subaltern studies correspondem à crítica de historiadores da Ásia Meridional à produção colonialista da história dos Impérios. Para uma discussão sobre a temática, ver Vinayak Chaturvedi. *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. Londres e Nova York: Verso, 2000 e David Ludden. *Reading Subaltern Studies. Critical History, Contested Meaning and Globalization of South Asia*. Londres: Anthem Press, 2000.

⁴ Kapil Raj. “Beyond postcolonialisms... and postpositivism. Circulation and the Global History of Science”. *Isis*, n. 104, 2013, p. 343.

more important, however, the term ‘circulation’ serves as a strong counterpoint to the unidirectionality of ‘diffusion’ or even of ‘dissemination’ or ‘transmission’ of binaries such as metropolitan science / colonial science or center / periphery, which all imply a producer and an end user. ‘Circulation’ suggests a more open flow – and especially the possibility of the mutations and reconfiguration coming back to the point of origin. Moreover, the *circulatory perspective* confers agency on all involved in the interactive process of knowledge construction⁵.

Dessa forma, pontua que “circulation occurs within bounded spaces. The geography of these spaces of circulation changes historically, depending on the nature, morphology, geography, and relative power of the networks that interact in any given situation”⁶.

Mark Gamsa, em *Cultural translations and the transnational circulation of books* afirma que “drawing on new insights from transnational and world history studies of material culture and intellectual geography, this article seeks to reclaim literary translations for history”⁷.

Essa interpretação da circulação de conhecimentos proposta por Gamsa foca, principalmente, em redes de difusão de livros e destaca essa espacialidade através do mapeamento de *geografias intelectuais*.

A respeito da ideia de espaços de circulação, Fa-ti Fan apresenta uma postura mais crítica em relação à história global. Aponta que os historiadores “have lately discovered the global. In recent years, books, articles, and conferences devoted to global history of science and technology are appearing at a rapid rate”⁸.

Contudo, para Fa-ti Fan, essa tendência atual para as perspectivas globais apresenta algumas fragilidades. Afirma que

the concept of circulation has become a buzzword in the history of science. It reinforces the now accepted view that knowledge production and scientific practice were not confined to the familiar sites of societies, museums, and laboratories. Ideas and information transmitted by networks and often across cultures

⁵ Kapil Raj. *op. cit.*, p. 344.

⁶ Kapil Raj. *op. cit.*, p. 345.

⁷ Mark Gamsa. “Cultural translation and the transnational circulation of books”. *Journal of World History*, vol. 22, n. 3, 2011, p. 575.

⁸ Fa-ti Fan. “The global turn in the History of science”. *East Asian Science, Technology and Society*, vol. 6, n. 2, 2012, p. 249.

played a major role in making of modern sciences⁹.

A ideia de um mundo interconectado e com relações entre todas as partes é desconstruída por Fan. Para o autor,

the image of circulation, however, can be misleading. It tends to suggest that people information, and material objects flowed smoothly along networks and channels. Circulation appears to be a ‘natural’ or default condition. Yet, not only did the movement of knowledge and material objects require work – consider the efforts put into transport plants and animals, live or dead, across oceans – but its trajectory may not have been as teleological as circulation would imply¹⁰.

A partir dessa crítica, apresenta que “what is called ‘circulation’ may have been really a series of negotiations, pushes and pulls, struggles, and stops and starts. The image of circulation tends to impose too much unity, uniformity, and directionality on what was complex multidirectional and messy”¹¹.

A ideia apresentada por Raj, Gamsa e problematizada por Fan nos permite pensarmos melhor como se deu a formação e aplicação do conhecimento urbano nas Américas. Essa experiência foi construída a partir da descoberta e da invenção da imagem do Novo Mundo.

Assim, diante da perplexidade do europeu diante do novo continente descoberto, foram escritos inúmeros relatos de viajantes, os quais tratamos no capítulo 2. Também circularam descrições da nova terra com foco na natureza americana.

Em relação à essas descrições, destacamos o *Tratado da terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gandavo, publicado em 1576. Nessa obra, o autor apresenta uma narrativa sobre as capitânicas, os costumes dos indígenas, dos animais e vegetação, bem como das riquezas potenciais que seriam encontradas nessa terra.

A obra teve como motivação apresentar ao público europeu a novidade do Novo Mundo e esse conhecimento logo entrou na rede de circulação de saberes na Europa.

De acordo com Robert Darton, “books refuse to be contained within any

⁹ Fa-ti Fan. *op. cit.*, p. 251.

¹⁰ Fa-ti Fan. *op. cit.*, p. 252.

¹¹ Fa-ti Fan. *op. cit.*, p. 252.

discipline... they also refuse to respect natural boundaries”¹². Assim, “by their very nature, books refuse to be contained within any discipline, whether it be bibliography, literature, history, economics, or sociology. They also refuse to respect national boundaries, especially in the early modern era, when educated people everywhere read Latin and French”¹³.

Mesmo com a circulação de livros e outros impressos sobre a América, a população letrada era extremamente reduzida para pautarmos os livros como ponto central de uma circulação de conhecimento¹⁴.

Contudo, trocas de experiências, circulação de ideias entre conquistadores de várias origens e de países diferentes, foram responsáveis pela construção de uma ideia de cidade no Novo Mundo. Mais do que circulação de obras sobre a temática americana, os relatos de viagem, as experiências de navegadores e colonos contribuíram para a consolidação do fenômeno urbano da América.

Cidades castelhanas na América

A conquista da América pelos castelhanos, posterior às navegações de Colombo, teve como intuito principal efetivar a posse do novo continente. Associada a essa ideia, a cobiça dos europeus atua como propulsora das expedições nas ilhas do Mar do Caribe e em incursões no continente, na altura do atual México.

Marcello Carmagnani apresenta, a respeito da conquista castelhana, que

los principales centros son conquistados en poco más de treinta años, entre 1519 y 1550, y que la ocupación se lleva a cabo por gemación. En efecto, una vez ocupado un lugar significativo como Tenochtitlan (la Ciudad de México) entre 1521 y 1524, desde ese enclave parten nuevas conquistas que a su vez dan origen a una red de asentamientos ibéricos¹⁵.

Dessa forma, “podemos constatar que los centros desde los cuales parten las expediciones, originadas a su vez en Santo Domingo, son fundamentalmente cuatro:

¹² Robert Darton. *Society of the History of Authorship, reading and publishing (SHARP) News*, vo. 3, n. 3, 1994, p. 2.

¹³ Robert Darton. *op. cit.*, p. 3.

¹⁴ Para um debate sobre a cultura letrada em Portugal e seu impacto social, ver Diogo Ramada Curto. *Cultura escrita. Séculos XVI a XVIII*. Lisboa: ICS-UL, 2007.

¹⁵ Marcello Carmagnani. *El Otro Occidente. América Latina desde la invasión europea hasta la globalización*. México: FCE, 2011, p. 49.

Panamá (1519), México (1521-1524), Perú (1534-1535) y Buenos Aires (1536-1537)”¹⁶. E, “partir de estos asentamientos se despliega la ocupación de enormes territorios llevadas a cabo por pocos españoles”¹⁷.

Carmagnani resalta que “la penetración hasta el interior de México se verifica con gran rapidez: en poco más de veinte años – entre 1521 y 1547 – México central, bajo control del imperio mexica o azteca, pasa a las manos de los invasores españoles”¹⁸.

Na região andina a situação não foi diferente, pois “entre 1534-1535 y 1550, se lleva a cabo el gradual control español de esos territorios y su prolongación hasta Chile. Similar es el itinerario en el Río de la Plata: entre 1536 y 1553 y por vía fluvial se llega a controlar las áreas internas hasta la región preandina del actual Tucumán”¹⁹.

Ao adotar uma perspectiva comparada, o autor aponta que

la mayor rapidez de la invasión española respecto a la brasileña obedece al sistema organizativo, Portugal utiliza el instrumento de la donación real, institucionalizada en el momento en que arrecia la penetración francesa, la cual permite obtener capitanías hereditarias de unas cincuenta leguas de litoral y una extensión indeterminada hacia el interior²⁰.

Já em diferença ao modelo português,

la monarquía española perfecciona el instrumento de la capitulación, que se había ido consolidado tras la anulación de los privilegios concedidos a Colón y a sus herederos. Dicho acuerdo contempla que el beneficiario de la capitulación financiará la exploración, el asentamiento y el poblamiento del territorio²¹.

Assim, conclui Carmagnani que

el instrumento aplicado por la monarquía española no sólo es más fácilmente controlable, sino que resulta más flexible que el sistema portugués, porque la capitulación queda anulada si no es activada de inmediato, mientras que la donación portuguesa puede

¹⁶ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 49.

¹⁷ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 49.

¹⁸ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 49.

¹⁹ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 52.

²⁰ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 52.

²¹ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 52.

ser cedida por un beneficiario a otro²².

No entanto, “esta mayor consistencia y flexibilidad de la capitulación, complementaria a un mayor control por parte de funcionarios y sacerdotes, y obliga a las empresas de conquista a moverse para alcanzar sus objetivos lo más rápidamente posible”²³.

Esse maior controle da Coroa na América castelhana pode ser visto como uma aplicação de uma tendência maior de centralização. A experiência da conquista de Granada, no sul da Espanha, e a crescente concentração de poderes nas mãos do rei de Castela fomentaram uma maior presença da Coroa castelhana na América.

O fator urbano também foi resultado dessa conjuntura inicial de ocupação americana. Para a Coroa estar presente no novo território, privilegiou-se o estabelecimento de cidades.

As cidades foram a solução encontrada pelos conquistadores castelhanos diante do contato com os Impérios asteca e inca. Jorge Hardoy define que “el advenimiento de las culturas clásicas, a fines del período precristiano marcó el comienzo de la urbanización que alcanzó un prolongado auge durante la mayor parte del primer milenio A. J. C., y que significó uno de los momentos culminantes del arte prehispánico”²⁴.

Com isso,

durante el último y breve período del proceso urbanístico prehispánico la ciudad adquirió sus características más urbanas. Tenochtitlan y el Cuzco representan ese período. Fueron las capitales de los dos territorios más densamente poblados en los cuales se produjeron en los dos intentos político-administrativos más evolucionados de los siglos prehispánicos²⁵.

De acordo com Hardoy, “Tenochtitlán, capital azteca, y Cuzco, capital incaica, fueron las ciudades más importantes que encontraron los españoles en América. Urbanísticamente eran síntesis de los conceptos urbanos de aztecas e incas”²⁶.

²² Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 54.

²³ Marcello Carmagnani. *op. cit.*, p. 54.

²⁴ Jorge E. Hardoy. “Dos mil años de urbanización en América Latina”. *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1969, p. 25.

²⁵ Jorge E. Hardoy. *op. cit.*, p. 30.

²⁶ Jorge E. Hardoy. “El proceso de urbanización en América Latina”. *La cultura en América Latina, Monografías 2*. La Habana: Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe, 1974, p. 9.

As cidades pré-colombianas sintetizam o apreço desses povos ao planejamento do espaço e ao ordenamento urbano. Dessa forma,

el sentido cruciforme se convirtió en el estereotipo de las ciudades aztecas en la meseta central de México y la gran plaza de Cuzco fue repetida, con otras formas pero para cumplir funciones similares, en otras ciudades incaicas. Aztecas e incas ejercieron un fuerte control sobre la cultura material de los pueblos sojuzgados aunque urbanística y arquitectónicamente su influencia estuvo concentrada en las principales ciudades²⁷.

Esse foi o panorama urbanístico da América quando os conquistadores europeus chegaram às capitais desses Impérios. A conquista da América pode ser compreendida como o contato e dominação de dois impérios urbanos, com cidades cujas dimensões excediam os grandes centros europeus.

Assim,

una vez que los españoles entraron en contacto directo con las civilizaciones indígenas más avanzadas y las conquistaron, la orientación de la conquista sufrió un cambio considerable. Y como consecuencia del renovado interés de la Corona y de la nobleza, pero esencialmente del espíritu de conquista y de aventura y de la ansiedad por alcanzar rápidas riquezas y prestigio por parte de millares de aventureros anónimos, entre 1520 y 1535 la extensión de los territorios de España en América se multiplicó varias veces. En estos territorios, a partir de la fundación española de México en 1521, el ritmo de las fundaciones urbanas se aceleró²⁸.

A instalação de cidades castelhanas sobre as cidades pré-colombianas, no sentido de neutralizar sua influência e consolidar um discurso de dominação pelo aspecto espacial, não resultou o efeito desejado. Para Hardoy, “en 1524 Cortés reedificó la capital de los aztecas de acuerdo con un trazado preconcebido”²⁹. E,

a partir de ese momento, la ciudad de México fue la base de operaciones para la conquista del territorio actual de México, del sur y sudoeste de los Estados Unidos y el norte de América

²⁷ Jorge E. Hardoy. *op. cit.*, p. 9.

²⁸ Jorge E. Hardoy. “Dos mil años de urbanización en América Latina”. *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1969, p. 34-35.

²⁹ Jorge E. Hardoy. “El proceso de urbanización en América Latina”. *La cultura en América Latina, Monografías 2*. La Habana: Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe, 1974, p. 11.

Central. Desde México se origina la fundación de Guadalajara, Puebla, Oaxaca, Guatemala, la Villa Real de Chiapas y la incorporación de los territorios mineros de Guarajunto³⁰.

Já em relação à conquista do Império Inca a situação foi distinta, pois “en 1534 Pizarro llegó al Cuzco. Su inaccesibilidad y el clima del altiplano lo decidieron a elegir un sitio más favorable en la costa para fundar Lima, la futura capital del Virreinato del Perú, en 1535”³¹.

A partir desse contexto, de contato com culturas urbanas, a conquista da América significou a criação de uma rede urbana que consolidasse e garantisse o domínio castelhano sob as populações locais.

José María Ots Capdequí, em *El municipio en América: aportaciones para la historia del régimen hispano-americano del período colonial*, defende que “la historia de los pueblos hispanoamericanos, durante el período colonial, es tanto historia de España como historia de América”³².

Corroborando com a visão de transplantação do município castelhano em terras americanas, Cláudio Sánchez-Albornóz define que

el municipio hispanogodo, que llevaba en sus entrañas los mismos gérmenes de descomposición que el romano, acentuados ahora porque las nuevas instituciones sociales y políticas de la época se avenían mal con su perduración, continuó su curso descendiente durante el siglo VI, y desapareció, por entero, en la primera mitad del siglo XVII³³.

Assim, frente a uma alegada centralização precoce, Sánchez-Albornóz aponta que “el régimen municipal fue extinguiéndose silenciosa y despaciosamente”³⁴.

A interpretação da origem romana do município ibérico, bem como de sua decadência frente a investidas de centralização da Coroa, tem reforço nas ideias de José María Rosa.

Em *Del municipio indiano a la provincia argentina (1580-1852)* descreve que

³⁰ Jorge E. Hardoy. *op. cit.*, p. 11.

³¹ Jorge E. Hardoy. *op. cit.*, p. 11.

³² José María Ots Capdequí. *El municipio en América: aportaciones para la historia del régimen hispano-americano del período colonial. Conferencia pronunciada en el Congreso Histórico Municipalista*. Madrid: Compañía General de Artes Gráficas, 1930, p. 6.

³³ Cláudio Sánchez-Albornóz y Menduiña. *Ruina y extinción del municipio romano en España e instituciones que le reemplazan*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1943, p. 43.

³⁴ Cláudio Sánchez-Albornóz y Menduiña. *op. cit.*, p. 49.

el municipio español del XVI, con su libertad foral inexistente y menguada autonomía, Corregidores y funcionarios reales, Regidores perpetuos, milicias centralizadas y hacienda dependiente de la Corona, fue el modelo para organizar el régimen político de las poblaciones indianas. La España del XVI se trasplantaba a Indias; pero inesperadamente dio un salto atrás hacia el XIV por las condiciones de vida en el Nuevo Mundo³⁵.

Com essa ideia de transplantação, “en las capitulaciones de Santa Fe en 1492, los Reyes Católicos establecieron un sistema municipal centralizado”³⁶, sendo que à fundação da nova cidade precede um regimento³⁷.

Portanto, para José María Rosa, inicialmente “la ciudad no ha nacido, pero ésta concebida cuando el Fundador tomo *reseña* a la gente que formará la milicia comunal y constituye el *Cabildo* que la gobernará. Nacerá en el momento de trazarse la ‘planta’ y erigirse el rollo de la justicia en la ‘plaza de armas’”³⁸.

Criada inicialmente como projeto, “no hay casas, ni calles, ni plaza, ni cerca. Todo vive en la imaginación de los fundadores”³⁹.

Contudo, apesar dos regimentos e do planejamento prévio da localização das novas cidades, Rosa ignora qualquer contribuição indígena para o processo.

Jorge Hardoy, conforme apontamos anteriormente, define os dois impérios pré-colombianos como essencialmente urbanos. Inclusive sobre Tenochtitlan é estabelecida a cidade do México, capital do vice-reino de Nova Espanha.

Em relação à estruturação político-administrativa colonial, Rosa foca nas composições estabelecidas pela legislação. Aponta que

el cabildo gobierna la ciudad. Se compone del *Regimiento* y la *Justicia*. El Regimiento, conjunto de seis a doce regidores (Buenos Aires tuvo seis en su origen y diez al extinguirse su Cabildo en 1821), tiene la administración de la ciudad. Además de sus funciones en pleno, cada regidor cumple a una determinada: el de primer voto es *Alférez*, otro *Defensor de Menores*; otro de *Pobres*. La vara de *Fiel Ejecutor* se turna entre los restantes⁴⁰.

³⁵ José María Rosa. *Del municipio indiano a la provincia argentina (1580-1852): formación social y política de las provincias argentinas*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953, p. 14.

³⁶ José María Rosa. *op. cit.*, p. 14.

³⁷ José María Rosa. *op. cit.*, p. 36.

³⁸ José María Rosa. *op. cit.*, p. 36.

³⁹ José María Rosa. *op. cit.*, p. 37.

⁴⁰ José María Rosa. *op. cit.*, p. 47-48.

Os *cabildos* compartilham prerrogativas com poderes centrais e, sobre isso, Rosa descreve que

la más alta autoridad real de la ciudad presidía el Cabildo. Pero en el siglo XVII se hizo práctica (quizá por la creciente autonomía de los municipios) que ésta permaneciera ausente y lo reemplazara el Alcalde primer voto (en su reemplazo el de segundo voto, a los regidores por numeración). El presidente nato concurría, por sí o por medio de un representante, solamente el día de las elecciones a fin de proclamar el resultado y confirmar la elección⁴¹.

As estruturas urbanas coloniais na América castelhana seguiam uma hierarquia estabelecida.

La ciudad goza de la plenitud de funciones edilicias, militares, judiciales, etc. Las había de tres categorías: pretoriales o virreinales, cuando era sede de un virrey o capitán general; metropolitanas, siendo cabeceras de una Provincia Real, y sufragáneas en caso contrario. Según las leyes de Indias, las ciudades virreinales o metropolitanas deberían tener ocho regidores, pero Buenos Aires nunca tuvo más de nadie. Las sufragáneas, ocho; pero en la Argentina no pasaron de seis⁴².

Já “las *villas* son poblaciones con menos de treinta familias. Tienen un Cabildo de un Alcalde Ordinario y cuatro regidores, uno de los cuales hace de Síndico. Carecen de atribuciones militares y sus vecinos formaban ‘milicias rurales’ comandadas desde la ciudad vecina”⁴³.

Os *lugares*, por sua vez, são “poblados por menos de diez familias y que podían tener un Cabildo semejante al de las villas”⁴⁴ e “la *reducción* es un poblado indígena. Posee Cabildo a semejanza de las villas, y como éstas carece de autonomía militar. Las resoluciones de su Cabildo son válidas previa aprobación del *Corregidor* español designado por el gobernador de la provincia”⁴⁵.

Por último temos a *misión*, “que se diferencia de la reducción por tener su frente un *Cura Doctrinero* que cumple las funciones de Corregidor, y depende de la

⁴¹ José María Rosa. *op. cit.*, p. 53.

⁴² José María Rosa. *op. cit.*, p. 57.

⁴³ José María Rosa. *op. cit.*, p. 58.

⁴⁴ José María Rosa. *op. cit.*, p. 58.

⁴⁵ José María Rosa. *op. cit.*, p. 58.

Orden Religiosa que gobierna la provincia”⁴⁶.

Apesar da uniformidade da legislação que regulava os *cabildos*, José Luís Caño Ortigosa defende que há especificidades entre eles. Em *Los cabildos en Indias: un estudio comparado*, afirma que “a partir del análisis de los cabildos que han sido estudiados hasta hoy se pretende comprobar que la composición y evolución de los mismos variaba, siendo muy difícil encontrar dos cabildos iguales. Desde luego, resulta sorprendentemente que ellos ocurriera puesto que, legalmente, las estructuras debían ser las mismas”⁴⁷.

Estabelece Caño Ortigosa que “en el proceso de fundación de los cabildos y en su evolución posterior, el principal condicionante era el interés de la Corona por controlar un territorio concreto y asentar allí el mayor número posible de población y de instituciones hispanas”⁴⁸.

Dessa forma,

con el paso del tiempo y con el cambio de las condiciones demográficas, políticas y socio-económicas de cada lugar, cada población fue adecuada su nivel de reconocimiento oficial, su importancia y sus instituciones al papel que jugaba dentro del Imperio. Es por ello que todas las regiones no se fundaron un número parecido de ciudades, que los pueblos y villas que integraban no poseían la misma categoría y que la evolución que experimentó cada lugar fue distinta⁴⁹.

Portanto, podemos problematizar o município da América castelhana como uma resposta e consequência frutos da dinâmica de cada região. Mais que a transplantação de estruturas político-administrativas, o município americano foi uma criação da conjuntura do Novo Mundo, assentada em sítios urbanos muitas vezes ocupados previamente por sociedades pré-colombianas.

Cidades portuguesas na América

Os municípios portugueses na América tiveram dinâmica distinta em relação aos castelhanos. Enquanto que Castela se deparou com sociedades estruturadas e

⁴⁶ José María Rosa. *op. cit.*, p. 58.

⁴⁷ José Luís Caño Ortigosa. *Los cabildos en Indias: un estudio comparado*. Corrientes: Moglia, 2009, p. 12.

⁴⁸ José Luís Caño Ortigosa. *op. cit.*, p. 16.

⁴⁹ José Luís Caño Ortigosa. *op. cit.*, p. 16.

urbanizadas, Portugal encontrou populações indígenas dispersas pelo litoral atlântico.

Como não houve o contato com impérios urbanos e ricos, como ocorreu com os conquistadores castelhanos, a colonização portuguesa concentrou-se no litoral. Soma-se a essa situação a ameaça dos franceses, que, com suas constantes incursões, chegaram a estabelecer uma feitoria na baía de Guanabara.

Com isso, nas palavras de frei Vicente do Salvador, a colonização inicial portuguesa fora sobretudo litorânea, pois os mesmos “contentaram-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”⁵⁰.

A exceção a essa regra foi a penetração no planalto de São Paulo, principalmente no estabelecimento da vila de Santo André em 1553 e sua transferência como vila de São Paulo em 1560.

O processo da conquista da América pelos portugueses foi tarefa mais difícil do que para os castelhanos. Pois, ao dominar os Asteca e Inca, conquistaram as populações por esses impérios subjugadas. Assim, em poucos anos, Castela dominou boa parte da Mesoamérica e longa extensão do território andino.

Enquanto isso, o território português na América, povoado por inúmeras sociedades indígenas, teve de ser conquistado núcleo a núcleo. Tarefa essa que demandou maiores esforços, negociações entre portugueses e indígenas e, muitas vezes, mais retrocessos que avanços.

Certamente a conquista portuguesa foi favorecida pela alta mortalidade dos índios por conta do contato desses com doenças trazidas pelos europeus. Por não contarem com resistência biológica, grande parte da população indígena da costa morreu e outra parte migrou para o interior do continente⁵¹.

Apesar dessa especificidade do processo de conquista portuguesa e pela dinâmica mais propícia à negociação com autoridades indígenas, a historiografia sobre poderes locais na América foca a ideia de continuidade do município americano como sendo transplantação do português.

Conforme apresentamos no capítulo 5, a historiografia sobre poderes locais em Portugal estrutura-se a partir das interpretações de Alexandre Herculano. Esse autor afirma que “na verdade o município, também de origem romana, sobrevivera á

⁵⁰ Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*, liv. I, cap. III.

⁵¹ Sobre a discussão do impacto biológico da conquista da América, ver Alfred W. Crosby Jr. *The Columbus Exchange: Biological and Cultural consequences of 1492*. Westport: Greenwood Press, 1972 e Jared Diamond. *Guns, germs, and steel. The fates of human societies*. New York: W. W. Norton, 1998.

ruína do império e protrahira a sua mais ou menos complexa existência até a dissolução da sociedade wisigothica”⁵².

Também aponta como argumento para a origem romana dos municípios lusitanos, que “o estabelecimento de alguns municípios no novo território precedeu a fundação da monarchia”⁵³. E, como argumentação prática, defende que “a origem essencialmente romana dos nossos municípios manifesta-se no próprio nome com que foram designados desde o principio nas línguas néo-latinas de Hespanha”⁵⁴.

Edmundo Zenha, em *O município no Brasil, 1532-1700*, apoia-se em Herculano ao delegar aos municípios romanos a origem dos congêneres portugueses.

Reforça a ideia de que o município português na América não foi só fruto de uma transplantação do lusitano como esse também apresentou uma filiação romana. Ou seja, em última instância, o município no Brasil seria um fator de continuidade do Novo Mundo com a tradição clássica europeia representada por Roma.

Afirma Zenha que “aqui o município surgiu unicamente por disposição do Estado que, nos primeiros casos, no bojo das naus, mandava tudo para o deserto americano: a população da vila, os animais domésticos, as mudas de espécies cultiváveis e a organização municipal encadernada no livro I das Ordenações”⁵⁵.

Continua sua ideia de transplante do município ao apresentar que “as humildes vilas brasileiras, lamparinas de civilização que o português custosamente acendia pela costa imensa, tiveram seu nascedouro subordinado a um programa elaborado em Lisboa”⁵⁶.

De forma geral, Zenha caracteriza os municípios portugueses na América como agentes da prática política de Portugal. Destaca que “por longos anos foram estas vilas, assim fundadas sob o regime municipal inerente aos hábitos administrativos da metrópole e sob a vigilância dos grandes homens colocados por esta à frente da iniciativa, as representantes do país; são o Brasil-colônia dos primeiros tempos”⁵⁷.

Em relação à atuação prática das câmaras luso-americanas, Zenha afirma que

⁵² Alexandre Herculano. *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Lisboa: Bertrand, 19--., tomo VI, livro VII, p. 92, [1ª edição, 1846].

⁵³ Alexandre Herculano. *op. cit.*, tomo VII, livro VIII, p. 81.

⁵⁴ Alexandre Herculano. *op. cit.*, livro XVII, livro VIII, p. 82-83.

⁵⁵ Edmundo Zenha. *O município no Brasil, 1532-1700*. São Paulo: IPE, 1948, p. 23.

⁵⁶ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 25.

⁵⁷ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 26.

as Ordenações confinavam o mais possível, os municípios dentro do setor administrativo; no Brasil, no entanto, este campo estreitou-se angustiosamente já pela pobreza dos concelhos, já pelo regime econômico que dava aos grandes potentados coloniais elementos de realização muito mais eficazes que aqueles de que dispunha a edilidade⁵⁸.

Conclui Zenha que “o Brasil-colônia não tenha criado ‘um tipo novo de organização municipal’ é cousa de que nem deve ser tratada a demonstração. Nós não o criamos da mesma forma que a Espanha ou Portugal ou a França não o puderam fazer”⁵⁹.

Contudo, ignora Zenha nessa formulação a diferença entre estrutura político-administrativa e a prática de exercício de poder. Certamente não houve a criação de novas estruturas administrativas na América portuguesa, mas houve alterações de exercício de poder, em decorrência das novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas no Novo Mundo.

Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*, aborda o município de forma distinta da efetuada por Edmundo Zenha.

Para o autor, o coronelismo corresponde às atuações de negociação entre o poder local e as autoridades centrais, principalmente no Império e na República. Por isso, ao contrário de Zenha, não apresenta o município como entidade com poder e que teve sua força restringida após a Independência.

Os poderes locais, na concepção de Victor Nunes, extrapolaram os limites da Câmara municipal. O enfraquecimento dessas, após 1828, quando passam a ser estruturas administrativas e perdem atribuições jurídicas, não significa limitação dos poderes locais.

Com a criação das assembleias provinciais, os interesses locais passam dos municípios para essas. Muda-se o espaço de atuação e não uma situação de maior centralização.

Em relação à estruturação das câmaras, Victor Nunes afirma que essa

compunha-se dos dois juízes ordinários, servindo um de cada vez, ou do juiz de fora (onde houvesse) e dos três vereadores. Eram

⁵⁸ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 29.

⁵⁹ Edmundo Zenha. *op. cit.*, p. 38.

também oficiais da câmara com funções especificadas o procurador, o tesoureiro e o escrivão, investidos por eleição, da mesma forma que os juizes ordinários e os vereadores. A própria câmara é que nomeava os juizes de vintena, almotacés, depositários, quadrilheiros e outros funcionários⁶⁰.

A principal contribuição de Victor Nunes frente à obra de Zenha é separar a atuação municipal do formalismo de suas prerrogativas legais. Aponta que “não é possível, contudo, saber o que eram as câmaras coloniais pelo simples exame da legislação aplicável”⁶¹.

Principalmente porque “não raro a Coroa sancionava usurpações, praticadas através das câmaras pelos onipresentes senhores rurais. Legalizavam-se, assim, uma situação concreta, subversiva do direito legislado, mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nestas longínquas paragens”⁶².

Assim, o poder político dos senhores rurais se faria sentir nas câmaras coloniais, pois “seria difícil conter essas manifestações do poder privado em uma estrutura cuja unidade fundamental – que imprimia o seu selo no conjunto das demais instituições – era o extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo”⁶³.

Embora reforce a tese da transplantação, ao afirmar que as câmaras municipais, “cuja estrutura foi transplantada de Portugal”⁶⁴, Victor Nunes destaca a especificidade da realidade americana como fundamental na compreensão da dimensão política do instituto.

Inclusive coloca em destaque as diferenças regionais e os interesses econômicos que cada área representava. Por isso, “o regime administrativo instaurado nas regiões auríferas demonstra suficientemente como a pressão de um interesse maior tornou mais presente e ativa a autoridade da Metrópole”⁶⁵.

Reforça seu argumento com a administração do Distrito Diamantino, em Minas Gerais, que “constituirá outro exemplo, e, justamente por ser exagerado, é expresso e útil para a compreensão do processo que produziu o fortalecimento do

⁶⁰ Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 76, [1ª edição, 1948].

⁶¹ Victor Nunes Leal. *op. cit.*, p. 78.

⁶² Victor Nunes Leal. *op. cit.*, p. 79.

⁶³ Victor Nunes Leal. *op. cit.*, p. 79.

⁶⁴ Victor Nunes Leal. *op. cit.*, p. 76.

⁶⁵ Victor Nunes Leal. *op. cit.*, p. 84.

poder do rei”⁶⁶.

A partir dessa interpretação, de que a estruturação política local na América é mais que a aplicação da legislação portuguesa, corroboramos com as ideias de Caño Ortigosa de que, através do estudo de casos, podemos melhorar compreender as estruturas municipais.

Ainda mais no caso da porção meridional da América portuguesa, por conta da especificidade de ser a primeira área de efetiva ocupação lusa no interior do continente.

Dessa forma, quando os portugueses penetraram nos sertões paulistas, entraram, muitas vezes, em contato contínuo com os castelhanos do Paraguai e Buenos Aires. A partir dessas relações tiveram os portugueses conhecimento das experiências castelhanas e seu pioneirismo na fundação de cidades.

Vale ressaltar que em 1553, quando é fundada a vila de São Vicente, primeiro núcleo estável no interior, a América castelhana já contava com uma ampla rede de cidades consolidada ao longo de toda a América.

Dentro do território fluido dos sertões americanos, os portugueses, ao fundarem municípios no planalto, certamente tinham conhecimento das experiências congêneres das castelhanas, quer pelos relatos e descrições como pelo contato direto desses povoadores na América.

Contribuições indígenas

Quando os portugueses e castelhanos chegaram à América e iniciaram o processo de aplicação de modelos urbanos europeus não encontraram um continente vazio.

Encontraram, no que ficou conhecido como *contato*, inúmeras populações americanas, desde Astecas no atual México até os Incas no Altiplano sul-americano. Na região da bacia do Prata, que corresponde à porção meridional da América portuguesa, à governação do Paraguai e de Buenos Aires, os europeus entraram em contato com populações tupi-guarani.

Embora não haja uma precisão a respeito da formulação etno-cultural desses povos, o fator que garante unidade a esses povos é o fato de terem um idioma comum.

⁶⁶ Victor Nunes Leal. *op. cit.*, p. 84.

Segundo Florestan Fernandes, “todos os grupos tribais Tupi constituíam ramos de um tronco comum e provavelmente tiveram um mesmo centro de dispersão. A unidade linguística e cultural dos referidos grupos tribais é acentuada nas próprias fontes”⁶⁷.

Antes de discutirmos as influências indígenas na construção de um urbanismo americano e como esse se combinou com as práticas ibéricas, é fundamental que reflitamos brevemente sobre as características de uma história indígena.

Francisco Adolfo de Varnhagen, na sua *Historia geral do Brazil*, defende a ausência de uma história indígena, justamente por considerar esses como povos primitivos. Afirma que “de taes povos na infância não ha historia: ha só ethnographia. Nem a chronica de seu passado, se houvesse meio de nos ser transmittida, mereceria nossa atenção mais do que tratando-se da biographia de qualquer varão, ao depois afamado por seus feitos, os contos da meninice e primitiva ignorancia do ao depois heroe ou sábio”⁶⁸.

Sobre essa visão de Varnhagen, que embora datada tenha influenciado sobremaneira a forma como a historiografia brasileira trata a história indígena, John Monteiro aponta que

esta afirmação ecoava, sem dúvida, algumas visões já francamente em voga no Ocidente do século XIX, que desqualificavam os povos primitivos enquanto participantes de uma história movida cada vez mais pelo avanço da civilização europeia e os reduzia a meros objetos da ciência que, quando muito, podiam lançar alguma luz sobre as origens da história da humanidade, como fósseis vivos de uma época muito remota⁶⁹.

Por conta dessa visão pejorativa, estudos sobre a questão indígena tratavam os povos como populações ainda não destruídas, como um resquício de um passado que não teria lugar no Brasil contemporâneo. A esse respeito, John Monteiro destaca que, “pelo menos até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção”⁷⁰.

Somente recentemente esse quadro começou a alterar-se, graças ao esforço,

⁶⁷ Florestan Fernandes. Organização social dos tupinambá. São Paulo: IPE, 1948, p. 16.

⁶⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen. *Historia geral do Brazil*. Vol. 1, 1ª edição. Madrid: Imprensa de V. de Dominguez, 1834, p. 108.

⁶⁹ John Monteiro. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e Indianismo*. Campinas. Tese de livre-docência: IFCH-Unicamp, 2001, p. 3.

⁷⁰ John Monteiro. *op. cit.*, p. 4.

“sobretudo de antropólogos porém também de alguns historiadores, arqueólogos e linguistas, que tem surgido nos anos recentes em elaborar aquilo que podemos chamar de uma ‘nova história indígena’”⁷¹.

Apesar dos esforços de uma renovação no campo historiográfico, os índios continuam tratados de forma marginal. Muitos estudos feitos sobre escravidão, missionação, contudo, sempre do ponto de vista do europeu e definindo os indígenas como objetos dessas ações.

A respeito dessa postura, John Monteiro destaca que

a geração de historiadores que vivenciou este mesmo período de mobilização política e de reorientação teórica continuou a deixar de lado a temática indígena, talvez mais por resistência ao tema do que propriamente por falta de novos elementos. A principal tendência da historiografia brasileira na década de 1980 foi o progressivo abandono de marcos teóricos generalizantes, sobretudo de inspiração marxista, e a crescente profissionalização do quadro de historiadores nas universidades, que fundamentavam seus trabalhos cada vez mais numa base mais sólida de pesquisa empírica⁷².

São frutos desse momentos os estudos sobre escravos africanos, escravidão, desclassificados, brancos livres pobres e mulheres. No entanto, “se alguns esquecidos da história começavam a saltar do silêncio dos arquivos para uma vida mais agitada nas novas monografias, os índios permaneceram basicamente esquecidos pelos historiadores”⁷³.

Seguindo a proposta defendida por John Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha, em *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*, apresenta uma reflexão a respeito da história indígena.

Nesse trabalho afirma que “sabe-se pouco da história indígena: nem a origem nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe”⁷⁴.

Contesta, nessa elaboração, a visão costumeira que apresenta o índio como

⁷¹ John Monteiro. *op. cit.*, p. 5.

⁷² John Monteiro. *op. cit.*, p. 7.

⁷³ John Monteiro. *op. cit.*, p. 7.

⁷⁴ Manuela Carneiro da Cunha. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Claroenigma, 2012, p. 11.

vítima passiva da colonização e fadado à extinção. Portanto, segundo a autora,

por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura ‘politicamente correta’ foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos⁷⁵.

Defende, dessa forma, “que os índios foram atores importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena”⁷⁶. Com isso,

sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas: no século XVI, os franceses e os portugueses em guerra aliaram-se respectivamente aos Tamoio e aos Tupiniquins; e no século XVII os holandeses pela primeira vez se aliaram a grupos ‘tapuias’ contra os portugueses. No século XIX os Mundukuru foram usados para ‘desinfestar’ o Madeira de grupos hostis e os Karahô, no Tocantins, para combater outras etnias Jê⁷⁷.

Conclui Carneiro da Cunha, a respeito da história indígena, que

a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios estão sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais – a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade⁷⁸.

Na obra *Os índios na história do Brasil*, Maria Regina Celestino de Almeida desenvolve, como proposto por John Monteiro e Carneiro da Cunha, uma história indígena.

⁷⁵ Manuela Carneiro da Cunha. *op. cit.*, p. 22.

⁷⁶ Manuela Carneiro da Cunha. *op. cit.*, p. 22.

⁷⁷ Manuela Carneiro da Cunha. *op. cit.*, p. 22-23.

⁷⁸ Manuela Carneiro da Cunha. *op. cit.*, p. 24.

Apresenta que

os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais. Foram diferentes grupos nativos do continente americano de etnias, línguas e culturas diversas que receberam os europeus das formas mais variadas e foram todos, por eles, chamados índios. Eram, na sua grande maioria, povos guerreiros, e suas guerras e histórias se entrelaçaram, desde o século XVI, com as guerras e histórias dos colonizadores, contribuindo para delinear seus rumos⁷⁹.

Antes de formular sua proposta de história indígena, adverte que

convém ressaltar que as relações de contato estabelecidas na América pelos europeus e grupos indígenas não devem ser vistas simplesmente como relações entre brancos e índios. Essa abordagem generaliza e simplifica uma questão que é extremamente complexa. Afinal, os grupos indígenas no Brasil eram muitos e com culturas e organizações sociais diversas, que os levavam a comportar-se de diferentes formas em relação aos estrangeiros⁸⁰.

Portanto, assim que os portugueses chegaram à América e se depararam com povos considerados estranhos, como tentativa de compreendê-los, iniciaram um processo de identificação e classificação. Segundo Celestino de Almeida,

desde cedo os portugueses preocuparam-se em classificar os índios, estabelecendo distinções entre eles. Identificá-los e distingui-los era importante para os objetivos da colonização. Os portugueses fizeram isso de acordo com suas formas de compreensão e com critérios relacionados aos seus interesses. Assim é que os índios foram, em geral, divididos em dois grupos, os aliados dos portugueses [Tupi] e os inimigos [Tapuia]⁸¹.

Essa classificação foi possível por conta da “considerável homogeneidade linguística e cultural dos tupis [o que] facilitou o contato e o conhecimento sobre eles,

⁷⁹ Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 9.

⁸⁰ Maria Regina Celestino de Almeida. *op. cit.*, p. 25-26.

⁸¹ Maria Regina Celestino de Almeida. *op. cit.*, p. 31.

mas deu margens a descrições simplistas”⁸².

Destaca, como característica fundamental dos grupos Tupi, o fato de serem extremamente integracionistas com o outro. Afirma que

os tupinambás não pretendiam dominar nem negar o outro, mas vivenciá-lo, relacionando-se intensamente com ele. Daí a receptividade e abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus e possibilitou a colonização. Tratava-se, afinal, de uma sociedade na qual a troca era um valor a ser sustentado, característica fundamental que deve ser considerada quando interpretamos suas relações de contato com os estrangeiros⁸³.

A partir dessa formulação, Celestino de Almeida apresenta a conquista de forma distinta da tradicionalmente discutida pela historiografia, definida como a narrativa do combate e controle de povos indígenas pelos conquistadores europeus.

Para a autora,

os europeus inseriam-se nessas relações intertribais. Na condição de aliados ou inimigos, tinham um papel a desempenhar na sociedade tupinambá. Desde então, suas histórias e guerras estariam entrelaçadas. A conquista e a colonização passaram a ser também história dos índios que nelas participam intensamente, atribuindo a elas significados próprios⁸⁴.

Com isso,

se os europeus cedo compreenderam as relações de hostilidade entre os índios da costa brasileira e utilizaram-se delas em proveito próprio, o mesmo pode-se dizer em relação aos índios. Além disso, eles perceberam também o impacto negativo dessas alianças. As infinitas traições por parte dos portugueses levaram-os a mudar de lado inúmeras vezes, aumentando a instabilidade e fluidez já características em suas relações⁸⁵.

Retomando a proposta do capítulo de discutir as influências que marcaram a urbanização americana, o fator que mais destaca nas contribuições indígenas é a intensa mobilidade desses grupos.

⁸² Maria Regina Celestino de Almeida. *op. cit.*, p. 32.

⁸³ Maria Regina Celestino de Almeida. *op. cit.*, p. 38.

⁸⁴ Maria Regina Celestino de Almeida. *op. cit.*, p. 38.

⁸⁵ Maria Regina Celestino de Almeida. *op. cit.*, p. 41.

Povos classificados como Tupi na América portuguesa e Guaraní na América espanhola foram caracterizados pelas migrações, tanto em suas origens como também em eventos sazonais.

Pero de Magalhães Gandavo, na *História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1575, aborda a questão da mobilidade Tupi. Afirma que “os quais como não tenham fazendas que os detenham em suas pátrias, e seu intento não seja outro senão buscar sempre terras novas, a fim de lhes parecer que achar nelas imortalidades e descanso perpétuo, aconteceu levantaram-se uns poucos de suas terras, e meteram-se pelo sertão dentro”⁸⁶.

Theodoro Sampaio, em *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da Ethnographia indígena no Brasil*, de 1914, destaca que os Tupi procederam das regiões setentrionais da América do Sul, especificamente no Istmo do Panamá e que por ondas migratórias chegaram ao litoral atlântico e bacia do Rio Paraguai⁸⁷.

Em 1927, Alfred Métreux reflete sobre as migrações como um fenômeno mais amplo. Em *Migrations historiques des Tupi-Guaraní* destaca que “les Tupi-Guaraní semblent avoir toujours été une race remuante. Déjà dans les temps précolombiens leurs migrations ont été nombreuses; la dispersion de leurs tribes à des distances énormes en fait foi”⁸⁸.

E essa mobilidade não se encerrou com o contato desses grupos com os europeus, mas, ao contrário, seria intensificada em todo o processo de colonização. Para Métreux, “mais ce qui est tout à fait caractéristiques des Tupi-Guaraní, c’est que la conquête européenne, loin d’arrêter leur migrations, en a provoqué de nouvelle, contribuant à la dispersion de cette race dans les régions qu’elle n’occupait pas avant le XVI^e siècle”⁸⁹.

Branislava Susnik, em *Apuntes de Etnografía Paraguaya*, de 1961, afirma, por sua vez, que “el nombre Guaraní se generalizó recién en el siglo 17 como término designativo para los grupos guaraní-parlantes con ciertas semejanzas culturales en un

⁸⁶ Pero de Magalhães Gandavo. *Tratado da terra do Brasil e História da provincial de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 253, [1^a edição, 1575].

⁸⁷ Theodoro Sampaio. “Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da Ethnographia indígena no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, tomo especial, 1914, p. 590.

⁸⁸ Alfred Métreux. “Migrations historiques des Tupi-Guaraní”. *Journal de la Société des Américanistes*. Tomo 19, 1927, p. 1.

⁸⁹ Alfred Métreux. *op. cit.*, p. 1.

hábitat relativamente compacto”⁹⁰.

Quanto à origem dos povos Guaraní, relata que há duas correntes interpretativas majoritárias: “la teoría del origen amazónico y la teoría del origen en las regiones boscosas entre el Río Paraná y el Río Paraguay; las teorías difieren esencialmente por cuanto que definen la formación étnica de los Guaraníes como fuer o recién dentro del hábitat en que desarrollaron su modalidad etno-cultural”⁹¹.

Susnik, em *Dispersión tupi-guaraní prehistórica. Ensayo analítico*, de 1975, propõe que a mobilidade seja o traço mais importante dessa cultura indígena.

A partir dessa interpretação, apresenta que

varios factores intervinieron en las migraciones prehistóricas de los Tupis-Guaraníes, adicionando frecuentemente los mismos rumbos de su movilidad; la conquista hispano-lusa provocó nuevos desplazamientos masivos, siendo la orientación originaria desviada hacia ‘la salvación’ de carácter defensivo o marginador. El complejo de los factores externos – siempre presentes y exigiendo soluciones inmediatas –, influyó también en el característico etnodinamismo: la orientación expansiva de *oguatá* (andar), la ideología e la búsqueda de una ‘tierra sin mal’ o ‘tierra-roza’ ubérrima, y la conciencia de una superioridad cultural; y combativa⁹².

Susnik, ao tratar das migrações indígenas, destaca a influência que o contato com o europeu exerceu sobre as populações Tupi-Guarani. Aponta que

en el área de los Tupíes litoraleños debemos distinguir dos fases: el mestizamiento antes y después de la conquista lusa. Los Tupíes ya tribalizados ocuparon las tierras de los Tapuyos mediante una ocupación violenta y hostil; su dispersión desde el sur al norte, litoral y sublitoraleña, definía una larga pero angosta faja, con límites expuestos a los ataques de las poblaciones proto-pobladoras guerreras y audaces⁹³.

Devido a essa característica guerreira, ressaltada por Florestan Fernandes em sua tese de doutoramento *A função da guerra na sociedade tupinambá*, Susnik

⁹⁰ Branislava Susnik. *Apuntes de Etnografía Paraguaya. Parte Ira. Manuales del Museo Etnográfico Andrés Barbero*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1969, p. 96, [1ª edição, 1961].

⁹¹ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 96.

⁹² Branislava Susnik. *Dispersión Tupi-guaraní prehistorica. Ensayo analítico*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1975, p. 57.

⁹³ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 60.

caracteriza os Tupi por outro fenômeno, a “continua fraccionalización tribal – fuera de las ocasiones participaciones conjuntivas en migraciones generales o parciales –, y una lucha intensa por la posesión de las zonas preferenciales de subsistencia; esto provocaba continuas guerras intertribales, evocándose siempre el principio de venganza”⁹⁴.

De acordo com Florestan Fernandes, nos grupos Tupi, “as relações entre grupos que não estavam ligados entre si por laços de parentesco eram relações de hostilidade. A documentação disponível põe em evidência que os aborígenes, inclusive os tupinambá, viviam em um estado de guerra crônica”⁹⁵.

A partir desse papel central da guerra no sistema social tupinambá,

cada grupo se encontrava permanentemente exposto e sujeito a ataques dos inimigos; embora a frequência dos ataques fosse maior nas zonas fronteiriças, onde os tupinambá e os seus inimigos se viam forçados a partilhar territórios contíguos, tudo indica que esta perspectiva enquadrava-se entre os assuntos e os acontecimentos rotineiros da vida tribal⁹⁶.

A situação de guerra permanente, entre grupos Tupi e outras etnias, levou a uma intensa fragmentação tribal que, ao contrário dos Guarani, não permitiu uma unidade e uma interrelação entre tribos da mesma categoria.

Susnik aponta, ao tratar da dispersão Tupi pela costa atlântica que, “así ellos como otros Tupíes siempre evitaban en sus migraciones la ocupación serrana, pero tenían sus nucleaciones en ambos lados de las sierras”⁹⁷.

A respeito das sociedades Tupi, Susnik conclui que,

en la época de la conquista, los Tupíes formaban las agrupaciones tribales lingüísticamente aún homogéneas, pero diferenciadas por su componente de nucleaciones variadas mientras penetraban hacia el este y el norte, con la consiguiente lucha intertribal por la posesión local de las zonas substancialmente más aptas; la misma integración de los elementos no-Tupíes actuaba de factor disidente o individualizador; por otra parte, las localizaciones y a veces los auto-apelativos basados en un entocentrismo exclusivista y

⁹⁴ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 61.

⁹⁵ Florestan Fernandes. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006, p. 58, [1ª edição, 1952].

⁹⁶ Florestan Fernandes. *op. cit.*, p. 58.

⁹⁷ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 74.

cerrado grupal, interferían en dicha conciencia de identidad grupal⁹⁸.

Contudo, o contexto dos Guaraní do Paraguai era distinto. De acordo com Susnik,

respecto a los Guaraníes, todas las noticias, de los primeros contactos con los blancos destacan su homogeneidad, limitándose a las simples indicaciones regionales o denominaciones de las parcialidades. Los conquistadores podían seguir ‘los caminos’ guaraníes entre diferentes ‘guáraregiones’, lo que confirma asimismo la existencia de intensas comunicaciones interregionales y, a la vez, la evocación de las antiguas vías dispersivas; conviene recordar ‘el camino Piabirú’ desde la costa atlántica al alto Río Paraná por Tibagí, Ivaí y Piquiry, camino seguido también por Alvar Núñez Cabeza de Vaca; los litoraleños, Guayraés y Mondayenses hallándose en comunicación periódica; el otro camino indica el rumbo sureño: desde los Mbiasáes por tierra de los Tapes, Río Yvycuití, Río Uruguay al Río Paraná⁹⁹.

Tendo como principal característica a mobilidade, torna-se necessário que reflitamos como esse fenômeno ocorre nas estruturas socioculturais das populações Tupi e Guaraní.

A esse respeito, Susnik aponta que,

característicos son para los Tupí-guaraníes en general dos núcleos comunales: el *teyy* como un grupo emparentado constituido dentro de la dimensión de una casal comunal *oga*, y *tekoá* - *técua* como una nucleación sociolocal agrupativa, integrando la población móvil de una *tava-asiento*; ambos núcleos son independientes ya que el *teyy* constituye una unidad socioeconómica y el *tekoá* representa esencialmente una agrupación socialmente autosuficiente; entre ambos núcleos existían fricciones competitivas y muchas veces también conflictivas¹⁰⁰.

Essa estrutura de *teyy* e *tekoá* determinou uma intensa mobilidade nas comunidades Tupi e Guaraní. Com isso, a “movilidad de las comunidades constituía un factor importante en ocasiones migratorias por el mismo conglomerado de gentío y

⁹⁸ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 95.

⁹⁹ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 95.

¹⁰⁰ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 121.

post-migratorias, cuando ya se planteaban los problemas de suficiencia de tierra-roza y del comportamiento frente a las poblaciones avasalladas o periféricas”¹⁰¹.

Caracterizando as estruturas sociais e políticas dos Guaraní de forma mais aprofundada, Branislava Susnik, em *Apuntes de Etnografía Paraguaya*, afirma que “las comunidades agrícolas guaraníes en la época inicial de la Conquista no fueron estructuralmente uniformes; tres tendencias con sus propios patrones circunstanciales se combatían: el dinamismo formativo violento de los grandes *tekó’á*, el conservatismo normativo de los *tekó’á* ya definidos una vez, y la exclusividad de los pequeños *teyy*”¹⁰².

Assim,

el *tekó’á* se basa en el concepto de la agrupación ladeada, en la aldea con ‘muchedumbre’ integrada, con el patrón de *ñandéva*, pudiendo formarse uniones aldeanas. El *teyy* se basa en el concepto de linaje con su propia comunidad económica, con el patrón de *oréva*, con el ceremonial de *iyatyváca* (imposición del cinto cruzador al adulto; chiripá-guaraní), formándose, a veces, asociaciones políticas de los *teyy*¹⁰³.

A classificação do *tekó’á* e do *teyy* como *ñandéva* e *oréva* respectivamente, diz respeito às duas formas do pronome pessoal *nós* no idioma guarani. Segundo Tadeo Zarratea e Feliciano Acosta, “*ñande* incluye a la persona o grupo con quien se habla; *ore* los excluye, pero incluye a otras personas”¹⁰⁴.

Portanto, de acordo com essa classificação, os *tekó’á* são agrupamentos que incluem populações diversas, assimilando-as à cultura Guaraní, enquanto que os *teyy* correspondem a agrupamentos formados por guaranis ao redor de uma liderança que funda essa nova comunidade.

Quanto ao processo de criação de novos *tekó’á* Susnik afirma que

puede tener dos orígenes: pacífico y violento; en el primer caso se trata de aldeas basadas en la coordinación de los *teyy* componentes, con el patrón agrícola predominante y una tendencia a la localización de *guará*; según la tradición chiripá, la antigua

¹⁰¹ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 121.

¹⁰² Branislava Susnik. *Apuntes de Etnografía Paraguaya. Parte Ira. Manuales del Museo Etnográfico Andrés Barbero*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1969, p. 103, [1ª edição, 1961].

¹⁰³ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 103

¹⁰⁴ Tadeo Zarratea e Feliciano Acosta. *Avañe’ẽ. Manual para leer y escribir el Guaraní*. Asunción: Servilibro, 2013, p. 48.

fundación de tales *tekó'á* pacíficos basarían en un principio dualista, ambos independientes por su carácter socio-económico, pero correlacionados por parentesco político con derechos y deberes¹⁰⁵.

Já a origem violenta do *tekó'á* “tiene bien otras características y consecuencias: su orientación es guerrero-agrícola o guerrero-shamánica; en este caso, el poder se basa en la ‘muchedumbre’ aglomerada por imposición, debilitándose los pequeños y débiles *teyy*”¹⁰⁶.

Florestan Fernandes, ao tratar do fenômeno da criação de novos núcleos, destaca que o surgimento de novas malocas, entre os Tupi, pode ser encarada,

do ponto de vista morfológico, como forma de solução de tensões demográficas desenvolvidas no grupo local. Com isto quero dizer que os aumentos nos índices de crescimento vegetativo dos moradores de uma maloca provavelmente repercutiam na emergência de novas unidades territoriais semelhantes, isto é, de novas malocas. Asseguravam, assim, tanto o equilíbrio interno das malocas, quanto o dos grupos locais¹⁰⁷.

Dessa forma,

para um índio construir uma maloca, precisava atrair ‘cerca de quarenta homens e mulheres’, reunindo-os em casa comum nova, por eles construída. O Tupinambá que conseguia fazer isto tornava-se o chefe da unidade social, ou como escrevem os cronistas, seu ‘morubixaba’ ou ‘principal’. Exercia certa autoridade sobre os membros da maloca, que eram ‘usualmente seus amigos e parentes’¹⁰⁸.

A característica dos Tupi e Guarani de assimilarem outros povos e de integrá-los à sua cultura teve enorme impacto quando portugueses e castelhanos estabeleceram o contato e iniciaram a conquista da América.

Dessa forma, ao contatarem os europeus, a primeira ação que, tanto povos Tupi como Guarani, tomaram foi incorporar os forasteiros dentro da cultura indígena. Integrando-os, acreditava-se que agiriam conforme as regras políticas e sociais tupi-

¹⁰⁵ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 104.

¹⁰⁶ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 104.

¹⁰⁷ Florestan Fernandes. *Organização social dos tupinambá*. São Paulo: IPE, 1948, p. 61.

¹⁰⁸ Florestan Fernandes. *op. cit.*, p. 61-62.

guarani e ficaria neutralizada qualquer ameaça que esses homens poderiam representar.

Susnik, ao tratar dessa estratégia de assimilação do europeu pelos indígenas, aponta que “en los comienzos de sus relaciones con los Españoles, los Guaraníes seguían a su antiguo patrón de *tovayá* social como medio de relaciones pacíficas a base de reciprocidad de obligaciones que implicaban el status de poderoso *Karai* frente a las comunidades que reconocían su tradicional *teyy-ru*”¹⁰⁹.

No caso da conquista castelhana do Paraguai, “los caciques de la vecindad de Asunción, Cupiratí, Moquratí, Timbua, entregaron sus doncellas, adoptaran el nombre de su *tovayá* español y no faltaron de apelar a esta relación social al tratar de proteger sus sementeras o de ampliar la posibilidad de nuevas rozas”¹¹⁰.

Contudo, essa estratégia não impediu a dominação dos castelhanos e a exploração da população indígena. Esperava-se que o fato dos conquistadores, por serem exclusivamente homens, que a incorporação desses às redes familiares Guarani os tornassem igualmente Guarani.

O fenômeno do *tovayá* também ocorreu nas populações Tupi com os conquistadores portugueses. A prática, definida por Darcy Ribeiro como *cunhadismo*, também visava incorporar o elemento externo, fazendo-o indígena através da união com mulheres Tupi.

Nas palavras de Darcy Ribeiro, “a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo”¹¹¹.

Inclusive *tovayá* é uma forma arcaica da palavra guarani *tovaja*, que significa exatamente “cunhado”.

A conquista do planalto de São Paulo também foi possível graças à uniões de portugueses com filhas de lideranças indígenas. Destaca-se o caso de Bartira, filha do cacique Tibiriçá, e que casou-se com o português João Ramalho.

Com essa união, Ramalho é incorporado à cultura Tupi, o que permite não somente sua fixação no povoado de Santo André como possibilita, por conta das

¹⁰⁹ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 115.

¹¹⁰ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 116.

¹¹¹ Darcy Ribeiro. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 81.

relações de cunhadismo, que recrute um grande contingente de índios guerreiros de acordo com seus interesses.

A incorporação de valores indígenas, provavelmente, seja a causa da repulsa que João Ramalho causara, tanto para os padres jesuítas como para outros europeus, especialmente para Ulrico Schmidl.

O viajante de Straubing, em passagem pela vila de Santo André, relata que “entonces marchamos hasta un pueblo que pertenece a los cristianos y cuyo jefe se llama Juan Ramallo. Este pueblo es una verdadera cueva de ladrones”¹¹².

Não entra em detalhes sobre porque definiu Santo André e principalmente João Ramalho de forma tão pejorativa. Escreve somente que

este Juan Ramallo no quiere vivir sometido al Rey de Portugal o a su representante en el país, pues dice y declara que hace más de cuarenta años que está en Las Indias y que ha ganado las tierras y que por ello nadie sino él tiene que gobernarlas. Por eso le hacen la guerra y este Ramallo puede reunir en un solo día como cincuenta mil indios, mientras que el rey y su lugarteniente no pueden reunir no dos mil¹¹³.

A crítica de Schmidl não se refere somente ao poder de recrutamento de João Ramalho, mas sim ao fato de ter incorporado elementos indígenas. Atuava, dessa forma, como um intermediário, transitando entre a cultura portuguesa e a cultura Tupi¹¹⁴.

O jesuíta Manuel da Nóbrega também registrou seu horror a João Ramalho em carta de 1553. Relata que, visto que

é principal estorvo para com a gentildade que temos, por ele ser muito conhecido e muito aparentado com os índios. Tem muitas mulheres. Eles e seus filhos andam com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos. Vão à guerra com os índios e as suas festas são de índio e assim vivem andando nus com os mesmos índios. Por todas as maneiras o temos provado e nada aproveita, até o deixamos de todo¹¹⁵.

¹¹² Ulrico Schmidl. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé, 1942, p. 101, [1ª edição, 1567].

¹¹³ Ulrico Schmidl. *op. cit.*, p. 101.

¹¹⁴ Para uma discussão sobre as interpretações, negativas e positivas, sobre João Ramalho na historiografia, ver Rafael Cesar Scabin. “A discussão sobre João Ramalho no IHGSP: construção da memória e leitura documental”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, julho de 2011.

¹¹⁵ Manuel da Nóbrega. “Carta ao padre Luís Gonçalves da Câmara. 15 de junho de 1553”. *Cartas do*

A partir desses intermediários, que combinavam elementos culturais europeus e indígenas, a forma de construção das cidades também seria influenciada.

Modelos de cidades espanholas e portuguesas se combinaram com as interpretações de espacialidade indígena. Subestimar esse último fator e considerar que as cidades coloniais americanas foram fruto de uma transplantação de um modelo ibérico é ignorar toda a multiplicidade que o fenômeno urbano apresentou no Novo Mundo.

Capítulo 8

Fundações de vilas no planalto de São Paulo

O ponto central a ser tratado nesse capítulo é abordar as fundações de municípios no planalto da capitania de São Vicente. Para tanto, iremos tratar o assunto em duas partes.

A primeira refere-se à narrativa das fundações, na qual discutimos como a historiografia, pautada em um discurso localista, descreve a dinâmica de elevação de povoadores à categoria de município.

A segunda procura abordar os emancipadores, referenciando sua trajetória e, principalmente, relacionado-os em uma rede política e familiar.

Narrativas de fundações

Na capitania de São Vicente, depois nomeada como São Paulo, não houve uma política de povoamento organizada pela Coroa ou pelos donatários.

Segundo Heloisa Bellotto, “o aparecimento de povoados sem ligação a um povoamento sistemático seria uma ‘tradição’ paulista”¹¹⁶. Destaca que

houve duas etapas na urbanização da Capitania de São Paulo, na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda: uma, que vai desde que os portugueses se instalaram no planalto, para a qual não há muita documentação, e que corresponde aos séculos XVI e XVII; outra, inaugurada com a restauração em 1765, e que ultrapassa o tempo colonial. As fontes para essa segunda fase são abundantes, embora nem sempre precisas e completas¹¹⁷.

¹¹⁶ Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 147.

¹¹⁷ Heloisa L. Bellotto. *op. cit.*, p. 149.

MAPA 8 – Vilas criadas no planalto entre 1560 e 1765¹¹⁸

¹¹⁸ Mapa gerado através do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em <http://lhs.unb.br/biblioatlas>,

Sérgio Buarque de Holanda, em *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*, de 1966, aponta que

o nascimento de um povoado pode, em realidade, originar-se da simples escassez no termo da vila madre, de espaço disponível e acessível para a abertura de roçados, quando todo ele, ou a maior parte, já tinha donos, ou por qualquer outro motivo se ache sem préstimo para as lavouras. Em tais circunstâncias, os habitantes desejosos de terrenos para os grangeios vão naturalmente acorrer à situação de proprietários de bens rústicos, a qual se não é inerente à da cidadania, lhe dá entretanto mais realce e dignidade¹¹⁹.

Com isso, por mais que destaque a questão fundiária como importante para o povoamento, apresenta, como fundamental para a compreensão do fenômeno de urbanização da capitania, a necessidade de analisar as vilas do planalto em seu conjunto, inseridas em uma rede urbana.

No entanto, a produção historiográfica sobre as vilas da capitania é focada no discurso local, na exaltação de grandes vultos de cada município e a não associação ao contexto regional.

A vila de São Paulo, que figurou como núcleo povoador do planalto, surgiu de uma transplantação. Em 1560, o pelourinho da vila de Santo André foi transferido para o local no qual se situava o Colégio dos Jesuítas.

Frei Gaspar da Madre de Deus, em *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, hoje denominada de S. Paulo*, publicada em 1797, apresenta que a transferência da sede municipal de Santo André para São Paulo teria sido fruto do conflito entre povoadores e jesuítas por conta da utilização de indígenas como força de trabalho escrava.

Descreve esse conflito como tendo sido

atraídos pelos Religiosos, foram concorrendo para S. Paulo muitos índios do sertão e lugares circunvizinhos, com sentimento grande de João Ramalho e seus filhos, cujos intentos eram diametralmente opostos aos dos padres. Estes queriam aumentar a sua Aldeia e aqueles a sua Vila e como os incrementos de qualquer delas atrasavam os progressos da sua competidora, nem os Jesuítas podiam tolerar a subsistência de Santo André, nem os

acesso em 15/06/2015.

¹¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do IEB*. São Paulo, nº 1, 1966, p. 56.

Ramalhos podiam sofrer a de S. Paulo, uns e outros convidavam os índios e portugueses, desejosos de atrair grande número de povoadores que se unissem a eles e daqui nasceram as contendas que tanto exagera o Cronista da Companhia de Jesus, lançando toda a culpa aos filhos de João Ramalho¹²⁰.

Utilizando os jesuítas de influência junto à Coroa portuguesa, tentavam convencer o Governador Geral Mem de Sá das vantagens da transferência do foro de vila de Santo André para junto do Colégio de São Paulo.

Não se sabe, de acordo com Frei Gaspar, as reais intenções da transferência da vila de São André e a criação de São Paulo. Os volumes das *Atas da Câmara* correspondentes ao período foram perdidos. Justifica o autor que o feito se deu porque,

achando-se em S. Vicente o Governador Geral Mem de Sá, em 1560, tais razões lhe propôs o P. Nóbrega, a quem ele muito venerava, que persuadindo delas, mandou extinguir a Vila de Santo André e mudar o Pelourinho para defronte do Colégio: executou-se a ordem no mesmo ano, e daí por diante ficou a povoação na classe das vilas com o título de *São Paulo de Piratininga*, que conservava desde o seu princípio¹²¹.

Afonso Taunay, em *A fundação de São Paulo*, publicada em 1922, apresenta interpretação distinta da trabalhada por Frei Gaspar. A fundação do Colégio, tal como indica o beneditino, se deu em local distinto da vila de Santo André. O que difere, na visão dos autores, é que, enquanto um descreve a mudança da vila como consequência logística, Taunay aponta que “não podia agradar, porém, ao grande jesuíta, a permanência no arraial ramalhense, de traficantes de escravos, nem na taba guayanaz”¹²².

Escolhe, portanto, “o Padre Manuel de Paiva e seus companheiros o lugar da nova missão na eminência em que se constitui a cellula-mater da capital paulista”¹²³.

Descreve Taunay a fundação do Colégio dos Jesuítas, em 1554, como a fundação da vila de São Paulo. Associa, pois, a fundação de São Paulo à obra dos inacianos e, assim, estabelece uma origem espiritual considerada grandiosa para a

¹²⁰ Frei Gaspar da Madre de Deus. *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, hoje denominada S. Paulo*. São Paulo: Martins, 1953, p. 124, [1ª edição, 1797].

¹²¹ Frei Gaspar da Madre de Deus. *op. cit.*, p. 125.

¹²² Afonso Taunay. *A fundação de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1922, p. 51.

¹²³ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 56.

cidade. Combina a origem religiosa com a ação heroica dos bandeirantes como elementos centrais na construção de um imaginário paulista.

Washington Luís, em *Na capitania de São Vicente*, também contempla o processo de ocupação da capitania com a criação de vilas no planalto. Sobre a vila de Santo André, afirma que “João Ramalho não fundou, pois, a vila de Santo André; nem a povoação, em que ele morava foi criada a vila de Santo André por Tomé de Souza”¹²⁴.

Contudo, para a fundação de São Paulo, aponta que “há que concluir, portanto, que São Paulo não foi obra de um só homem nem de um só partido ou uma geração”¹²⁵. Nesse ponto corrobora com a interpretação de Taunay sobre a fundação de São Paulo.

Em estudo recente, Sandra Perez, em *Santo André: a invenção da cidade*, de 2010, analisa a construção historiográfica do núcleo ramalhense e sua relação com Santo André contemporânea.

Afirma que, diferentemente do que observamos nas obras de Taunay e Washington Luís, “no primeiro contexto [de construção historiográfica paulista], as menções a Santo André são positivas. Para Pedro Taques, a vila, aclamada em 8 de abril de 1553, teria sido fortificada para garantir a defesa dos moradores diante dos ataques indígenas, mas não emitiu juízo de valor sobre a mesma”¹²⁶.

Sandra Perez apresenta os motivos para a criação de Santo André no planalto. Afirma que “podemos associar a fundação da vila de Santo André aos interesses estratégicos do governo português de impedir o povoamento do planalto, garantindo a ocupação e defesa do litoral”¹²⁷.

A isso, soma-se o fato “de Tomé de Souza ter escolhido João Ramalho para capitão da nova vila, reside na sua grande influência entre os índios da região. Era uma maneira de atrai-lo para o serviço da Coroa portuguesa, assegurando a guarda dos caminhos para o Paraguai e evitando o povoamento do planalto”¹²⁸.

Com o estabelecimento do Colégio Jesuítico em 1554, não fazia sentido dois núcleos, um religioso e outro político, tão próximos no planalto. Acrescenta-se ainda o contexto das primeiras décadas de conquista portuguesa da região, marcadas pela

¹²⁴ Washington Luís Pereira de Sousa. *Na capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins, 1953, p. 69.

¹²⁵ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 88.

¹²⁶ Sandra Perez. *Santo André: a invenção da cidade*. Dissertação de mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010, p. 67.

¹²⁷ Sandra Perez. *op. cit.*, p. 71.

¹²⁸ Sandra Perez. *op. cit.*, p. 71.

continua ameaça de índios hostis.

A fusão dos dois núcleos pode ser entendida nesse contexto de guerras e a eleição do sítio urbano de São Paulo por conta de sua posição estratégica no planalto, visando garantir sua defesa.

Assim que o município de São Paulo foi formalmente estabelecido em 1560, inicia-se o processo de povoamento e consolidação da presença portuguesa na porção meridional da América.

A vila de Mogi das Cruzes foi fundada em 1611 e representa o primeiro movimento de expansão portuguesa a leste de São Paulo, no início do Vale do Paraíba e rumo à região na qual seria descoberto ouro.

De acordo com Jurandyr Ferraz Campos, Mogi “surgiu nos inícios dos seiscentos no planalto paulista, como consequência da expansão dos piratininganos predadores de indígenas”¹²⁹.

Isaac Grinberg, em *História de Mogi das Cruzes*, afirma que

a 8 de abril [de 1611], uma petição dos moradores de Mogi Mirim é despachada pelo Governador da Capitania ao respectivo Capitão, para que informe sobre o que nela se contém. A referida petição, assinada por Gaspar Vaz, Francisco Vaz Coelho e Braz de Piña e outros, faz sentir ao Governador que eles moram no lugar há tempos, onde têm plantações, benfeitorias e muitos filhos, e pedem a necessária licença ‘para que o Capitão das terras lhes possa alevantar pelourinho’ e, assim elevar a povoação à Vila¹³⁰.

A partir dessa petição, “a 27 do mesmo mês, o Capitão de São Paulo, Gaspar Conqueiro, dá informação favorável ao requerimento dos moradores de Mogi, que pretendem alevantar pelourinho”¹³¹. E, “a 29, despachando o mesmo requerimento, a Vila de Santos informa que nada tem a opor. Parecer favorável da Câmara da Vila de São Vicente à pretensão de se elevar a povoação de Mogi”¹³².

Também, “a 5 de junho a Câmara da Vila de São Paulo apoia o pedido dos moradores de Mogi, que desejam criar nova vila”¹³³.

Após essa tramitação, “a 17 de agosto, o Governador da capitania de São

¹²⁹ Jurandyr Ferraz Campos. *Santa Anna das Cruzes de Mogi: huma villa de serra acima*. São Paulo: UMC; Global, 1976, p. 18.

¹³⁰ Isaac Grinberg. *História de Mogi das Cruzes*. São Paulo: Saraiva, 1961, p. 20.

¹³¹ Isaac Grinberg. *op. cit.*, p. 20.

¹³² Isaac Grinberg. *op. cit.*, p. 20.

¹³³ Isaac Grinberg. *op. cit.*, p. 20.

Paulo, Dom Luís Antônio de Souza, tendo em vista as informações das vilas vizinhas e do Capitão Gaspar Conqueiro, determina que seja criada a vila de Mogi Mirim”¹³⁴.

E, por fim, segundo Grinberg,

a 1º de setembro [de 1611], com todas as formalidades legais, inclusive levantamento de pelourinho, é instalada a Vila de Sant’Ana de Mogy Mirim, depois Mogi das Cruzes. O ato é presidido pelo Capitão Gaspar Conqueiro, por determinação do Governador Dom Luís de Souza. São igualmente escolhidos e empossados os primeiros juizes ordinários, Braz de Piña e Antônio Paz; os primeiros vereadores, Francisco Vaz Coelho e Gaspar Colaço e o primeiro procurador do Conselho, Antônio Fernandes¹³⁵.

A vila de Santana de Parnaíba, fundada em 1625, não seguiu o mesmo procedimento de Mogi. Enquanto que a vila de 1611 fora fundada sem nenhuma contrariedade por parte de São Paulo, Santos e São Vicente, a criação de Parnaíba seria marcada por uma prolongada disputa com a vila piratiningana.

Paulo Florêncio da Silveira Camargo, em *História de Santana de Parnaíba* descreve os inícios do povoado. Segundo o autor, “Mogi das Cruzes, iniciado logo depois que em São Paulo se levantara o pelourinho, começou seu progresso posterior, justamente com Parnaíba, em 1600. Crescimento, todavia, pequeno. Estas duas povoações deveriam merecer os foros de Vila, a pedra fundamental das nações civilizadas”¹³⁶.

Com isso, após a elevação de Mogi à categoria de vila em 1611,

a 14 de novembro de 1625, por provisão de D. Álvaro Pires de Castro, Conde de Monsanto, o capitão-mor e ouvidor, Álvaro Luís do Vale, mandou levantar o pelourinho e efetuar as demais cerimônias de vila em Parnaíba. Ele as presidiu pessoalmente. Lá chegara na véspera. Ficou hóspede de André Fernandes, que o tratou lauta e fidalgamente¹³⁷.

O processo de elevação à categoria de vila ocorreu em Parnaíba da mesma forma como para Mogi anos antes. No requerimento constava a não objeção das

¹³⁴ Isaac Grinberg. *op. cit.*, p. 22.

¹³⁵ Isaac Grinberg. *op. cit.*, p. 22.

¹³⁶ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 73.

¹³⁷ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 73.

demais vilas da capitania.

Tanto que, “a Câmara de São Paulo, no dia 15 de novembro, em sua sessão ordinária, declarou nada ter a tratar”¹³⁸. No entanto,

reuniu-se novamente, com a inesperada chegada de D. Álvaro. Os oficiais compareceram diante do dito capitão-mor e, solenemente, protestaram contra a criação da Vila de Parnaíba ‘no que lhes dessoldava o termo desta Vila de que estão de posse a muitos anos’. Diziam os camaristas irritados com o corte em sua jurisdição territorial sertão a dentro¹³⁹.

Afonso Taunay, a respeito desse conflito territorial, escreve que “com a fundação de Parnahyba, a 14 de novembro de 1625, ficaram os paulistas furiosos. Não admittiam que se lhe desmembrasse o sertão. Um sertão tão pequeno, que ia tão somente até o coração da América do Sul”¹⁴⁰.

A afirmação de Taunay, além de exagerada, não corrobora com a compreensão real do conflito entre São Paulo e Parnaíba. Cabia, como termo de cada município no sertão, o raio de 6 léguas e Parnaíba encontrava-se dentro da área do termo de São Paulo.

De acordo com Paulo Florêncio, “concedia o Rei o direito de criar quantas vilas quisesse ao longo da costa e dos rios navegáveis, porém, exigia pelo sertão e terra firme, um espaço de seis léguas, para ficar ao menos três do termo de cada uma”¹⁴¹.

A aldeia de Barueri encontrava-se justamente nessa área de litígio entre São Paulo e Parnaíba¹⁴². Por conta dessa disputa, o procurador de São Paulo “fora encarregado a 6 de dezembro de ir a Santos tentar a anulação [da criação de Parnaíba] junto ao corregedor da comarca ou quem de direito, às expensas do conselho. Parnaíba, entretanto, continuou a ser Vila”¹⁴³.

O ano de 1640 foi marcado por sérias disputas entre as vilas. Nas palavras de

¹³⁸ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 74.

¹³⁹ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 74.

¹⁴⁰ Afonso Taunay. “Oposição dos paulistas à fundação de Parnahyba”. *Notas para a Historia de Parnahyba*. São Paulo: Ave Maria, 1935, p. 45.

¹⁴¹ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 74.

¹⁴² Para o debate sobre o aldeamento de Barueri e o litígio entre São Paulo e Parnaíba, ver Katiane Soares Verazani. *Assenhorar-se de terras indígenas: Barueri, séc. XVI-XIX*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

¹⁴³ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 75.

Paulo Florêncio, “em termos ásperos relatou o procurador do conselho paulistano, Miguel Garcia Carrasco, que o ouvidor José Simões pretendia esbulhar São Paulo da parte do seu território; até de terras que a vila piratiningana estava de posse havia noventa anos ‘indo em tudo contra as leis de Sua Majestade atual e real sem contradição alguma’”¹⁴⁴.

O conflito somente seria resolvido com a medição do termo e rossio de Parnaíba em 1681¹⁴⁵, cedendo seu termo a leste a São Paulo, por conta de ser essa a mais antiga vila na região.

A vila de Taubaté, fundada em 1645, por situar-se longe do termo de qualquer outra vila, não encontrou impedimentos à sua formalização.

A figura chave para a formação e consolidação de Taubaté como município foi Jaques Félix. Ele era “morador da vila de São Paulo, onde desempenhara vários cargos eletivos”¹⁴⁶ e onde solicitara terras no Buraquera.

Essas terras pouco renderam e, segundo Felix Guisard Filho, “isso levou Jacques Félix a pedir aos poderes competentes, para si e sua família, novas terras fora da vila de Piratininga”¹⁴⁷.

Em 21 de novembro de 1628 fora concedida a “Jacques Félix a seus filhos, Domingos Dias Félix e Belchior Félix, uma data de terras de meia légua de extensão, que ia de Pindamonhangaba e Tremembé. Além disso, coube a cada um outra meia légua, margeando o [rio] Paraíba, na tapera do gentio”¹⁴⁸.

Assim, referenciando a obra *História da capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Guisard relata que

a villa de S. Francisco das Chagas de Taubaté foi erecta em 1645 por Jacques Félix, natural de S. Paulo, e nella foi povoador e fundador como procurador bastante da condeça de Vimieyro, donataria da Capitania de Itanhen: este paulista tinha passado de S. Paulo com sua família e grande numero de índios de sua administração, gados vaccuns e cavallares; e tendo conquistado os bravos gentios da nação Jerominis e Puris, habitantes deste sertão, levantou à sua custa Igreja Matriz, construída de taipa de pilão, fez cadêa, e casa de sobrado para conselho, moinhos de

¹⁴⁴ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 76.

¹⁴⁵ Paulo Florêncio da Silveira Camargo. *op. cit.*, p. 337.

¹⁴⁶ Felix Guisard Filho. *Achagas à historia de Taubaté: Jacques Félix*, vol. 1. São Paulo: Athenas, 1938, p. 10.

¹⁴⁷ Felix Guisard Filho. *op. cit.*, p. 14.

¹⁴⁸ Felix Guisard Filho. *op. cit.*, p. 14.

trigo, e engenho para assucar¹⁴⁹.

Como resposta a essas ações,

por outra provisão de 13 de outubro de 1639 mandou que Jacques Félix, capitão-mor povoador, tendo completas as obras para se acclamar em villa a povoação, fizessem aviso para se proceder a este acto. Depois, por provisão de 5 de dezembro do anno de 1645, de Antônio Barbosa de Aguiar, capitão-mor deste mesmo anno, e se formou a eleição de juizes ordinários e officiaes da Camara, que entraram a servir no 1º de Janeiro de 1646¹⁵⁰.

Gilberto Martins, em *Taubaté nos seus primeiros anos* relata a trajetória de Jaques Félix. Seu pai, “Jacques Félix, o velho, era flamengo. Foi condestável da fortaleza da Bertioiga. Morou em Santos e lá casou, antes de 1575. Vendeu em Santos a João Rodrigues casas que tinha no pátio, as quais haviam pertencido a Jorge Ferreira. Faleceu antes de 1605”¹⁵¹.

Jaques Félix, o moço, em 1636, “penetra nos sertões de Taubaté com a finalidade de reconhecer sua extensão e demarca-los em nome da Condessa de Vimieiro, sua donatária”¹⁵².

De acordo com Gilberto Martins,

D. Mariana de Sousa da Guerra, a Condessa de Vimieiro, após haver perdido a faixa de sua capitania precisava criar meios para fazer prosperar o restante de terras que lhe tocavam. Com esse propósito iniciaram-se as explorações no norte da sua Capitania, o fértil vale banhado pelo Paraíba do Sul. Precisava-se achar o pretendido ouro escondido pelo sertão, fosse neste ou na lendária Sabarabussu¹⁵³.

Destaca, pois, o papel da condessa de Vimieiro nos estímulos à busca das minas na região, mas não justifica a necessidade de estabelecimento de um município, como fizera Jaques Félix anos depois em Taubaté, em uma área na qual não se encontrou riquezas.

¹⁴⁹ Felix Guisard Filho. *op. cit.*, p. 24-25.

¹⁵⁰ Felix Guisard Filho. *op. cit.*, p. 38.

¹⁵¹ Gilberto Martins. *Taubaté nos seus primeiros anos (aspectos de sua história colonial)*. Taubaté: Egetal, 1973, p. 28.

¹⁵² Gilberto Martins. *op. cit.*, p. 30.

¹⁵³ Gilberto Martins. *op. cit.*, p. 40.

O povoamento e elevação de Guaratinguetá à vila, em 1651, estão relacionados com a ocupação do Vale do Paraíba. Ferreira Júnior aponta que, com a extinção de Santo André, um contingente de índios migra e “esse êxodo causado pela desinteligência entre gente da mesma nação fez-se para os lados da região que se denominava Itapacaré e onde se levantaram mais tarde Taubaté, Guaratinguetá e Lorena”¹⁵⁴.

Atraídos pelo contingente indígena na região, “em 1636, decorridos setenta e dois anos, portanto, de atividade desses índios mansos nessas terras para as quais, certamente, quer na ocasião do êxodo, quer nos anos subsequentes, também se dirigiam aventureiros, é que Jacques Félix para elas se vai”¹⁵⁵.

Aponta Ferreira Júnior que,

como fundador em nome do donatário D. Diogo de Faro, aparece nessa época Domingos Leme. Era este, segundo todas as possibilidades, audaz penetrador e um dos pioneiros do caminho velho das Gerais, por onde mais tarde a sede do ouro e das ‘pedras’ havia de impelir o bandeirante, esse titã que dilatou e desbravou a nossa terra numa quasi inconsciência da cruzada sublimemente patriótica que realizaria¹⁵⁶.

E, como consequência desse povoado, “foi o capitão-mor Dionísio da Costa por delegação do donatário da então capitania de S. Vicente, quem autorizou o levante do pelourinho na data que acima referimos [1651] e em 1656 ele é justificado pelo mesmo capitão-mor, sendo que Luís Carneiro, conde da Ilha do Príncipe, era então o donatário”¹⁵⁷.

Podemos observar, portanto, que para o autor, a principal razão para a elevação do povoado à categoria de vila é o fator demográfico, pois ressalta o fato de Guaratinguetá ser “um núcleo bem apreciável” por volta de 1651.

Em publicação do Museu Frei Galvão, de 2010, Thereza Regina de Camargo Maia e Joaquim Roberto Fagundes, destacam que

o povoado de Guaratinguetá foi elevado à categoria de vila em 13 de fevereiro de 1651, por meio de um requerimento do capitão Domingos Luiz Leme, proprietário de uma sesmaria em

¹⁵⁴ Ferreira Júnior. *Guaratinguetá*. s. l.: s. i., 19--., p. 8.

¹⁵⁵ Ferreira Júnior. *op. cit.*, p. 8-9.

¹⁵⁶ Ferreira Júnior. *op. cit.*, p. 9.

¹⁵⁷ Ferreira Júnior. *op. cit.*, p. 9.

Guaratinguetá. O documento foi dirigido ao capitão-mor Dionísio da Costa, ouvidor de Itanhaém, que lhe deu a necessária licença para a criação da vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, com a instalação do pelourinho e a eleição da primeira Câmara Municipal¹⁵⁸.

Dessa forma, “Guaratinguetá foi, assim, o segundo núcleo (o primeiro foi Taubaté) oficialmente instalado no vale paulista do Rio Paraíba, tendo seu povoado se iniciado em torno da capela de Santo Antônio, pelos idos de 1630”¹⁵⁹.

A vila de Jacaréí, fundada em 1653, surge no contexto dos caminhos entre São Paulo, Mogi e Taubaté. Segundo Ivonne Tessin Wis e Benedito Vianna dos Santos, em *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy*, “os primeiros povoadores brancos e mamelucos do Vale do Paraíba paulista saíram diretamente de São Paulo. Vinham através de Mogi das Cruzes até a aldeia da Freguesia da Escada onde iam de canoa até a região de Jacaréí, de onde seguiam em demanda ao sertão, a cavalo ou a pé”¹⁶⁰.

Afirmam os autores que o povoamento de Jacaréí “estava na dificuldade dos habitantes das roças, no entorno da região, de alcançarem Mogi das Cruzes, onde levavam as mulheres e filhos para os serviços religiosos. Era tão montanhoso e inóspito o caminho entre Mogi e Jacaréí que era chamado, desde os primeiros povoadores, de os ‘sete pecados mortais’”¹⁶¹.

Assim, “em 1652 inicia-se a povoação de Nossa Senhora da Conceição de Jacaréí por iniciativa de Antônio Afonso e seus filhos e agregados, tendo sido elevada a Vila em 2 de novembro de 1653”¹⁶².

O documento de criação da vila de Jacaréí foi transcrito pelos autores. Nesse, consta que

aos vinte e hum dias do mês de Novembro de mil seiscientos e cincoenta e treis annos, em casas do Capitão Diogo de Fontes, todos juntos os moradores de Paraíba aparecerão com o dito Capitão Diogo de Fontes, diante do Capitão-mor Bento Ferrão Castello Branco, que presente estava, e por elle foi dito e requerido ao dito senhor que sua Merce lhe mandasse fazer huma

¹⁵⁸ Thereza Regina de Camargo Maia e Joaquim Roberto Fagundes. *Museu Frei Galvão*. São Paulo: Noovha America, 2010, p. 47.

¹⁵⁹ Thereza Regina de Camargo Maia e Joaquim Roberto Fagundes. *op. cit.*, p. 47.

¹⁶⁰ Ivonne Tessin Wis e Benedito Vianna dos Santos. *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy*. Jacaréí: Papel Simão, 1990, p. 23.

¹⁶¹ Ivonne Tessin Wis e Benedito Vianna dos Santos. *op. cit.*, p. 23.

¹⁶² Ivonne Tessin Wis e Benedito Vianna dos Santos. *op. cit.*, p. 23.

*Villa, e levantar Pelourinhos em nome de sua majestade, pois eram bastantes para poder fazer, visto serem pobres e suas mulheres e filhos não poderem levar suas mulheres e filhos não poderem acudir à Villa de Mogy-Merim, por ser o caminho muito longe e não terem passagem para poderem levar suas mulheres e filhos a ouvirem Missa justamente por carecerem seus filhos de Aguoa de Batismo*¹⁶³.

Com isso, a petição destacada, como justificativa para o requerimento de elevação de Jacareí à vila, a distância, a carência e a ausência de serviços religiosos regulares.

O debate sobre a fundação de Jundiaí é marcado pelo relato de que a vila fora estabelecida por criminosos foragidos de São Paulo. Afonso Taunay aponta que “era o sertão de Jundiaí ‘refúgio de criminosos e homisiados’”¹⁶⁴.

Azevedo Marques descreve que Jundiaí

teve origem pelos anos de 1615, por emigração que para aí fizeram Rafael de Oliveira e a viúva Petronilha Rodrigues Antunes, naturais de São Paulo, os quais, com suas respectivas famílias, tendo ficados criminosos, para fugirem à perseguição da justiça, internaram-se pelos sertões, assentando vivenda no lugar em que está hoje a povoação e edificando logo depois uma capela sob a invocação da Senhora do Desterro¹⁶⁵.

Jacinto Ribeiro corrobora com a visão de Azevedo Marques ao afirmar que “a povoação de N. S. do Desterro de Jundiahy, fundada em 1615 por Petronilha Rodrigues e Rafael de Oliveira, celebres criminosos foragidos à perseguição das justiças de São Paulo”¹⁶⁶.

Armando Colaffer e Nelson Foot, na obra *Em torno da fundação de Jundiaí*, de 1971, aponta, em relação ao estabelecimento do povoado, analisam o crime imputado a Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes. Afirmam que, “no curso das investigações chegamos à conclusão de que o delito fora o da prática do bandeirismo, ilação resultante do exame de obras dos nossos maiores bandeirólogos, o

¹⁶³ Ivonne Tessin Wis e Benedito Vianna dos Santos. *op. cit.*, p. 25.

¹⁶⁴ Afonso Taunay. *São Paulo no século XVI: história da villa Piratiningana*. Tours: Arroult, 1921, p. 214.

¹⁶⁵ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biológicos, estatísticos e noticiosos da provincia de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954, vol. 2, p. 66.

¹⁶⁶ Jacinto Ribeiro. *Chronologia paulista: ou relação historica dos factos mais importantes occorridos em S. Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza à S. Vicente até 1898*. São Paulo: Diario Official, 1899, vol. 2, p. 639.

que, aliás, passou a ser admitido como fato incontestável”¹⁶⁷.

O povoado, com seu atribulado processo de fixação, “foi criada vila pelo capitão-mor Manuel de Quevedo Vasconcellos, loco-tenente e Procurador do Conde de Monsanto a 14 de dezembro de 1655”¹⁶⁸.

O debate historiográfico sobre o estabelecimento de Jundiáí foca na discussão sobre os povoadores e a acusação de serem criminosos. Isso ofusca a discussão sobre o processo de elevação à vila, mesmo porque, segundo Alceu de Toledo Pontes, “o termo de ereção de Jundiáí a Vila se perdera com o livro que o continha”¹⁶⁹.

A vila de Itu, situada a oeste de São Paulo, foi fundada em 1657, teve origens estreitamente relacionadas com Santana de Parnaíba e com São Paulo.

Francisco Nardy Filho relata que

o fundador de Ytu, Domingos Fernandes nasceu na então villa de S. Paulo, foram seus paes o fidalgo portuguez Manuel Fernandes Ramos e Suzana Dias, paulista, filha de Lopo Dias e neta de D. Beatriz, esta filha de João Ramalho e neta do cacique guayanaz Tibiriçá, por Bartira, com a qual fora casado Ramalho; era, pois, como se vê, Domingos Fernandes, pelo lado materno, tataraneto do valente cacique dos guayanazes, que, juntamente com seu genro João Ramalho, tanto se distinguiram na fundação de S. Vicente e S. Paulo¹⁷⁰.

Já o seu pai, Manuel Fernandes Ramos, português, exerceu,

em S. Paulo, pelos fins do século XVI, os cargos de governança da terra, onde era tido em grande estima e consideração já pelos seus haveres, já pelo seu caráter. Em 1600 transferiu elle, com toda a sua família, a sua moradia para o lugar onde hoje se eleva a cidade de Parnahyba, e cuja povoação fundara, annos antes, em 1580, juntamente com seu filho André Fernandes¹⁷¹.

Nardy Filho dá destaque ao papel da família Fernandes, ao afirmar que “os Fernandes são conhecidos na genealogia das famílias paulistas, com o justo e

¹⁶⁷ Armando Colaffeti e Nelson Foot. *Em torno da fundação de Jundiáí*. São Paulo: Edanee, 1971, p. 6.

¹⁶⁸ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *op. cit.*, vol. 2, p. 66.

¹⁶⁹ Alceu de Toledo Pontes. *Elementos para a história de Jundiáí. Trabalho apresentado pela sub-comissão “Marco Histórico”*. Jundiáí: Câmara, 1955, p. 33.

¹⁷⁰ Francisco Nardy Filho. *A cidade de Ytu. 1o volume. Histórico da sua fundação e dos seus principaes monumentos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1928, p. 36.

¹⁷¹ Francisco Nardy Filho. *op. cit.*, p. 36.

merecido título de *Povoadores*”¹⁷².

Apresenta, na descrição da família de Domingos Fernandes, que “André Fernandes juntamente com seu pae fôra o fundador de Parnahyba, fez, por ordem regia, e com seus índios, diversas entradas pelo sertão à descoberta de minas”¹⁷³. E, “foi André Fernandes quem conduziu ao Paraguay D. Victoria Correia de Sá, esposa de D. Luiz de Céspedes, governador dessa região, e filha de Gonçalo Correia de Sá e sobrinha do governador Martim de Sá”¹⁷⁴.

Ilustra também, além do papel na criação dos núcleos urbanos no planalto, o papel da família Fernandes na exploração dos sertões da capitania e o contato com a governação do Paraguai.

A consolidação de Itu se dá ao longo do século XVII, quando “em 1653 é elevada a freguesia e dahi a quatro annos, a 18 de abril de 1657, é elevada a cathegoria de villa, sendo a 7^a villa creada na capitania de S. Paulo quando essa Capitania ainda fazia parte da do Rio de Janeiro”¹⁷⁵.

E, a respeito do processo de elevação de Itu à vila, Nardy Filho relata que

encontramos em diversos escriptos referentes a fundação de Ytu, ter sido essa povoação elevada a cathegoria de villa por acto do capitão-mór e governador da Capitania de S. Vicente Gonçalo Couraça Mesquita; há ahi manifesto engano, à freguezia de Ytu foi elevada à cathegoria de villa por acto de 18 de abril de 1657 e por este tempo Couraça de Mesquita era já fallecido. Gonçalo Couraça de Mesquita, esforçado cavalheiro que demonstrára valentia combatendo os castelhanos em Portugal e em cujas pelepas muito se distinguiu, foi nomeado por D. João IV capitão-mor e governador da Capitania de S. Vicente em 1653, em cujo cargo veio a fallecer em Fevereiro de 1656, sendo substituído por Miguel Cabedo de Vasconcellos, que foi quem elevou a freguezia de Ytu a cathegoria de villa¹⁷⁶.

A vila de Sorocaba, fundada em 1661, teve um processo de criação distinto das demais do planalto. Aluísio de Almeida, em *História de Sorocaba* descreve que, “no século da descoberta havia indígenas transitando por Sorocaba, por um caminho

¹⁷² Francisco Nardy Filho. *op. cit.*, p. 36.

¹⁷³ Francisco Nardy Filho. *op. cit.*, p. 37.

¹⁷⁴ Francisco Nardy Filho. *op. cit.*, p. 37.

¹⁷⁵ Francisco Nardy Filho. *op. cit.*, p. 55.

¹⁷⁶ Francisco Nardy Filho. *op. cit.*, p. 55.

terrestre-fluvial que ligava o litoral atlântico, onde seria São Vicente, ao Paraguai”¹⁷⁷.

O estabelecimento do povoado na região esteve associado às descobertas de minas por Afonso Sardinha. Com isso, o governador geral do Brasil, D. Francisco de Souza,

avantajando em demasia a pequena mineração dos Sardinha, crendo fazer da capitania de São Vicente um novo Perú, embarcou para o sul, com uma comitiva de soldados portugueses e índios mansos para o transporte de pessoas e cargas e os primeiros trabalhos, não sem enviar antes, como administrador das minas, Diogo Gonçalves Laço, que chegou à Vila de São Paulo em 13 de maio daquele ano [1598]¹⁷⁸.

Chegando D. Francisco à capitania, iniciou atividades de apoio à mineração e, “em data não sabida de 1599, fundou no local a vila de Nossa Senhora do Monte Serrate, erigindo o pelourinho, um esteio de madeira de lei com uma faca e um gancho de ferro, objetos esses, nos ricos pelourinhos de pedra, menos grosseiros e coroados com as armas reais”¹⁷⁹.

Seguindo as ações de estímulo da Coroa à mineração na região de Sorocaba, “no ano de 1601, Dom Francisco enviou moradores a Araçoiaba, dando-lhes terras ‘para lavrar mantimentos’. Não foi preciso lotear as terras auríferas, não as havia, mas o povoamento da vila era útil, como, em linguagem moderna, na nova boca de sertão”¹⁸⁰.

A vila de Monte Serrate, embora tivesse duração efêmera, figurou como o único município criado na capitania de São Vicente pelo governador geral do Estado do Brasil. Ao contrário das demais vilas, essa foi fruto de uma política central de estímulo à mineração e de povoamento da porção meridional da América portuguesa.

Contudo, as promessas de riquezas das minas não se efetivaram e Monte Serrate foi logo abandonada. Décadas depois, “em 1661, Balthazar Fernandes requereu a mudança do pelourinho erigido por Dom Francisco de Souza a légua e meia da atual Sorocaba”¹⁸¹.

O novo núcleo urbano encontrava-se próximo à vila abandonada de Monte

¹⁷⁷ Aluísio de Almeida. *História de Sorocaba*. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, p. 15.

¹⁷⁸ Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 19.

¹⁷⁹ Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 20.

¹⁸⁰ Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 21.

¹⁸¹ Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 22.

Serrate e, para ser oficializada como município, a vila mais antiga deveria ser extinta. Só que a vila fora estabelecida por um governador geral e um donatário não poderia executar a ação frente a uma vila com essa dignidade.

Diante dessa situação, Balthazar Fernandes “requereu ao Governador a mudança do objeto [pelourinho de Monte Serrate], considerando haver nas paragens de Sorocaba trinta casas, o número da lei”¹⁸². Assim, Salvador Correia “autorizou a mudança simbólica ou real a 3 de março de 1661, nomeando os oficiais da Câmara”¹⁸³ e estabelecendo formalmente o município de Sorocaba.

Cabe destacar que, embora tenha origem em uma decisão do governador-geral, o povoamento de Sorocaba somente ocorre efetiva e institucionalmente em 1661, com o requerimento de Balthazar Fernandes.

Aluísio de Almeida, em *Sorocaba: 3 séculos de história*, descreve que Baltazar Fernandes, antes de fundar o município, casou-se “segunda vez com dona Isabel de Proença de Abreu, paulista, em cerca de 1630, viúvo que estava de Maria de Torales”¹⁸⁴.

Com o primeiro casamento estabelece ligações familiares, e portanto políticas, com os Torales, importante família que comandava Ciudad Real no Paraguai. Depois dos ataques dos paulistas às missões jesuíticas nessa região, migraram para a capitania de São Vicente e se estabeleceram em Sorocaba.

A vila de Curitiba, fundada em 1693, marca o povoamento da porção mais meridional do planalto da capitania de São Vicente. Cabe recordar, conforme aponta Wilson Martins, que “o Paraná começou a existir com o decreto de 29 de agosto de 1853, que desmembrou da província de São Paulo a antiga comarca de Curitiba”¹⁸⁵.

Apesar de pertencer à capitania vicentina durante todo o período colonial, Curitiba esteve associada, por conta de uma historiografia fortemente regional, a um discurso localista.

Romário Martins, em *Curityba de outr’ora e de hoje* atribui a fundação de Curitiba à vila de Paranaguá. Afirma que “foi igualmente da povoação de Paranaguá que resultou o estabelecimento de Curityba”¹⁸⁶.

¹⁸² Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 35.

¹⁸³ Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 35.

¹⁸⁴ Aluísio de Almeida. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu: Ottoni, 2002, p. 21.

¹⁸⁵ Wilson Martins. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Zacarias de Góis e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999, p. 19.

¹⁸⁶ Romário Martins. *Curityba de outr’ora e de hoje*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922, p. 46.

Descreve, no entanto, que foi o paulista Matheus Leme o responsável pelo povoamento da região de Curitiba. Aponta que

foi elle quem iniciou a posse legal da terra solicitando e obtendo regularmente uma sesmaria; foi elle quem conseguiu a instituição do Pelourinho, representativo da autoridade publica como tambem foi elle quem, como Capitão Povoador, poz ordem na aquisição das terras, cedendo-as, em nome d'El Rei, aos que pretendiam se estabelecer nos nossos campos; e foi ainda quem erigio a Villa¹⁸⁷.

Com isso, Romário Martins afirma que, ao contrário da formação tradicional da historiografia paranaense, Eleodoro Ébano Pereira “não foi o creador da Villa, em 1693, nem mesmo estava mais nestes logares em 1668 ao se erigir o Pelourinho. Quando estes factos ocorreram, talvez nem mesmo existisse”¹⁸⁸.

Atribui a criação do município de Curitiba a Matheus Leme, pois “após o fracasso da tentativa de 1668, para a criação da Villa, por duas vezes dentro de 25 annos o Capitão Povoador Matheus Leme insistio com o Capitão mór e ouvidor de Paranaguá, Gabriel de Lara, para que a instituísse, fazendo preencher os cargos da administração publica”¹⁸⁹.

A ideia de atribuir a Eleodoro Ébano Pereira, sertanista de Paranaguá, a fundação de Curitiba, é retomada por Júlio Estrella Moreira.

Em obra de 1972, afirma que “o ouro de lavagem, nos campos de Curitiba, já era conhecido há muito tempo. Como se sabe, depois de 1560, uma bandeira possivelmente de préa de índios, chefiada por um Heliodo Éobanos, esteve no planalto curitibano, onde, ‘ao que parece, encontrou pequenas manchas auríferas’”¹⁹⁰.

Retoma, portanto, a visão tradicional na construção historiográfica paranaense, na qual atribuo a Ébano Pereira a fundação de Curitiba. Para atribuir ao explorador “paranaense” de Paranaguá a fundação da vila, define que esse ato se dá pela primeira fixação de uma exploração aurífera na região.

Para essa historiografia, a elevação de Curitiba à vila, por Matheus Leme, paulista, torna-se fato secundário em relação à passagem do explorador paranaguara.

¹⁸⁷ Romário Martins. *op. cit.*, p. 71.

¹⁸⁸ Romário Martins. *op. cit.*, p. 81.

¹⁸⁹ Romário Martins. *op. cit.*, p. 103.

¹⁹⁰ Júlio Estrella Moreira. “Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, vol. XVI, 1972, p. 30.

A vila de Pindamonhangaba, último município criado no planalto antes do governo do Morgado de Mateus, destaca-se por ser o único núcleo estabelecido no século XVIII.

Athayde de Marcondes, em *Pindamonhangaba através de dois e meio séculos*, descreve que “a povoação foi fundada em terras pertencentes ao município de Taubaté, doadas pela Condessa de Vimieiro, abastada proprietária de grande parte do território da Capitania de Conceição de Itanhaém”¹⁹¹.

As terras que correspondem a Pindamonhangaba “foram obtidas por compra por Antônio Bicudo Leme, os quaes vindo de S. Paulo deliberaram fundar uma povoação, nos sítios em que fizeram suas residências, de commum accordo com João Corrêa de Magalhães, Pedro da Fonseca e Manoel da Costa Leme, genros e filhos de Antônio Bicudo”¹⁹².

O processo de elevação à vila foi marcado por intensas polêmicas. Marcondes descreve que o desembargador João Saraiva de Carvalho, ouvidor e corregedor de São Paulo, quando em viagem ao Rio de Janeiro, passou por Pindamonhangaba,

o capitão Antônio Bicudo Leme, seu filho Manoel da Costa Leme, seus genros acima mencionados e outros paulistas se congregam para hospedar o desembargador Saraiva, que aqui chegando, ‘deixou-se levar pelos pedidos e rogos daquelles personagens que lhe fizeram valiosos presentes e conseguiram que o desembargador da noite para o dia, creasse juizes e officiaes para a câmara, levantasse pelourinho no silencio da noite e tudo dispuzesse de modo que, no dia seguinte estava a freguezia de S. José elevada à villa’¹⁹³.

Esse ato causou reação imediata da câmara de Taubaté, que teve de ceder seu termo para a vila de Pindamonhangaba. Com isso, os oficiais de Taubaté entraram com uma representação “contra essa ilegalidade à sua majestade Pedro II, El-Rei de Portugal. O povo da nova villa porém recorreu a El-Rei pedindo-lhe perdão e allegando ignorancia, por ter cometido o *grande crime* de elevar à villa a freguezia de Pindamonhangaba sem ordem regia!”¹⁹⁴.

Como solução a esse conflito, “a rainha D. Catharina que então substituíu a D.

¹⁹¹ Athayde de Marcondes. *Pindamonhangaba através de dois e meio séculos*. São Paulo: Typographia Paulista, 1922, p. 398.

¹⁹² Athayde de Marcondes. *op. cit.*, p. 398.

¹⁹³ Athayde de Marcondes. *op. cit.*, p. 399.

¹⁹⁴ Athayde de Marcondes. *op. cit.*, p. 399.

Pedro II (o qual se achava gravemente enfermo) com sua *real clemencia*, fez *mercê* de relevar do *castigo que mereciam* os rebeldes, e houve *por bem* mandar crear de novo a villa de Pindamonhangaba, sob a invocação de Senhora do Bom Sucesso, conforme ordem régia”¹⁹⁵.

Assim, “a data de 10 de julho de 1705 é a da carta régia assinada pela rainha D. Catarina, na qual S. M. houve por bem mandar criar ‘de novo’ a Vila de N. S. do Bom Sucesso de Pindamonhangaba”¹⁹⁶.

Waldomiro Abreu relaciona a fundação de Pindamonhangaba e as demais a oeste de São Paulo à contenda entre os Pires e Camargo em São Paulo. Afirma que

Antônio Bicudo Leme, de origem flamenga, como Jacques Félix. Como sabemos, teve início em S. Paulo, por volta de 1641, encarnizada luta entre duas famílias. De um lado, os Pires-Lemes e, de outro, os Buenos-Camargos. Teria a vinda de Bicudo Leme para Taubaté e, depois para Pindamonhangaba, como determinante, esse conflito familiar?¹⁹⁷.

Criadores de municípios

Para compreendermos a dinâmica de fundação dos municípios no planalto da capitania de São Vicente, é necessário que reflitamos a respeito dos responsáveis pela emancipação política das vilas.

Definimos emancipadores como os responsáveis pela elevação do povoado à categoria de município, através de requerimentos e petições, e não os responsáveis pela ocupação inicial no território.

Conforme vimos nas narrativas das fundações, a elevação à vila corresponde a uma petição que deveria ser aprovada pelo donatário ou, na ausência desse, pelo locotenente da capitania.

Na elevação de Mogi à vila, Isaac Grinberg apresenta, como justificativa apresentada ao donatário, que os requerentes “moram no lugar há tempos, onde têm plantações, benfeitorias e muitos filhos”¹⁹⁸.

Para o caso de Jacareí, a justificativa baseava-se na distância desse povoado

¹⁹⁵ Athayde de Marcondes. *op. cit.*, p. 399.

¹⁹⁶ Waldomiro Benedito de Abreu. *Algumas notas para a história de Pindamonhangaba*. Rio de Janeiro: Tupy, 1957, p. 59.

¹⁹⁷ Waldomiro Benedito de Abreu. *op. cit.*, p. 67.

¹⁹⁸ Isaac Grinberg. *História de Mogi das Cruzes*. São Paulo: Saraiva, 1961, p. 20.

para a vila de Mogi e os problemas relacionados à dificuldade de assistência religiosa. No documento *Criação da Villa de Jacarehy* Ivonne Tessin Wis e Benedito Viana dos Santos destacam que os moradores do povoado “eram bastantes para poder fazer, visto serem pobres e suas mulheres e filhos não poderem acudir à Villa de Mogy-Merim, por ser o caminho muito longo e não terem passagem para poderem levar suas mulheres e filhos a ouvirem Missa justamente por carecerem seus filhos de Aguoa de Batismo”¹⁹⁹.

Aluísio de Almeida descreve, como argumento para a elevação de Sorocaba, que o povoado tinha “30 casas ou fogos, fora o escravo e índio, que não se contam, mas também precisam das justiças de El-Rei”²⁰⁰.

Curitiba foi elevada à vila tendo como alegação a necessidade de justiça. Romário Martins descreve, no *Requerimento para a criação das Justiças na Povoação de N. S. da Luz e Bom Jesus dos Pinhães*, de 1693, que “está o povo tão desamparado de governo e desiplina de Justiça”²⁰¹ e que “quanto mais cresce a gente se vão fazendo móres desaforos, e bem se vio esta festa andarmos todos com armas na mão, e apeloirou-se dos outros mais e outros ensultos de roubos, como he notório e constante pelos casos que tem sucedido e daqui em diante será pior”²⁰².

Como podemos observar, as justificativas para a criação de novos municípios baseiam-se, principalmente, na argumentação da necessidade de justiça e pelo fator demográfico.

José Jobson de Andrade Arruda, em *São Paulo nos séculos XVI-XVII* destaca que “as vilas significavam ilhas de ancoragem, nós de trânsito, cujo dinamismo dependia da intensidade do tráfego nos caminhos”²⁰³.

E, defende a criação de novos municípios por conta do destaque populacional que atinge um povoado. Afirma que as vilas “eram apêndices da rede viária que, gradativamente, assumiram um papel relevante por causa da densidade demográfica que passaram a conter, transformando-se em catapulta das novas penetrações”²⁰⁴.

Para o autor, o fenômeno de criação de novas vilas estaria relacionado com o

¹⁹⁹ Ivonne Tessin Wis e Benedito Viana dos Santos. *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy*. Jacaréi: Papel Simão, 1990, p. 23.

²⁰⁰ Aluísio de Almeida. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu: Ottoni, 2002, p. 31.

²⁰¹ Romário Martins. *Curitiba de outr’ora e de hoje*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922, p. 197.

²⁰² Romário Martins. *op. cit.*, p. 197.

²⁰³ José Jobson de Andrade Arruda. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial; Poiesis, 2011, p. 99.

²⁰⁴ José Jobson de Andrade Arruda. *op. cit.*, p. 100.

fator demográfico e pela posição estratégica nos caminhos para as minas, tanto para as Minas Gerais como para as de Goiás e Cuiabá.

No entanto, essa interpretação não explica totalmente o fenômeno no planalto da capitania. Conforme aponta Maria Luíza Marcílio em *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*, a freguesia de Atibaia, por exemplo, “possuía terras bastante férteis e, ainda mais, encontrava-se sobre um dos caminhos que levava às minas de ouro”²⁰⁵.

Essa freguesia seria “uma das primeiras a se separar do município de São Paulo”²⁰⁶. Uma das justificativas para que o governador Morgado de Mateus efetuasse a elevação da freguesia à vila em 1769 seria o fato de que “o viajante que, vindo da Sé de São Paulo tomava a velha trilha, deveria percorrer 60 km para chegar à paróquia de São João de Atibaia”²⁰⁷.

O mesmo fenômeno ocorreu com a freguesia de Jaguari. Situada em uma distância ainda maior que Atibaia em relação à São Paulo, seria desmembrada dessa somente em 1769.

Marcílio descreve que Jaguari, “a mais afastada das capelas pertencentes outrora ao município de São Paulo e, situada também sobre a rota das minas de ouro que ia ao sul de Minas Gerais, estabelecia-se nos limites mesmo da capitania paulista, a aproximadamente 72 km da Sé”²⁰⁸. E, “em 1769, com a criação da vila de Atibaia, Jaguari foi igualmente desmembrada de São Paulo, e passou sob a jurisdição da paróquia e vila de Atibaia”²⁰⁹.

Essas duas freguesias apresentavam evidente destaque espacial nos caminhos entre São Paulo e as minas de ouro, além de estarem situadas fora do termo da vila mais próxima, evitando-se com isso quaisquer conflitos de jurisdição.

Outro fator que argumenta contra a interpretação de que as vilas, no planalto, foram fruto de pressões demográficas, é o fato de Atibaia ser a freguesia mais populosa da cidade de São Paulo em 1765.

De acordo com Marcílio, nessa data, Atibaia tinha 2425 habitantes livres em 439 fogos²¹⁰, enquanto que a freguesia de Sé, no núcleo urbano de São Paulo,

²⁰⁵ Maria Luíza Marcílio. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973, p. 48.

²⁰⁶ Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 48.

²⁰⁷ Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 48.

²⁰⁸ Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 48.

²⁰⁹ Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 48.

²¹⁰ Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 103.

apresentava 889 habitantes livres em 200 fogos²¹¹.

Inclusive se somarmos a população de todas as freguesias da cidade de São Paulo (Sé, Brás, Penha, Nossa Senhora do Ó e São Bernardo), atingiríamos o número de 2322 habitantes livres e 507 fogos²¹², o que não superaria a população de Atibaia.

Diante desse panorama não podemos associar os novos núcleos municipais necessariamente a fatores demográficos nem à posição estratégica nos caminhos do século XVIII.

Tal situação nos leva a problematizar o papel político dos emancipadores desses núcleos urbanos pois, se freguesias com elevado contingente populacional e posição estratégica na rota para as minas de ouro somente foi elevada a município em 1769, no período anterior ao governo do Morgado de Mateus, iniciado em 1765, os fatores para a criação de novas vilas deveriam ser diferentes.

A partir disso, iremos problematizar o papel político dos emancipadores, analisando sua origem, cargos ocupados na administração municipal, terras concedidas previamente e a articulação desses com redes políticas mais amplas.

Analisando a historiografia apresentada anteriormente, baseada na documentação sobre a elevação de povoados à categoria de vila, destacamos a origem dos responsáveis pelos novos municípios.

Para tanto, nos baseamos nas informações genealógicas de Luiz Gonzaga da Silva Leme para traçar a trajetória dos povoadores. Verificamos, pois, que Gaspar Vaz Guedes, fundador de Mogi²¹³, André Fernandes, de Santana de Parnaíba²¹⁴, Jaques Félix, de Taubaté²¹⁵ e Domingos Luiz Leme, de Guaratinguetá²¹⁶, tiveram origem no município de São Paulo.

O emancipador da vila de Jacareí, Diogo de Fontes, não é referenciado em nenhuma das famílias tratadas por Silva Leme.

O casal Raphael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes, emancipadores da vila de Jundiá, também não são citados na *Genealogia paulistana*. Azevedo Marques, contudo, afirma que o casal teria origem em São Paulo²¹⁷.

²¹¹ Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 102.

²¹² Maria Luíza Marcílio. *op. cit.*, p. 102.

²¹³ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903, vol. VIII, p. 536.

²¹⁴ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. VII, p. 225.

²¹⁵ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. IV, p. 444.

²¹⁶ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. I, p. 83.

²¹⁷ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biológicos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954, vol. II, p. 66.

Domingos Fernandes, emancipador de Itu²¹⁸, Bathazar Fernandes, de Sorocaba²¹⁹, Matheus Martins Leme, de Curitiba²²⁰ e Antônio Bicudo Leme, de Pindamonhangaba²²¹, igualmente são originados de São Paulo.

Conforme podemos observar, todas as vilas do planalto, com exceção de Jacareí, da qual não obtivemos informações mais precisas sobre seu emancipador, nasceram do município de São Paulo.

Tal fato nos leva a problematizarmos qual era o papel desses, e de suas famílias, no contexto político local desse município.

Para compreendermos a atuação política desses emancipadores em São Paulo, cruzamos seus nomes com a listagem de cargos municipais coletados nas *Atas da Câmara de São Paulo* entre 1560 e 1765²²².

O emancipador de Mogi, Gaspar Vaz Guedes, não ocupou cargos em São Paulo, mas seu filho, Braz Cardoso, foi almotacel em 1641, juiz em 1644 e vereador em 1648 e 1670.

André Fernandes, emancipador de Santana de Parnaíba, ocupou o cargo de almotacel em 1563, 1601, 1602 e 1623.

Jaques Félix, emancipador de Taubaté, foi vereador em São Paulo em 1632.

Domingos Luiz Leme, emancipador de Guaratinguetá, não ocupou cargos municipais em São Paulo, assim como Diogo de Fontes, responsável pela emancipação de Jacareí.

Raphael de Oliveira, emancipador de Jundiaí juntamente com Petronilha Rodrigues Antunes, ocupou o cargo de almotacel em 1606 e 1633, procurador em 1613 e vereador em 1627 e 1647.

Domingos Fernandes, emancipador de Itu, ocupou o cargo de almotacel em 1611, enquanto seu irmão mais velho, Balthazar Fernandes, emancipador de Sorocaba, não ocupou nenhum cargo na câmara de São Paulo.

Matheus Martins Leme, emancipador de Curitiba, também não ocupou cargo em São Paulo, mas seu pai, Thomé Martins, foi almotacel em 1613 e seu avô, Matheus Leme, também ocupou o mesmo cargo em 1583.

O emancipador de Pindamonhangaba, Antônio Bicudo Leme, ocupou o cargo

²¹⁸ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. VII, p. 247.

²¹⁹ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. VII, p. 226.

²²⁰ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. VII, p. 258.

²²¹ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. VI, p. 298.

²²² *Atas da Câmara de São Paulo*. São Paulo: Duprat, & Cia, 1914, vol. 1-15. A listagem completa dos ocupantes de cargos municipais encontra-se no Apêndice.

de almotacel em 1694, seu pai, Antônio Bicudo, fora almotacel em 1611 e juiz em 1619 e seu bisavô, Antônio Bicudo, ocupara os cargos de vereador em 1575 e 1581, almotacel em 1576 e juiz em 1577, 1579 e 1584.

Analisando a natureza dos cargos ocupados na administração municipal em São Paulo, notamos que metade dos dez responsáveis pela emancipação ocuparam cargo, enquanto a outra metade não pertenceu à elite política local.

Desses 50% que ocuparam cargos, $\frac{1}{3}$ exerceram a função de almotacel, responsável pela fiscalização dos pesos e medidas e da taxaço dos preços dos alimentos.

Cabe ressaltar que, conforme aponta Antônio Manuel Hespanha, somente correspondiam aos cargos municipais honorários, os juizes, vereadores e procuradores²²³. Os almotacés não eram funções honorárias e, portanto, eram remunerados.

Conforme tratamos em nossa dissertação de mestrado, mais de 60% das terras urbanas de São Paulo eram concedidas a ocupantes de cargos honorários. Por não receberem remuneração por seus serviços, usavam da prerrogativa da concessão de datas de terra para benefício da categoria, em uma concepção patrimonialista dos bens camarários²²⁴.

Somente dois emancipadores, Jaques Félix e Raphael de Oliveira ocuparam cargos honorários na câmara, sendo vereadores em 1632 e 1627, 1647 respectivamente.

Dessa forma, observamos o pouco destaque desses indivíduos na administração local de São Paulo. Essa situação é evidenciada se compararmos com o panorama de seus ascendentes diretos.

O pai e avô de Matheus Martins Leme foram almotacés, enquanto que os ascendentes de Antônio Bicudo Leme ocuparam cargos de destaque em São Paulo. Antônio Bicudo, seu pai, foi almotacel em 1611 e juiz em 1619 e seu bisavô, vereador em 1575 e 1581, almotacel em 1576 e juiz em 1577, 1579 e 1584.

Verificamos, pois, que existe uma relação entre concessão de terra urbana pela câmara municipal e o pertencimento a essa instituição. Tratamos dessa questão em nossa dissertação de mestrado.

²²³ Antônio Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 164.

²²⁴ Fernando V. Aguiar Ribeiro. *Poder local e patrimonialismo. A Câmara Municipal e a concessão de terra urbana em São Paulo (1560-1765)*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010, p. 120 e 146.

Diante desse panorama, torna-se necessário que reflitamos sobre as solicitações de terras em São Paulo pelos emancipadores de municípios. Conforme aponta Sérgio Buarque no artigo *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*, uma das razões para a criação das novas vilas no planalto seria o esgotamento do solo na vila de origem. Como o acesso à propriedade urbana era controlado por uma elite política, o esgotamento revelava-se como fator de manutenção de grupos em situação de destaque.

A questão que se apresenta é qual a relação entre os emancipadores e suas famílias e o acesso à terra urbana em São Paulo, local de origem desses povoadores.

Gaspar Vaz Guedes, emancipador de Mogi registrou, em sessão da câmara, a aquisição por compra de chãos em São Paulo em 1594²²⁵. Essa transação demonstra, embora não tenhamos informações dos valores dessa operação, que o citado tenha capital para tanto, mas não tenha prerrogativas políticas para receber terras como concessão da câmara.

André Fernandes, emancipador de Santana de Parnaíba, pertencente à família de notáveis povoadores, apesar de ter exercido o cargo de almotacel por quatro anos, não recebeu nenhum lote de terra urbana em São Paulo.

Jaques Félix, emancipador de Taubaté, recebeu duas datas de terra em 1598²²⁶, em uma solicitação registrada em conjunto com André Escudeiro. Solicitaram 50 braças e receberam somente 20 braças de lote.

Domingos Luiz Leme, emancipador de Guaratinguetá, possuía, em 1660, uma propriedade urbana. Consta, nas *Atas da Câmara*, referência a um lote seu no requerimento de chãos de Pantaleão Pedroso Baião²²⁷, Mathias Lopes²²⁸ e Domingos Silva Leme²²⁹.

Como não consta registros de propriedade nos registros da Câmara, possivelmente Domingos Luiz Leme possuía terras em São Paulo, mas não recebeu o título de propriedade dessa, garantindo a condição de proprietário e a segurança jurídica.

Diogo de Fontes, emancipador de Jacareí em 1653, não recebera propriedade em São Paulo nem ocupara cargo na câmara.

²²⁵ Carta XXVII. *Cartas de data de terra de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937, vol. I.

²²⁶ Carta LIII e LIV. *op. cit.*, vol. I.

²²⁷ Carta XVIII. *op. cit.*, vol. III.

²²⁸ Carta XVI. *op. cit.*, vol. III.

²²⁹ Carta XVII. *op. cit.*, vol. III.

Raphael de Oliveira, emancipador de Jundiaí, também não recebeu títulos de propriedade, apesar de ter ocupado diversos cargos na administração local, como apontamos anteriormente.

Consta uma menção a uma propriedade de Domingos Fernandes, emancipador de Itu, em 1588²³⁰. Na carta de data de Francisco Rodrigues Barbeiro, na qual solicita 80 braças, é referenciado como limite do lote requerido, uma propriedade de Fernandes.

Balthazar Fernandes, emancipador de Sorocaba, não ocupou cargos municipais nem recebeu título de propriedade urbana pela Câmara.

O mesmo ocorrera com Matheus Martins Leme, emancipador de Curitiba em 1693. Embora não tivesse recebido terras ou ocupado cargos camarários, o mesmo não corresponderia a seus parentes ascendentes. Seu pai, Thomé Martins foi almotacel em 1613 e há menção a um lote urbano seu em 1661, apesar de não haver menção ao registro formal da propriedade²³¹. Seu avô Matheus Leme recebera, em 1592, um lote de 8 braças, alegando ser morador e pela “necessidade de recolher-se à vila por causa da guerra”²³² com os indígenas.

Antônio Bicudo Leme, emancipador de Pindamonhangaba, não recebera nenhum lote urbano, mesmo ocupando cargo de almotacel em 1694. Seu pai ocupara cargos, como almotacel e juiz em 1619 mas não recebeu nenhuma propriedade. Seu bisavô, que ocupou os cargos de almotacel, vereador e juiz, também não recebeu propriedades pela Câmara municipal.

Observando o fenômeno de maneira mais ampla, verificamos que 60% dos responsáveis pelas emancipações de vilas não possuíam terras, e os que as possuíam, não tinham título de proprietários.

Com isso, a partir das formulações de Sérgio Buarque de Holanda sobre o esgotamento do solo, podemos concluir não somente a restrição do acesso à terra urbana em São Paulo, mas principalmente o fato de haver grupos relativamente consolidados que, aliados desse processo de controle da concessão de terras, teve força política e econômica para fundar novos municípios e figurar como elites políticas locais.

As famílias dos emancipadores das vilas no planalto tiveram, conforme

²³⁰ Carta XIII. *op. cit.*, vol. I.

²³¹ Carta XVII. *op. cit.*, vol. III.

²³² Carta XX. *op. cit.*, vol. I.

apontamos, origem no município e São Paulo. Balthazar Fernandes, emancipador de Sorocaba, por conta de contatos e relações familiares, apresenta uma situação peculiar em relação aos outros povoadores.

Aluísio de Almeida, ao tratar da história de Sorocaba, destaca que no século XVII “André Fernandes tornava-se um dos maiores bandeirantes da caça ao índio. Balthazar o acompanhara em mais de uma expedição”²³³. O outro irmão, “Domingos, que era menos sertanista, estabeleceu-se em Itu”²³⁴.

Nesse século, várias bandeiras foram dirigidas ao sertão visando a captura de índios para serem usados como mão de obra. Afonso Taunay descreve que “no segundo semestre de 1628 realmente abalou de S. Paulo para o Sul a grande bandeira de Prêto e Tavares que aniquilou as reduções do Guairá, recolhendo-se com avultado comboio avaliado pelos autores jesuíticos em muitos milhares de cativos, o que nos parece inaceitável; seriam um milheiro, no máximo dois mil estes prisioneiros”²³⁵.

Nessa expedição, da qual tomou parte os Fernandes, os paulistas entraram em contato com a elite local *criolla* do Guairá, região pertencente à governação do Paraguai.

Essa elite vivia, à época dos ataques às missões jesuíticas, tal qual os paulistas, em contínua tensão com os padres inicianos. Por ser uma região pobre e periférica em relação o circuito econômico da América hispânica, grupos de Ciudad Real e Villa Rica dedicavam-se ao aprisionamento de indígenas.

Luiz Gonzaga da Silva Leme, na genealogia da família Fernandes, afirma que “foi o capitão Balthazar Fernandes 1º casado com Maria de Zunega, natural de Vila Rica do Paraguai, fª de Bartholomeu de Torales e de Violante de Zunega, da mesma Vila Rica. Era Maria de Zunega irmã de Bartholomeu de Torales que casou em 1636 em S. Paulo com Izabel de Góes fª do cavaleiro Antonio Raposo e de Izabel de Góes”²³⁶.

As famílias Zunega e Ponce de León, segundo Silva Leme, no trajeto entre o Paraguai e São Paulo, “demoraram algum tempo estas famílias na campanha de Vacaria, passando dali a S. Paulo pelos anos de 1630 a 1634, dando lugar a que se

²³³ Aluísio de Almeida. *História de Sorocaba*. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, p. 23.

²³⁴ Aluísio de Almeida. *op. cit.*, p. 23.

²³⁵ Afonso Taunay. “O epos bandeirante e São Paulo vila e cidade”. *Ensaio paulistas*. São Paulo: Anhambi, 1958, p. 629.

²³⁶ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1903, vol. VII, p. 227.

desconfiasse que essa transmigração fosse motivada por algum crime de lesa-majestade”²³⁷.

Essa migração, apesar das suspeitas levantadas por Silva Leme, foi motivada pela destruição das missões jesuíticas e colapso econômico da região do Guairá.

Carlos Jensen, em *El Guairá: caída y éxodo* destaca que “María de Zúñiga casó con Baltazar Fernandes, hermano del famoso corsario de los sertones André Fernández. De este matrimonio nació María de Torales. Esta casó con Gabriel Ponce de León”²³⁸.

E,

don Diego de Orrego y Mendoza estaba casado con doña María de Zúñiga, su cuñado Gabriel Ponce estaba casado con una hermana de ésta, que debía ser María de Torales. Los hijos del matrimonio Ponce de León y Torales confirman esta teoría, ya que ninguno de ellos usó el apellido Fernández, de mayor prestigio en Parnaíba y Sorocaba²³⁹.

A partir dessas conexões familiares, conclui Jensen que “estos Guaireños radicados en San Pablo eran miembros de tres familias de Ciudad Real, los Orrego y Mendoza, los Torales y los Contreras, quienes transmitieron apellidos maternos como ser Zúñiga, Ponce de León, Guzman y Espinosa”²⁴⁰.

O acesso à rede de contatos entre vicentinos e paraguaios, conforme apresentamos no Capítulo 3, não se deu somente com a vinda dessas famílias do Guairá. Conforme Carlos Jensen, décadas antes, o português

Antonio González do Rego fue nombrado Teniente de Gobernador de San Juan de Vera de las Corrientes en 1603. Sus vinculaciones familiares y sus servicios prestados en las fundaciones de Concepción del Bermejo y de San Juan de Vera lo convertían en uno de los principales vecinos de la Gobernación del Río de la Plata²⁴¹.

Os contatos familiares evidenciam, pois, o contínuo contato entre a capitania

²³⁷ Luiz Gonzaga da Silva Leme. *op. cit.*, vol. VII, p. 228.

²³⁸ Carlos Eduardo Romero Jensen. *El Guairá: caída y éxodo*. Asunción: Academia Paraguaya de Historia; FONDEC, 2009, p. 380.

²³⁹ Carlos Eduardo Romero Jensen. *op. cit.*, p. 381.

²⁴⁰ Carlos Eduardo Romero Jensen. *op. cit.*, p. 381.

²⁴¹ Carlos Eduardo Romero Jensen. *op. cit.*, p. 407.

de São Vicente e a região do Paraguai. A passagem do governador do Paraguai, D. Luís de Céspedes Xeria em 1628 representa que os contatos não só eram possíveis com o caminho entre as duas regiões muito praticado.

A presença de paraguaios na vila de São Paulo teve como ponto de destaque a participação desses no episódio da aclamação de Amador Bueno em 1641.

De acordo com Taunay, “não querendo ser, de todo, súditos de dom João IV, que reputavam vassalo rebelde a seu soberano resolveram os espanhóis residentes em S. Paulo provocar a secessão da região paulista do resto do Brasil, esperando talvez anexá-la às colônias espanholas limítrofes”²⁴².

Como reação à ideia da aclamação de Amador Bueno, “recusou o ‘Aclamado’, terminantemente a oferta da coroa a gritar em altos brados: Viva el-rei dom João IV, meu rei e senhor! E como se visse ameaçado de desacato pelos seus proclamadores entusiastas, correu a refugiar-se no Mosteiro de S. Bento pedindo a intervenção do Abade e seus monges”²⁴³.

O episódio representa, não como esboça Taunay, um momento de autonomia de São Paulo. Trata-se, pois, de um período de incerteza frente à Restauração portuguesa por conta dos intensos contatos entre a Bacia Platina²⁴⁴.

²⁴² Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 631.

²⁴³ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 631.

²⁴⁴ Luiz Felipe de Alencastro em “A alegada proclamação de Amador Bueno em 1641”, questiona a veracidade desse evento. Referencia sua crítica no artigo “Amador Bueno”, lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicado na revista do instituto em 1887, por Moreira de Azevedo. Nessa comunicação questiona o evento usando como ideia central que “o fim da história é a verdade” (p. 1) e, portanto, “se convém o historiador prezar a verdade deve afastar as nevoas que obscurecem certos acontecimentos, e riscar dos livros de história as tradições, que apesar de legitimadas pelos séculos, se emprestam poesia e despertam interesse, desfiguram a verdade histórica, e tornam os factos das éras antigas ambíguos e cheios de mentiras e patranhas” (p. 1). Isso porque a Aclamação, descrita por frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, é desqualificada por Moreira de Azevedo por serem os autores cronistas e não historiadores profissionais.

Coerente com a interpretação de uma história pautada por documentos e seguidora de métodos “científicos” de análise, subestima os cronistas, associando-os apenas à construção da tradição e de mitos.

Afirma, portanto, que o evento de 1641 é falso, pois “não ha documento algum que prove a aclamação e recusa da corôa por Amador Bueno, sendo este facto apenas uma tradição” (p. 7).

Reforça seu argumento relatando que “nem podiam os Hespanhóes unirem-se com os Paulistas pois os separavam o ódio hereditário, a rivalidade de raças e a opposição de interesses” (p. 9).

Diante desses fatos, defende Moreira de Azevedo que “devemos apagar das paginas da historia essa tradição” (p. 10) e “convém riscar da historia nacional esses factos mal averiguados, inventados pela imaginação dos escriptores” (p. 10).

Alencastro retoma a discussão sobre a veracidade da Aclamação, pautando sua crítica no fato dos historiadores paulistas terem utilizado do evento para a construção de uma historiografia paulista e nativista.

Consideramos que embora não possamos afirmar detalhes do acontecimento por falta de documentação, também não podemos concluir a inexistência desse pela ausência de documentação direta. A negação do evento, principalmente no artigo de Moreira de Azevedo, se dá por base

Temia-se que a separação da América em duas Coroas, diferentemente do período da União Ibérica, pusesse em xeque as relações políticas e as ações econômicas da capitania.

A partir desse panorama de contextualização das trajetórias dos emancipadores das vilas do planalto, podemos traçar algumas considerações.

A primeira é que o município de São Paulo, origem de todos os povoadores do planalto, assumiu papel de *madre de ciudades*, tal como Assunção na governação do Paraguai²⁴⁵.

A segunda consideração diz respeito à ocupação de cargos por esses grupos. Não exerceram papel político de destaque na administração municipal de São Paulo e, muitas vezes, seus parentes ascendentes, que ocuparam cargos políticos, não conseguiram com que seus descendentes tivessem atuação camarária.

Elites alijadas do poder local ou com participação restrita na Câmara municipal buscariam, na fundação de novos municípios, e conseqüentemente de novas câmaras com novos cargos, uma alternativa de atuação política.

A terceira consideração, partindo-se do pressuposto de utilização política das concessões de terras pela Câmara municipal, refere-se à concentração política na distribuição de propriedades urbanas.

A não participação desses grupos na administração municipal impedia à ascensão de indivíduos à condição de proprietários. A solução para essa questão seria a criação de novas estruturas políticas para que esse grupo pudesse concentrar poderes locais.

Interessante notar que a elevação de Pindamonhangaba, conflituosa por conta da contestação de jurisdição do termo, encontra paralelo com a elevação de Santana de Parnaíba. Embora não haja uma política central de povoamento, tal qual o iniciado pelo Morgado de Mateus em 1765, a Coroa começa a se fazer presente no caso de Pindamonhangaba. Demonstra, na maior intervenção do poder régio em assuntos

nacionalistas. Ignora qualquer possibilidade de integração e conexão entre as Américas portuguesa e espanhola.

Alencastro corrobora com essa visão justamente por privilegiar a América portuguesa relacionada com o Atlântico, notadamente com Angola.

De qualquer forma, a investigação sobre a Aclamação merece um estudo aprofundado para evitar conclusões precipitadas. Contudo, independentemente da veracidade ou não do ocorrido, não podemos ignorar a presença dos paraguaios em São Paulo nem do receio desses e dos paulistas com eles associados em relação à Restauração de 1640.

²⁴⁵ O epíteto *madre de ciudades*, estabelecido para Asunción se deu por causa dessa ter originado Buenos Aires, Corrientes, Santa Fe, Concepción del Bermejo, Santa Cruz de la Sierra, Santiago de Jerez e Ciudad Real.

municipais e ultramarinos, uma clara demonstração de “engrandecimento do poder real”.

A razão para essa atuação crescente vai desde a consolidação do poder central no Reino, que culminou na administração pombalina ao interesse da Coroa na colônia, reforçando sua presença por conta das descobertas auríferas nas Minas Gerais.

É nesse contexto que entendemos as reformas implantadas pelo Morgado de Mateus na capitania. O povoamento, desenvolvimento econômico e política de defesa estão em consonância com as ações do Marquês de Pombal no governo central português.

Capítulo 9

A construção de um modelo vicentino para criação de municípios

Nesse capítulo iremos conceituar o modelo vicentino para criação de municípios. Esse padrão foi criado a partir de práticas políticas baseadas na fusão das culturas portuguesa e indígena, em um processo de combinação de valores que resultou em uma cultura política híbrida.

Esse modelo vigoraria na região até 1765, quando, no contexto de alteração do papel econômico e geopolítico da capitania, essa foi adquirida pela Coroa e um governador foi nomeado.

No bojo do novo panorama da capitania, ações de povoamento, defesa e desenvolvimento econômico foram responsáveis pelo encerramento dessa prática política híbrida.

Sociedade mestiça

A história do povoamento do planalto de São Vicente, bem como da criação de municípios nessa área, é, em última instância, a história de seus povoadores.

É bem documentado, tanto nas *Atas da câmara* como pelos cronistas e historiadores, os homens que ocuparam cargos na administração local e que, nas entradas no sertões, figuram com destaque na construção de uma identidade regional paulista.

A presença e atuação das mulheres no planalto, no entanto, não foi objeto de destaque na historiografia sobre a ocupação da capitania nos seus primeiros séculos.

Afonso Taunay, em *São Paulo no século XVI*, de 1921, destaca que

jamais aos nossos cronistas ocorrer ocultar o laivo indiático transfundido às populações paulistas pela união dos primeiros povoadores do solo vicentino às mulheres indígenas. Pelo contrário, exaltam, e com justiça, esse cruzamento de onde haviam surgido tão numerosos espécimes superiores no tocante à energia e à resistência, o amor às aventuras e o ânimo empreendedor, fatores da prodigiosa dilatação do Brasil pela América do Sul adentro e

do recuo castelhano²⁴⁶.

Baseando-se em estudos de Cândido Mendes Júnior, Taunay aponta que

aos primeiros colonos concedeu o donatário sesmarias para morada e cultura, o mesmo fez a muitos que chegaram depois. Com estes vieram poucas mulheres e poucos eram casados: aqui alguns casaram-se com as filhas dos seus compatriotas e a maior parte casou-se com indígenas, ou com filhas dos seus compatriotas com indígenas.²⁴⁷

Conclui Taunay que, diante da escassez de mulheres europeias na capitania, “passada uma ou duas gerações, não haveria, em São Paulo, quem não houvesse recebido a impressão do sinete brasílico, de que fala João Mendes de Almeida, expressamente”²⁴⁸.

Washington Luís, em *Na capitania de São Vicente*, de 1956, retoma a questão da miscigenação étnica ocorrida na capitania. Ao tratar do assunto, ressalta que “não há, nas nações, raças puras. É o clima que principalmente faz o homem e sua raça”²⁴⁹ e, portanto, vê como “vã a discussão sobre superioridade de raças”²⁵⁰.

Portanto, “como em outros países, nas costas do Brasil, houve o extermínio de tribos, a escravidão de outras; mas aqui houve também o cruzamento e pela religião, pelas leis portuguesas, houve progresso embora lento e foram essas as causas, e primordiais, para a formação do Brasil”²⁵¹.

Reforça, diante da ausência de mulheres europeias para efetivar o povoamento da capitania, que “o extermínio, a escravidão e o cruzamento teriam que se impor”²⁵².

Assim,

com o cruzamento das duas raças, apareceram os mamelucos que herdaram dos pais uma inteligência mais apurada, a iniciativa e a tenacidade nos esforços, as possibilidades da civilização, aprenderam a língua portuguesa e foram feitos cristãos; das mães herdaram a resistência física às agruras do viver sem conforto, a

²⁴⁶ Afonso Taunay. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 387, [1ª edição, 1920-1921].

²⁴⁷ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 392.

²⁴⁸ Afonso Taunay. *op. cit.*, p. 393.

²⁴⁹ Washington Luís Pereira de Sousa. *Na capitania de São Vicente*. São Paulo: Martins, 1956, p. 157.

²⁵⁰ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 157.

²⁵¹ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 158.

²⁵² Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 158.

sobriedade na qual o comer não tinha horas marcadas, e, às vezes, nem havia o que comer²⁵³.

Das mulheres indígenas também “herdaram mais a imunidade às febres, conseguiram a adaptação ao clima áspero e selvagem do sertão falto de todo o necessário, mas abundante de feras, de mosquitos, que dão febres, que matam, em viagem que duravam meses e mesmo anos”²⁵⁴.

Conclui Washington Luís, que das mulheres indígenas “herdaram também os ódios de tribos, e, por consequência, o gosto indômito de guerrear. Foram eles, foram esses mamelucos, os elementos básicos, indispensáveis para organização das bandeiras e decisivos para o bom êxito das entradas ao sertão, concorrendo poderosamente para conquista e povoação do interior do Brasil”²⁵⁵.

Era o mameluco vicentino fruto da união do português com a indígena, um indivíduo culturalmente híbrido. Segundo Washington Luís,

esses mamelucos não eram selvagens, já possuíam, com força e vigor, os princípios elementares de uma civilização incipiente. Hans Staden, quando escreveu, em 1551 (?), sobre os irmãos Braga, disse que já falavam a língua paterna e materna e que já eram cristãos, como cristãos eram os descendentes de João Ramalho, conforme, em 1553, relatou Ulrich Schmidl²⁵⁶.

Estabelecem, tanto Taunay como Washington Luís, a importância da mestiçagem para o povoamento da capitania. Apesar das justificativas raciais e da preocupação com a mistura, questão negativa na época das publicações dessas obras, destacam o papel fundamental das mulheres indígenas no povoamento e consolidação da presença portuguesa no planalto.

Dessa forma, a integração étnica entre portugueses e mulheres indígenas levou à criação de uma cultura híbrida, uma combinação de elementos culturais. E, como resultado dessa mistura cultural, tivemos, na capitania de São Vicente, populações mamelucas falantes do português e da língua geral, de matriz tupi.

O elemento linguístico adquiriu forte importância na formação cultural dos mamelucos vicentinos justamente pelo fato de terem sido criados pelas mulheres

²⁵³ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 159-160.

²⁵⁴ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 160.

²⁵⁵ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 160.

²⁵⁶ Washington Luís Pereira de Sousa. *op. cit.*, p. 160.

indígenas e, nesse processo, adquirido a capacidade de comunicação em idioma tupi.

Elisa Frühauf Garcia destaca que “no século XVIII, além das populações indígenas, vários outros segmentos sociais não utilizavam o português para se comunicar, mas sim a língua geral, falada por moradores de várias regiões da Colônia”²⁵⁷.

Nesse artigo, Garcia destaca o projeto político do Marquês de Pombal em relação à adoção da língua portuguesa como idioma praticado por todos na colônia, tanto índios como mamelucos.

O *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, publicado em 1757 e transformado em lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758 “tinha como objetivo a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos”²⁵⁸.

Além de casamentos mistos entre portugueses e indígenas e a abolição de práticas restritivas aos filhos desses, o *Diretório* destaca, “o uso obrigatório do idioma português”²⁵⁹.

Isso porque,

segundo Ângela Domingues²⁶⁰, o uso da língua portuguesa seria empregado como um critério nas disputas de fronteira entre Portugal e Espanha, baseados no princípio do *uti possidetis*. A língua portuguesa teria, então, dois papéis principais: interferiria na identidade dos índios, tentando transformá-los em portugueses, o que, por sua vez, comprovaria a efetiva ocupação lusitana daquelas terras²⁶¹.

Dessa forma, a imposição da língua portuguesa como projeto político da Coroa portuguesa denota que, principalmente em áreas de fronteira, o uso de línguas indígenas era situação corrente.

²⁵⁷ Elisa Frühauf Garcia. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional”. *Tempo*, n. 23, 2007, p. 26.

²⁵⁸ Elisa Frühauf Garcia. *op. cit.*, p. 24.

²⁵⁹ Elisa Frühauf Garcia. *op. cit.*, p. 25.

²⁶⁰ Para o debate geopolítico da adoção da língua portuguesa no século XVIII, ver Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

²⁶¹ Elisa Frühauf Garcia. *op. cit.*, p. 27.

O mesmo ocorreu na capitania de São Vicente, local no qual o contingente indígena era superior em comparação com a presença portuguesa.

Assim, como língua corrente, e principalmente como idioma doméstico, o tupi seria de uso frequente até idos do século XIX.

Em relação a esse idioma, Graciela Chamorro destaca que, “popularmente, costuma-se aplicar o termo ‘tupi’ às línguas e aos grupos indígenas falantes dessa língua da antiga área de colonização portuguesa no Brasil e ‘guarani’ às línguas e a seus respectivos falantes indígenas da antiga área de colonização espanhola no Paraguai”²⁶².

Aponta que

o termo ‘tupi’ aplicado à fala dos indígenas aparece somente no início da conquista, com o soldado alemão Hans Staden (1557) e o pastor calvinista Jean de Léry (1578), que o empregaram para designar a língua dos ‘tupinambá’ ou ‘toupinambaults’, falada na costa do Brasil. Pela mesma época, o termo aparece nos informes de outro soldado, o alemão Ulrico Schmidl²⁶³.

Já o termo ‘guarani’, “é usado de forma continuada desde os primeiros registros do guarani antigo. Assim, Schmidl denominou os Cários por ele contatados e a língua por eles falada de ‘guarani’. Ruiz de Montoya (1639-40) fala de ‘língua guarani’, nunca de ‘língua tupi’ nos títulos de suas obras”²⁶⁴.

Graciela Chamorro destaca que a separação entre tupi e guarani foi dada de forma arbitrária e correspondente às formulações de identidades nacionais do Brasil e Paraguai. Discorre, ao longo do século XIX,

sobre as origens de ‘O Guarani’, de José de Alencar, mostram que foi o historiador e político Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, de procedência alemã, o responsável pela introdução e propagação do termo ‘tupi’ e que o mesmo atendeu à necessidade de contrapor-se ao ‘guarani’ que, desde a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) passou a ser considerada língua dos inimigos, os paraguaios²⁶⁵.

²⁶² Graciela Chamorro. *Terra Madura: yvy araguyje: fundamento da palavra guarani*. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 33.

²⁶³ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 34.

²⁶⁴ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 34-35.

²⁶⁵ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 35.

Com isso, conclui que “de modo que tudo parece indicar que a distinção popular entre o ‘tupi brasileiro’ e o ‘guarani paraguaio’ é uma invenção posterior e atende a uma conjuntura histórica específica; na história anterior não se havia feito essa distinção”²⁶⁶.

Ressalta Chamorro que,

destes estudos, considero importante destacar que a expressão ‘tupi guarani’ é uma designação convencional que arrola 41 línguas, muitas delas já mortas, procedentes de uma língua ancestral que se convencionou denominar de proto-tupi-guarani o que o latim é para a família linguística românica. A família tupi-guarani forma, com outras seis famílias, o ‘tronco linguístico tupi’ comparável com o tronco linguístico indo-europeu²⁶⁷.

Apesar dessa complexidade linguística, que apresenta o tupi-guarani como equivalente às línguas indo-europeias, Chamorro nota que “os grupos étnicos falantes das línguas tupi-guarani compartilhavam de um mesmo padrão cultural, caracterizando-se pela sua extraordinária mobilidade espacial e organização tribal, assim como pelo tipo de agricultura”²⁶⁸.

A partir dessa formulação, podemos tratar as populações falantes do tupi e guarani como culturas semelhantes, pois, como tratamos anteriormente, compartilhavam dos mesmos traços culturais.

Chamorro descreve, pois,

quando da chegada dos primeiros europeus, os povos falantes de línguas guarani formavam conjuntos territoriais de médio porte, que os estrangeiros denominavam impropriamente de província. Digo impropriamente porque, embora naquela época já existissem estradas comerciais e importantes caminhos, não havia entre os indígenas um elo semelhante ao sentimento nacional nos diversos conjuntos territoriais, apesar de haver semelhança cultural e linguística²⁶⁹.

A partir do panorama de semelhança cultural entre povos Tupi e Guarani podemos esboçar melhor a ideia do mameluco como indivíduo produto de um

²⁶⁶ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 35.

²⁶⁷ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 36.

²⁶⁸ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 37.

²⁶⁹ Graciela Chamorro. *op. cit.*, p. 42.

hibridismo cultural. Isso porque encontra-se em posição intermediária entre dois mundos.

Nessa construção de dualidade cultural, o papel do idioma assume posição de destaque justamente por ser esse instrumento de uma concepção de mundo. O filho do português com a mulher indígena vai ser criado por essa última e, no processo de aprendizagem da língua indígena, irá incorporar à sua formação identitária, traços culturais indígenas.

A importância do papel feminino no processo de construção de uma sociedade mestiça é destacada pela recente historiografia norte-americana. A abordagem do comércio de peles no oeste, em área de fronteira entre as colônias inglesas e o oeste indígena, estabelece a discussão de criação de uma zona de miscigenação, tanto étnica quanto cultural.

John Mack Faragher, em “Cross-cultural marriage in the Far Western fur trade”, “demonstrated that the Canadian fur trade not only included Indian women but *depended* upon their labor, and that, moreover, Indian women played an essential part in the development of what we called ‘fur trade society’”²⁷⁰.

Em uma análise do processo de criação e processamento do búfalo, Faragher destaca que

the production of buffalo robes, a commodity of increasing importance in the nineteenth century, was limited not by the number of bison that men could kill, but by the quantity of hides that women could dress. Indian women were often also suppliers of the fur posts’ essential food stuffs: they gathered wild foods, fished, snared small game, manufactured maple sugar and pemmican, the concentrated buffalo product that so frequently sustained life on the far western frontier. In addition, native women manufactured the snowshoes, birch-bark canoes, and functional clothing and packs of both Indian and European workers. In short, just as the tribal setting, ‘*in the fur trade society, it was the Indian women’s traditional skills which her a valuable economic partner*’²⁷¹.

Além da importância das mulheres indígenas no circuito econômico da pele,

²⁷⁰ John Mack Faragher. “Cross-cultural marriage in the Far Western fur trade”. In: Lillian Schlissel, Vick L. Ruiz e Janice Monk. *Western women. Their land, their lives*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993, p. 200.

²⁷¹ John Mack Faragher. *op. cit.*, p. 201.

Faragher²⁷² determina o papel dessas na criação de uma cultura híbrida na fronteira. Afirma que,

beyond their economic roles, Indian women also appear in the record as interpreters of custom and language, as guides and negotiators, as what Van Kirk calls ‘women in between’. We are familiar with such women from the examples of forever noble Sacagawea, the Shoshone who served as interpreters, if not guide, for Lewis and Clark, and forever treacherous Malinche, or Doña Marina, the Mesoamerican who served her lover Cortes in the conquest of Mexico. Less familiar are the hundred of Indian women who similarly filled positions as mediators between European and Indians in the four centuries of the North American fur trade²⁷³.

A miscigenação entre franceses, ingleses e espanhóis com mulheres indígenas foi situação corrente na América do Norte. A esse respeito, Faragher conclui que

a partner of living among the Indian and consorting with or marrying Indian women, then, was neither exclusively French nor Canadian, but was commonplace throughout North America wherever the fur trade was important and European women scarce these conditions may have more frequently prevailed in French or Spanish than in English areas, but marriage *au façon du pays* was a function less of national character than of circumstance²⁷⁴.

Gary B. Nash, em “The hidden history of mestizo America”, de 1995, retoma a questão da miscigenação. Afirma que

the Rolfe-Pocahontas marriage might have become the embryo of a mestizo United States. I use the term mestizo in the original sense – referring to racial intermixture of all kinds. In the early seventeenth century, negative ideas about miscegenation had hardly formed; indeed, the word itself did not appear for another two and a half centuries²⁷⁵.

²⁷² Esse mesmo autor figurou como um dos expoentes da crítica à teoria da fronteira formulada por Frederick Turner. A contestação dessa teoria baseia-se no questionamento de sua visão uniformizadora do avanço do oeste pelos descendentes de ingleses e ignora elementos indígenas e mestiços no processo.

²⁷³ John Mack Faragher. *op. cit.*, p. 201.

²⁷⁴ John Mack Faragher. *op. cit.*, p. 205.

²⁷⁵ Gary B. Nash. “The hidden history of mestizo America”. *The Journal of American History*, vol. 82, n. 3, dez. 1995, p. 941.

A concepção negativa da miscigenação é apontada por Nash como consequência da elaboração de um projeto identitário para os Estados Unidos no qual destacam-se os elementos europeus em detrimento dos indígenas e africanos²⁷⁶.

Apesar dessa construção historiográfica tradicional, Nash destaca que

English, French, and Spanish fur traders in North America, from the early 1600s to late 1800s, were typically married to Indian women. They became the very symbol of mestizo America – *métissage* is the French term (comparable to the Spanish *mestizaje*) for the joining of English or French traders and their Indian wives, and their offspring were *métis*²⁷⁷.

A partir dessa concepção de miscigenação étnica, Nash avança a questão e aborda a construção de uma cultura híbrida na zona de fronteira. Conclui que

the fur traders, trappers, and trail blazers are poignant examples of a frontier that should be conceptualized as a zone of deep intercultural contacts rather than as a line that divided two societies, one advanced and the other primitive. The frontier, as it involved white settlers and native peoples, is indelibly etched in our national consciousness as a battleground, but it was also a cultural merging ground and a marrying ground. *Nobody left the frontier cultural encounters unchanged*²⁷⁸.

O debate sobre culturas híbridas é conceituado por Néstor Canclini em *Hybrid cultures. Strategies for entering and leaving modernity* como fruto de um conjunto de influências recentes no pensamento social americano. Apresenta que

the social and linguistic constructions of the concept of hybridization have made possible a departure from the biological

²⁷⁶ Esse projeto identitário norte-americano é retomado na década de 1940 e tem como elemento de difusão global a indústria do entretenimento, principalmente o cinema. A figura do *cowboy*, apresentado como herói, e que atua como ponta de lança na expansão da civilização frente à barbárie do *far-west*. Após críticas na década de 1950 e 1960, marcadas por uma historiografia que ressalta o papel do mestiço, do indígena, do africano e, notadamente, das mulheres, a teoria de Turner é eclipsada.

No final da década de 1980 e início de 1990, a formulação do embate entre civilização e barbárie retoma o centro do debate historiográfico norte-americano. Em 1992 Francis Fukuyama, em *The end of history and the last men*, formula a história dos Estados Unidos como o choque de civilizações. De um lado a civilização ocidental, composta pela Europa, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão e do outro o “Oriente”. Essa formulação deu respaldo para a ideologia por trás das intervenções norte-americanas no Oriente Médio e, após o 11 de setembro de 2001, a teoria da Guerra ao Terror.

²⁷⁷ Gary B. Nash. *op. cit.*, p. 945.

²⁷⁸ Gary B. Nash. *op. cit.*, p. 947.

and essentialist discourses of cultural identity, authenticity, and purity. This contributes to identifying and accounting for multiple fertile alliances: for example, of pre-Columbian imaginary with that of the colonizers of New Spain, and later with that the culture industries, between popular and tourist aesthetics, of national ethnic cultures with metropolitan cultures, and with global institutes. The few written fragments of a history of hybridization have made evident the productivity and innovative power of many cross-cultural mixtures²⁷⁹.

Para Canclini, os discursos de pureza cultural atrelada à identidade nacional são falaciosos. Para ele, as culturas não são somente fruto de misturas, mas esses processos tornam-se fundamentais para compreender as próprias dinâmicas dessas instituições. Ressalta que “the mix of Spanish and Portuguese colonizers, then English and French, with a indigenous American to which were added slaves transported from Africa, made mestizaje a foundational process in the societies of so-called New World”²⁸⁰.

Ao discutir qual conceito melhor define essa dinâmica de misturas culturais, Canclini aponta que “these terms – mestizaje, syncretism, creolization – continue to be used in a good part of the anthropological and ethnohistorical literature to specify particular, more or less classic, forms of hybridization”²⁸¹. E conclui que “the word hybridization seems more ductile for the purpose of naming not only the mixing of ethnic or religious elements but the products of advanced technologies and modern or postmodern social process”²⁸².

Apesar de priorizar o uso do termo *hibridização*, Canclini destaca que “the terms employed as antecedents or equivalents to hybridization – mestizaje, syncretism, and creolization – are generally used to refer to tradicional processes or to the survival of premodern customs and forms of thought in the early modern period”²⁸³.

Serge Gruzinski, em *O pensamento mestiço*, de 1999, participa do debate sobre culturas híbridas em um aspecto distinto do definido por Canclini. Apresenta que, inicialmente, “à fragmentação do Estado-nação enfraquecido pelo sistema global

²⁷⁹ Néstor García Canclini. *Hybrid cultures. Strategies for entering and leaving modernity*. Minneapolis; London: University of Minneapolis Press, 1995, p. XVII, [1ª edição, 1989].

²⁸⁰ Néstor García Canclini. *op. cit.*, p. XXXII.

²⁸¹ Néstor García Canclini. *op. cit.*, p. XXXIV.

²⁸² Néstor García Canclini. *op. cit.*, p. XXXIV.

²⁸³ Néstor García Canclini. *op. cit.*, p. XXXIV.

se oporia a reafirmação de identidades étnicas, regionais ou religiosas, assim como demonstram os movimentos de etnicização ou de reidentificação que afetam as populações indígenas, minoritárias ou imigradas”²⁸⁴.

No entanto, para Gruzinski, o panorama historiográfico sobre culturas híbridas opera de outra forma. Afirmar que, “na verdade, a paisagem é bem mais complexa. Nem todas as reivindicações identitárias são formas de rejeição à nova ordem mundial. Muitas reagem ao desmantelamento de uma ordem anterior, de tipo nacional, neocolonial ou socialista, como assistimos nas guerras iugoslavas”²⁸⁵.

Diante dessas questões, Gruzinski apresenta a questão de como abordar esses “mundos mesclados”. Reforça que,

primeiro, talvez, aceitando-os tais como aparecem, em vez de nos apressarmos em desarrumá-los e submetê-los a triagens que supostamente localizariam, e depois isolariam, os elementos que formam o conjunto. A dissecação – que chamamos de análise – não apenas o inconveniente de fazer a realidade explodir; no mais das vezes, ela projeta filtros, critérios e obsessões que só existem em nossas visões de ocidentais²⁸⁶.

Assim, como passo fundamental para o entendimento das culturas híbridas, é, para Gruzinski,

aceitar em sua globalidade a realidade mesclada que temos diante dos olhos é um primeiro passo. Mas o esforço costuma resultar numa constatação que leva a uma espécie de impasse angustiante. A mistura estaria, invariavelmente, sob o signo da ambiguidade e da ambivalência. Tais seriam as maldições que pairariam sobre os mundos mesclados²⁸⁷.

A partir desse incômodo inicial precisamos “submeter nossas ferramentas de historiador a uma crítica severa e reexaminar as categorias canônicas que organizam, condicionam e, com frequência, compartimentam nossas pesquisas: economia, sociedade, civilização, arte, cultura etc.”²⁸⁸.

A estratégia de valorizar o elemento indígena na história da conquista europeia

²⁸⁴ Serge Gruzinski. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 16, [1ª edição, 1999].

²⁸⁵ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 16.

²⁸⁶ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 26.

²⁸⁷ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 26.

²⁸⁸ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 54-55.

da América, isto é, a “visão dos vencidos”, é questionada por Gruzinski.

Isso porque, para ele, “dar a primazia ao ameríndio e não ao ocidental apenas inverte os termos do debate, em vez de deslocá-lo ou renová-lo. Além do mais, a denúncia ao eurocentrismo dissimula mal o novo imperialismo veiculado por certo pensamento acadêmico elaborado nas melhores universidades dos Estados Unidos”²⁸⁹.

Com isso, “as relações entre vencedores, vencidos e colaboradores – todos saídos de universos com trajetórias tão diferentes – e as consequências disso são de uma complexidade sem precedentes. Sem precedentes porque as hibridações da Ibéria medieval são processos diferentes das mestiçagens da Conquista”²⁹⁰.

Enquanto na Península Ibérica o processo se deu pelo convívio contínuo entre cristãos, judeus e muçulmanos, “na América, o choque é tão brutal como imprevisto”²⁹¹.

Por conta desse impacto, “as relações entre vencedores e vencidos também assumiram a forma de mestiçagens, alterando os limites que as novas autoridades procuravam manter entre as duas populações”²⁹². E

o choque da Conquista obrigou os grupos ali presentes a se adaptarem a universos fragmentados e fraturados, a viverem situações precárias, instáveis e imprevisíveis, a se contentarem com intercâmbios quase sempre rudimentares. Essas características marcaram fortemente as condições em que se desenvolveram as mestiçagens da América espanhola, criando, em todos os sentidos da palavra, um ambiente caótico, sensível à menor perturbação²⁹³.

O processo de colonização do Novo Mundo, permeado pela miscigenação étnica e cultural, foi marcado pela implantação de instituições ibéricas no continente americano. Gruzinski relata que

a reprodução das instituições europeias teceu redes que se estenderam depressa ao conjunto das possessões espanholas. Como na Castela longínqua, as cidades foram comandadas por poderosas municipalidades, os *cabildos*. Bispados e arcebispados multiplicaram-se ao ritmo da expansão da jovem cristandade. O

²⁸⁹ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 57.

²⁹⁰ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 76.

²⁹¹ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 76.

²⁹² Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 77-78.

²⁹³ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 92.

crescimento das instituições hispânicas ocorreu na medida da imensidão americana²⁹⁴.

Como consequência de todos esses processos resultantes do choque entre culturas e surgimento de culturas mestiças, Gruzinski caracteriza as instituições políticas americanas não como réplica ou cópia das congêneres ibéricas. Descreve que, “a bem da verdade, essa América inovaria, pois não precisava levar em conta, como na Europa, os obstáculos herdados do passado medieval, e adaptava-se livremente ao que subsistia dos substratos indígenas”²⁹⁵.

Dessas combinações, além da mestiçagem étnica e cultural, criava-se uma nova realidade política, fruto das características de um continente inteiramente novo.

Integração dos modelos políticos português e indígena

No contexto de uma sociedade mestiça, na qual a integração étnica e linguística torna-se situação corrente, é válido pensarmos como esse fato influenciou a cultura política local da capitania de São Vicente.

Assim, para contemplar essa análise, é fundamental que retomemos à formulação política portuguesa e indígenas para que esboçemos uma cultura política híbrida.

Conforme tratamos no capítulo 6, o poder político em Portugal seguiu uma tendência de “engrandecimento do poder real”. Esse processo não correspondeu, conforme vimos, a uma simples centralização, mas sim a uma intenção de aumento da autoridade régia.

Durante o período da união das Coroas Ibéricas, Portugal experimentou, juntamente com Castela, compor um império com práticas centralizadoras e preeminência geopolítica na Europa. Através de tratados políticos e demais escritos sobre a atuação do rei, o papel da Coroa tornou-se central durante a união e, principalmente, após, com a Restauração de 1640.

A independência de Portugal foi, politicamente, o processo de justificativa da ruptura dinástica dos Felipes, legitimação dos Bragança como nova casa reinante e garantia dos direitos de sucessão hereditária²⁹⁶.

²⁹⁴ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 95.

²⁹⁵ Serge Gruzinski. *op. cit.*, p. 96.

²⁹⁶ Para o debate sobre o panorama político da Restauração Portuguesa, ver Luís Reis Torgal. *Ideologia*

Por conta desse processo, o pensamento político luso foi fortemente influenciado pelas práticas centralizadoras dos Habsburgo. A casa de Bragança, no trono português desde 1640, esboçou, nos tratados e nas ações, uma nítida intenção de engrandecimento do poder real.

As práticas desse engrandecimento encontraram oposição nas “estruturas de resistência”, isto é, nas instituições político-administrativas que barraram ações da Coroa.

Em Portugal continental, as câmaras municipais, os bispados e as famílias da nobreza foram a barreira para as intenções centralizadoras da Coroa. Essas instituições, conforme tratamos no capítulo 6, estavam presentes principalmente no norte do país.

No sul e nas ilhas atlânticas, por não haver estruturas de forma tão consolidada como no norte, as ações da Coroa se fizeram sentir mais precoce e fortemente.

Nas colônias, por serem as câmaras municipais forças políticas incipientes, a nobreza sem poderes relevantes e a Igreja sem estruturação ao longo do vasto território, foi possível à Coroa exercer seu poder de forma mais efetiva que no Reino.

Pela vastidão espacial do território da América portuguesa e pelos reduzidos recursos, coube à Coroa optar em quais áreas atuaria de modo mais efetivo. A escolha deu-se por razões econômicas e estratégicas e privilegiou-se, inicialmente, a zona da economia açucareira no litoral da Bahia e Pernambuco.

A capitania de São Vicente, por conta de seu papel periférico no sistema de exploração colonial e por ser uma área de fronteira no momento em que a questão geopolítica não preocupava as monarquias ibéricas, sentiu muito pouco a pressão da Coroa portuguesa no período.

Contudo, mesmo sem ser objeto de grandes preocupações de Lisboa nos séculos iniciais de colonização, a capitania de São Vicente recebeu atenção da Coroa de forma distinta ao longo dos tempos, denotando um progressivo crescimento do poder régio na região.

No que refere-se à criação de municípios no planalto da capitania, podemos comprovar uma maior presença da Coroa na forma como essa se envolveu nas tensões entre as câmaras vicentinas.

O processo de emancipação da vila de Santana de Parnaíba em 1625, por

exemplo, foi acompanhado de longa discussão entre essa e a vila de São Paulo por causa do litígio sobre a área do terno entre as duas.

O conflito foi documentado no mesmo ano de criação de Parnaíba nas *Atas da câmara de São Paulo*. Nessa ata é registrado pelos vereadores de São Paulo que se “*tinha feito villa no llugar de pernahiba conteuda na sua jurisdição e asinado termo no que lhes dessolldava o termo desta villa de que estão de posse a m^{tos} annos*”²⁹⁷.

A petição era direcionada ao ouvidor e procurador na capitania e argumentava que os capitães donatários “*poderão fazer todas as villas que quizeren das povoasoís que estiveren ao llongo da costa da dita tera e dos rios que se navagaren porque por dentro da tera firme pello sertão as não poderão fazer menos espasio de seis llegeas húa de outra p^a que posa ficar ao menos tres llegeas da tera de termo a cada húa das ditas villas*”²⁹⁸.

A contenta entre as câmaras por conta do litígio dos termos somente foi resolvida no século XVIII, sem que houvesse interferência do poder central na questão.

Em ata de 1730, por exemplo, o donatário determinou “*que se fose averiguar a medisan no termo da freguezia da Cutia ou da villa de Pernahiba*”²⁹⁹ e, para tanto, exigiu que “*se achasen os dous procuradores daquella e esta camera e com dous louvados hum de hua e outra parte para que debaixo de amigavel composiçam atendeonse aos rois*”³⁰⁰.

A elevação de Pindamonhangaba à categoria de vila e a disputa dessa com Taubaté por causa do termo teve consequências bem distintas se compararmos com Santana de Parnaíba.

Conforme abordamos no capítulo 8, Waldomiro Benedito de Abreu aponta que “a data de 10 julho de 1705 é a da carta régia assinada pela rainha D. Catarina, na qual S. M. houve por bem mandar criar ‘de novo’ a Vila de N. S. do Bom Sucesso de Pindamonhangaba”³⁰¹.

Isso denota que, já no início do século XVIII, a Coroa interferira em um litígio municipal na capitania e, apesar da resolução de que as vilas deveriam ter distância mínima de seis léguas, autorizou a criação de Pindamonhangaba mesmo não

²⁹⁷ *Atas da câmara de São Paulo*. São Paulo: Duprat & Cia, 1914, vol. 3, p. 202.

²⁹⁸ Idem, vol. 3, p. 203.

²⁹⁹ Idem, vol. 10, p. 37.

³⁰⁰ Idem, vol. 10, p. 37.

³⁰¹ Waldomiro Benedito de Abreu. *Algumas notas para história de Pindamonhangaba*. Rio de Janeiro: Tupy, 1957, p. 59.

cumprindo essas recomendações.

O processo de engrandecimento do poder real, tal como podemos observar na capitania de São Vicente, teve como momento marcante o processo de compra da capitania pela Coroa em 1709 e a nomeação de seu primeiro governador, Morgado de Mateus, em 1765³⁰².

Dentro da dinâmica de aumento do poder régio e seus reflexos na capitania, temos a prática da manutenção do equilíbrio político.

Sérgio Buarque de Holanda, no artigo *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*, ao tratar do povoamento da capitania dos séculos iniciais de colonização, ressalta a importância da manutenção de um “equilíbrio vital” na região.

Aponta que “resta considerar o outro componente do equilíbrio vital em que assentam aqui a estabilidade e o progresso demográfico, isto é, a presença de terras lavradas nas proximidades dos sítios povoados. Já há pouco abordado, o assunto merece consideração maior na medida, ao menos, em que este fator de equilíbrio deva, de algum modo, afetar o aumento extensivo da população”³⁰³.

Destaca, no processo de criação de novas vilas no planalto o papel de São Paulo como núcleo irradiador de população. Afirma que,

sejam quais forem as motivações econômicas, sociais, até psicológicas ou morais, que se busquem para tal fato, o caso é que, despejando em periódicas pulsações as sobras de seu povo, a vila de S. Paulo se vai projetando no século XVII em novas comunidades que sucessivamente se vão formando ao largo do sertão³⁰⁴.

Apesar da importância dada por Buarque de Holanda à ausência de solos cultiváveis como principal fator para a dispersão demográfica da população nos sertões, verificamos que o fenômeno opera de outra forma.

Conforme abordamos no capítulo 8, o acesso à terra urbana era rigidamente controlado pela elite política, que concedia lotes entre seu grupo, em uma evidente

³⁰² A dinâmica de compra das capitanias donatárias pela Coroa corresponde a um longo processo de retomada do controle da América portuguesa pela monarquia lusa. Para o debate, ver Antônio Vasconcelos de Saldanha. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, principalmente o item “As ofensivas Filipinas e pós-Restauração” do Capítulo IX “O Processo de incorporação das capitanias”.

³⁰³ Sérgio Buarque de Holanda. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 1, 1966, p. 90.

³⁰⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *op. cit.*, p. 102.

concepção patrimonialista das propriedades municipais.

Logo, a pressão por novas terras não se daria por conta do esgotamento físico dessas, mas pela limitação de um grupo para aceder aos cargos camarários. A solução seria criar uma nova vila, com nova câmara e, principalmente, com um novo termo para concessão de novos lotes de terra.

É mantido, pois, o equilíbrio entre as elites políticas, evitando-se assim conflitos, tais como ocorreram entre as famílias Pires e Camargo. A tensão, motivada pelo interesse das famílias em controlar os cargos camarários de São Paulo, resultou em uma série de assassinatos, fugas e gerou instabilidade na região.

Por conta dessa necessidade de manutenção do equilíbrio político, o modelo vicentino de criação de vilas obteve êxito por mais de dois séculos. Além do mais, tornava-se útil e interessante para o donatário, e também para a Coroa, pois efetivava a posse portuguesa nos sertões através do estabelecimento de novas vilas no planalto.

Contudo, esse modelo vicentino não foi fruto de um projeto ou de uma ação planejada pelo poder real ou pelo donatário da capitania. Foi resultado da fusão de práticas europeias e indígenas, geradas em uma sociedade híbrida e composta por mamelucos.

As experiências de povoamento no Novo Mundo, tanto efetivadas por portugueses como por castelhanos, reforçou e aprimorou esse modelo local de criação de vilas no planalto. Como vimos no capítulo 7, houve uma intensa circulação de ideias sobre o povoamento da América e, nesse aspecto, as grandes cidades castelhanas, como Potosí e cidade do México, tornaram-se exemplos paradigmáticos para o colono vicentino.

Assim, integradas às experiências europeias de colonização, tivemos as influências indígenas, das quais destacamos a intensa mobilidade dos grupos locais e as dinâmicas entre esses grupos, notadamente o fenômeno da dispersão espacial.

Observamos, no fenômeno discutido por nós como modelo vicentino, que a característica mais destacada é a dispersão de povoados pelo sertão.

Essa prática não corresponde a uma influência portuguesa, visto que a colonização lusa foi marcada, nos primeiros séculos de colonização americana, pela sua litoralidade. Poucas foram as exceções a essa regra, e o caso da capitania de São Vicente figura como o pioneiro e o mais representativo na interiorização da colônia.

A partir desse fato, é fundamental que tratemos das influências indígenas na mobilidade e dispersão dos núcleos urbanos vicentinos.

Florestan Fernandes, em *A organização social dos tupinambá*, de 1948, elabora um esforço pioneiro na análise e compreensão da estrutura social e política desses povos da costa do Brasil. Aponta que

o grupo local, descrito pelos antigos cronistas sob o nome de ‘aldeia’, constitui uma unidade social de grande importância analítica, quanto aos Tupinambá. É o grupo social que se coloca entre a menor unidade territorial – a ‘maloca’ – e a unidade territorial inclusiva, a tribo. Os liames primários que unem reciprocamente os indivíduos neste grupo são vicinais, envolvendo proximidade no espaço e coexistência no tempo. Do ponto de vista estrutural, o grupo local resulta da vida em comum permanente de diversos grupos familiares e constitui o elemento integrativo fundamental de que se compõe a tribo Tupinambá³⁰⁵.

O fenômeno de dispersão espacial e populacional é elemento de destaque quando Fernandes caracteriza as unidades de organização social dos Tupinambá.

Destaca que

as malocas podem ser encaradas, do ponto de vista morfológico, como forma de solução de tensões demográficas desenvolvidas no grupo local. Com isto quero dizer que os aumentos nos índices de crescimento vegetativo dos moradores de uma maloca provavelmente repercutiam na emergência de novas unidades territoriais semelhantes, isto é, de novas malocas. Asseguravam, assim, tanto o equilíbrio interno das malocas, quanto o dos grupos locais³⁰⁶.

Essa estratégia de dispersão das malocas como forma de manutenção do equilíbrio local influenciou a prática política vicentina. Em uma sociedade mameluca, falante do tupi e conhecedora de elementos culturais indígenas, a adoção desse jogo de equilíbrio não somente era conveniente como garantiria que grupos assumissem novas estruturas político-administrativas.

Inclusive o processo de criação de novas malocas entre os Tupinambá era semelhante à formação de um novo povoado e elevação desse à vila. Fernandes descreve que

³⁰⁵ Florestan Fernandes. *A organização social dos tupinambá*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 55, [1ª edição, 1948].

³⁰⁶ Florestan Fernandes. *op. cit.*, p. 61.

para um índio construir uma maloca, precisava atrair ‘cerca de quarenta homens e mulheres’, reunindo-os em casa comum nova, por ele construída. O Tupinambá que conseguia fazer isso tornava-se o chefe da unidade social, ou como escrevia os cronistas, seu ‘morubixaba’ ou ‘principal’. Exercia certa autoridade sobre os membros da maloca, que eram usualmente seus amigos e parentes³⁰⁷.

Na criação de vilas no planalto, cabia ao mais destacado do grupo erguer uma igreja, que serviria de paróquia e, com sua influência política e social, requerer a elevação do povoado à condição de vila. Para tanto, deveria atrair um número razoável de habitantes e, diante desses, exerceria igualmente papel de destacada liderança.

Florestan Fernandes conclui, por sua vez, que o sistema organizatório dos Tupinambá “era suficientemente plástico e compreensivo para abranger todas as situações criadas em virtude de tais interferências. Mas, é claro, elas afetavam profundamente a configuração das relações sociais, resultante do caráter cooperativo das ações e das atividades rotineiras dos Tupinambá”³⁰⁸.

Operava, desse modo, o sistema de equilíbrio de forma flexível e atento às dinâmicas de seus participantes. Seria, portanto, a base ideal para a construção de um modelo de povoamento e criação de vilas em uma sociedade híbrida.

Esse princípio de equilíbrio baseia-se, sobretudo, na intensa mobilidade dos povos do grupo Tupi. A esse respeito, Alfred Métreux, em *Migrations historiques des Tupi-Guarani*, de 1927, destaca que esses povos foram marcados pela mobilidade contínua desde os tempos pré-colombianos³⁰⁹.

Durante a colonização portuguesa na América, por conta da escravidão, disputa por terras e doenças, a migração das populações indígenas foi dinamizada.

Essa característica de mobilidade, que encontra-se presente atualmente nas populações descendentes do tronco Tupi-Guarani, também iria influenciar o processo de criação de novas vilas.

Branislava Susnik, em *Dispersión tupí-guaraní prehistorica. Ensayo analítico*, retoma a questão da mobilidade desses povos americanos. Aponta que

³⁰⁷ Florestan Fernandes. *op. cit.*, p. 61-62.

³⁰⁸ Florestan Fernandes. *op. cit.*, p. 298.

³⁰⁹ Alfred Métreux. “Migrations historiques des Tupi-Guarani”. *Journal de la Société des Américanistes*, tomo 19, 1927, p. 1.

varios factores intervinieron en las migraciones prehistóricas de los Tupi-Guaraníes, acondicionando frecuentemente los mismos rumbos de su movilidad; la conquista hispano-lusa provocó nuevos desplazamientos masivos, siendo la orientación originaria desviada hacia ‘la salvación’ de carácter defensivo o marginador. El complejo de los factores extremos – siempre presentes y exigiendo soluciones inmediatas –, influyó también en el característico etnodinamismo: la orientación expansiva de ‘*oguata*’ (‘andar’), la ideología de la búsqueda de una ‘tierra sin mal’ ‘tierra-roza’ ubérrima, y la conciencia de una superioridad cultural y combativa³¹⁰.

Soma-se à mobilidade a intensa fragmentação em pequenas unidades políticas, pois “caracterizaba a los Tupíes además otro fenómeno: continua fraccionalización tribal – fuera de las ocasiones participaciones conjuntivas en migraciones generales o parciales –, y una lucha interna por la posesión de las zonas preferenciales de subsistencia; esto provocaba continuas guerras intertribales, evocándose siempre le principio de la venganza”³¹¹.

Ao caracterizar o funcionamento social das populações Tupi-guarani, Susnik dá relevo à organização em núcleos fragmentados. Afirma, que

entre los tupí-guaraníes era socialmente vital y unitaria la conciencia de ser parte del grupo constitutivo de una casa comunal; el término ‘*tevy-orereyy*’ (guaraní), ‘*tegya-orereiy*’ (tupí) interpreta: ‘manada, parcialidad, linaje, familia’, o sea, el grupo humano que compone la casa comunal ‘*oga*’, con el implícito derecho a ‘*cog-rupába*’, sitio, roza, chacra. El ‘*tevy*’ implicaba, por ende, una cédula comunitaria de ‘*oréva – nosotros*’ grupa, local y económicamente. El ‘*tevy*’ podía ser constituido por una sólo macrofamilia, emparentada consanguínea y políticamente; deben considerarse además las mancebas cautivas incorporadas al ‘*oga*’ en su calidad de ‘*yarina*’, madre potencial de hijos mestizos tupí-guaraníes y heteroétnicos³¹².

Como consequência do crescimento demográfico,

creciendo numéricamente un ‘*tevy*’, los jóvenes ‘nietos’ véanse forzados a fundar nuevas comunidades a base de ‘*oga*’, siempre

³¹⁰ Branislava Susnik. *Dispersión tupí-guaraní prehistorica. Ensayo analítico*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1975, p. 57.

³¹¹ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 61.

³¹² Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 122.

que el potencial humano lo permitiera; de esta manera, los ‘tevy’ constituían verdaderas cédulas dispersivas de los Tupí-Guaraníes, carácter especialmente propio de los estudios migratorios proto-tupiná y proto-mbyá; así se comprende la lucha conflictiva interparcial cuando manifestabáse la tendencia de formar las unidades de ‘teko’a’ a base de los ‘tevy’ poderosos, con gente impositivamente agregada a la unidad heterogénea inclusivista de ‘ñandéva’³¹³.

Essa prática, de fragmentação política e de incentivo à lideranças mais jovens criarem novas estruturas ao invés de lutarem por espaço nos “tevy” originários, encontra continuidade na prática política de formação de novos municípios no planalto da capitania de São Vicente.

Como vimos no capítulo anterior, conforme passavam as gerações, membros de algumas famílias perdiam, progressivamente, o acesso aos cargos da câmara municipal e, conseqüentemente, a possibilidade de receberem lotes de terra urbana. A solução, tal como ocorria nas sociedades de matriz Tupi-guarani, seria a criação de novos núcleos políticos, fragmentando as populações e tendo como consequência uma dispersão demográfica, povoamento dos sertões da capitania e alívio a possíveis tensões políticas no núcleo originário.

Esse processo presumia a liderança de uma personalidade de destaque, que pudesse capitanear pessoas para a criação de um povoado e, mais importante de tudo, que tivesse força política para elevar esse núcleo à categoria de município.

O mesmo ocorria no fenômeno dispersivo Tupi-guarani, pois, nas palavras de Susnik, “dentro de esta movilidad horizontal dispersiva y también vertical aglomerativa de los ‘tevy’, su verdadero orientador comunal y responsable de ‘oga’ era el ‘tevy-ru’, ‘el padre de la comunidad’, identificándose este apelativo social más bien con el fundador-iniciador del contemporáneo ‘tevy-óga’”³¹⁴.

Tais semelhanças entre as soluções indígenas e vicentinas denotam a intensa integração de práticas entre essas populações. Uma sociedade mestiça, composta por elementos culturais híbridos, iria, forçosamente, aplicar as práticas políticas desses dois mundos.

À fragmentação e dispersão espacial, componentes originados das populações indígenas, soma-se a concepção patrimonialista dos cargos camarários, contribuição

³¹³ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 122.

³¹⁴ Branislava Susnik. *op. cit.*, p. 123.

essa dos portugueses.

Esses dois elementos, apesar de diversos, operaram de forma coordenada e um potencializando o outro.

A concessão de terras urbanas, atribuição da câmara municipal, era efetuada, em sua grande maioria, a membros e familiares diretos dessa instituição³¹⁵. O controle dos bens municipais presumia, pois, o controle dos cargos da câmara, gerando um forte componente de endogenia de famílias na administração local.

Como solução a esse fato e para evitar o surgimento de tensões entre as famílias, recorria-se à prática indígena de fragmentar o grupo e de formar uma nova unidade político-administrativa.

Com isso, permitia-se o equilíbrio na região da capitania de São Vicente, na qual práticas híbridas garantiram o funcionamento do jogo político nos primeiros séculos de colonização.

Essa hipótese é reforçada quando, no contexto das disputas entre as famílias Pires e Camargo pelo controle dos cargos na câmara de São Paulo, uma Provisão Régia determinou a alternância das famílias na administração municipal³¹⁶. A decisão do rei, datada de novembro de 1635 não fora cumprida e, em carta de 1749, o ouvidor Dr. Domingos Luís da Rocha solicitou a anulação da provisão anterior³¹⁷.

A solicitação alegou não haver mais conflito, e uma alternância entre Pires, Camargo e um neutro na gestão municipal excluía novas famílias que pretendiam ocupar cargo na Câmara. Mais do que comprovar a não eficácia da proposta régia, essa Carta indica que soluções portuguesas não foram efetivas no planalto. A fragmentação política em novas vilas, produto de combinação de elementos ibéricos e indígenas, resultou em um modelo mais eficaz e que garantiu o equilíbrio entre as elites políticas na capitania por mais de dois séculos.

Fim do modelo

Em 1755 ocorre um terremoto que destrói boa parte da cidade de Lisboa. Inúmeras igrejas, residências e comércios são destruídos. Inclusive o palácio real,

³¹⁵ Fernando V. Aguiar Ribeiro. *Poder local e patrimonialismo. A Câmara Municipal e a concessão de terra urbana em São Paulo (1560-1765)*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

³¹⁶ A Provisão Régia de 1635 foi transcrita em “Carta do ouvidor-geral da comarca de São Paulo Dr. Domingos Luís da Rocha a D. João V...”. AHU_CU_023-01, cx. 18, doc. 1820, fl. 2.

³¹⁷ Idem, fl. 1.

situado à ribeira do Tejo, transforma-se em ruínas.

O terremoto de Lisboa teve consequências determinantes para a cidade. Possibilitou que o Marquês de Pombal empreendesse uma reforma urbana que alterou a região central de Lisboa, que passou por ações de planejamento viário e urbanístico, dando feições modernas à capital do Império.

No aspecto político, o fenômeno natural permitiu que D. José, através das ações do Marquês de Pombal, efetivasse as pretensões de concentração do poder real. Como vimos no capítulo 6, a dinastia dos Bragança teve uma intenção de engrandecimento do poder régio e o terremoto foi o momento privilegiado para a implementação desses anseios.

Na capitania de São Paulo, nova designação da capitania de São Vicente após a Guerra dos Emboabas, o impacto do terremoto fez-se sentir pouco mais tarde.

Em 1766 a câmara da cidade de São Paulo recebeu o pedido de receitas para o custeio da reconstrução de Lisboa. A contribuição para a Coroa incluía o pagamento de impostos sobre a venda de cavalos e mulas, carne, do barril de aguardente e fumo³¹⁸.

O imposto incluiu o comércio de “gêneros da terra de serra acima que vierem das villas da comarca, a vender a esta cidade”³¹⁹.

Somente em 1765 ocorreu um impacto direto das mudanças decorrentes do terremoto de Lisboa. Nesse ano, foi nomeado o primeiro governador da capitania, o Morgado de Mateus.

Anos antes, em 1709, a capitania de São Paulo fora comprada pela Coroa, encerrando o período no qual a região ficou subordinada a donatários ausentes e passou a estar sob administração direta da Coroa portuguesa.

Sobre esse processo de aquisição, António Vasconcelos de Saldanha aponta que

acompanhámos já todo o lento processo pelo qual a Coroa diminui gradativamente a exuberância e o alcance prático das faculdades concedidas originalmente aos donatários, quer pela criação de governos centralizadores impostos às próprias áreas das capitanias, quer pela alteração sucessiva das faculdades judiciais e de nomeação de funcionários pelos capitães, particularmente a dos loco-tenentes. Assistimos também a pontuais recuos da Coroa no

³¹⁸ *Atas da Câmara de São Paulo*. São Paulo: Duprat, & Cia, 1914, vol. 14, p. 58-59.

³¹⁹ *Atas da Câmara de São Paulo*. São Paulo: Duprat, & Cia, 1914, vol. 14, p. 60.

desenrolar do processo de concessão de capitanias, valendo-se de circunstâncias fortuitas para chamar a si determinados bens originalmente votados a senhorio particular³²⁰.

Isso quer dizer que a pretensão da Coroa de retomar a administração das capitanias, concedida originalmente aos donatários, não correspondeu a um fenômeno exclusivo do século XVIII. Saldanha estabelece que o processo de incorporação das capitanias foi longo e que se iniciou em meados do século XVII.

Afirma que “a administração filipina foi particularmente sensível a este problema”³²¹, definindo que a prática de alteração da administração donatarial e consequente aumento do poder régio, iniciou-se em Portugal por conta do contato com as práticas centralizadoras de Espanha durante o período de união das Coroas ibéricas.

Após a Restauração de 1640, a dinastia de Bragança, com clara intenção de aumento de seu poder real, intenta incorporar as capitanias à esfera administrativa do rei.

Contudo, não podia a Coroa, em um único golpe, anular direitos concedidos à nobreza lusa. O rei não podia opor-se a essas forças políticas nesse momento.

Assim, segundo Saldanha,

na impossibilidade óbvia de adoptar medidas radicais lesivas dos interesses dos donatários, na esmagadora maioria cortesãos política e socialmente influentes, o governo filipino – numa estratégia que fez escola e que se estribava na admissibilidade da incorporação por inadimplemento das condições em que se afirmava estarem fundadas as doações originais – terá optado habilmente por fazer depender a sorte das capitanias de circunstâncias até então nunca oficialmente exploradas com esse fim³²².

Dessa forma, a estratégia dos Felipes, continuada pelos Bragança, teria sido deixar as capitanias à própria sorte e, quando os donatários não mais pudessem cumprir suas obrigações, reverter o domínio dessas à Coroa.

A esse contexto de pretensões de maior presença da Coroa soma-se à

³²⁰ António Vasconcelos de Saldanha. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 387-388.

³²¹ António Vasconcelos de Saldanha. *op. cit.*, p. 390.

³²² António Vasconcelos de Saldanha. *op. cit.*, p. 391.

descoberta de ouro nas Minas Gerais. Isso alterou o papel da capitania de São Paulo, então periférica e sem interesse direto a Lisboa, para uma zona estratégica no acesso de proteção das novas minas.

Essa situação de mudança do papel de São Paulo no contexto geopolítico do Império português se verifica quando, em 1709, o donatário da capitania Marquês de Cascais, solicitou autorização do rei para vender parte de seus domínios.

Ao analisar esse pedido, o Conselho Ultramarino repudiou o pedido, argumentando que

esta Capitania é hoje a mais importante que V. M. tem em seus reais domínios e que contém em si minas, ficando nas vizinhanças das mais preciosas e passagem para elas, sendo por este respeito tão apetecidas, e que convém que deva toda a atenção à conservação daquelas terras, se vê este Conselho obrigado a pôr na real consideração de V. M. esta matéria, para que V. M. por benefício de seu real serviço e conveniências que estão assegurando o ficar a posse delas na Coroa e as consequências que disso podem resultar, pondo-se sempre no posto de Capitão-Mor pessoa de maior suposição do que escolhem os donatários, que são uns feitores seus, sem graduação de serviços para acudir a sua defesa, que V. M. nesta consideração deve haver por bem de que por conta de sua Real Fazenda se pague ao mesmo Donatário o preço que se lhe promete, tirando-se para a sua satisfação do rendimento dos quintos do ouro que vem para estas partes, e enquanto se lhe não entrega o dito dinheiro que se lhe satisfaçam os juros de 5 por cento³²³.

Finaliza a decisão com uma análise do panorama das capitanias nesse novo momento de maior pretensão da Coroa e da descoberta das minas. Conclui o parecer que “porque ainda que o preço era excessivo, sempre era conveniente à Coroa não ter Donatários no Brasil, principalmente com as exorbitantes cláusulas que continham todas as doações antigas das Capitanias daquele Estado que todas eram prejudicialíssimas ao bom governo e bem comum do Reino”³²⁴.

A investida crucial para a extinção das capitanias tinha o contexto favorável vivido por D. José e pelo Marquês de Pombal .

De acordo com Saldanha,

³²³ Eduardo de Castro e Almeida. *Inventários dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1918, vol. 6, p. 320.

³²⁴ Eduardo de Castro e Almeida. *op. cit.*, vol. 6, p. 323.

o ano de 1753 irá, assim, abrir o derradeiro capítulo da história das Capitanias hereditárias. Eulália Lahmeyer Lobo, para esse período comenta que Pombal ‘dispunha do que faltava aos seus antecessores: dinheiro’. Dispunha de algo mais que talvez faltasse aos antecessores: firme vontade e um poder régio consolidados no absolutismo josefino, a quem não eram os derradeiros capitães-donatários – nobreza cortesã, dependente do Rei e sem laços sólidos no Ultramar – quem se iria atrever a frontalizar³²⁵.

Após a restauração da capitania de São Paulo, foi nomeado o Morgado de Mateus como governador. E, de acordo com Heloisa Bellotto, “entre as atividades desenvolvidas pelo Morgado de Mateus à frente da Capitania de São Paulo, merecem destaque suas preocupações com a implantação de povoações. Sabia o quanto a fixação da população seria útil para o desenvolvimento social e econômico da capitania”³²⁶.

Destaca que, “entre 1705 (data da criação de Pindamonhangaba) e 1767 (quando ocorrem fundações levadas a efeito pelo Morgado de Mateus), nenhuma vila foi fundada em território paulista”³²⁷.

Essa situação está descrita pelo governador em carta enviada à Coroa. Relata que

as Villas e Povoações Civis que tem esta Capitania quaze todas as fundarão os primeiros Povoadores; aquelles de que pude alcançar a sua fundação quaze todas forão feitas no tempo dos Dontarios, e antes do descubrimto das Minas; a ultima que se fundou foi Pindamonhangaba, a qual foi feita Villa por ordem de Sua Majestade de fez de Julho de mil setecentos e cinco, tudo consta dos papeis antigos do Archivo desta Camara; desde esse tempo para cá não houve mais fundação alguma; porem algumas Villas são Povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nellas se conservão, são os que tem citio mais perto, porque os que os tem longe só acodem à Villa pelas festas do anno, ou em solenidades mayores, fora destes cazos vão seguindo o mato virgem³²⁸.

³²⁵ António Vasconcelos de Saldanha. *op. cit.*, p. 422.

³²⁶ Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 147.

³²⁷ Heloisa L. Bellotto. *op. cit.*, p. 149.

³²⁸ “Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras”, 23 de dezembro de 1766. *Documentos Interessantes*. São Paulo, vol. 23, p. 4.

Analisando o governo do Morgado de Mateus e seu impacto, e a partir das reflexões de Sérgio Buarque de Holanda, Bellotto aponta que houve duas etapas na urbanização da capitania: “uma, que vai desde que os portugueses se instalaram no planalto, para a qual não há muita documentação, e que corresponde aos séculos XVI e XVII; outra, inaugurada com a restauração em 1765, e que ultrapassa o tempo colonial. As fontes para essa segunda fase são abundantes, embora nem sempre precisas e completas”³²⁹.

O povoamento da capitania de São Vicente, e posteriormente São Paulo, no período anterior à política de urbanização do Morgado de Mateus, não teria sido regido por um planejamento.

Bellotto, a partir de Buarque de Holanda, define que

a multiplicação de povoações dava-se de forma centrífuga, partindo de núcleos primitivos, que se iam esfacelando. A razão estaria, provavelmente, na falta de espaço disponível para roçados. Como era crença generalizada o esgotamento do solo para agricultura, era incessante a procura de mata virgem, originando-se assim os chamados ‘sítios volantes’. Com isso, passava-se à requisição de novas sesmarias e formavam-se novas povoações³³⁰.

Essa formulação, conforme tratamos anteriormente, ignora o componente político e cultural. A criação de municípios teve, de fato, influência das elites políticas locais, em um processo de reordenamento, que visava a manutenção do equilíbrio político no planalto.

Para tanto, essas elites se valeram de elementos indígenas de dispersão espacial, o que era acessível a elas por serem etnicamente e culturalmente híbridas.

O modelo vicentino para a criação de municípios foi encerrando quando, dentro de uma política de povoamento, defesa territorial e desenvolvimento econômico, o Morgado de Mateus reuniu populações dispersas em novas vilas.

Ignorando a dinâmica anterior de ajuste e equilíbrio entre as elites políticas locais, empreendeu uma racionalização do espaço da capitania, planejando o território de maneira a efetivar seus planos como governador.

Com isso, das onze vilas existentes no planalto em quase dois séculos, o novo governador eleva dezesseis povoados à categoria de município. Foram criados Faxina,

³²⁹ Heloisa L. Bellotto. *op. cit.*, p. 149.

³³⁰ Heloisa L. Bellotto. *op. cit.*, p. 148.

Itapetininga, Santo Antônio das Minas do Piaí, ou Apiaí, Santo Antônio do Registro, Nossa Senhora dos Prazeres de Lage, Santa Ana do Iapó, São Roque, São João Baptista de Atibaia, São José de Mogi-Mirim, São José do Paraíba, Nossa Senhora da Escada, São Luís do Paraitinga, Santo Antônio de Paraibuna, Piracicaba, Campinas de Mato Grosso e Iguatemi³³¹.

No contexto da administração do novo governador da capitania, tivemos a aplicação de medidas que dizem respeito às ações da Coroa em contexto geral do Império português.

O governador, no bojo das reformas pombalinas, impõe a proibição do uso da língua geral de matriz tupi. Essa medida, de acordo com Elisa Frühauf Garcia, tinha como

objetivo principal a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural³³².

Cabe ressaltar que essa medida, que incentivava uniões entre portugueses e índios, não visava uma combinação cultural. Visava, como projeto político, transformar a colônia, que apresentava fortes traços indígenas e mestiços, em um novo Portugal. A medida era, em última instância, um projeto de lusitanização da América.

A imposição da língua lusa, segundo Garcia, tinha

a perspectiva de impor aos índios o uso da língua portuguesa, no entanto, tinha um objetivo bem claro neste período: buscava transformá-los em vassalos iguais aos demais colonos. Isto se fazia necessário num momento no qual foram intensificados os conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, acarretando a necessidade de o Rei de Portugal possuir um contingente populacional suficiente para habitar as suas fronteiras, garantindo assim a permanência dos seus domínios³³³.

³³¹ Heloisa L. Bellotto. *op. cit.*, p. 169-170.

³³² Elisa Frühauf Garcia. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa e a sua aplicação na América meridional”. *Tempo*, n. 23, 2007, p. 24.

³³³ Elisa Frühauf Garcia. *op. cit.*, p. 26.

Assim, a língua efetivaria a posse portuguesa da América, utilizando, para tanto, o princípio do *uti possidetis*³³⁴. A partir disso, “ao tentar erradicar as especificidades dos diferentes grupos indígenas, Sebastião José de Carvalho e Melo buscava, por meio do *Diretório*, criar uma homogeneização entre os seus súditos, no qual o compartilhamento do mesmo idioma tinha um papel fundamental”³³⁵.

O *Diretório dos Índios*, de 1758, nas palavras de Fátima Martins Lopes,

foi composto por 95 parágrafos determinando as formas de cristianizar, de como formar e consolidar as Vilas, de administrar a população vilada, de como ‘civilizar’ os índios através do controle da língua falada e ensinada, do estabelecimento de distinções sociais através da honraria de cargos, da imposição de adoção de nomes e sobrenomes portugueses, da implantação de moradias nucleares, da obrigatoriedade do uso de roupas. Regulamentava ainda as formas de estabelecer a agricultura e o comércio com os colonos, assim como a obrigatoriedade de prestar serviços à colonização e de pagar dízimos e tributos à Coroa³³⁶.

No contexto das reformas empreendidas por Pombal na América portuguesa, o efeito mais visível foi a criação de novas vilas com nomes baseados em congêneres em Portugal. Em carta do governador Mendonça Furtado ao secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real, relata que “para a denominação das novas vilas segui... os nomes da Vilas da Real Casa de Bragança que me lembraram algumas, da Coroa, e imediatamente as da terra da Rainha, algumas do Infantado, e ultimamente as da Ordem de Cristo de quem são os dízimos de todas estas Conquistas”³³⁷.

São, dessa forma, criadas novas vilas com nomes portugueses ao longo da colônia, muitas vezes transformando aldeamentos indígenas em municípios.

Na capitania de São Paulo ocorre o processo semelhante com a reunião de populações dispersas e índios aldeados em novas vilas.

³³⁴ O princípio do *uti possidetis*, adotado no Tratado de Madri, previa que, na demarcação dos limites territoriais, caberia a cada Coroa ibérica as terras por eles efetivamente ocupadas. Para a discussão, ver Ângela Domingues. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000, p. 212.

³³⁵ Elisa Frúfauf Garcia. *op. cit.*, p. 28.

³³⁶ Fátima Martins Lopes. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2005, p. 78.

³³⁷ “Carta do governador Mendonça Furtado ao secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, de 13 de Junho de 1757”. PBA 159, Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, fl. 51v.

Com essas medidas, inseridas no contexto de reformas políticas e administrativas no Império português, as ações do Morgado de Mateus romperam com o equilíbrio existente entre as elites políticas locais da capitania.

A proibição da língua geral e a consequente lusitanização da capitania com a imposição do idioma portuguesa encerrava a influência mestiça no ordenamento político regional.

A partir das medidas da Coroa, com o engrandecimento do poder régio; de Pombal, com a imposição da língua portuguesa e extinção da transmissão de valores culturais indígenas e das ações do Morgado de Mateus, com a criação de novos municípios, o equilíbrio secular do planalto de São Paulo é alterado.

Inaugurou-se um novo momento na vida política da capitania, paralelo às Minas Gerais, no contexto de conflito de fronteira e com projetos de desenvolvimento econômico.

Nas palavras Luís de Camões, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”³³⁸. Foi assim que se encerrou o período donatário da capitania, marcado pelo equilíbrio entre as elites políticas locais e pela forte influência de elementos indígenas em uma sociedade mestiça e de cultura híbrida.

³³⁸ Luís Vaz de Camões. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” *Obras completas de Luís de Camões*. Lisboa: Livraria Europeia de Baudry, 1843, vol. II, p. 29. Esses versos foram popularizados na canção homônima de José Mário Branco, de 1971, referindo-se à oposição durante o Estado Novo português. Retrata o combate ao fascismo e sentimentos dos exilados políticos, notadamente a situação do compositor quando de seu exílio na França.

Considerações Finais

A criação de municípios no planalto de São Paulo, do início da colonização americana até 1765, não seguiu um planejamento ou uma política dos poderes centrais ou donatários.

Observamos que as vilas criadas no planalto, São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Taubaté, Jacareí, Jundiaí, Itu, Guaratinguetá, Sorocaba, Curitiba e Pindamonhangaba foram fruto de interações entre as elites políticas locais.

Os elementos híbridos dos membros dos poderes locais na capitania foram fundamentais para essa fragmentação política. A combinação de elementos ibéricos e indígenas é a chave para entendermos como se deu a criação de vilas no planalto nesse período.

Conforme apontamos no capítulo 9, a fragmentação das estruturas de poder era característica marcante das sociedades indígenas no planalto. Soma-se a isso a ideia de manutenção do equilíbrio de poder, característica essa das sociedades ibéricas de Antigo Regime.

Na combinação desses elementos, resultado da mistura étnica e cultural do colonizador português com a mulher indígena, gerou-se um ser híbrido, denominado mameluco. Esse, na sua concepção de mundo, iria ser composto de dois universos culturais que o originaram, apresentando uma prática política híbrida.

Assim, quando um grupo pode ameaçar a família que controla a câmara na sua vila de origem, é incentivado a fundar um novo núcleo municipal. A fragmentação política local garante, portanto, a manutenção de um equilíbrio na capitania e evita-se embates entre famílias.

É importante ressaltar que o processo de criação de um novo município corresponde ao estabelecimento de uma câmara municipal. Cria-se, portanto, o espaço de atuação para uma nova elite política local.

Quando se estabelece um município, esse é dotado de uma sesmaria denominada *termo* onde serão concedidos, tanto para povoamento como para aproveitamento econômico, lotes pela nova câmara.

A concessão de lotes urbanos, conforme tratamos em nossa dissertação de mestrado, foi apropriada pelos oficiais da câmara como propriedade de seu grupo. A distribuição desses lotes para membros da câmara e seus familiares constituiu o que denominamos concepção patrimonialista dos bens municipais.

Na dinâmica regional, observamos que o estabelecimento de novos municípios

foi fenômeno de manutenção do equilíbrio político na região. Quando um grupo apresentava condições de pleitear o controle da câmara de uma vila de origem, era estimulado a criar um outro município.

Essa fórmula permitiu o povoamento do planalto e a criação de onze vilas ao longo da capitania. Tal situação somente foi encerrada em 1765, quando o Morgado de Mateus, governador da capitania restaurada de São Paulo, empreendeu uma política de urbanização com o estabelecimento de inúmeras vilas.

Através desse estudo, verificamos também a importância da circulação de experiências no Novo Mundo.

Em um novo continente, povoadores portugueses e espanhóis trocavam conhecimentos sobre a conquista da América e criação de uma espacialidade americana.

Conhecimentos sobre a posse da terra, combate a grupos indígenas e experiências (bem ou mal sucedidas) circularam em meio a uma sociedade marcada pelo imprevisto e pela efemeridade.

Com isso, no período inicial da colonização, as fronteiras entre os Império ibéricos na América se tornariam meras convenções teóricas, pouco representando nas ações práticas de seus povoadores.

Tal questão nos remete à problemática da integração da região da Bacia do Rio da Prata. A porção meridional da América representou, nos séculos iniciais da colonização europeia, uma zona privilegiada de circulação e interação.

Uma ampla rede de caminhos cortaria essa região e era fundamental para a efetivação da presença portuguesa e espanhola na região. Inclusive a colonização do Paraguai somente foi exitosa por conta dos caminhos entre Assunção e São Paulo e Buenos Aires.

A integração da região não foi encerrada quando da Restauração Portuguesa em 1640. A separação de Portugal do Império dos Felipes pouco afetou a dinâmica entre as porções portuguesa e espanhola na América.

A situação só foi alterada em meados do século XVIII quando as fronteiras entre as partes de Portugal e Espanha foram traçadas. O Tratado de Madri, de 1750, a construção de uma sequência de fortalezas e a elaboração de mapas dos domínios, representaram um duro golpe nas práticas de circulação e integração na região.

A última questão levantada na tese diz respeito à concepção do Império português como uma construção dinâmica. Um Império tão vasto somente pode ser

compreendido levando em consideração suas *múltiplas geografias*.

O contato da Casa de Bragança e da nobreza lusa com as ações de cunho centralista da monarquia espanhola durante a União Ibérica influenciou a concepção política após a Restauração em 1640.

Inspirada pelo pensamento político espanhol, a Coroa portuguesa passou a empreender ações que visavam o “engrandecimento do poder real”.

Como o Império não correspondia a um bloco unitário, essa intenção da Coroa não foi efetivada de forma uniforme e ao mesmo tempo.

Em regiões nas quais havia *estruturas de resistência*, isto é, nobreza consolidada, clero com poderes e municípios com forais e prerrogativas, os intentos da Coroa não foram exitosos. Isso ocorreu principalmente na porção setentrional de Portugal, região de ocupação mais antiga e com maior densidade populacional.

Já em áreas com poderes mais tênues, como no Algarve e nas capitânicas da América portuguesa, a Coroa logrou ações que representaram maior atuação. E, por falta de recursos frente a um grande Império, Lisboa privilegiou regiões com interesse econômico e geopolítico, como nas Minas Gerais quando da descoberta de reservas auríferas.

A compreensão da colonização europeia na América e a dinâmica do Império português nesse contexto ocasiona importantes questionamentos. Cabe a nós abandonar velhas premissas e conceber novas interpretações, buscando para tanto novas abordagens de pesquisa.

Bibliografia

Fontes

Africano, António de Freitas. *Primores politicos e regalias do nosso rey Dom Joam IV de maravilhosa memoria*. Cascais: Principia, 2005, [1ª edição, 1641].

Araújo, João Salgado. *Ley regia de Portugal*. Madrid: Juan Delgado, 1627.

Atas da Câmara de São Paulo. São Paulo: Duprat & Cia, 1914, vol. 1-15.

Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/biblioatlas>, acesso em 15/06/2015.

Azevedo Marques, Manuel Eufrásio de. *Apontamentos históricos, geográficos, biológicos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954, 2 vol.

Bowen, Emanuel. *A new and accurate map of Paraguay, Rio de la Plata, Tucumania, Guaria...*, 1763, 1 mapa ms: colorido, desenhado a nanquin. Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya – Espanha. Disponível em <http://cartotecadigital.icc.cat/cdm/singleitem/collection/american/id/510/rec/1>, acesso em 15/06/2015.

Brasil. *Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

Cabeza de Vaca, Alvar Núñez. *Naufrágios e comentários*. São Paulo: L&PM, 1987, [1ª edição, 1542].

Carta de Doação de 20 de janeiro de 1535. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol, 13, p. 140.

“Carta del gobernador del Rio de la Plata Hernandarias de Saavedra a Su Magestad sobre la conveniencia de despoblar la villa de San Pablo del Brasil y de dividir aquel gobierno para remediar los daños que los portugueses hacian a los indios de Guaria”. In “Documentação hespanhola”. *Annaes do Museu Paulista*, tomo II, 1925, p. 8-9.

“Carta do governador Mendonça Furtado ao secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, de 13 de Junho de 1757”. PBA 159, Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina.

“Carta do ouvidor-geral da comarca de São Paulo Dr. Domingos Luís da Rocha a D. João

V...”. AHU_CU_023-01, cx. 18, doc. 1820, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.

Cartas avulsas (1550-1568). Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1998.

Cartas de data de terra de São Paulo. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937, 5 vol.

Castro e Almeida, Eduardo de. *Inventários dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1918, vol. 6.

Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1989, [1ª edição, 1954].

Colombina, Francisco Tosi. *Mappa da capitania de S. Palo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos e passagens*. [entre 1761 e 1775], 1 mapa ms: colorido, desenhado a nanquin; 65x45,2 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em http://objetodigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm, acesso em 15/06/2015.

D. Pedro, Infante e Verba, Frei João. *O livro da vertuosa benfeytoria*. Edição crítica, introdução de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1994.

Gama Barros, Henrique. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946, [1ª edição, 1885-1922], tomo II.

Gandavo, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil e História da provincial de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008, [1ª edição, 1575].

Laxe, João Batista Cortines. *Câmaras municipais (histórico)*. São Paulo: Obelisco, 1963, [1ª edição, 1868, 2ª edição, 1885].

Madre de Deus, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, hoje denominada S. Paulo*. São Paulo: Martins, 1953, [1ª edição, 1797].

Meneses, Sebastião César de. *Suma politica*. Porto: Editora Gama, 1945, [1ª edição, 1650].

Nóbrega, Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos do pe. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*. Coimbra: Acta Conimbricensis, 1955.

“Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras”, 23 de dezembro de 1766. *Documentos Interessantes*. São Paulo, vol. 23.

Portugal. *Collecção da Legislação Portuguesa. Desde a ultima compilação das Ordenações, redigidas pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774.* Lisboa: Typ. Maigrense, 1820.

Ribeiro, Jacinto. *Chronologia paulista: ou relação historica dos factos mais importantes occorridos em S. Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza à S. Vicente até 1898.* São Paulo: Diario Official, 1899, vol. 2.

Schmidl, Ulrico. *Viaje al Río de la Plata.* Buenos Aires: Emecé, 1942, [1ª edição, 1567].

Silva Leme, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana.* São Paulo: Duprat & Comp., 1903, 9 vol.

Staden, Hans. *Viagem do Brasil.* Versão do texto de Marpurgo de 1557, por Alfredo Löfgren, revista e anotada por Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, [1ª edição, 1557].

Obras de referência

Bluteau, Rapahel. *Vocabulario portuguez e latino.* Coimbra: Collegio das Artes, 1712, vol. 7.

Zarratea, Tadeo e Acosta, Feliciano. *Avañe'ẽ. Manual para leer y escribir el Guaraní.* Asunción: Servilibro, 2013.

Bibliografia citada

Abud, Katia M. *Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a contribuição de um símbolo paulista: o bandeirante.* São Paulo, 1986. Tese de doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Agesta, Luís Sanchez. *El concepto del Estado en el pensamiento español del siglo XVI.* Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1959.

Albuquerque, Martim de. *O poder político no Renascimento português.* Lisboa: Verbo, 2012, [1ª edição, 1968].

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Amaral, Aracy A. *A hispanidade em São Paulo.* São Paulo: Nobel; Edusp, 1980.

Almeida, Aluisio de. *História de Sorocaba.* Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

_____. *Sorocaba: 3 séculos de história*. Itu: Ottoni, 2002.

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012, [1ª edição, 1983].

Andrade Arruda, José Jobson de. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial; Poiesis, 2011.

Andresen, Sophia de Mello Breyner. *Geografia*. Lisboa: Caminho, 2004, [1ª edição, 1967].

Argaña, Luís María. *Historia de las ideas políticas en el Paraguay*. Asunción: El Foro, 1983.

Audibert, Alejandro. *Los límites de la antigua provincia del Paraguay*. Buenos Aires: La Económica, 1892.

Azevedo, Aroldo de. “Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva”. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 208, 1956.

Azevedo, Moreira de. “Amador Bueno. Memória lida em Sessão do Instituto Histórico”. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Larmmert & Cia, 1887, tomo L, p. 1-10

Bandecchi, Brasil. “O município no Brasil e sua função política”. *Revista de História*. São Paulo, n. 90; n. 92, 1972.

Barros, Sonia. “A produção do espaço” In Maria Adélia de Souza e Milton Santos (orgs). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 1-24.

Bellotto, Heloisa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. São Paulo: Alameda, 2007.

Benedito de Abreu, Waldomiro. *Algumas notas para a história de Pindamonhangaba*. Rio de Janeiro: Tupy, 1957.

Bicalho, Maria Fernanda Batista. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bose, Sugata. *A hunderd horizons. The indian ocean in the Age of Global Empire*. Cambridge; London: Harvard Univeristy Press, 2006.

Boxer, Charles. *O Império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, [1ª edição, 1969].

Burbank, Jane Burkank e Cooper, Frederick. “Imperial trajectories”. *Empires in World*

History. Power and Politics of Difference. Princeton: Princeton Univeristy Press, 2010, p. 1-22.

Caetano, Marcelo. *História do direito português. Fontes – Direito público (1140-1495)*. Lisboa: Verbo, 1985.

Calvo, Thomas. “Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)” In Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaio de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013, p. 15-46.

Camargo Maia, Thereza Regina de e Fagundes, Joaquim Roberto. *Museu Frei Galvão*. São Paulo: Noovha America, 2010.

Camões, Luís Vaz de. *Obras completas de Luís de Camões*. Lisboa: Livraria Europea de Baudry, 1843, 3 vol.

Campos, Jurandyr Ferraz. *Santa Anna das Cruzes de Mogy: huma villa de serra acima*. São Paulo: UMC; Global, 1976.

Canabrava, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata, (1580-1640)*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1984, [1ª edição, 1946].

Canclini, Néstor García. *Hybrid cultures. Strategies for entering and leaving modernity*. Minneapolis; Londres: University of Minneapolis Press, 1995, [1ª edição, 1989].

Capistrano de Abreu, João. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 5ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1969, [1ª edição, 1907].

_____. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1883.

Cardozo, Efraím. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2011.

Cardozo, Ramon I. *El Guairá: historia de la antigua provincia. 1554-1676*. Asunción: El Arte, 1970, [1ª edição, 1938].

Carneiro da Cunha, Manuela. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Claroenigma, 2012.

Cavenaghi, Airton José. “A construção da memória historiográfica paulista. Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, v. 19, n. 1, jan-jun. 2011, p. 81-109.

Celestino de Almeida, Maria Regina. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

Cézar, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência” *Topoi*, vol. 8, n. 15, jul-dez 2007.

Chakeabarty, Dipesh. “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”. *Nepantla: Views from South*, vol. 1.1, 2000, p. 9-32.

Chamorro, Graciela. *Terra madura: yvy araguyje: fundamento da palavra guarani*. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

Coelho, Maria Helena da Cruz e Magalhães, Joaquim Romero. *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes*. Coimbra: CEFA, 2008, [1ª edição, 1986].

Colaffeti, Armando e Foot, Nelson. *Em torno da fundação de Jundiá*. São Paulo: Edanee, 1971.

Curto, Diogo Ramada. “A historiografia do Império português na década de 1960: formas de institucionalização de projecções” *História da Historiografia*. Ouro Preto: UFOP, n. 10, dez. 2012.

_____. *Cultura escrita. Séculos XVI a XVIII*. Lisboa: ICS-UL, 2007.

_____. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

Deffontaines, Pierre. “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, n. 14-15, 1944.

Dick, Maria Vicentina do Amaral. “A toponímia como meio de investigação linguística e antropocultural”. In Aparecida Negri Isquerdo (org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil – Portugal*. Campo Grande: EdUFMS, 2008, p. 215-231.

_____. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

Domingues, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Edelstein, Marilyn. "Multiculturalism Past, Present and Future". *College English*, vol. 68, n. 1, 2005, p. 14-41.

Enders, Armelle. *A nova história do Brasil*. São Paulo: Gryphos, 2012.

Faragher, John Mack. "Cross-cultural marriage in the Far Western fur trade". Lillian Schlissel, Vick. L. Ruiz e Janice Monk. *Western women. Their land, their lives*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993, p. 199-216.

_____. "The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West". *The American Historical Review*. vol. 98, n. 1, fev. 1993, p. 106-117.

Fernandes, Fátima. "A recepção do direito romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia" *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 41, 2004, p. 73-83.

Fernandes, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006, [1ª edição, 1952].

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Organização social dos tupinambá*. São Paulo: IPE, 1948.

Ferreira Júnior. *Guaratinguetá*. s. l.: s. i., 19--.

Ferro, Marc. *Colonization. A global history*. London; New York: Routledge, 2005.

Fonseca, João Abel. "Virtuosa benfeitoria e o pensamento político do Infante D. Pedro" *Biblios*, vol. LXIX, 1993, separata, pp. 227-250.

Fradklin, Raul e Garavaglia, Juan Carlos. *La Argentina colonial. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

Fragoso, João e Gouvêa, Maria de Fátima. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo*, 2009, p. 36-50.

Fridman, Fania. "Apresentação". In Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013, p. 7-13.

Fukuyama, Francis. *The end of history and the last men*. Nova York: Free Press, 1992.

Gama Barros, Henrique. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1946, tomo II, [1ª edição, 1885-1922].

Garcia, Elisa Frühauf. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional”. *Tempo*, n. 23, 2007, p. 23-38.

Geiger, Pedro Pinchas. *Evolução histórica da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1963.

Gelhen, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza, 2001.

Gillis, John R. *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

Goldstone, Jack. *História global da ascensão do ocidente. 1500-1850*. Lisboa: Edições 70, 2010.

Gomes da Silva, Nuno Espinosa. *História do direito português. Fontes de direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

Greene, Jack P. e Morgan, Philip D. *Atlantic history. A critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009.

Grinberg, Isaac. *História de Mogi das Cruzes*. São Paulo: Saraiva, 1961.

Grosby, Steven. *Nationalism. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Gruzinski, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, [1ª edição, 1999].

Guimarães, Lúcia M Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2011.

Guimarães, Manoel Salgado. “Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. vol. 1, n. 1, 1988, p. 5-27.

Guisard Filho, Felix. *Achegas à historia de Taubaté: Jacques Félix*, vol. 1. São Paulo: Athenas, 1938.

Guzmán, Ruy Díaz de. *Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Prensa del Estado, 1835, [1ª edição, 1612].

Harley, John B. *La nueva naturaleza de los mapas*. México: FCE, 2005.

Herculano, Alexandre. *História de Portugal. Desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Lisboa: Bertrand, 19--, [1ª edição, 1846-1853].

Hespanha, António Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Lisboa: AMH, 1986, tese de doutoramento, FCSH-UNL, vol. 1.

_____. *História de Portugal moderno. Político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 1, 1966, p. 55-111.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, [1ª edição, 1936].

_____. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, [1ª edição, 1958].

Hopkins, A. G. “The historiography of globalization and globalization of regionalism”. *Journal of the Economy and Social History of the Orient*, n. 53, 2010, p. 19-36.

Howe, Stephan. *Empire. A very short introduction*. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2002.

Jensen, Carlos Ernesto Romero. *El Guairá: caída y exódo*. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia; FONDEC, 2009.

Kafka, Franz. *Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras; Penguin Classics, 2011.

Kloster, W e Sommer, F. *Ulrico Schmidl no Brasil quinhentista*. São Paulo: Gutemberg, 1942.

Kok, Glória. *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.

Leite, Cassiano Ricardo. *Marcha para oeste. A influência da ‘bandeira’ na formação social e política do Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1940.

Lepetit, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

Lopes, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

Machado, Álvaro Manuel. “Introdução” In Antero de Quental. *Textos doutrinários e correspondências*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

Magalhães, Joaquim Romero. “Reflexões sobre a estrutura municipal brasileira e a sociedade colonial brasileira”. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, vol. 16, jul-dez 1985, p. 17-30.

Mallon, Florencia E. “The promise and dilemma of subaltern studies: Perspectives from Latin American history”. *American Historical Review*, Vol. 99.5, 1994, p. 1491-1516.

Maltez, José Adelino. “Estudo introdutório” In Africano, António de Freitas. *Primores políticos e regalias do nosso rey Dom Joam IV de maravilhosa memoria*. Cascais: Principia, 2005, [1ª edição, 1641], pp. 1-22.

Marcílio, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973.

Marcondes, Athayde de. *Pindamonhangaba através de dois e meio séculos*. São Paulo: Typographia Paulista, 1922.

Márquez, Gabriel García. *Cien años de soledad*. Madrid: Debolsillo, 2013.

Martins, Gilberto. *Taubaté nos seus primeiros anos (aspectos de sua história colonial)*. Taubaté: Egetal, 1973.

Martins, Romário. *Curityba de outr’ora e de hoje*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1922.

Martins, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência de Zacarias de Góis e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

Marx, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

Mazlish, Burce, “Comparing Global History to World History” *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 28, n. 3, 1998, p. 385-395.

Menezes, Alfredo da Mota. “Prefácio”. In: Fernando Tadeu de Miranda Borges e Maria Adenir Peraro (orgs.). *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2012, p. 7-9.

Metcalf, Alida C. *Go-betweens and the colonization of Brasil. 1500-1600*. Austin: Texas Univeristy Press, 2005.

_____. “Vila, reino e sertão no São Paulo colonial” In: Francisca L. Nogueira de Azevedo e John Manuel Monteiro (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1996, p. 420-437.

Métreux, Alfred. “Migrations historiques des Tupi-Guarani”. *Journal de la Société des Américanistes*. Tomo 19, 1927.

Mitre, Bartolomé. *História de Belgrano y la Independencia Argentina*. Rio de Janeiro: Félix Lajouane Editor, 1887.

_____. *História de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*. Buenos Aires: Peuser, 1952 [1ª edição, 1887, 1888 e 1890], 3 vol.

Mont Serrath, Pablo Oller Mont. *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

Monteiro, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, [1ª edição, 1994].

_____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e Indianismo*. Campinas. Tese de livre-docência: IFCH-Unicamp, 2001.

Monteiro, Nuno Gonçalo. “A tragédia dos Távora. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII”. In: Maria de Fátima Gouvêa e João Fragoso (orgs). *Na trama das redes. Política e negócios no Império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Moreira, Júlio Estrella. “Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba à luz de novos documentos”. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, vol. XVI, 1972.

Müller, Michel G. e Torp, Cornelius. “Conceptualizing transnational spaces in history” *European Review of History: Revue européenne d’histoire*. vol. 16, n. 5, out 200, p. 609-617.

Nardy Filho, Francisco. *A cidade de Ytu. 1o volume. Histórico da sua fundação e dos seus principais monumentos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1928.

Nash, Gary B. “The hidden history of mestizo America”. *The Journal of American History*, vol. 82, n. 3, 1995, p. 941-964.

Novais, Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

Oliveira Marques, A. H. de. “A conjuntura” In: Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. de. *História Nova de Portugal. Portugal e a Regeneração*. Lisboa: Presença, 2006.

Omegna, Nelson. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

Palumbo-Liu, David. “Multiculturalism Now: civilization, national identity, and difference before and after September 11th”. *Boundary 2*, vol. 29, n. 2, 2002, p. 109-127.

Pastells, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil), según los documentos originales del Archivo General de Indias*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912.

Pereira de Sousa, Washington Luís. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004, [1^a edição, 1958].

Peres, Damião. *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 80 centenário da fundação da nacionalidade*. Barcelos; Lisboa: Portucalense, 1928, tomo III.

Perez, Sandra. *Santo André: a invenção da cidade*. Dissertação de mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

Pierson, George. “The Frontier and American Institutions a Criticism of the Turner Theory”. *The New England Quarterly*, vol. 15, n. 2 (Jun. 1942), p. 224-255.

Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006, [1^a edição, 1942].

Prakash, Gayan. “Subaltern studies as postcolonial criticism”. *American Historical Review*, vol. 99.5, 1994, p. 1475-1491.

Pujol, Xavier Gil. “Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas Monarquias europeias dos séculos XVI e XVII” *Penélope*. n. 6, 1991, p. 119-144.

Quental, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Padrões Culturais, 2010, [1^a edição, 1871].

Reis Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Edusp; Pioneira, 1968.

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Ribeiro, Fernando V. Aguiar. “O passado colonial visto pelo DASP: A História Administrativa do Brasil” *XXV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Fortaleza 2009.

_____. *Poder local e patrimonialismo. A Câmara Municipal e a concessão de terra urbana em São Paulo (1560-1765)*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

Ribeiro, Rodrigo Bentes. “A Rochela do Brasil: São Paulo e a aclamação de Amador Bueno como espelho da monarquia portuguesa”. *Revista de História*. São Paulo, 1999, n. 141, p. 21-44.

Rivarola Paoli, Juan Bautista. *La primera Revolución Comunera. 1649*. Asunción: El Lector, 2012.

Rosas, Fernando. *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

Russell-Wood, A. J. R. “Fronteiras do Brasil colonial”. *Revista Oceanos*, vol. 40, 1999, p. 8-20.

Sachsenmaier, Dominic. “Global history and critiques of western perspectives”. *Comparative Education*, vol. 42, n. 3, 2006, p. 451-470.

_____. *Global perspectives on Global History. Theories and approaches in a connected world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Saldanha, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

Salgado, Plínio. *Como nasceram as cidades no Brasil*. São Paulo: Voz do Oeste, 1978, [1ª edição, 1946].

Sampaio, Teodoro. “Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da Ethnographia indígena no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, tomo especial, 1914.

_____. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: O Pensamento, 1914.

Santa Rita, José Gonçalo de. “O governo central e o governo local” In: António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Ática, 1937, vol. II, p. 73-83.

Santos, Milton. *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

Saramago, José. *O conto da ilha desconhecida*. Lisboa: Caminho, 1999, [1ª edição, 1997].

Scabin, Rafael Cesar. “A discussão sobre João Ramalho no IHGSP: construção da memória e leitura documental”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, julho de 2011.

Schafer, Joseph. “Turner’s frontier philosophy”. *The Wisconsin Magazine of History*, vol. 16, n. 4 (jun. 1933), p. 451-469.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume IX (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1986.

Short, John. *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*. Londres: Reaktion, 2009.

Silveira Camargo, Paulo Florêncio da. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

Soares, Olavo. *O andarilho das Américas (Cabeza de Vaca)*. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

Soares, Torquato Brochado de Sousa. “Política administrativa” In Baião, António; Cidade, Hernâni e Múrias, Manuel. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Ática, 1937, vol. I.

Souza, Jonas Soares de e Miyoko Makino (orgs.). *Diário da navegação*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000.

Stella, Roseli Santaella. *Instituições e governo espanhol no Brasil. 1580-1640*. Madrid: Mapfre, 2000.

Susnik, Brasnislava. *Apuntes de Etnografía Paraguaya. Parte Ira. Manuales del Museo Etnográfico Andrés Barbero*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1969, [1ª edição, 1961].

_____. *Dispersión Tupi-guaraní prehistorica. Ensayo analítico*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1975.

Taunay, Afonso D’Escagnolle. *A fundação de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1922.

_____. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal; H. I. Canton, 1924, v. I.

_____. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal; H. I. Canton, 1925, v. II.

_____. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1928, v. IV.

_____. “O epos bandeirante e São Paulo vila e cidade”. *Ensaio paulistas*. São Paulo: Anhambi, 1958, p. 623-646.

_____. “Oposição dos paulistas à fundação de Parnahyba”. *Notas para a História de Parnahyba*. São Paulo: Ave Maria, 1935.

_____. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, [1ª edição, 1920-1921].

Telesca, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2011.

Theodoro, Janice e Ruiz, Rafael. “São Paulo, de vila a cidade: a fundação, o poder público e a vida política”. In Porta, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. Volume I: A cidade colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 69-113.

Toledo Pontes, Alceu de. *Elementos para a história de Jundiá. Trabalho apresentado pela sub-comissão “Marco Histórico”*. Jundiá: Câmara, 1955.

Torgal, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982, 2 vol.

Torrão Filho, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume, 2007.

Turner, Frederick Jackson. “The significance of the frontier in American history”. *Rereading Frederick Turner*. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999, p. 31-60.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: E. H. Laemmertz, 1854-1857.

Velázquez, Rafael Eladio. *En Historia paraguaya. Formas especiales de sustitución de gobernador en el Paraguay*. Asunción: TSJE, 1973, vol. 14.

Verazani, Katiane Soares. *Assenhorar-se de terras indígenas: Barueri, séc. XVI-XIX*. Dissertação de mestrado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

Viana Moog, Clodomir. *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2011, [1ª edição, 1954].

Vilardaga, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

Von Martius, Karl F. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista de Historia da América*, n. 42, dec 1956, p. 433-458.

Waizbort, Leopoldo. “O mal entendido da democracia. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, junho de 2011, p. 39-62.

Wallerstein, Immanuel. *Capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Weber, Max. *Economia e sociedade*. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; EdUnB, 2003, 2 vol.

Weffort, Francisco. *Espada, cobiça e fé. As origens do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Wegner, Robert. *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, EdUFMG, 2000.

Williams, William. “The Frontier Thesis and American Foreign Policy”. *Pacific Historical Review*, vol. 24, n. 4 (Nov. 1955), p. 379-395.

Wis, Ivonne Tessin e Vianna dos Santos, Benedito. *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy*. Jacareí: Papel Simão, 1990.

Yegros, Margarita Prieto. *Bandeiras paulistas en territorios coloniales hispanicos*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 2000.

Zenha, Edmundo. *O município no Brasil*. São Paulo: I.P.E., 1948.

Apêndice

Atas da Câmara da Vila de São Paulo Cargos Ocupados na Administração Municipal organizados por ano

Segue abaixo a listagem dos cargos ocupados na Câmara de São Paulo entre os anos de 1560 e 1765. Os dados foram retirados nas *Atas da Câmara de São Paulo* a partir de uma listagem da edição transcrita e publicada no início do século XX. A partir dessa relação, que descreve quais cargos foram ocupados por ano, confrontamos a referida lista com as sessões da edilidade, a fim de verificar equívocos e substituições de cargos.

A listagem segue organizada, tal como na edição publicada das *Atas*, por volumes.

Volume I 1560-1595

1563

Juiz: Simão Jorge
Vereadores: Álvaro Annes / Garcia Rodrigues
Procurador do Concelho: Salvador Pires
Escrivão: João Fernandes
Almotacel: Antonio de Maris / Diogo Vaz Riscado / Luiz Martins / Lopo Dias / André Fernandes
Alcaide: Luiz Martins
Capitão-Mor: João Ramalho
Capitão dos Índios: Domingo Luiz

1564

Juiz: Antonio de Maris / Francisco Lopes
Vereadores: Diogo Vaz Riscado / Lopo Dias / João Ramalho (não aceita o cargo)
Procurador do Concelho: Balthazar Rodrigues
Escrivão: Manuel Fernandes
Almotacel: Simão Jorge / Garcia Rodrigues
Alcaide: Luiz Martins
Porteiro: João Gallego

1572

Juiz: Manuel Fernandes
Vereadores: Christóvão Diniz / Affonso Sardinha
Procurador do Concelho: Paulo Rodrigues
Escrivão: Pero Dias
Alcaide: Gaspar Affonso
Porteiro: João Gallego

1573

Juiz: Jorge Moreira / Salvador Pires
Vereadores: Diogo Vaz Riscado / João Fernandes
Procurador do Concelho: Domingos Alves
Escrivão: Fructoso da Costa
Almotacel: Manuel Fernandes

1575

Juiz: Antonio Preto / Jorge Moreira / Manuel Fernandes

Vereadores: Antonio Cubas / Antonio Bicudo
 Procurador do Concelho: Domingos Luiz / João Fernandes
 Escrivão: Fructoso da Costa
 Almotacel: Antonio Pires / Affonso Sardinha / Manuel Fernandes, o velho
 Capitão-Mor: Jorge Moreira
 Porteiro: Pero Fernandes

1576

Juiz: Jorge Moreira / Henrique da Cunha
 Vereadores: Lopo Dias / Affonso Sardinha
 Procurador do Concelho: Lourenço Vaz
 Escrivão: Fructoso da Costa / Martim Pires
 Almotacel: Manuel Fernandes / Antonio Preto / Antonio Cubas / Francisco de Britto / Antonio Bicudo / Domingos Luiz / Pero Dias
 Alcaide: Antonio Gonçalves
 Porteiro: Pero Fernandes

1577

Juiz: Antonio Cubas / Antonio Bicudo
 Vereadores: Francisco de Britto¹ / Antonio Preto / Gonçalo Pires

1578

Juiz: Balthazar Rodrigues
 Vereadores: Salvador Pires / Jorge Moreira
 Procurador do Concelho: Gaspar Affonso
 Escrivão: João Fernandes
 Almotacel: Antonio Cubas / Francisco de Britto
 Alcaide: Gaspar Nunes
 Porteiro: Pero Fernandes
 Contador: Pero Dias

1579

Juiz: Antonio Bicudo / Balthazar de Moraes / Domingos Luiz
 Vereadores: Antonio Preto / João Fernandes
 Procurador do Concelho: Balthazar Gonçalves / Antonio Gonçalves
 Escrivão: Lourenço Vaz
 Almotacel: Jorge Moreira / Salvador Pires / Balthazar Rodrigues / Braz Gonçalves / Gaspar Affonso / Salvador de Paiva
 Alcaide: Gaspar Nunes / Pero Domingues
 Porteiro: Pero Fernandes

1580

Juiz: João Soares / Pero Dias
 Vereadores: Jorge Moreira / Gonçalo Fernandes
 Procurador do Concelho: João Maciel
 Escrivão: Lourenço Vaz
 Almotacel: Domingos Dias / Antonio Preto / Balthazar Gonçalves / Domingos Luiz / Francisco Pereira / Braz Rodrigues
 Porteiro: Pero Fernandes

1581

Juiz: Manuel Ribeiro / Domingos Dias
 Vereadores: Antonio Bicudo / Manuel Fernandes, o moço

¹ Grafado como *Francisco de Brito*.

Procurador do Concelho: Salvador de Paiva
 Escrivão: Lourenço Vaz
 Almotacel: Pero Dias / Gonçalo Fernandes / Jorge Moreira / João Maciel
 Porteiro: Pero Fernandes

1582

Juiz: Antonio de Saavedra² / Antonio de Proença
 Vereadores: Salvador Pires / Jorge Moreira
 Procurador do Concelho: Domingos Luiz Grou
 Escrivão: Lourenço Vaz / João Fernandes / João Maciel
 Almotacel: Domingos Dias / Gonçalo Fernandes / Manuel Fernandes, o moço / Salvador de Paiva
 Porteiro: Pero Fernandes
 Rendeiro: Antonio Teixeira

1583

Juiz: Manuel Ribeiro / Salvador de Paiva
 Vereadores: Balthazar Rodrigues / Paulo Rodrigues
 Procurador do Concelho: Gaspar Nunes / Gonçalo Madeira
 Escrivão: João Maciel
 Almotacel: Salvador Pires / Francisco de Britto / Sebastião Leme / Diogo Teixeira de Carvalho / Domingos Gonçalves / Francisco Teixeira Cid / Matheus Leme / Belchior da Costa / Lopo Dias / André de Burgos Jesus
 Alcaide: Domingos Rodrigues
 Porteiro: Pero Fernandes

1584

Juiz: Antonio Bicudo / Francisco Pereira
 Vereadores: Jorge Moreira / Antonio de Proença
 Procurador do Concelho: Álvaro Netto
 Escrivão: João Maciel / Diogo de Onhate
 Almotacel: Salvador de Paiva / Paulo Rodrigues / Gaspar Nunes / Manuel Fernandes, o moço / Gonçalo Pires
 Porteiro: Pero Fernandes

1585

Juiz: Antonio Preto / Diogo Teixeira de Carvalho
 Vereadores: Sebastião Leme / Pero Alves
 Procurador do Concelho: Affonso Dias
 Escrivão: Diogo de Onhate

1586

Juiz: Fernão Dias / Balthazar Rodrigues
 Vereadores: Jorge Moreira / Gonçalo Fernandes
 Procurador do Concelho: Francisco Sanches / Affonso Dias
 Escrivão: Diogo de Onhate
 Almotacel: Pero Dias / Rodrigo Alves / Diogo Teixeira de Carvalho / Pero Álvares
 Alcaide: Pero Nunes
 Porteiro: Antonio Teixeira

1587

Juiz: Affonso Sardinha / Antonio de Proença
 Vereadores: Antonio de Saavedra / Manuel Fernandes

² Grafado como *Antonio de Sayavedra*.

Procurador do Concelho: Affonso Dias
 Escrivão: Diogo de Onhate / Pero Dias
 Almotacel: Gonçalo Pires / João Maciel / Francisco Teixeira / Sebastião Leme / Garcia Rodrigues / Francisco Sanches / Estevam Ribeiro
 Porteiro: Antonio Teixeira

1588

Juiz: Pero Alves / João do Prado / Manuel Ribeiro
 Vereadores: Fernão Dias / Sebastião Leme / Manuel Fernandes
 Procurador do Concelho: Gonçalo Pires
 Escrivão: Pero Dias / Belchior da Costa
 Almotacel: Antonio de Saavedra / Pantaleão Pedroso / Gonçalo Madeira / Estevam Ribeiro / Antonio Pinto / Antonio Gomes / Francisco Teixeira
 Alcaide: Pero Nunes
 Porteiro: Antonio Teixeira
 Aferidor: Bartholomeu Bueno

1589

Juiz: Manuel Ribeiro / Diogo Fernandes / Antonio de Saavedra
 Vereadores: Jorge Moreira / Manuel Fernandes
 Procurador do Concelho: Gonçalo Madeira
 Escrivão: Pero Dias / Belchior da Costa
 Almotacel: Gonçalo Pires / Paulo Rodrigues / Francisco da Gama / Mathias de Oliveira / Estevam Ribeiro, o moço

1590

Juiz: Antonio de Saavedra / Fernão Dias / Antonio Preto
 Vereadores: Affonso Sardinha / Sebastião Leme
 Procurador do Concelho: João Maciel
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Estevam Ribeiro, o velho / Diogo de Onhate / Antonio Raposo / Affonso Dias / Gonçalo Madeira
 Porteiro: Antonio Teixeira

1591

Juiz: Diogo Fernandes / Jorge Moreira
 Vereadores: Antonio de Proença / Affonso Dias
 Procurador do Concelho: Gaspar Fernandes
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Estevam Ribeiro / Bartholomeu Bueno / Lucas Fernandes / Diogo de Lara / Francisco Martins
 Porteiro: Antonio Teixeira / Francisco Leão

1592

Juiz: João de Prado / Pedro Alves
 Vereadores: Fernão Dias / Antonio Preto
 Procurador do Concelho: Alonso Peres
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Affonso Dias / João Maciel / Aleixo Leme / Alvaro Netto³, José de Camargo
 Porteiro: Francisco Leão

1593

³ Grafado como *Alvaro Neto*.

Juiz: Diogo Fernandes / João Maciel
 Vereadores: Antonio Proença / Sebastião Leme
 Procurador do Concelho: Francisco Martins
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Antonio Nunes / Gaspar Cubas / Antonio Rodrigues / João Sobrinho / João Fernandes
 Alcaide: Mathias Gomes
 Porteiro: Francisco Leão

1594

Juiz: Fernão Dias / Garcia Rodrigues
 Vereadores: Antonio Raposo / João do Prado
 Procurador do Concelho: Martim Rodrigues
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Francisco Martins / Antonio de Zouro / Belchior Carneiro / Domingos Dias, o moço / André Escudeiro

1595

Juiz: José de Camargo / Mathias de Oliveira
 Vereadores: Jorge Moreira / Gaspar Fernandes
 Procurador do Concelho: João Sobrinho
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Henrique da Cunha / Pero do Campo / Pero Leme
 Porteiro: Francisco Leão

Volume II 1596-1622

1596

Juiz: Mahteus Leme / Estevam Ribeiro, o moço
 Vereadores: Braz Esteves / Antonio Rodrigues / Domingos Luiz
 Procurador do Concelho: Francisco Velho
 Almotacel: Sebastião de Freitas / Pedro Moraes / Domingos Pires / Aleixo Leme / Lourenço João / Clemente Alves / Luiz Alves
 Alcaide: André Peres

1597

Juiz: Jorge Moreira / Aleixo Leme
 Vereadores: Antonio de Proença / Balthazar de Godoy
 Procurador do Concelho: Henrique da Cunha
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Paschoal Leite / Francisco de Siqueira / Pedro Nunes / João Martins Barragã / Domingos Martins / Miguel Garcia
 Porteiro: Francisco Leão

1598

Juiz: Estevam Ribeiro / Gonçalo Madeira
 Vereadores: Diogo Fernandes / Antonio Raposo
 Procurador do Concelho: Pedro Nunes
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Domingos de Góes / João Moreira / João Gago / André Escudeiro / André Gonçalves / Pedro Álvares / Manoel João Branco / Sebastião de Freitas

1599

Juiz: Pedro Leme / Gaspar Cubas
 Vereadores: Tristão de Oliveira / Jorge Moreira / Gaspar Coqueiro
 Procurador do Concelho: Francisco Maldonado

Escrivão: Belchior da Costa

Almotacel: Álvaro Peres / Francisco Vaz Coelho / Bernardo de Quadros / Lourenço Gomes / Gaspar Vaz

Alcaide: José Álvares / José Sanches

Porteiro: Marcos Lopes

1600

Juiz: Sebastião de Freitas / Gaspar Vaz

Vereadores: João Maciel / Balthazar de Godoy

Procurador do Concelho: João Fernandes

Escrivão: Belchior da Costa

Almotacel: Clemente Álvares / Sebastião de Freitas / Domingos Afonso / Geraldo Corrêa / Estevam Ribeiro, o moço / João de Sant'Anna / Simão Álvares / Geraldo Betting

Juiz dos Índios: Antonio de Proença

Aferidor: Luiz de Magalhães

1601

Juiz: Diogo Moreira / Nuno Vaz Pinto / Pedro Taques (juiz interino)

Vereadores: Antonio Preto / Paulo Rodrigues

Procurador do Concelho: Domingos Affonso

Escrivão: Belchior da Costa

Almotacel: Duarte Machado / Simão Jorge / Antonio Rodrigues / Francisco da Gama / João Moreira / André Fernandes

Aferidor: Gonçalo Pires / João de Deus

1602

Juiz: Ascênsio Ribeiro⁴ / Henrique da Cunha / Francisco Velho / Manuel Godinho

Vereadores: Balthazar Gonçalves / José de Camargo / Francisco da Gama

Procurador do Concelho: Jorge de Barros Fajado / Domingos Martins / João de Sant'Anna

Escrivão: Belchior da Costa

Almotacel: Diogo de Lara / André Fernandes / Manuel Godinho / Melchior da Veiga / Antonio Quaresma / Manuel Alves Chaves / Manuel Francisco

Alcaide: Francisco Marinho

1603

Juiz: Francisco Dias Pinto / João da Costa / Custodio de Aguiar

Vereadores: Francisco Viegas / Diogo Moreira / José de Camargo

Procurador do Concelho: João de Sant'Anna

Escrivão: Belchior da Costa

Almotacel: João Lopes / Christovão Pereira / Manuel Fernandes Cavaco / Pedro Taques / Gaspar Nunes / Antonio de Oliveira / Mathias de Oliveira

Porteiro: Antonio de Milão

Aferidor: Gonçalo Pires

1604

Juiz: Francisco Vaz Coelho / Luis Fernandes

Vereadores: Roque Barreto / Sebastião de Freitas

Procurador do Concelho: Manuel Fernandes Cavaco

Escrivão: Belchior da Costa

1606

Juiz: Domingos Rodrigues

⁴ Grafado como *Acenso Ribeiro*.

Vereadores: Luiz Fernandes / Pedro Nunes
 Procurador do Concelho: Manuel A° Francisco Siqueira
 Escrivão: Simão Borges / João Vieira Sarmiento
 Almotacel: Raphael de Oliveira / Sebastião Fernandes

1607

Juiz: Domingos Dias, o moço / Antonio Pedroso
 Vereadores: Domingos Luiz / Francisco Velho
 Procurador do Concelho: Fernão Dias
 Escrivão: João Vieira Sarmiento / Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Ascênsio Ribeiro / Baltazar de Moraes / Salvador ... / Custodio de Paiva / Antonio Luis /
 Estevam Ribeiro, o moço
 Porteiro: Antonio de Milão⁵

1608

Juiz: Diogo Moreira / Alonso Peres Canhamares / Gonçalo Madeira
 Vereadores: Paschoal Leite / Sebastião Leme / Martins Rodrigues
 Procurador do Concelho: Mathias Lopes
 Escrivão: Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Domingos Luiz, o moço / Diogo Penedo / Diogo de Lara / Innocencio Preto / Domingos
 Pires / André de Burgoos / Paschoal Dias / Francisco Faraspes / Balthazar Alves / Pedro Martins /
 Estevam Ribeiro, o moço
 Alcaide: Francisco Leão

1609

Juiz: Francisco de Proença / Antonio Pinto
 Vereadores: Balthazar de Godoy / Sebastião de Freitas
 Procurador do Concelho: Antonio Camacho
 Escrivão: Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Pedro Madeira / João Leite / Antonio Pinto Miguel / Matheus Preto / Gaspar Nunes /
 Jeronymo de Brito / João Maciel Valente / Manuel Fernandes / João Vieira Sarmiento

1610

Juiz: Bernardo de Quadros / Mathias de Oliveira
 Vereadores: Belchior da Costa / Garcia Rodrigues / Affonso Sardinha
 Procurador do Concelho: Francisco da Gama
 Escrivão: Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Antonio Lourenço / Paulo da Silva / João de Santa Maria / Lourenço Nunes / Pedro
 Nogueira de Pazes
 Aferidor: Gonçalo Pires / Aleixo Jorge

1611

Juiz: Salvador Pires / Manuel Francisco
 Vereadores: Antonio Raposo / Antonio Rodrigues
 Procurador do Concelho: Jorge de Barros Fajardo
 Escrivão: Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Domingos Fernandes / Francisco da Gama / André Martins / João Rodrigues Pereira /
 Alonso Peres Cahamares / Antonio Bicudo

1612

Juiz: Jose de Camargo / Pedro Nunes
 Vereadores: Geraldo Corrêa / Vicente Bicudo
 Procurador do Concelho: Antonio Camacho

⁵ Grafado como *Antonio Milão*.

Escrivão: Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Manuel Luis / Aleixo Leme
 Porteiro: Francisco de Leão

1613

Juiz: Pedro Leme / João de Brito Cassão
 Vereadores: Gonçalo Madeira / Domingos Pires
 Procurador do Concelho: Raphael de Oliveira
 Escrivão: Simão Borges Cerqueira
 Almotacel: Estevam Gomes Cabral / Estevam Fernandes / João do Prado / João Dias / Manuel Luis / Francisco Alves / Antonio Peres / Thomé Martins

1614

Juiz: Geraldo Corrêa / Francisco Ribeiro
 Vereadores: Baltazar de Godoy / Custodio de Aguiar Lobo
 Procurador do Concelho: Francisco Jorge
 Escrivão: Francisco da Gama
 Almotacel: João de Brito

1615

Juiz: Lourenço de Siqueira / João de Santa Maria / Amador Bueno
 Vereadores: Antonio Raposo / Francisco Alves Corrêa
 Procurador do Concelho: Paschoal Monteiro
 Escrivão: Belchior da Costa
 Almotacel: Fernão Dias

1616

Juiz: Francisco de Almeida / Pedro Dias / Christovão de Aguiar Girão
 Vereadores: Bartolomeu Bueno / Belchior da Costa
 Procurador do Concelho: Domingos Martins
 Escrivão: Manuel Mourato
 Almotacel: Paulo da Silva

1618

Juiz: Pedro Nogueira de Pazes / Francisco de Alvarenga
 Vereadores: Gaspar Cubas / Lucas Fernandes Pinto / José Pinto
 Procurador do Concelho: Paschoal Monteiro
 Escrivão: Domingos Cordeiro
 Almotacel: Romão Freire / Francisco de Paiva / Antonio Nogueira / Amador Lourenço / Manuel Luiz / Domingos Bicudo / Manuel de Macedo
 Alcaide: João Fernandes
 Porteiro: Manuel Coelho

1619

Juiz: Antonio Bicudo / Sebastião Fernandes Corrêa / Francisco de Proença
 Vereadores: Alonso Peres Cahamares / Pedro Vaz de Barros
 Procurador do Concelho: Pedro da Silva
 Escrivão: Antonio Rodrigues Miranda
 Almotacel: Gaspar da Costa
 Alcaide: Diogo Mendes

1620

Juiz: Salvador Pires / Paulo do Amaral / Bartholomeu Gonçalves
 Vereadores: Gaspar da Costa / Pedro Dias
 Procurador do Concelho: Antonio Lopes Pinto / Francisco Jorge

Escrivão: João Ferreira de Ormondo / Simão Borges Cerqueira / Paulo da Silva
 Almotacel: Pedro da Silva / Henrique da Cunha / Henrique da Cunha Lobo
 Alcaide: Francisco Preto / Pedro Domingos
 Porteiro: Christovão Garcia

1621

Juiz: Antonio Lourenço / Bartholomeu Bueno, o moço
 Vereadores: Gaspar Barreto / João de Brito Cassão / Pedro Taques
 Procurador do Concelho: João Rodrigues de Moura
 Escrivão: João de Sousa

1622

Juiz: Manuel Pires / Braz Leme
 Vereadores: Bartholomeu Gonçalves / Manuel Francisco Pinto / Francisco Jorge
 Procurador do Concelho: André Botelho
 Escrivão: Calixto da Mota
 Almotacel: João de Brito Cassão / João Rodrigues de Moura

Volume III 1623-1628

1623

Juiz: Francisco Jorge / Diogo Moreira / Manuel Esteves
 Vereadores: Amador Bueno / André Lopes / Francisco João / Bartholomeu Gonçalves / Simão Borges Cerqueira
 Procurador do Concelho: Luiz Furtado
 Escrivão: Calixto da Motta
 Almotacel: Jorge Rodrigues Diniza / André Fernandes / Manuel Francisco / Miguel Luiz / Luiz Fernandes Folgado
 Alcaide: João Lopes Perestrello
 Porteiro: Christovão Garcia

1624

Juiz: Sebastião Fernandes Corrêa / Francisco Rodrigues da Guerra / Sebastião de Freitas
 Vereadores: Lourenço Nunes / Alvaro Netto, o velho / Antonio Furtado de Vasconcellos / Geraldo de Medina
 Procurador do Concelho: Leonel Furtado
 Escrivão: Calixto da Motta / Manuel da Cunha
 Almotacel: Diogo Moreira / Manuel Esteves / André Lopes / Braz Machado / Francisco João / João Paes / Domingos de Abreu / Gaspar Cassão / Manuel Rodrigues Mexelhão / João Misel Gigante⁶ / Pedro do Prado
 Alcaide: Geraldo da Silva / Francisco Preto / João Lopes Perestrello
 Porteiro: Christovão Garcia

1625

Juiz: Aleixo Leme, o velho / Calixto da Motta⁷
 Vereadores: Bartholomeu Bueno, o velho / João Paes / Diogo Moreira
 Procurador do Concelho: Sebastião Coelho
 Escrivão: Calixto da Motta / Manuel da Cunha
 Almotacel:
 Alcaide: João Lopes Perestrello / Antonio Vaz
 Porteiro: Christovão Garcia

⁶ Provavelmente *João Messer Gigante*.

⁷ Grafado como *Callixto da Motta*.

1626

Juiz: Sebastião de Freitas / Calixto da Motta

Vereadores: Pedro Leme, o velho / Lucas Fernandes Pinto / Amador Bueno / Gaspar da Costa

Procurador do Concelho: Luiz Fernandes Bueno

Escrivão: Manuel da Cunha

Almotacel: Antonio Nunes Pinto / Fernão Dias, o moço / Manuel da Costa Cabral / Miguel de Almeida / Pedro de Oliveira / Pedro Domingues / Dom Francisco de Lemos / Pedro Vidal

Alcaide: Antonio Vaz / Domingos Pires

Porteiro: Christovão Garcia

1627

Juiz: João Fernandes de Saavedra / Simão Alves

Vereadores: Raphael de Oliveira / Sebastião Fernandes Preto / João de Brito Cassão

Procurador do Concelho: Manuel Fernandes / Cosme da Silva (interino)

Almotacel: Simão Alves, o moço⁸ / Luiz Fernandes Bueno / Paulo da Costa / Pedro de Caraça Garcez / Gaspar Maciel Aranha / Antonio Corrêa da Silva / Luiz Cabral de Mesquita

Porteiro: Christovão Garcia

1628

Juiz: Sebastião Fernandes Camacho / Francisco de Paiva / João de Brito Cassão / Gaspar de Louveira

Vereadores: Balthazar de Godoy / Maurício de Castilho / Diogo Barbosa Rego / Luiz Fernandes Bueno / Francisco Jorge

Procurador do Concelho: Christovão Mendes / Melchior Martins de Mello

Escrivão: Manuel da Cunha

Almotacel: Sebastião de Paiva / Braz Mendes / Leonel Furtado / João Tenorio / João de Oliva

Alcaide: Domingos Simas

Porteiro: Christovão Garcia

Volume IV**1629-1639****1629**

Juiz: Jeronymo de Brito / Paulo da Fonseca / Henrique da Cunha / Paulo da Silva

Vereadores: Claudio Forquim / Francisco de Siqueira / Domingos Cordeiro / Gaspar Cubas

Procurador do Concelho: Antonio Teixeira

Escrivão: Manuel da Cunha

Almotacel: Domingos Pires de Brito / Simão Borges, o moço / Francisco de Siqueira / José de Camargo

1630

Juiz: Pedro Madeira / João Maciel Valente

Vereadores: Mathias Lopes / Antonio Raposo, o velho / João Fernandes Saavedra

Procurador do Concelho: Luiz Furtado / Francisco da Gama

Escrivão: Manuel da Cunha

Almotacel: Francisco João / Domingos Maciel / Manuel da Costa / Mathias de Oliveira / Jusarte Lopes

Alcaide: João Lopes do Prado

1631

Juiz: Paulo da Silva / Gaspar Maciel Aranha

Vereadores: Geraldo Corrêa / Pedro Dias / João Fernandes Saavedra

Procurador do Concelho: Leonel Furtado

Escrivão: Antonio Pereira

⁸ Grafado como *Simeão Alves, o moço*.

Almotacel: Antonio Raposo, o velho / Sebastião Pedroso Leite / João Rodrigues Pereira / Januario Ribeiro / Baptista Maciel / Balthazar de Godoy, o moço / João de Barros / Domingos Leme da Silva
Alcaide: Christovão Garcia

1632

Juiz: Estevam Raposo / Capitão Fradique de Mello Coutinho
Vereadores: Francisco Rodrigues da Guerra / Jaques Felix / Onofre Jorge / Ignacio de Bulhões
Procurador do Concelho: Sebastião de Paiva
Escrivão: Ambrosio Pereira
Almotacel: Geraldo Corrêa / Pedro Dias / João Baruel / Leonel Furtado / Francisco Leme / Diogo Alves / João Nogueira de Pazes
Alcaide: João Lopes Gato

1633

Juiz: Antonio Raposo Tavares / Pedro Leme, o moço / Pedro Leme, o velho
Vereadores: Lucas Fernandes Pinto / Henrique da Cunha Lobo / Estevam Gomes Cabral / Estevam Sanches de Pontes / Paulo do Amaral
Procurador do Concelho: Sebastião de Paiva / Geraldo da Silva / Sebastião Ramos de Medeiros
Escrivão: Ambrosio Pereira
Almotacel: Pedro Nogueira de Pazes / Francisco Corrêa Sardinha / Francisco Dias / Miguel da Costa / Raphael de Oliveira, o moço / José de Camargo / Luis Gago / Pedro Cabral de Mello / Francisco Dias
Alcaide: Martim Nobre

1634

Juiz: Francisco Bueno / Domingos Cordeiro
Vereadores: Constantino de Saavedra / Miguel Luiz / Sebastião Fernandes Preto
Procurador do Concelho: Pedro Domingues
Escrivão: Ambrosio Pereira
Almotacel: Geraldo da Silva / Mathias Lopes / Amaro Domingues / Francisco Sotil / Pedro Nunes de Pontes / Silvestre Ferreira / Diogo Martins da Costa / João Fernandes Madeira
Alcaide: Domingos Machado

1635

Juiz: João de Brito Cassão / Domingos Garcia
Vereadores: João Paes / Fernando de Camargo / João Baruel
Procurador do Concelho: Amaro Domingues
Escrivão: Ambrosio Pereira
Almotacel: Constantino de Saavedra / Miguel Luiz / Pedro do Prado / João Nunes de Siqueira / João Paes Malio/ Estacio Ferreira / Luiz da Costa

1636

Juiz: Francisco Nunes de Siqueira / Antonio Pedroso de Alvarenga
Vereadores: Francisco Jorge / Francisco de Proença / Jeronymo de Brito / Pedro de Oliveira
Procurador do Concelho: Francisco Dias / Leonel Furtado
Escrivão: Ambrosio Pereira
Almotacel: Fernando de Camargo / Bartholomeu de Quadros / Manuel Fernandes Velho / Antonio Pires / Diogo Vaz Pinto / Francisco da Fonseca Falcão / Lourenço Castanho
Porteiro: Antonio de Oliveira

1637

Juiz: Francisco Jorge / Bernardo de Souza
Vereadores: Francisco João / Gaspar João Barreto / Ignacio de Bulhões de Vasconcellos / Pedro Gonçalves Varejão / João Fernandes Saavedra / Gaspar Cubas
Procurador do Concelho: Manuel Fernandes Giga / Manuel Garcia Carrasco / Antonio Ribeiro
Alcaide: Antonio de Queiroz

Porteiro: Antonio Rodrigues

1638

Juiz: Pedro de Moraes Madureira / Belchior de Godoy / Estevam Gomes Cabral / Pedro Leme, o moço

Vereadores: Francisco Corrêa de Lemos / Gaspar da Costa / Leonel Furtado / Bartholomeu Fernandes de Faria / Gregorio Fagundes

Procurador do Concelho: João Fernandes Madeira / Cosme da Silva

Escrivão: Ambrosio Pereira

1639

Juiz: Amador Bueno / Garcia Rodrigues Velho

Vereadores: Manuel Mourato Coelho / Gaspar Cubas / Pedro Fernandes Aragão

Procurador do Concelho: Sebastião Gil

Escrivão: Ambrosio Pereira

Almotacel: Antonio de Siqueira / Antonio Leitão Quiroga / Antonio de Saavedra / Domingos Pires Valladão / Francisco Sotil / Manuel Pires de Linhares

Alcaide: Antonio de Queiroz / Francisco Preto

Volume V

1640 – 1652

1640

Juiz: Bartolomeu Fernandes de Faria / Fernando de Camargo

Vereadores: Antonio Alves Couceiro / Mathias Lopes / Domingos da Rocha / João Fernandes de Saavedra

Procurador do Concelho: Miguel Garcia Carrasco

Escrivão: Manuel Fernandes Velho / Manuel Coelho

Almotacel: João Maciel Baião

Alcaide: Francisco Preto

1641

Juiz: Francisco de Camargo / João Fernandes de Saavedra

Vereadores: João Martins de Heredia / Antonio de Barros da Silva / Paulo do Amaral

Procurador do Concelho: Geraldo da Silva

Escrivão: Manuel Coelho

Almotacel: Belchior da Borba / Braz Cardoso / André Mendes Ribeiro

Alcaide: Francisco Preto

1642

Juiz: Paulo do Amaral / Paulo Pereira de Avellar

Vereadores: Belchior de Borba / Diogo Barbosa Rego / Luiz da Costa

Procurador do Concelho: Antonio Ribeiro Rôxo / Simão Rodrigues Coelho

Escrivão: Manuel Coelho

Almotacel: Antonio Bueno / João Ribeiro

1643

Juiz: Sebastião Fernandes Camacho / Francisco Cubas

Vereadores: Pedro Domingues / Pedro da Silva

Procurador do Concelho: Jorge de Souza Prado / Simão Rodrigues Coelho / João Rodrigues Preto

Escrivão: Custodio Nunes Preto

Almotacel: Francisco Baldaia / João Alves Preto / Francisco Farel / Manuel Fernandes Moraes / Francisco Furtado / João Maciel Baião⁹ / Francisco Martins / Alvaro Rodrigues do Prado / Estevam de Brito Cassão

⁹ Grafado como João Maciel Basão.

1644

Juiz: João Raposo Bocarro / Braz Cardoso

Vereadores: João Paes, o velho / Luiz Soares

Procurador do Concelho: Cosme da Silva

Escrivão: Manuel Coelho da Gama

Almotacel: Gaspar Francisco / Antonio Caldas / Gasar Sardinha da Silveira / André Lopes / Martim da Costa

1645

Juiz: Fernão de Godoy / Paulo do Amaral / Marcelino de Camargo

Vereadores: Manuel Lourenço de Andrade / Alvaro Rodrigues do Prado / Sebastião Fernandes Preto

Procurador do Concelho: Jorge de Souza Aparrado

Escrivão: Manuel Coelho da Gama

Almotacel: Manuel Alves Claro / Gaspar Corrêa / Francisco Sotil de Siqueira / Antonio da Cunha de Abreu / Manuel Ribeiro de Azevedo / Gabriel Barbosa

Alcaide: Hoão de Souza Pereira

1646

Juiz: Paulo do Amaral / Paulo da Fonseca

Vereadores: Francisco Sotil / Antonio de Freitas

Procurador do Concelho: Salvador Tavares / Antonio Ribeiro Rôxo

Escrivão: Manuel Coelho da Gama

Almotacel: Antonio de Almeida Pimentel / João de Freitas / Jeronymo de Camargo / Paschoal Leite Paes

Alcaide: Francisco Dias de Faria

1647

Juiz: Belchior de Borba / Antonio Ribeiro de Moraes

Vereadores: Raphael de Oliveira, o moço / Manuel Peres / Miguel de Almeida

Procurador do Concelho: Simão Rodrigues Coelho

Escrivão: Domingos Machado¹⁰

Almotacel: João Sotil de Oliveira / Antonio Paes / Gaspar Affonso / João Mendes Gato

Alcaide: Francisco da Fonseca Falcão

1648

Juiz: André Mendes Ribeiro / Luiz da Costa

Vereadores: Luiz Fernandes Bueno / Manuel Mourato Coelho / João Paes, o velho / Braz Cardoso

Procurador do Concelho: Simão Lopes Fernandes

Escrivão: Manuel Cordeiro da Gama / Domingos Machado

Almotacel: Braz de Arzão / João Mendes Pedroso / Manuel Fernandes de Barros / Antonio Prado / Francisco de Barros / Antonio Leitão / Roque Furtado

1649

Juiz: Gregorio José de Moraes / Antonio de Siqueira

Vereadores: Amaro Alves Tenorio / Domingos Teixeira Cid / Antonio de Caldas Telo / Leonel Furtado / João Pereira Themundo

Procurador do Concelho: Belchior Barreiros

Escrivão: Manuel Coelho da Gama / Manuel de Amaral

Almotacel: Antonio Luiz do Paço / Paschoal Dias / Manuel Cardoso / Manuel de Mattos Godinho / Alonso Peres Canhamares

Alcaide: Francisco Preto

¹⁰ Escrivão interino devido à ausência do titular do cargo.

1650

Juiz: Amador Bueno, o moço / Miguel Rodrigues Garcia¹¹

Vereadores: Estevão Sanches e Pontes / Francisco de Barros Freire / Bernanrdo Sanches de Aguiar / Antonio Leitão / Romão Freire / Antonio Rodrigues / Antonio Gonçalves Perdomo / Isidoro Pinho / Sebastião Fernandes Preto

Procurador do Concelho: Simão Lopes Fernandes / Geraldo da Silva / Simão Coelho

Escrivão: Manuel de Amaral

Almotacel: Francisco Nunes de Siqueira / Amaro Alvares / Geraldo Corrêa Soares / Pedro Gonçalves Varejão / Alberto da Costa Vaz / Pedro Corrêa Soares / Pedro de Souza de Barros / Domingos Affonso / Manuel Nunes de Siqueira

1651

Juiz: Fernão Dias Paes / José Hortiz de Camargo

Vereadores: Francisco Furtado / Alonso Peres Canhamares / João Paes, o velho / Antonio Lopes Medeiros

Procurador do Concelho: Manuel Fernandes de Barros

Escrivão: Manuel de Amaral

Almotacel: Miguel Rodrigues Velho / Gaspar Corrêa / Manuel de Mattos Godinho / Simão Coelho / Mathias Cardoso / Aleixo Leme / Gaspar Vaz / Leonel Furtado

1652

Juiz: Domingos Barbosa Calheiros / Jeronymo de Camargo

Vereadores: Francisco Leme / Geraldo Corrêa Soares / Sebastião Fernandes Preto

Procurador do Concelho: Estevam Fernandes Porto / Francisco Barriga de Souza / Lazaro Machado

Escrivão: Romão Freire

Almotacel: Manuel Soeiro Ramires / Manuel Garcia Bernardes / Henrique da Cunha Lobo / Sebastião Leme / Estevam Fernandes Porto / Diogo Domingues / José Simão de Alvim / Antonio Ribeiro Baião

Volume VI**1653 – 1678****1653**

Juiz: Domingos Garcia Velho / Domingos Rodrigues de Mesquita / Francisco Nunes de Siqueira

Vereadores: Francisco Cubas / Calixto da Motta / Gaspar Corrêa, o moço

Procurador do Concelho: Sebastião Martins Pereira

Escrivão: Domingos Machado / Manuel Soeiro Ramires

Almotacel: Francisco de Almeida Cabral / Innocencio Fernandes Preto / João da Costa / Gaspar Vieira de Vasconcellos / Geraldo Corrêa Soares / Francisco Barriga de Souza / Pedro Dias Leite / Estevam Ribeiro

Alcaide: Francisco Dias de Faria / Felix de Araujo

1654

Juiz: João de Godoy Moreira / Antonio Lopes de Medeiros

Vereadores: Paschoal Dias / Pedro da Silva / Pedro Dias Leite

Procurador do Concelho: Diogo Rodrigues / Simão Rodrigues Henriques / Francisco Barriga de Souza

Escrivão: Manuel Soeiro Ramires

Almotacel: João Homem da Costa / Jacintho Nunes de Siqueira

1655

Juiz: Henrique da Cunha Gago / Antonio de Azeredo Magalhães

Vereadores: Diogo Barbosa Rego / Gaspar Cubas Ferreira / Francisco Furtado de Mendonça

Procurador do Concelho: Chrispim Duarte / João Pires Antunes

Escrivão: Manuel Soeiro Ramires

¹¹ Assinava também como *Miguel Rodrigues Velho*.

Almotacel: João da Cunha Lobo / Paulo Nunes / João de Mattos / André Saraiva / Antonio Alves / Tristão de Oliveira / Antonio Paes
Alcaide: João Ribeiro de Pina

1656

Juiz: João da Cunha Lobo / Francisco Corrêa de Lemos
Vereadores: Estevam Fernandes Porto / João Martins Bonilha / Bartholomeu Nunes do Passo
Procurador do Concelho: Manuel de Aguiar
Escrivão: Manuel Soeiro Ramires / Luiz Fernandes Crato

1669

Juiz: Braz Rodrigues de Arzão / Antonio Rodrigues Baião
Vereadores: Henrique da Cunha Gago / Manuel Duarte da Costa / João da Silva
Procurador do Concelho: Luiz de Amaral / Belchior da Cunha / Manuel Lopes de Siqueira
Escrivão: André de Barros de Miranda
Almotacel: Martim Garcia Lumbria / Paschoal Delgado / Francisco Corrêa de Oliveira / João Lourenço Corim / Sebastião Sotil / Manuel Vieira Barros
Alcaide: Francisco Dias de Faria

1670

Juiz: José Dias Paes / Lourenço Castanho Taques, o moço
Vereadores: Bartholomeu da Rocha do Canto / Braz Cardoso / Manuel de Lemos de Siqueira
Procurador do Concelho: Antonio de Azevedo
Escrivão: André de Barros de Miranda
Almotacel: Paschoal Rodrigues da Costa / João Machado e Silva / Francisco Bueno Luiz / Diogo Ferreira / Salvador Cardoso / João Pires Rodrigues
Alcaide: Pedro de Andrade
Porteiro: Gaspar Fernandes Marçal

1671

Juiz: Francisco Corrêa de Lemos / Cornelio Rodrigues de Arzão / Francisco Pinto Guedes
Vereadores: Roque Furtado Simões / Estevam Fernandes Porto / Paschoal Rodrigues da Costa
Procurador do Concelho: Barnabé de Mello Coutinho
Escrivão: André de Barros de Miranda / Herminio Machado e Silva / Manuel Soeiro Ramires
Almotacel: Francisco Ribeiro / Fernão de Camargo, o moço / André da Cunha da Fonseca
Alcaide: Francisco Dias de Faria

1672

Juiz: Paschoal Rodrigues da Costa
Vereadores: João Baptista de Leão / Francisco Barboza Rabello / Domingos da Silva de Santa Maria
Procurador do Concelho: Estevam Fernandes Porto
Escrivão: Manuel Soeiro Ramires
Almotacel: José Ortiz de Camargo / Luis de Barros Freire / João das Neves / Gonçalo de Almeida

1673

Juiz: Francisco Corrêa de Lemos / Cornelio Rodrigues de Arzão
Vereadores: Paschoal Rodrigues da Costa / Barnabé de Mello Coutinho / Roque Furtado Simões
Procurador do Concelho: Estevam Fernandes Porto
Escrivão: Manuel Soeiro Ramires / João da Fonseca
Almotacel: Gonçalo de Almeida / João das Neves / Manuel Dias da Silva / Antonio do Prado / Matheus de Siqueira / Diogo Barbosa Barreto / João de Toledo Castelhanos / Francisco Narde de Vasconcellos / Antonio de Almeida / Diogo de Cubas e Mendonça / Antonio Rodrigues de Escudeiro

1674

Juiz: Jorge Rodrigues Velho / Bartholomeu da Rocha Canto

Vereadores: Francisco da Silva / Marcelino de Camargo / Francisco Martins de Bonilha

Procurador do Concelho: Dom Francisco de Lemos

Escrivão: João da Fonseca

Almotacel: João Franco Lima / João Pires Rodrigues / Diogo de Cubas e Mendonça / Francisco Martins de Bonilha / Manuel de Avila / Alvaro de Moraes Madureira / Gaspar da Cunha

Alcaide: Manuel Simões

1675

Juiz: Manuel Cardoso / Pedro Taques de Almeida / Manuel da Costa Duarte

Vereadores: Gaspar Fernandes Preto / André Lopes / Gaspar da Cunha / Miguel da Costa

Procurador do Concelho: Antonio de Siqueira de Mendonça

Escrivão: João da Fonseca / Lopo Rodrigues Ulhôa

Almotacel: Mathias da Silva Rodrigues / Manuel Pedroso Leite / Miguel de Camargo / Lucas de Camargo / Domingos de Araujo / Antonio Pereira de Avellar / Luiz de Amaral

1676

Juiz: Antonio Ribeiro Baião / José de Camargo Ortiz

Vereadores: Ignacio Moreira / Antonio de Souza Dormundo / Gregorio de Castro Pereira / Martim Garcia Lumbria

Procurador do Concelho: Fernão de Aguirre

Escrivão: Lopo Rodrigues de Ulhôa

Almotacel: Mathias Rodrigues da Silva / João Paes Rodrigues / José Domingues de Pontes / João Amaro Maciel Parente / Antonio Gomes Corrêa / Manuel Fernandes Velho / Paulo da Costa Agostinho / Amador Pereira

1677

Juiz: Fernão de Aguirre / José de Camargo Ortiz

Vereadores: João de Toledo Castelhanos / Domingos Leme da Silva / Balthazar Gonçalves Malio

Procurador do Concelho: Braz Rodrigues de Arzão

Escrivão: Lopo Rodrigues Ulhôa

Almotacel: Diogo Bueno / Lourenço Franco / Pedro Taques de Almeida / Gaspar Cubas Ferreira / Francisco Pinheiro Gordis / Manuel Bicudo / Matheus de Leão / Thomaz da Costa Barbosa / Manuel da Rosa

1678

Juiz: Lourenço Franco / Pedro da Rocha Pimentel / Lourenço Castanho Taques

Vereadores: Manuel da Rosa / Manuel de Gois / Gaspar Cubas Ferreira

Procurador do Concelho: Matheus de Leão

Escrivão: Lopo Rodrigues de Ulhôa

Almotacel: Antonio de Siqueira de Mendonça / Ignacio Moreira / Gaspar João Barreto / João Pires Rodrigues / Manuel de Camargo / Francisco de Godoy

Volume VII

1679-1700

1679

Juiz: João Paes Rodrigues / Bartholomeu da Rocha Canto

Vereadores: Pedro Jacome Vieira / Tristão de Oliveira / Jorge Moreira

Procurador do Concelho: Francisco Pinto Guedes

Escrivão: Lopo Rodrigues de Ulhôa

Almotacel: Manuel Pinto Guedes / Isidoro Tinoco de Sá / Innocencio Preto Moreira / Diogo Ferreira

1680

Juiz: Antonio Rodrigues de Godoy Moreira / João de Toledo Castelhanos

Vereadores: Francisco Corrêa de Lemos / João Pinheiro Varejão / Diogo Barbosa Rego

Procurador do Concelho: Manuel Rodrigues de Arzão

Escrivão: Ambrosio da Penna Jauffret

Almotacel: Francisco Corrêa de Figueiredo / Pedro Ortiz de Camargo / José de Godoy Moreira / José Soares de Barros / Estevam da Cunha de Abreu / Jeronymo Bueno / Pedro Taques de Almeida / Luiz Porrate Penedo / José de Camargo Ortiz / Gaspar de Godoy Colaço

1681

Juiz: Diogo Bueno / João Baruel

Vereadores: Lucas de Camargo Ortiz / José de Godoy Moreira / Manuel Vieira de Barros / Pedro Taques de Almeida

Procurador do Concelho: Roque Furtado Simões

Escrivão: Antonio da Penna Jauffret / Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: Manuel Cubas / João Pires Rodrigues / Gaspar de Godoy Moreira / Garcia Rodrigues Velho

1682

Juiz: Fernão de Camargo / Francisco de Godoy Moreira

Vereadores: Gaspar da Cunha de Abreu / Garcia Rodrigues Velho / Isidoro Tinoco / José Preto Moreira

Procurador do Concelho: Braz Rodrigues de Arzão

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: Roque Furtado Simões / Luiz de Amaral / Francisco de Camargo / Luiz Dias Barroso / Mathias Rodrigues da Silva / Francisco Martins de Bonilha, o moço / Manuel Bueno da Fonseca

1683

Juiz: Miguel de Camargo / Jorge Moreira

Vereadores: Jorge Rodrigues Velho / Antonio Garcia Carrasco / Manuel de Lima do Prado

Procurador do Concelho: Thomé Mendes Raposo

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: Lopo Rodrigues Ulhôa / João Peres / Manuel das Neves / Estevam da Cunha / Amador Pereira de Avellar / Francisco de Oliveira Preto

Alcaide: Manuel Fernandes

1684

Juiz: Gaspar Cubas Ferreira / Pedro Ortiz de Camargo

Vereadores: Balthazar da Costa da Veiga / Thomé de Lara de Almeida / João de Toledo Castelhanos / Lopo Rodrigues de Ulhôa

Procurador do Concelho: Isidoro Tinoco de Sá

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: João de Santa Maria / Innocencio Preto Moreira / Luiz da Costa Rodrigues / Bartholomeu Bueno de Siqueira / João de Camargo Pimentel / Manuel Francisco

Alcaide: Manuel Fernandes

1685

Juiz: Manuel de Sá / Gaspar de Godoy Colaço / Gaspar da Cunha de Abreu

Vereadores: Gaspar de Souza Falcão / Gaspar Fernandes Corrêa / Enemon Carriero

Procurador do Concelho: Lopo Rodrigues Ulhôa

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: Jorge Lopes Ribeiro / Antonio Leite Falcão / Pedro Jacome Vieira / Luiz Soares Ferreira / Francisco Pinheiro / Manuel de Oliveira Gago

1686

Juiz: Diogo Barbosa Rego / Manuel de Camargo Velho

Vereadores: Manuel de Oliveira Gago / Francisco de Oliveira Preto / Sebastião Sotil de Oliveira

Procurador do Concelho: Lopo Rodrigues Ulhôa

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: João Henriques / Manuel Lopes de Oliveira / Manuel Francisco de Oliveira / Antonio Freire Vides / Mathias Rodrigues da Silva
Alcaide: João Gonçalves Ribeiro

1687

Juiz: Gaspar de Godoy Colaço / Manuel de Sá
Vereadores: Enemon Carriero / Gaspar Fernandes Côrtes / Estevam Barbosa Sotomayor
Procurador do Concelho: Lopo Rodrigues Ulhôa
Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
Almotacel: João e Siqueira Ferrão / Pedro Porrate Penedo / José Nunes de Siqueira
Alcaide:

1688

Juiz: Francisco Nardi de Vasconcellos / Domingos Dias da Silva / Antonio Pereira de Avellar
Vereadores: José Ortiz de Camargo / Francisco da Silva / Isidoro Tinoco de Sá /
Procurador do Concelho: Matheus de Leão
Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
Almotacel: Manuel de Sá / Gaspar de Godoy Colaço / Antonio Leite Falcão / João Gago Paes / Francisco Pinto Guedes

1689

Juiz: Gaspar da Cunha de Abreu / Thomaz da Costa Barbosa
Vereadores: Jeronymo Machado / Garcia Rodrigues Velho / Manuel da Silva de Almeida
Procurador do Concelho: João Raposo Bocarro
Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
Almotacel: Francisco de Camargo Pimentel / Manuel Pires / Antonio Pinto / Domingos Freire Farto / João Pires das Neves / Martinho de Camargo

1690

Juiz: João Peres Calhamares / Salvador Jorge Velho / Dom Simão de Toledo Piza
Vereadores: Francisco Corrêa de Lemos, o moço / Francisco de Camargo de Santa Maria / Pedro Dias
Procurador do Concelho: Jorge Moreira
Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
Almotacel: Antonio de Siqueira / Francisco Rodrigues Machado / João Peres de Siqueira / Francisco Bueno de Mendonça / Thomé Gonçalves Malio / Manuel Lopes de Medeiros

1691

Juiz: Antonio Pereira de Avellar / José Lopes de Lima
Vereadores: Tristão de Oliveira / Francisco Pinheiro Gordi / Francisco da Cunha Vaz
Procurador do Concelho: Diogo Barbosa Rego
Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
Almotacel: Manuel Fernandes Porto / Manuel da Silva Castello Branco / Salvador Fragoso / Mathias Rodrigues da Silva / Miguel de Almeida Prado / Antonio Pereira de Avellar, o moço / Antonio Alves Pimentel / Francisco Lopes de Siqueira / Antonio Pimentel / João do Prado, o moço
Alcaide: Sebastião Rodrigues

1692

Juiz: Pedro Ortiz de Camargo / João Dias da Silva
Vereadores: Francisco Martim de Bonilha / João de Lima do Prado / Bartholomeu Bueno de Siqueira
Procurador do Concelho: Miguel de Camargo
Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
Almotacel: Lucas de Camargo / Innocencio Preto Moreira / Manuel de Avila / Domingos Dias da Silva

1693

Juiz: José de Camargo Ortiz / Manuel Lopes de Medeiros
 Vereadores: Simão Nunes / Estevam da Cunha / Manuel de Avila
 Procurador do Concelho: Domingos de Araujo
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

1694

Juiz: José de Camargo Pimentel / Garcia Rodrigues Velho
 Vereadores: Manuel da Silva de Almeida / Antonio Corrêa de Lemos / Sebastião Rodrigues da Gama
 Procurador do Concelho: Francisco da Silva
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
 Almotacel: Manuel de Avila / Fernando de Camargo / José Rodrigues Betim / Domingos Dias da Silva / Manuel Martins Colaço / João dos Reis Cabral / João de Moura Camello / Antonio Bicudo Leme

1695

Juiz: João de Camargo Pimentel / João das Neves
 Vereadores: João Gago / Sebastião Borges da Silva / Francisco de Oliveira Preto
 Procurador do Concelho: Lourenço Franco
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
 Almotacel: Manuel das Neves Silva / Antonio Pinto Guedes / Bartholomeu da Rocha Pimentel / Aurelio Pinto Guedes / Francisco do Amaral Gurgel / Dom Franco Rondon e Luna

1696

Juiz: Francisco de Camargo de Santa Maria / Manuel de Fonseca Bueno
 Vereadores: Manuel das Neves / Miguel de Almeida do Prado / Christovam da Cunha
 Procurador do Concelho: Domingos de Amores de Almeida
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
 Almotacel: Francisco Rodrigues Machado / Alexandre Rodrigues / Antonio Raposo da Siqueira / João Barbosa / João de Miranda Pereira / João Pires, o moço

1697

Juiz: Pedro Ortiz de Camargo / Domingos Dias da Silva / Isidoro Tinoco de Sá
 Vereadores: Antonio Garcia Carrasco / Manuel Pinto Ribeiro / João Henriques
 Procurador do Concelho: Antonio Rodrigues de Medeiros
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
 Almotacel: Antonio Alves Machado / José de Camargo Pires / Antonio Pacheco / Guilherme Vicente / Favião Rodrigues / Joaquim Pedroso / Heitor Mendes Gago

1698

Juiz: Estevam Lopes de Camargo / Estevam da Cunha de Abreu
 Vereadores: Manuel de Lima do Prado / Francisco Rodrigues Machado / Guilherme de Oliveira
 Procurador do Concelho: Manuel Lopes de Medeiros
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
 Almotacel: João Dias da Silva / Manuel Gomes de Sá / Manuel Carvalho de Aguiar / Jeronymo da Rocha Pimentel / João Peres Calhamares / João da Rocha Pimentel
 Alcaide:

1699

Juiz: Lucas de Camargo / Francisco Cubas de Mendonça / Dom Simão de Toledo Piza
 Vereadores: Bento de Siqueira de Mendonça / José Corrêa de Lemos / Manuel Lopes
 Procurador do Concelho: Luiz da Costa Rodrigues
 Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira
 Almotacel: Thomé da Silva / João da Cunha Lara / Henrique Soares / José Freire Farto / Pedro Taques Pires / Francisco Lopes Moreira

1700

Juiz: Francisco da Silva / Francisco de Camargo Pimentel

Vereadores: João Paes Domingues / Domingos Fernandes Porto / Antonio Bicudo de Britto / João de Miranda e Silva / Luiz Soares Ferreira

Procurador do Concelho: Pedro Jacome Vieira

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: João da Rocha Pimentel / Bartholomeu da Rocha Pimentel / Salvador de Oliveira / Bartholomeu Bueno de Azevedo / José de Camargo de Siqueira / Domingos Ribeiro / Salvador Garcia Pontes

Volume VIII**1701- 1719****1701**

Juiz: João de Miranda da Silva / Innocencio Preto Moreira

Vereadores: Francisco Corrêa de Lemos / João da Rocha Pimentel / Ignacio Lopes Munhoz / Diogo Barbosa Rego / Antonio Rodrigues de Medeiros

Procurador do Concelho: Salvador de Oliveira

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira

Almotacel: José Rodrigues Betim / João Delgado / Aleixo Leme / Manuel Rodrigues Botelho / Francisco da Cunha Lobo / Pedro Alves Fagundes / João Peres Calhamares

1702

Juiz: Isidoro Tinoco de Sá / Fernão Pires de Camargo

Vereadores: Francisco Lopes de Siqueira / Diogo Barbosa Rego / Francisco Cubas de Mendonça

Procurador do Concelho: João Vidal de Siqueira

Escrivão: Jeronymo Pedroso de Oliveira / João Ferreira de Carvalho

Almotacel: Antonio de Siqueira Albuquerque / Manuel Carvalho de Aguiar / José da Costa Duarte / Salvador de Oliveira / João de Camargo Pires

1703

Juiz: Manuel Carvalho de Aguiar / Bartholomeu da Rocha Pimentel

Vereadores: Luiz da Costa Rodrigues / Manuel da Costa Leme / Pedro Fernandes de Avellar

Procurador do Concelho: Garcia Rodrigues Velho / Antonio de Godoy Moreira

Escrivão: João Ferreira de Carvalho

Almotacel: Gaspar de Godoy Moreira / Bento de Toledo Piza / José de Barros Bicudo / Antonio do Prado da Cunha

1704

Juiz: João de Camargo Pimentel / João Pires das Neves

Vereadores: João do Prado da Cunha / João Carvalho da Silva / Francisco da Cunha Vaz

Procurador do Concelho: Bartholomeu Paes de Abreu

Escrivão: João Ferreira de Carvalho

Almotacel: Pedro Alves Fagundes

1705

Juiz: Antonio Bicudo de Brito / Bartholomeu Paes de Abreu

Vereadores: Diogo das Neves Pires / Bartholomeu Bueno / Heitor Mendes Gago / Estevam da Cunha de Abreu / Manuel Gonçalves Morgado

Procurador do Concelho: Manuel Paes Botelho

Escrivão: Domingos da Silva Teixeira

Almotacel: João da Cunha Leme / Mathias de Oliviera / José de Camargo Pires / Salvador Furtado de Siqueira

1706

Juiz: João de Camargo Pimentel / João da Cunha Leme / Pedro Alves Fagundes

Vereadores: Jeronymo Pinheiro / Manuel da Silva de Mendonça / Francisco Rodrigues da Guerra
Procurador do Concelho: Salvador de Oliveira

Escrivão: Domingos da Silva Teixeira

Almotacel: Manuel Gonçalves Morgado / Diogo das Neves Pires / João Vidal de Siqueira / Martin Garcia Lumbria / João da Cunha Lobo / José Pires Monteiro / José Dias da Silva / Francisco de Camargo Pimentel

1707

Juiz: João da Rocha Pimentel / João Dias da Silva

Vereadores: Estevam Lopes de Camargo / José Pires Monteiro / Manuel de Carvalho de Aguiar

Procurador do Concelho: Manuel Pinto Ribeiro

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: Julio Cesar Moreira / Martinho Paes / Thomé da Silva / João Vidal de Siqueira / Salvador Pires de Almeida

1708

Juiz: Estevam Ortiz de Camargo / Antonio do Prado da Cunha

Vereadores: Sebastião Machado de Lima / Francisco da Cunha Lobo / Salvador Furtado de Siqueira

Procurador do Concelho: Mathias Rodrigues da Silva

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: Estevam Forquim de Camargo / Marcelino de Camargo de Aguirre / João Rodrigues de Oliveira / Thomé Rodrigues da Silva / Francisco Machado de Oliveira

1709

Juiz: Domingos da Silva Bueno / Marcelino de Camargo de Aguirre

Vereadores: José Corrêa de Moraes / Guilherme da Veiga Bueno / Ignacio de Siqueira Ferrão

Procurador do Concelho: José de Barros Bicudos / Manuel de Avila

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: Salvador Furtado / Francisco Nogueira / Domingos Luiz Bueno / Domingos Lopes de Camargo / Simão Corrêa de Lemos / Domingos Nunes Paes / Luiz Corrêa de Moraes

1710

Juiz: Francisco Corrêa de Lemos / Francisco Bueno

Vereadores: Bartholomeu Paes de Abreu / Antonio Raposo da Silveira / Martinho Paes de Linhares

Procurador do Concelho: Thomé Rodrigues da Silva

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: João Leite de Barros / João Gonçalves Figueira / Manuel Carvalho de Aguiar / Felix Machado / Fernando de Oliveira / Bento de Toledo Piza

1711

Juiz: Antonio Raposo da Siqueira / Francisco Bueno

Vereadores: Antonio Pinto Guedes / Fernão Lopes de Camargo / João de Lima do Prado

Procurador do Concelho: Manuel do Rego Cabral

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: Thomé Rodrigues da Silva / Pedro Porrate Penedo / Manuel de Avila / Bernardo de Moura / João Dias da Silva / Manuel Carvalho de Aguiar / Salvador de Oliveira / Martinho Garcia

1712

Juiz: João Vidal de Siqueira / Bartholomeu Bueno de Azeredo

Vereadores: Cosme Duarte Ferreira / Ignacio Lopes Munhoz / João de Souza

Procurador do Concelho: Antonio Rodrigues dos Ouros

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá / José de Vargas Pissarro

Almotacel: Luiz de Abreu Leitão / João Gonçalves Figueira / Francisco Ferreira de Sá / Fernando de Camargo Pires / Salvador Pires de Almeida / Diogo Rodrigues Marques

1713

Juiz: Ignacio de Siqueira Ferrão / Salvador de Oliviera

Vereadores: Antonio Rodrigues de Medeiros / José de Camargo Pires / Sebastião Borges da Silva

Procurador do Concelho: João Henriques de Alvarenga

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: Antonio da Silva Costa / Maximiano de Siqueira Ferrão / Antonio Pinto Duarte / Francisco Barbosa de Lima / Pedro da Cunha Lobo

1714

Juiz: Pedro Fernandes de Avellar / Gaspar Gonçalves Moreira

Vereadores: Manuel das Neves Silva / João do Prado da Cunha / Manuel Pacheco Gato

Procurador do Concelho: Antonio Pinto Duarte

Escrivão: Antonio Corrêa de Sá

Almotacel: João da Silva de Moraes / Manuel Pedroso de Moares Castro

1715

Juiz: José de Lemos de Moraes / José de Góes e Moraes / Fernão Lopes de Camargo

Vereadores: Martinho Delgado de Camargo / Mathias de Oliveira Lobo / Domingos Bicudo Leme

Procurador do Concelho: Manuel Carvalho de Aguiar

Escrivão: Estanislau Corrêa Ribeiro

Almotacel: Antonio de Oliveira Gago / José Pires Pimentel / Antonio Vidal Ramos / João de Camargo Pires / Bartholomeu da Veiga Bueno

1716

Juiz: Antonio Corrêa de Lemos / Manuel Paes Botelho

Vereadores: Aleixo Leme da Silva / Agostinho Dias dos Santos / João de Camargo Pires / Bartholomeu Bueno de Azeredo

Procurador do Concelho: Luiz de Abreu Leitão

Escrivão: Estanislau Corrêa Ribeiro

Almotacel: Antonio Pereira de Faro / Manuel de Miranda Freire / Francisco Cardoso Sodré / Simão de Toledo Castelhanos / Antonio Pedroso de Oliveira / Antonio de Camargo Ortiz

1717

Juiz: Roque Soares Medella / José Corrêa de Moraes

Vereadores: José de Camargo Neves / José de Souza de Araujo / José de Sá de Arruda

Procurador do Concelho: Simão de Toledo Castelhanos

Escrivão: Estanislau Corrêa Ribeiro / Manuel Luiz Ferraz

Almotacel: Aleixo Leme da Silva / Agostinho Dias dos Santos / João de Camargo Pires / Diogo de Toledo Lara / Domingos Gomes Albernaz Arzão / Salvador Mrtim Bonilha / João Franco Oliveira / Pedro Nolasco de Toledo / Antonio Gil das Neves

Alcaide: André da Silva

1718

Juiz: Sebastião Borges da Silva / Martinho Paes de Linhares

Vereadores: Francisco de Camargo Ortiz / Diogo de Toledo Lara / João Pereira Leme / Francisco Pereira do Lago / Francisco Bicudo Chassim

Procurador do Concelho: Luiz de Abreu Leitão / Manuel Pinto Ribeiro

Escrivão: Manuel Luiz Ferraz

Almotacel: José Dias da Silva / Francisco Bicudo Chassim / Estevam Ortiz de Camargo / João Vidal de Siqueira / Domingos Luiz Bueno / Francisco Dias Velho

Alcaide: Castor de Oliveira

1719

Juiz: João do Prado da Cunha / Fernando Lopes de Camargo

Vereadores: Antonio Gil das Neves / Francisco Bicudo Chassim / Francisco Pires Ribeiro

Procurador do Concelho: José Barbosa de Lima

Escrivão: Manuel Luiz Ferraz

Almotacel: Manuel do Prado de Siqueira / Manuel Jacome Vieira / Ignacio Lopes Munhoz / Roque Soares Medella / Francisco de Sá de Arruda / José Madeira de Souza / João Franco Moreno

Volume IX 1720-1729

1720

Juiz: Roque Soares Medella / Thomé Rodrigues da Silva

Vereadores: Mathias de Oliviera Lobo / Bartholomeu da Veiga Bueno / Antonio de Camargo Ortiz

Procurador do Concelho: Antonio Pinto Duarte

Escrivão: Manuel Luiz Ferraz

Almotacel: Aurelio de Siqueira / João Rodrigues de Oliveira / Bartholomeu Bueno da Cunha / João da Veiga Bueno / Domingos Coelho Barradas / Francisco Pinheiro de Sepeda

1721

Juiz: José Barbosa de Lima / João de Lara da Cunha

Vereadores: João da Veiga Bueno / João Delgado de Camargo / Antonio Paes das Neves

Procurador do Concelho: Antonio Pinto Duarte

Escrivão: Manuel Luiz Ferraz / Caetano Soares Vianna

Almotacel: Ignacio Dias da Silva / Antonio da Silva Dias / Lourenço Castanho Taques

1722

Juiz: João de Camargo Pires / Claudio Forquim de Abreu

Vereadores: Antonio de Camargo Pires / Diogo de Toledo Lara / João Franco Moreira / Antonio de Siqueira de Albuquerque / Simão de Toledo Castelhanos

Procurador do Concelho: Manuel Luiz Ferraz

Escrivão: Caetano Soares Vianna / Francisco da Rocha Lima

Almotacel: Gabriel Ortiz / Caetano de Toledo Piza / João de Oliveira Leitão / Antonio Alvares Cardoso / Salvador de Oliveira Paes

1723

Juiz: Pedro Taques Pires / Manuel das Neves Silva

Vereadores: Manuel do Prado da Cunha / Pedro Dias da Silva / Pedro da Cunha Lobo

Procurador do Concelho: Pedro Gonçalves Meira

Escrivão: Francisco da Rocha Lima / Francisco Cardoso Sodré

Almotacel: Antonio de Pontes Cardoso / José de Mattos / Lourenço de Siqueira Preto / João de Mattos Araujo / Floriano de Toledo Piza / Bartholomeu da Cunha Bueno

1724

Juiz: Pedro Taques Pires / Antonio de Camargo Ortiz

Vereadores: Gaspar Cubas Ferreira / Manuel Dias de Abreu / Francisco Bueno de Camargo

Procurador do Concelho: Francisco de Godoy Preto

Escrivão: Francisco Cardoso Sodré / Manuel Vieira da Silva

Almotacel: Estevam da Cunha da Silva / José Pinto Guedes / Bartholomeu Pereira Leme

1725

Juiz: Thomé Alves / Gabriel Antunes de Campos

Vereadores: José Pinto Guedes / Francisco Barboza Pires / Bento de Siqueira Pedroso

Procurador do Concelho: Antonio Pedroso de Oliveira

Escrivão: Manuel Vieira da Silva / Francisco de Souza Braga

Almotacel: João Bueno da Silva / Matheus de Figueiros / José Alves Fidalgo / Gaspar de Mattos / João da Cunha de Almeida / Bernardino Antunes da Silva

1726

Juiz: João Gonçalves Figueira / Salvador Rodrigues do Prado
 Vereadores: Floriano de Toledo Piza / Estevam da Cunha de Abreu / Lucas de Camargo Ortiz / Domingos Gonçalves da Cunha / João da Cunha de Almeida
 Procurador do Concelho: José Alves Fidalgo / Manuel Pinto Guedes
 Escrivão: Francisco de Souza Braga
 Almotacel: Bento Vieira Barros / Guilherme José Pereira / Antonio Pereira de Faro / Antonio Bicudo Camacho / Gregório Garcez da Cunha

1727

Juiz: Francisco Rodrigues da Guerra / Bartholomeu Bueno da Cunha
 Vereadores: Matheus Lopes de Camargo / Antonio Alves Cardozo / Antonio de Pontes Cardozo / Gaspar de Mattos
 Procurador do Concelho: Francisco Dias Velho
 Escrivão: Francisco de Souza Braga / Pedro Mathias Sigar / Jorge da Silva Nobre
 Almotacel: Bartholomeu Corrêa Bueno / Thomé Alves Furtado / Manuel Jacome Vieira / Pedro de Camargo Franco / Antonio Pinto Vaz

1728

Juiz: Marcellino de Aguirre / Pedro Dias da Silva
 Vereadores: João de Siqueira Preto / Bartholomeu da Rocha Pimentel
 Procurador do Concelho: Antonio Vaz Pinto / Bartholomeu Corrêa Bueno
 Escrivão: Jorge da Silva Nobre
 Almotacel: Gaspar de Mattos / Francisco de Siqueira Lopes / Aleixo Garcez da Cunha / Matheus de Figueiró / Manuel Pinto da Fonseca

1729

Juiz: Manuel Dias da Silva / José Pinto Guedes / Domingos Lopes de Godoy
 Vereadores: Antonio Dias da Silva / Thomaz Lopes de Camargo / Alexandre Barreto de Lima
 Procurador do Concelho: Aleixo Garcez da Cunha
 Escrivão: Jorge da Silva
 Almotacel: Guilherme José Pereira / José Corrêa de Moraes / Lourenço Leme da Silva / Antonio Pinto Duarte / Pedro da Rocha Pimentel / Miguel de Camargo / João de Godoy Moreira

Volume X**1730-1736****1730**

Juiz: Manuel do Prado de Siqueira / Domingos Lopes de Camargo
 Vereadores: Bento de Siqueira Pedroso / Francisco de Godoy Preto / Domingos Aires de Aguirre / Manuel Luiz Ferraz / Phelippe Santiago Diniz / Domingos da Silva Bueno
 Procurador do Concelho: Antonio Pinto Duarte
 Escrivão: Guilherme José Pereira / Antonio Corrêa Ribeiro
 Almotacel: Antonio Lopes de Miranda / Domingos Barretto de Lima / Clemente Carlos de Azevedo / Jorge da Silva Nobre / Lucas de Siqueira Franco / Gabriel Barbosa de Lima / Ignacio de Siqueira Ferrão / João Corrêa de Lemos / Manuel João de Oliveira

1731

Juiz: Bartholomeu Corrêa de Moraes / Diogo de Toledo Lara / Antonio Pinto Duarte
 Vereadores: Domingos da Silva Bueno / Mathias Cardoso de Almeida / Estevam Ortiz de Camargo / Aurelio de Siqueira Lopes / Guilherme da Veiga Bueno / João Martins de Affonseca
 Procurador do Concelho: Pedro Taques Pires
 Escrivão: Antonio Corrêa Ribeiro
 Almotacel: Domingos Gomes Albernás / Domingos Coelho Barradas / José Soares de Barros

1732

Juiz: Antonio da Cunha de Abreu / Francisco Corrêa de Lemos

Vereadores: Domingos Gonçalves da Cunha / Ignacio Xavier Cezar / Domingos Coelho Barradas
 Procurador do Concelho: Manuel Jacome Vieira
 Escrivão: Antonio Corrêa Ribeiro
 Almotacel: João Martins de Affonseca / Antonio Xavier Garrido / Francisco Pinheiro de Cepeda /
 João Pimentel de Tavora / Pedro de Affonseca de Magalhães / Antonio Vaz de Oliveira
 Alcaide: Bartholomeu da Rocha Campos

1733

Juiz: José de Aguirre de Camargo / Manuel de Goés Cardoso
 Vereadores: Gaspar de Mattos / Floriano de Toledo Piza¹² / Francisco Bueno de Azeredo
 Procurador do Concelho: Antonio Xavier Garrido
 Escrivão: José da Silva Valença
 Almotacel: Marcellino de Camargo Aguirre / Domingos Coelho Barradas / João da Rocha de Mattos /
 Jeronymo Pinheiro Dias / Gaspar da Cunha de Abreu / Bartholomeu da Veiga Bueno
 Alcaide: Antonio de Souza de Macedo

1734

Juiz: Francisco Dias Velho / João Pimentel de Tavora
 Vereadores: Bartholomeu da Veiga Bueno / Manuel de Siqueira Cardoso / Antonio Xavier Garrido /
 Antonio Vaz de Oliveira
 Procurador do Concelho: Estevam Raposo da Silva
 Escrivão: José da Silva Valença
 Almotacel: Francisco Xavier Garcia / Manuel Cavalheiro / Manuel Dias de Abreu / João Pires de
 Siqueira / Estevam Raposo de Siqueira / Pedro Lobo da Cunha / Antonio Jorge Pereira / Domingos da
 Silva Bueno / Estevam da Cunha de Abreu
 Alcaide: Antonio Rodrigues Braga

1735

Juiz: João de Siqueira Preto / Jeronymo Pedroso de Barros / José da Silva Ferrão
 Vereadores: Estanislau Forquim Pedroso / Matheus de Siqueira de Mendonça / Salvador Cardoso de
 Tavora
 Procurador do Concelho: Estevam Raposo da Silva / Domingos Coelho Barradas
 Escrivão: José da Silva Valença / Mathias Ferrão de Abranches
 Almotacel: José da Silva Ferrão / Gabriel Barbosa de Lima / Antonio Corrêa Pires / Manuel Luiz
 Ferraz / Francisco Rodrigues Penteado
 Alcaide: José da Silva Passos / Domingos Martins de Souza

1736

Juiz: Bartholomeu Corrêa Bueno / Bento de Siqueira Pedroso
 Vereadores: Aurelio de Siqueira / Francisco Xavier Garcia / Manuel Antunes Belem de Andrade¹³
 Procurador do Concelho: João da Rocha de Mattos
 Escrivão: Mathias Ferrão de Abranches
 Almotacel: Bartholomeu Paes de Abreu / José Vieira Callasa / Antonio Xavier Garrido / José da Silva
 Ferrão / Pedro Taques Pires

Volume XI 1734-1743

1737

Juiz: Manuel Antunes Belem de Andrade / Domingos Gonçalves da Cunha / Antonio de Camargo
 Pires

¹² Grafado como *Floriano de Toledo Piza*

¹³ Grafado como *Manuel Antues Belem de Andrada*

Vereadores: Bartholomeu de Freitas Esmeraldo / André Alves de Castro / Francisco Pinheiro de Sepeda / Manuel Dias de Abreu / José Barbosa Pires / Estevam Raposo da Silva / Bartholomeu de Godoy Moreira

Procurador do Concelho: José da Silva Ferrão / Lourenço Leme da Silva / Francisco de Almeida Taques

Escrivão: Mathias Ferrão de Abranches

Almotacel: Manuel José da Cunha / José Victorino de Camargo / Aleixo Garcez da Cunha / José Corrêa de Moraes

1738

Juiz: João Bueno da Silva / Pedro Taques Pires / Manuel Antunes Belem de Andrade

Vereadores: Manuel Dias de Abreu / João Leite de Moraes / Matheus Pedroso de Siqueira / Manuel Luiz Ferraz

Procurador do Concelho: Manuel José da Cunha / Aleixo Garcez da Cunha

Escrivão: Mathias Ferrão de Abranches / Dr. Francisco Angelo Xavier de Aguirre

Almotacel: Ignacio Xavier Cezar / Andre Alves de Castro / Lourenço de Siqueira Preto / Manuel Corrêa Bueno / Francisco Bueno da Rocha / Salvador de Lima Madureira

1739

Juiz: Salvador Cardoso de Tavora / José da Silva Ferrão

Vereadores: Manuel Jacome Vieira / Floriano de Toledo Piza / Francisco Bueno da Rocha / José Pinto Guedes

Procurador do Concelho: Manuel de Oliveira Cardoso

Escrivão: Francisco Angelo Xavier de Aguirre

Almotacel: Agostinho Nogueira da Costa / Francisco de Salles Ribeiro / Roque Soares Medella / Alexandre Monteiro de Sampaio / Salvador Machado de Vasconcellos / Francisco Bueno da Silveira

1740

Juiz: Diogo de Toledo Lara / Pedro da Rocha Pimentel

Vereadores: Lourenço de Siqueira Preto / Manuel José da Cunha / Pedro Taques de Almeida Paes / João Leite da Silva

Procurador do Concelho: Salvador Pires Monteiro

Escrivão: Dr. Francisco Angelo Xavier de Aguirre

Almotacel: Angelo Forquim de Camargo / José Innocencio de Aguirre / José Pires de Almeida / João do Prado de Camargo / José Rodrigues Bueno / José da Silva Ortiz / Manuel de Macedo

1741

Juiz: José de Goés e Moraes / José de Godoy Ortiz

Vereadores: Gabriel Barbosa de Lima / Manuel José da Cunha / Francisco Xavier da Guerra

Procurador do Concelho: José da Silva Ortiz

Escrivão: Dr. Francisco Angelo Xavier de Aguirre

Almotacel: João Pereira Pacheco / José Elias Moreira / João de Macedo de Sá / José Pinto Guedes / Cláudio Forquim de Abreu / João Leite da Silva / Bento do Amaral da Silva

1742

Juiz: Pedro Taques Pires / Bartholomeu Corrêa Bueno

Vereadores: Lucas de Siqueira Franco / Manuel de Macedo / Manuel de Oliveira Cardoso

Procurador do Concelho: Francisco de Salles Ribeiro

Escrivão: Dr. Francisco Angelo Xavier de Aguirre

Almotacel: Domingos Dias da Silva / Thomé João Ruiz Pedroso de Almeida / José Pinto Guedes

1743

Juiz: José de Aguirre de Camargo / Ignacio Xavier Cezar

Vereadores: Luiz Manuel Cardozo / Joaquim Morato / Francisco Pinto do Rego

Procurador do Concelho: Antonio Corrêa Barradas

Escrivão: Dr. Francisco Angelo Xavier de Aguirre / Manuel da Luz Silveira
 Almotacel: José de Moura Ribeiro / Mathias da Costa / Simão de Toledo de Almeida / José Moreira Cezar / José Ortiz da Rocha / João de Toledo Castelhanos

Volume XII
1744-1748

1744

Juiz: Antonio da Cunha de Abreu / Manuel José da Cunha
 Vereadores: João do Prado de Camargo / Agostinho Nogueira da Costa / João Pereira Pacheco
 Procurador do Concelho: Mathias da Costa de Figueiredo / José Elias Moreira / Alexandre Monteiro de Sampaio
 Escrivão: Manuel da Luz Silveira
 Almotacel: José Pinto Guedes / João Pereira Sampaio / Manuel Preto Cardoso / João Gonçalves de Almeida / João de Godoy dos Reis / João da Cunha Franco / Francisco Pereira da Gama
 Alcaide: João Raposo Tavares / Jorge Lopes Ribeiro

1745

Juiz: José Barbosa de Lima / Francisco de Godoy Preto
 Vereadores: Luiz Pedroso de Almeida Castanho / Miguel Franco do Prado / José Ortiz da Rocha
 Procurador do Concelho: José de Moraes Franco
 Escrivão: Manuel da Luz Silveira
 Almotacel: João Pereira Pacheco / Salvador de Lima de Madureira / Anotnio da Silva Brito / Manuel de Moraes Franco / Bento Lopes da Silva / Fernando de Camargo Pimentel / Luiz Manuel Cardoso

1746

Juiz: Ignacio Soares de Barros / Matheus de Siqueira de Mendonça
 Vereadores: Francisco Bueno da Silva / Bernardo Guedes de Toledo / José Rodrigues da Silva
 Procurador do Concelho: José de Moura Ribeiro
 Escrivão: Manuel da Luz Silveira
 Almotacel: Ignacio Antonio de Almeida / Mathias de Oliveira Homem / Ignacio de Barros Rego / Bento do Amaral da Silva / Simão de Toledo de Almeida

1747

Juiz: Domingos Coelho Barradas / Domingos Gonçalves da Cunha
 Vereadores: Bento do Amaral da Silva / José Rodrigues da Silva Horta / Ignacio de Barros Rego
 Procurador do Concelho: Salvador de Lima Madureira
 Escrivão: Manuel da Luz Silveira / Manuel Vieira da Silva Paiva / José de Barros
 Almotacel: Antonio Bueno Xavier / José Elias Moreira / Manuel Cavalheiro Leite / Bento de Souza Bueno / Simão de Almeida de Toledo / Agostinho Delgado de Arouche / João de Macedo de Sá
 Alcaide: Jorge Lopes Ribeiro

1748

Juiz: João Bueno da Silva / Francisco Xavier Garcia
 Vereadores: Francisco de Salles Ribeiro / Antonio Corrêa Pires / José de Campos Leal
 Procurador do Concelho: Agostinho Duarte do Rego
 Escrivão: Manuel da Luz Silveira / Pedro Taques de Almeida Paes / Antonio de Freitas Branco
 Almotacel: Pedro de Souza Rocha / Lourenço Leme de Siqueira / Antonio Rodrigues Fortes / Mathias Alves Vieira / Antonio de Moraes / Francisco Xavier da Guerra
 Alcaide: Jorge Lopes Ribeiro / João Machado

Volume XIII
1749-1755

1749

Juiz: Lucas de Siqueira Franco / João Raposo da Fonseca Leme
 Vereadores: Francisco Pinheiro de Sepeda / José Cubas do Prado / João da Cunha Franco

Procurador do Concelho: Francisco André

Escrivão: Antonio de Freitas Branco

Almotacel: Antonio Xavier Bueno / Guilherme Vaz Pinto / José Ortiz de Camargo Lima / Francisco Xavier de Almeida / João Rodrigues Pereira

Alcaide: João Machado / Manuel Pinto

1750

Juiz: João do Prado de Camargo / Luiz de Campos

Vereadores: Bernardo Guedes de Toledo / Agostinho Delgado de Arouche / Simão de Toledo e Almeida / Francisco Bueno da Rocha

Procurador do Concelho: José Rodrigues Pereira

Escrivão: Antonio de Freitas Branco

Almotacel: Martinho Rodrigues Gatto / João Pereira de Camargo / Antonio Barbosa de Lima / Aleixo Leme de Faro / Antonio Vieira Antunes / José de Figueiró Lima

Alcaide: Manuel Pinto

1751

Juiz: Francisco Aurelio de Siqueira / Miguel Franco do Prado

Vereadores: André Alves de Castro / Manuel de Oliveira Cardoso / Bento de Souza Bueno

Procurador do Concelho: Manuel Francisco Vaz

Escrivão: Antonio de Freitas Branco

Almotacel: João Franco da Rocha / Salvador Marques Brandão / Francisco Pereira Mendes / Antonio Leite de Barros / Caetano Barbosa de Siqueira

Alcaide: Manuel Pinto

1752

Juiz: José Ortiz da Rocha / José da Silva Ferrão

Vereadores: Alexandre Monteiro de Sampaio / José Elias Moreira / Francisco Bueno da Silveira / Ignacio Vieira Antunes

Procurador do Concelho: Salvador Marques Brandão / José Rodrigues Pereira

Escrivão: Antonio de Freitas Branco

Almotacel: Simão de Toledo e Piza / Manuel Mendes Ferreira / Thomé Rebello Pinto / João de Siqueira Barbosa / José Gonçalves Coelho / José Francisco Guimarães / José de Camargo Siqueira / João Corrêa de Moraes / Martinho Rodrigues Gatto / Fernando de Camargo Pimentel / José da Silva Brito

Alcaide: Manuel Pinto

1753

Juiz: Francisco Bueno Garcia / Bento do Amaral da Silva / Francisco Bueno da Rocha

Vereadores: Antonio da Silva Brito / José Elias Moreira / Bernardo Guedes de Toledo

Procurador do Concelho: Lopo dos Santos Serra

Escrivão: Antonio de Freitas Branco

Almotacel: Manuel José e Sampaio / Alexandre Barreto de Lima / Francisco Fernandes de Lima / Bento de Siqueira Rocha / Manuel Isidoro de Souza / Manuel de Mattos Bueno

Alcaide: Manuel Pinto / Luiz da Silva Monteiro

1754

Juiz: Luiz Manuel Cardoso / Antonio Barbosa de Lima

Vereadores: Antonio de Freitas de Toledo / Guilherme Vaz Pinto / José da Cunha Franco

Procurador do Concelho: José Francisco Guimarães

Escrivão: Antonio de Freitas Branco / José Alves da Silva

Almotacel: Lourenço de Brito Leme / José Alves Castro / Antonio Frazão de Meirelles / Ignacio da Costa Cintra / Bento da Gama e Alvarenga Chassim / Ignacio Dias da Silva

Alcaide: José Antonio de Gusmão

1755

Juiz: José Rodrigues Pereira / José Corrêa da Silva
 Vereadores: Bento da Gama e Alvarenga Chassim / Francisco Pereira Mendes / João Franco da Rocha
 Procurador do Concelho: Miguel Alves Ferreira
 Escrivão: José Alves da Silva
 Almotacel: Antonio Francisco de Brito / Aleixo Leme de Faro / Bernardo Rodrigues Solano do Valle
 / João de Sampaio Peixoto / Paschoal Alves de Araujo
 Alcaide: José Antonio de Gusmão

Volume XIV
1756-1764

1756

Juiz: João Leite Corrêa Penteado / José Corrêa da Silva
 Vereadores: Jeronymo Rodrigues / Paschoal Alves de Araujo / Bento de Siqueira Barbosa
 Procurador do Concelho: Manuel José de Sampaio
 Escrivão: José Alves da Silva
 Almotacel: Manuel Soares de Carvalho / Francisco Pereira / Jeronymo de Castro Guimarães /
 Francisco José Machado Vasconcellos / Manuel de Magalhães Cruz / João Dias Cerqueira
 Alcaide: José Antonio de Gusmão

1757

Juiz: José da Silva Ortiz / Fernando de Camargo Pimentel
 Vereadores: Salvador Marques Brandão / Lourenço de Brito Leme / Manuel Dias Bueno
 Procurador do Concelho: Manuel de Magalhães Cruz
 Escrivão: José Alves da Silva
 Almotacel: Fructuoso Furquim de Campos / Ignacio Xavier de Almeida Lara / Antonio Francisco de
 Sá / Jeronymo Pereira de Castro / Ignacio Dias da Silva
 Alcaide: José Antonio de Gusmão

1758

Juiz: Francisco Bueno da Silveira / Jeronymo Rodrigues
 Vereadores: Jeronymo Pereira de Castro / Aleixo Leme de Faro / Mathias da Costa de Figueiredo
 Procurador do Concelho: João Dias Cerqueira
 Escrivão: José Alves da Silva
 Almotacel: Antonio José de Abreu / Balthazar Rodrigues Borba / Joaquim Ferreira / Antonio de
 Camargo Albuquerque / Ignacio Dias da Silva / Domingos Francisco do Monte
 Alcaide: José Antonio de Gusmão

1759

Juiz: João da Cunha Franco / José de Goês e Siqueira
 Vereadores: Angelo Furquim de Camargo / Francisco José Machado e Vasconcellos / Antonio de
 Camargo Ortiz e Albuquerque
 Procurador do Concelho: Antonio Francisco de Brito
 Escrivão: José Alves da Silva
 Almotacel: Filipe Quintana / Antonio Pedroso de Oliveira / Ignacio Francisco Xavier / José Xavier
 Cardoso e Cunha
 Alcaide: Pedro José de Azevedo

1760

Juiz: Alexandre Barreto de Lima e Moraes / João da Cunha Franco
 Vereadores: Francisco Fernandes de Lima / Antonio da Silva Brito / Manuel Soares de Carvalho
 Procurador do Concelho: Antonio de Freitas Branco
 Escrivão: José Alves da Silva / João da Silva Machado
 Almotacel: Bartholomeu Bueno da Silva Leme / Domingos Francisco de Andrade / Manuel Monteiro
 da Fonseca / Antonio de Couto Moreira / Miguel Pedroso Leite / Domingos Fernandes Lima

Alcaide: Pedro José de Azevedo / José Fernandes Franco

1761

Juiz: Manuel Corrêa Bueno / José Xavier Cardoso e Cunha

Vereadores: Manuel Dias Bueno / Fructuoso Furquim de Campos / Domingos de Magalhães Cruz

Procurador do Concelho: Antonio Franco de Sá

Escrivão: João da Silva Machado / João Fernandes dos Santos

Almotacel: Antonio José de Abreu / Ignacio Pinto Moreira / Felix de Almeida Lara / Francisco Xavier Pedroso

Alcaide: Domingos Cubas

1762

Juiz: Manuel Corrêa Bueno / José Xavier Cardoso e Cunha / Bento de Toledo Piza

Vereadores: Manuel Dias Bueno / Fructuoso Furquim de Campos / Domingos de Magalhães Cruz

Procurador do Concelho: Antonio Francisco de Sá

Escrivão: João da Silva Machado

Almotacel: Manuel Bento de Aguirre / João Leite da Silva / Bento de Toledo Piza / Francisco Xavier dos Santos / Antonio Bueno de Azeredo / João Ferreira dos Santos

Alcaide: Domingos Cubas

1763

Juiz: Francisco de Salles Ribeiro / Francisco Corrêa de Lemos

Vereadores: Francisco Bueno de Azeredo / Antonio da Silva Ortiz / Francisco Xavier Pedroso

Procurador do Concelho: Joaquim Ferreiro

Escrivão: João da Silva Machado

Almotacel: Claudio Forquim de Almeida / Estevam Franco Rocha¹⁴ / Maximiano Pereira de Mariz / José dos Santos Rosa / Francisco Coelho Ayres / Jacintho José de Abreu

Alcaide: Domingos Cubas

1764

Juiz: Bernardo Guedes de Toledo / Ignacio Dias da Silva

Vereadores: Bento de Toledo Piza / Antonio Bueno da Silva / Felix de Almeida Lara / Ignacio de Barros Rego

Procurador do Concelho: José Gonçalves Coelho

Escrivão: João da Silva Machado

Almotacel: Balthazar Rodrigues Borba / Antonio José Pinto Moreira / José Rodrigues Gatto / Antonio Bueno de Azeredo / Antonio Gonçalves da Cunha

Alcaide: Domingos Cubas

Volume XV

1765-1770

1765

Juiz: Bento de Toledo Piza / Manuel Cavalheiro Leite

Vereadores: Ignacio Pinto Moreira / Ignacio Antonio de Almeida / José dos Santos Rosa

Procurador do Concelho: José Gonçalves Coelho

Escrivão: João da Silva Machado

Almotacel: Antonio Ferreira Lustosa de Almeida / José Antonio da Silva / Jeronymo Pereira de Castro / José Antonio de Lacerda / Ignacio Pedroso de Aveiros / João Corrêa da Silva / Manuel Antonio de Araujo

Alcaide: Domingos Cubas

¹⁴ Grafado como *Estevão Franco da Rocha*